

**CADERNO DAS EXPERIÊNCIAS
EXITOSAS EM VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL DOS
MUNICÍPIOS CEARENSES**



Dezembro - 2024

GOVERNADOR DO ESTADO
Elmano de Freitas da Costa

VICE GOVERNADORA
Jade Afonso Romero

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL
Onélia Maria Moreira Leite de Santana

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PROTEÇÃO SOCIAL
Paulo Rogério Santos Guedes

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SPS
Sandro Camilo Carvalho

COORDENADORA DA CÉLULA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Célia Maria de Souza Melo Lima

COORDENADORA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro

COORDENADORA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
Mônica Regina Gondim Feitoza

COORDENADORA DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO
SUAS - CRIANÇA FELIZ
Silvana de Matos Brito Simões



SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------|-----|
| 1. Apresentação | 7 |
| 2. Experiências Exitosas..... | 9 |
| 2.1 ACARAÚ..... | 9 |
| 2.2 ALTO SANTO..... | 16 |
| 2.3 ARARENDÁ..... | 19 |
| 2.4 ARARIPE..... | 22 |
| 2.5 ARATUBA..... | 31 |
| 2.6 BEBERIBE..... | 35 |
| 2.7 BOA VIAGEM..... | 39 |
| 2.8 BREJO SANTO..... | 44 |
| 2.9 CAMOCIM..... | 48 |
| 2.10 CAPISTRANO..... | 51 |
| 2.11 CAUCAIA..... | 55 |
| 2.12 COREAÚ | 59 |
| 2.13 CRATEÚS..... | 63 |
| 2.14 CRATO | 68 |
| 2.15 CRUZ | 75 |
| 2.16 FARIAS BRITO..... | 88 |
| 2.17 GENERAL SAMPAIO..... | 93 |
| 2.18 HORIZONTE | 97 |
| 2.19 ICAPUÍ..... | 101 |
| 2.20 IPUEIRAS | 105 |
| 2.21 JAGURARETAMA..... | 110 |
| 2.22 JARDIM..... | 115 |
| 2.23 JIJOCA DE JERICOACOARA..... | 121 |
| 2.24 JUCÁS..... | 125 |
| 2.25 MARACANAÚ..... | 130 |



| | |
|-----------------------------|-----|
| 2.26 MARCO | 137 |
| 2.27 MAURITI..... | 141 |
| 2.28 MERUOCA | 151 |
| 2.29 MORRINHOS..... | 154 |
| 2.30 MUCAMBO..... | 160 |
| 2.31 NOVAS RUSSAS..... | 164 |
| 2.32 PENTECOSTE | 167 |
| 2.33 PEREIRO..... | 170 |
| 2.34 PINDORETAMA | 173 |
| 2.35 PIQUET CARNEIRO..... | 176 |
| 2.36 PORTEIRAS | 179 |
| 2.37 QUIXADÁ..... | 182 |
| 2.38 QUIXERÉ..... | 188 |
| 2.39 REDENÇÃO | 191 |
| 2.40 RERIUTABA | 195 |
| 2.41 SÃO BENEDITO | 198 |
| 2.42 SOBRAL | 201 |
| 2.43 TAMBORIL..... | 207 |
| 2.44 URUBURETAMA | 211 |
| BANNERS DOS MUNICÍPIOS..... | 216 |

1. Apresentação

A Política de Assistência Social, tem por funções: a Proteção Social que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, a Vigilância Socioassistencial que analisa territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e a Defesa de Direitos que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A atuação da Vigilância Socioassistencial se dá, principalmente, por meio da realização de pesquisas, estudos, elaboração de planos, diagnósticos, dentre outros, que permitem uma compreensão mais detalhada da realidade dos territórios, considerando as vulnerabilidades, riscos sociais, potencialidades e necessidades de famílias e indivíduos. Estes conhecimentos, possibilitam a identificação de família e/ou pessoas em situação de risco para subsidiar a função da proteção social no planejamento e adoção de ações corretivas eficientes, eficazes e efetivas direcionadas às reais necessidades da população e dos territórios. Portanto, a Vigilância Socioassistencial busca mitigar as desigualdades sociais e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Neste sentido, a Secretaria da Proteção Social do Ceará (SPS) realiza sistematicamente o Encontro da Vigilância Socioassistencial, com a apresentação das Experiências Exitosas, que têm como objetivos: identificar e dar visibilidade as iniciativas desenvolvidas em âmbito municipal; valorizar o trabalho das equipes técnicas; incentivar o aprimoramento da Vigilância Socioassistencial e promover a comunicação entre os municípios e o Estado.

No ano de 2024, realizou-se o IV Encontro da Vigilância Socioassistencial com a 3ª Mostra de Experiências Exitosas em Vigilância Socioassistencial, para identificar as boas práticas realizadas pelos municípios junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais e boas práticas relacionadas a Primeira Infância.

Para a realização da 3ª Mostra, houve a publicação do edital com as orientações referentes a inscrição e seleção, das experiências em Vigilância Socioassistencial. Posterior a esta ação, foi nomeada, por meio da Portaria de Nº 331/2024, a comissão de seleção, que realizou avaliação sobre os trabalhos desenvolvidos nos municípios.

Assim, a comissão de seleção da 3ª Mostra de Experiências Exitosas em Vigilância Socioassistencial avaliou, com base na matriz anexada no edital, os trabalhos realizados com as temáticas escolhidas sobre os impactos nos territórios. Conforme previsto no edital, foram agraciados com certificações 35 municípios e destes, 20 apresentaram as experiências realizadas nos municípios. Foram certificadas as cinco melhores experiências e contempladas com troféus. Após a entrega dos troféus os técnicos de referência explanaram seus trabalhos aos participantes presentes no evento. Os demais municípios realizaram a exposição por meio de banners nos grupos formados utilizando a metodologia world café.

O IV Encontro da Vigilância Socioassistencial e 3ª Mostra de Experiências Exitosas em Vigilância Socioassistencial, ocorreu nos dias 17 e 18 de dezembro de 2024, no município de Fortaleza. A mesa de abertura contou com a presença do Secretário-executivo da Proteção Social, Sr. Paulo Guedes, a Coordenadora da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – CGSUAS – SPS, Sra. Célia Melo, a presidente do Colegiado de Gestores Municipais do Ceará – Coegemas, Sra. Luciana Vieira e o Coordenador – Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, o Sr. Paulo Clemente.

Estiveram presentes neste evento, Secretários Municipais, Técnicos de Vigilância Socioassistencial e/ou Técnicos de Gestão, Técnicos de Assessoramento da SPS e convidados, totalizando 375 participantes de 133 municípios presentes.

Diante do exposto, a SPS apresenta o Caderno contendo as Experiências Exitosas em Vigilância Socioassistencial apresentadas na 3ª Mostra de Vigilância Socioassistencial pelos municípios cearenses, com o objetivo de dar visibilidade, multiplicando as diversas experiências em diferentes territórios, fortalecendo e agregando valores na perspectiva do protagonismo dos usuários e fortalecimento da Política de Assistência Social no Ceará.

* As informações apresentadas pelos municípios na 3ª Mostra de Vigilância Socioassistencial, foram transcritas de forma literal.

2. Experiências Exitosas:

2.1 ACARAÚ:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): ACARAÚ

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|---|---------------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Pequeno I | <input type="checkbox"/> Pequeno II | <input checked="" type="checkbox"/> Médio Porte | <input type="checkbox"/> Grande Porte | <input type="checkbox"/> Metrópole |
|------------------------------------|-------------------------------------|---|---------------------------------------|------------------------------------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): MARCIA RAFAELA DE ARAUJO

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Aline Rafaela de Oliveira (Técnica da Vigilância Socioassistencial)

Nome: Adélia Cristina Andrade de Oliveira (Técnica da Gestão do SUAS)

Nome: Eidilene Rabelo dos Reis Borges (Coordenadora da Proteção Social de Média e Alta Complexidade)

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

O papel da vigilância como ferramenta de proteção as crianças na primeira infância no serviço de acolhimento institucional do município de Acaraú.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 2021 a 2023

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Crianças na Primeira Infância (0 a 6 anos) sob medida protetiva de Abrigo na Unidade Institucional de Acolhimento Nossa Senhora da Conceição no município de Acaraú.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O princípio da proteção integral à criança e o princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento reafirmam a necessidade de considerarmos que a criança e o adolescente devem ser vistos com tal, com as potencialidades e fragilidades próprias de sua idade ou de sua circunstância, com direito a serem amados e acolhidos para que se desenvolvam plenamente, com a urgência que suas singularidades requerem.

Considerando a família em seus diversos arranjos, como a base fundamental para o desenvolvimento, bem-estar e proteção da criança, as normativas nacionais e internacionais destacam a necessidade de proteger crianças e adolescentes contra o abuso, a negligência e a exploração. Para isso, encarrega o estado de oferecer cuidados alternativos próximos de seu contexto sociofamiliar enquanto busca viabilizar sua volta à proteção familiar.

O Abrigo Nossa Senhora da Conceição é uma Unidade de Acolhimento Institucional integrante da Política de Assistência Social (Serviço da Proteção Especial de Alta Complexidade), constituindo-se em um espaço de proteção, provisório e excepcional, para crianças e adolescentes que se encontram com seus direitos ameaçados ou violados e impossibilitados de permanecer em suas famílias. A capacidade do Abrigo Nossa Senhora da Conceição anual é de 20 acolhidos, porém de acordo com o monitoramento realizado pelo setor de vigilância, no período que compreende os anos de 2021 a 2023, foram acolhidos 56 crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 17 anos incompletos, sendo 31 na fase da primeira infância, com rompimento de vínculos familiares resultantes de entrega voluntária, vítimas de violência (abandono, violência física, violência psicológica, abuso sexual, exploração sexual, trabalho infantil, situação de rua/mendicância), responsável em risco pessoal em decorrência do uso de álcool e outras drogas; entre outros.

A Vigilância Socioassistencial do município de Acaraú, implantada no ano de 2013, vem cumprindo seus objetivos, em especial no que diz respeito ao monitoramento contínuo dos padrões de qualidade dos serviços de Assistência Social, com especial atenção para aqueles que operam na forma de unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e dos riscos sociais que com base na PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e voltados para esse serviço são situações denotam a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, tais como: vivência em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas.

Considerando que as crianças na primeira infância são seres em desenvolvimento e que as violações sofridas afetam seu desenvolvimento integral, gerando prejuízos ao desenvolvimento infantil que posteriormente se refletem na sociedade, a partir desse cenário, o Setor da Vigilância Socioassistencial de Acaraú, através das informações qualificadas através do monitoramento das violações cometidas contra as crianças na Primeira Infância acolhidas, propõe contribuir para o reestabelecimento de vínculos familiares e comunitários rompidos, evitar a revitimização de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, minimizar os prejuízos provocados na saúde física e mental decorrentes do rompimento temporário e excepcional dos vínculos familiares e comunitários. O respectivo acompanhamento sistemático também está sendo utilizado para a captação de recursos para projetos sociais, através de fundações como Banco Santander, entre outros estudos e pesquisas locais e sobretudo para ajudar a estabelecer fluxos de atendimento, inclusive com as demais secretarias intersetoriais e os órgãos que constituem o sistema de garantia de direitos, para desenvolver estratégias para o aprimoramento constante da oferta do atendimento as crianças na primeira infância, visando a melhor adequação às características das demandas do território.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

Fomentar a Proteção e o desenvolvimento das crianças na Primeira Infância acolhidos no Abrigo Nossa Senhora da Conceição do município de Acaraú, através do mapeamento, quantificação e qualificação de informações.

3.5.2. Objetivos Específicos

Conhecer o perfil das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos acolhidas no Abrigo Nossa Senhora da Conceição de Acaraú (familiar, socioeconômico, condições de saúde e acesso a serviços intersetoriais), assim como o perfil do violador;

Analisar o tempo de permanência dos acolhidos no acolhimento na Primeira Infância;

Quantificar o total de crianças que retornaram a convivência familiar através da família de origem; Convivência familiar através da família extensa e que o Ministério Público ingressou com a ação de destituição do poder familiar;

Mensurar a quantidade de crianças acolhidas e suas famílias inseridas nos Serviços Socioassistenciais

3.6. Metodologia

Com base nas referências da PNAS e da NOB SUAS 2012, depreende-se que um dos eixos da Vigilância Socioassistencial é o de Riscos e Vulnerabilidades Sociais, o município de Acaraú, vem realizando desde a sua implantação o monitoramento das violações de direitos que atingem indivíduos, nos diversos ciclos de vida, através de preenchimento criterioso de instrumental nas instituições de referência, tais como: Acolhimento Institucional, Conselho Tutelar, Centro de Referência da Assistência Social (CREAS) e Conselhos de Direitos.

A experiência, o papel da vigilância como ferramenta de proteção as crianças na primeira infância no serviço de acolhimento do município de Acaraú, surgiu da inquietação do setor de Vigilância Socioassistencial, realizar um diagnóstico direcionado às crianças na primeira infância que tiveram seus direitos violados. Nesse sentido se utilizou instrumental específico, aplicado no Acolhimento institucional e encaminhado mensalmente para o setor de vigilância socioassistencial contemplando informações peculiares ao serviço desenvolvido no respectivo equipamento, tais como perfil das crianças acolhidas (predominância de faixa etária, sexo, violação acometida), perfil do violador, perfil das crianças adotadas, tipos de adoção, tempo médio de proteção institucional, acesso a serviços socioassistenciais, dentre outros).

Os dados coletados, foram inseridos em planilha em Excel e posteriormente analisados pela técnica da Vigilância Socioassistencial, técnica de gestão do SUAS e coordenadora da Proteção Social Especial. Através de reunião integrada as informações foram disseminadas para os profissionais que compõem o Sistema Único de Assistência Social, conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e Comitê Intersetorial pela Primeira Infância, para a discussão de casos e ajustamento dos fluxos. Também foram utilizados para fomentar as reuniões concentradas que acontecem com a equipe da Proteção Social Especial de média e alta complexidade e o Poder Judiciário e Ministério Público semestralmente. Ressaltamos ainda que as informações da experiência ora apresentada subsidiaram a elaboração do Projeto Canto de Acolher, do Edital, Amigo de Valor 2024, do Banco Santander. Vale salientar que a experiência não contou com a participação da comunidade em função de ter sido realizada junto a uma Unidade de Acolhimento Institucional.

3.7. Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

Trabalhadores do SUAS, gestores, órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos (CMDCA, Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário e Comitê Intersectorial pela Primeira Infância).

3.8. Insumos Necessários

Para a execução do diagnóstico foi necessário:

- Infraestrutura – computador com internet, impressora, data show e materiais de consumo;
- Recurso Humanos: Técnica da Vigilância Socioassistencial, Técnica de Gestão, Coordenação da Proteção Social Especial e equipe técnica da Unidade de Acolhimento Institucional.
- Planilha em Excel para tabulação de dados;
- Profissional com habilidade em programas específicos para produzir o Boletim Informativo;

3.9. Resultados Alcançados

A experiência o papel da vigilância como ferramenta de proteção as crianças na primeira infância no serviço de acolhimento institucional do município de Acaraú, possibilitou identificar:

- No período que compreende os anos de 2021 a 2023 foram de 56 crianças, sendo que 31 estavam na faixa etária de 0 a 6 anos, representando 56% do total de crianças e adolescentes acolhidos;
- O perfil das crianças acolhidas, tais como predominância da faixa etária, com destaque para as crianças com idade inferior a 1 (um) ano, representando 35% do total de crianças; Com relação ao sexo, prevaleceu as do sexo masculino, representando 53%.
- Os tipos de violações mais recorrentes que levaram a institucionalização das crianças, foram acometidas em decorrência do uso de álcool e outras drogas por seus responsáveis (Negligência, violência física e psicológica).
- O perfil do violador, sendo eles: Responsável em risco pessoal em decorrência do uso de álcool e outras drogas; Pais negligentes, violentos e com conflitos familiares; Pais ou responsáveis com transtorno mental/sofrimento psíquico; Pais em situação de rua.
- Situações de saúde das crianças acolhidas na Primeira Infância, tais como: 02 (duas) com Imunodeficiência; 01 (uma) com pneumonia crônica; 01 (uma) com Síndrome de Down; 01 (um) com Transtorno desafiador de oposição (TOD); 02 (duas) com Má-formação Congênita; 01 (uma) com Deficiência auditiva; 01 (uma) com Transtorno espectro autista (TEA) e 02 (duas) com Intolerância à lactose.
- Das decisões judiciais, onde identificou-se que: 09 (nove) retornaram a Convivência Familiar através de família de origem; 07 (sete) retornaram a Convivência Familiar através de família extensa; por decisão do Ministério Público, 07 (sete) crianças tiveram destituição do poder familiar, sendo 05 (cinco) adotadas e 02 (duas), estando em guarda provisória.
- Ainda de acordo com nosso monitoramento, constatou-se que 08 (oito) crianças continuam no acolhimento institucional.

3.10. Desafios e Superações

Desafios:

- Cofinanciamento Federal inexistente para potencializar as ações do setor de Vigilância Socioassistencial no município;
Fortalecer as referências e contrarreferências entre os serviços socioassistenciais por meio das informações do Setor de Vigilância Socioassistencial;

Superações:

- As informações qualificadas da experiência foram utilizadas para escrever a Proposta Canto de Acolher, do Edital, Amigo de Valor, do Banco Santander, qualificando o município para a segunda fase do referido edital, que terá seu resultado final em agosto.
- Disseminação das informações sobre as violações de direitos contra as crianças acolhidas na primeira infância através das reuniões integradas e descentralizadas com a rede que compõe o sistema de garantia de direitos.
- Permanência da técnica de vigilância socioassistencial no setor, mesmo havendo mudança de gestor municipal, fortalecendo assim o respectivo setor.

3.11. Próximos Passos

- Manter a sistematização do monitoramento contínuo dos serviços ofertados pela Proteção Social Básica e Especial através do Setor de Vigilância Socioassistencial, buscando proporcionar qualidade de atendimento e organização da Política de Assistência Social Municipal.
- Realizar Mapa de Risco Social com base nas violações segundo a tipificação de riscos, contemplando os diversos ciclos de vida, tendo como objetivo aprimorar as ações de prevenção e combate às respectivas situações.

3.12. Informações Complementares

- Para comprovação da experiência, o município dispõe de relatório situacional com as informações analisadas; Instrumentais utilizados no monitoramento; Arquivo fotográfico. Todos esses documentos comprobatórios, seguem em anexo no e-mail, com o Formulário de Inscrição.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Berçário e Dormitórios



ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Reuniões Técnicas



2.2 ALTO SANTO

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Alto Santo

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): DEBORAH THAYNÁ AMANCIO CARNEIRO

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Sâmara Roberta Bessa Pinheiro

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Programa Criança Feliz nos Territórios: um olhar da vigilância socioassistencial sob as comunidades de pescadores artesanais localizadas na Beira Rio de Alto Santo – CE.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: Janeiro 2021

Data de Término (se for o caso): em execução

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Famílias residentes nas comunidades localizadas na região Beira Rio de Alto Santo-CE, com crianças de 0 a 06 anos em sua composição familiar, inseridas no Cadastro Único. Atualmente, existem uma média de 140 (cento e quarenta) famílias em acompanhamento, moradores das comunidades: Distrito do Castanhão, Caroba, Universal, Caraúbas, Tabuleiro das Moças, Vila Oriente, Bom Jesus, Lagoa Grande, Cabrito I, Cabrito II, Recanto e Fazenda Santo Antônio.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Sendo a fase compreendida entre 0 à 6 anos, a primeira infância é um momento primordial do desenvolvimento humano, no qual suas aquisições, competências e habilidades acumuladas positivamente nesse período significará em reflexos futuros mais complexos e saudáveis. Nessa perspectiva, o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS surge em consonância com a Lei Federal nº 13.257/2016 e objetiva estimular o desenvolvimento integral na primeira infância, entendendo as particularidades das famílias e seus contextos de vida. Além disso, o programa atua no fortalecimento dos vínculos, nas funções protetivas das famílias e nas ações intersetoriais que integram, ampliam e reforçam as políticas públicas voltadas para esse público. No município de Alto Santo – CE, a meta de acompanhamento de famílias no âmbito do programa são de 200 (duzentas), divididas nos territórios de referência da Política de Assistência Social.

Assim, como forma de compreender e visualizar as situações de aprofundamento das vulnerabilidades que atingem as regiões, a vigilância socioassistencial em articulação com a equipe do Programa Criança Feliz, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) realizou um estudo socioterritorial para levantamento das demandas e condições das famílias domiciliadas na região conhecida como Beira Rio, em especial aquelas que possuem a pescaria artesanal como principal atividade econômica de manutenção de suas necessidades básicas. Dessa forma, a partir das constatações apresentadas, essas que foram, fundamentalmente, relacionadas a fragilização dos vínculos familiares e prejuízos no processo de desenvolvimento infantil, a equipe de visitadoras realizou o trabalho de busca ativa dessas famílias para inserção no acompanhamento pelo Programa Criança Feliz.

Desde início da atuação nas comunidades que se localizam a beira dos rios Figueiredo e Jaguaribe, temos uma média de 140 (cento e quarenta) famílias acompanhadas, no qual a intervenção tem como metodologia a mesma utilizada pelo programa. Além disso, é mister ressaltar que, as atividades desenvolvidas junto a essas famílias têm como enfoque, não apenas os objetivos centrais do programa, mas também no seu modo de vida que estão intrinsecamente ligados ao território, as suas tradições e práticas culturais.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

Realizar inserção e acompanhamento das famílias com crianças de 0 a 6 anos em sua composições residentes nas comunidades localizadas na Beira Rio de Alto Santo – CE no Programa Criança Feliz.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Ampliar o território de atuação das ações voltadas a primeira infância através do Programa Criança Feliz;
- Fortalecer a intersectorialidade através de atividades conjuntas e articuladas;
- Fomentar a execução de políticas nas comunidades rurais promovendo o acesso universal dos usuários e suas famílias;
- Promover atividades que reforce as tradições e culturas peculiares dos territórios utilizando o lúdico como principal ferramenta de intervenção.

3.6 Metodologia

A metodologia da ação foi pensada e ocorreu em três etapas:

- 01 ➤➤ No primeiro momento a vigilância socioassistencial esteve reunida com a equipe do CRAS e Programa Criança Feliz para planejar a abordagem junto as Agentes Comunitárias de Saúde, bem como materializar os instrumentais a serem utilizados para realização do estudo socioterritorial.

02 >> A segunda etapa teve como finalidade a reunião intersectorial, na qual identificou as demandas, contexto socioeconômica e seu modo de vida, tradições e práticas culturais.

03 >> A última fase do processo compreendeu no deslocamento da equipe do PCF ao território para realização da busca ativa das famílias, sensibilização para adesão a metodologia do programa e, conseqüentemente, inserção no acompanhamento.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- > Vigilância Socioassistencial;
- > Equipe de referência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
- > Equipe de referência do Programa Criança Feliz;
- > Agentes Comunitárias de Saúde (ACS).

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- > Data show;
- > Notebook;
- > Canetas;
- > Papel ofício A4;
- > Impressora;
- > Veículo (carro)

3.9. Resultados Alcançados

- > Execução de ação intersectorial articulada e mediada pela vigilância socioassistencial;
- > Identificação das demandas e condições das famílias domiciliadas na região conhecida como Beira Rio;
- > Inserção de famílias em acompanhamento;

Desenvolvimento das atividades em consonância com a metodologia do programa em diálogo com as especificidades do território.

Atualmente, a maior parte das famílias acompanhadas pelo PCF, são residentes nas comunidades da Beira Rio.

3.10 Desafios e Superações

- > Mobilização dos atores envolvidos na ação, tendo em vista a distância;
- > Processo de busca ativa, considerando a extensão territorial da região
- > Adesão das famílias a metodologia do programa.

2.3 ARARENDÁ

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Ararendá

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): CRISLENE DE SOUSA RIBEIRO

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Marcia Militão Pinho

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Experiência exitosa com família pertencente ao programa primeira infância no SUAS/ Programa Criança Feliz do município de Ararendá.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 03/06/2024

Data de Término (se for o caso):

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Criança de 0 a 3 anos de idade.

3.4. Justificativa/ Contextualização

A proposta da experiência é apresentar o desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos, durante a execução das atividades domiciliares do Programa Criança Feliz.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

Mostrar a melhoria na cognição das crianças pertencentes ao Programa Criança Feliz.

3.5.2. Objetivos Específicos

- ▶ Estimular a cognição, estimular interação entre cuidador e criança e a coordenação motora fina.

3.6 Metodologia

01 >>> Visitas domiciliares e entrevista.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- > Lucilia dos Santos Firmino (cuidadora)
- > Lucivianio Lopes Paula (visitador)
- > Francisca Juliana Felício Mourão (supervisora PCF)

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- > Transporte, material existente no domicílio do usuário.

3.9. Resultados Alcançados

- > Maior interação entre cuidador e criança, aproveitar usos próprios de brinquedos existentes na casa, realização da estimulação da criança durante a atividade.

3.10 Desafios e Superações

- > Mobilização dos atores envolvidos na ação, tendo em vista a distância;
- > Processo de busca ativa, considerando a extensão territorial da região;
- > Adesão das famílias a metodologia do programa.

3.11 Próximos Passos

- > Dar continuidade na efetivação das políticas públicas voltadas para a primeira infância.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.3 ARARIPE.

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Araripe

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): ERIC PAULINO ROCHA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Cicero Emanuel Dias Ferreira

Nome: Anne Karine Maia de Araújo

Nome: Rodrigo Cicero Morais da Silva

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Primeira infância no suas e o fortalecimento da cultura – étnico racial de Araripe.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: Março/2023 Data de Término (se for o caso): algumas ações são continuadas.

Tempo de Execução: Até 6 meses De 6 meses a 1 ano Acima de 1 ano

3.3. Público-alvo

Famílias residentes na Comunidade Quilombola Sitio Arruda Araripe – Ce, que se encontre em situação de vulnerabilidade social inscritas no cadunico e ou beneficiada pelos programas de transferência de renda. A identificação desta população parte de estudo realizado junto a vigilância socioassistencial, de modo a compreender tamanha necessidade de intervenção.

3.4. Justificativa/ Contextualização

De acordo com o marco legal da primeira infância, em art. 2º considera-se primeira infância que engloba os primeiros anos de vida, até os 6 (seis) anos completos. É na primeira infância que iniciam curiosidade e descobertas e a falta de estímulo provoca interrupção de processo criativo da criança. a cultura e o contexto familiar são ferramentas que impactam no desenvolvimento físico e mental de crianças Brasil, 2016).

Dados de estudos contemporâneos, comprovam que a primeira infância trata-se de um marco importante na vida dos indivíduos, etapa de muito aprendizado que reflete na qualidade de vida de uma sociedade. James Heckman, prêmio nobel em economia 2000, afirma que “cada dólar investido em programa de primeira infância representa uma economia de US\$ 7 até a idade de 27 anos, e U\$ 13 dólares até os 40 anos”. (O começo da vida, 2016).

Destarte, é válido considerar a criança como cientistas que exploram o universo, são corajosos, ousados e elaboram questionamentos críticos em suas descobertas e experiências que eles vivenciam nos primeiros anos de vida geram impactos significativos por toda a vida, o que inclui a forma de lidar com as emoções e se relacionar com o meio em que está inserido (Brasil, 2019).

A população brasileira vivencia uma série de desigualdade e é por meio das políticas públicas que se torna possível garantir o acesso a direitos principalmente quando isso impacta nas questões raciais. O referido projeto foi pesando a partir do levantamento de dados e estudos do território, bem como das vivências em se tratando de acompanhamento à primeira infância na comunidade, de modo que surgem inúmeros questionamentos direcionados a entender aquilo que representa a valorização étnico-racial, considerando seu contexto histórico e de vida.

A pesquisa justifica-se por sua relevância social, uma vez que permite aos envolvidos compreender e assumirem o papel de protagonista naquilo que precise envolver o cuidado na primeira infância, principalmente quando se pensa em igualdade racial. Representa e crescimento em caráter individual e coletivo, uma vez que os profissionais constroem suas ações pautadas na compreensão de uma infância de preservação a cultura, vida e afeto para a valorização da comunidade.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

Possibilitar o fortalecimento da cultura étnico-racial de Araripe – Ce, considerando o desenvolvimento da primeira infância.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Identificar através da vigilância socioassistencial as famílias existentes no território da Comunidade Quilombola Sítio Arruda;
- Realizar entrevista de modo a conhecer as diferentes infâncias da Comunidade Quilombola Sítio Arruda;
- Promover um circuito de brincadeiras como fortalecimento a história de vida e construção de vínculos entre famílias e comunidade;
- Realizar a partir de encontro o desenvolvimento de plano de intervenções em foco na primeira infância da comunidade, considerando o fortalecimento da CULTURA;

3.6 Metodolgia

01 >>> TIPO DE NATUREZA:

Tratar-se-á de um projeto de intervenção com a Comunidade Quilombola do Sítio Arruda no município de Araripe – Ce, de modo a compreender a relevância de um dado fenômeno, contexto em que indivíduo se encontram inseridos. O desenvolvimento de projeto de intervenção torna-se possível quando pensado dentro de um contexto capaz de executá-lo e seja socialmente aceitável.

02 >>> LOCAL DO PROJETO:

O respectivo projeto desenvolveu-se na Comunidade Quilombolas no Sítio Arruda no município de Araripe – Ce. Este refere-se a um município localizado na macrorregião centro sul do Cariri, a 52km de Fortaleza (capital). tem área de 1.097,339km. Segundo dados do Ibge, possui uma população estimada em 2021 de 21.707 pessoas através da secretaria de assistencial social, junto com os seus programas e serviços. A respectiva comunidade encontra-se a uma distancia de 17km de sede do município, bem como 24 km da cidade de Campus Sales e 508 km de Fortaleza, capital do estado do Ceará.

03 >> PÚBLICO ALVO

Famílias residentes na Comunidade Quilombolas no Sítio Arruda em Araripe – Ce, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social inscritas no cadunico e ou beneficiadas pelos programas de transferência de renda. A identificação desta população parte de estudo realizado junto a vigilância socioassistencial, de modo a compreender tamanha necessidade de intervenção.

04 >> DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

A execução do referido projeto ocorreu a parti de etapas subsequentes que forma determinantes para o atendimento aos objetivos. Dentre essas estratégias: o levantamento de dados a partir da vigilância socioassistencial de famílias do território, bem como visitas as famílias da comunidade, formação de comissão intermunicipal e interestadual para que se pensasse em iniciativas de grande relevância para o trabalho do respectivo fenômeno, estudo sobre as infâncias da comunidade, desenvolvimento de intervenções como as famílias com potencial valorização a sua história e encontro municipal de valorização a cultura étnico-racial.

AS INTERVENÇÕES SERÃO DESCRITAS A SEGUIR:



A VIGILÂNCIA E O ESTUDO TERRITORIAL

A compreensão para o trabalho da vigilância socioassistencial direciona-se ao entendimento de uma perspectiva teórica que afirma no território, uma vez que este “é entendido como lugar de relações sociais, de conexões e redes” (Saquet, 2007, p 115). Essa abrangência engloba história, vidas e as relações sociais dos indivíduos e vai para além da produção econômica. O território possui relação direta à natureza, à apropriação, às mudanças, à mobilidade, à identidade e ao patrimônio cultural. Há, portanto, a necessidade de se pensar no território considerando as articulações, as interações e a história existente, em suas diversas dimensões. Nessa perspectiva de compreensão, entendemos a territorialidade como relacionada ao agir. É um aspecto social que “envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelos territórios; mediações que mudam no tempo e no espaço [...] o agir social é local, territorial e significa territorialidade (Saquet, 2007, p 115). O território é um conjunto simbólico que emerge desse agir, das relações, do posicionamento dos atores sociais e dos significados que são construídos na territorialidade.

O estudo dos territórios tradicionais exige um olhar cuidadoso, uma vez que esses representam espaços marcados quanto à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. Nessa perspectiva e com grande relevância ao trabalho desenvolvido pela equipe de vigilância socioassistencial, foi possível construir espaços de discussão e fortalecimento para o trabalho que precisa acontecer no território do quilombo de Araripe.

Assim, a equipe de vigilância, buscou realizar um estudo do território, mapear para avaliar e pensar novas estratégias. Esse estudo serviu de base para compreensão e identificação de vulnerabilidades, avaliando as desigualdades sociais, que são, antes de tudo desigualdade territoriais, produzidas pelo lugar onde cada indivíduo se encontra. A oportunidade por compreender sobre algumas dessas fragilidades, reforçou a importância para um olhar minucioso sobre o papel que as políticas públicas precisam assumir nesse espaço.

O trabalho social com famílias quilombolas se deu nas relações diretas ou indiretas, sejam por visitas domiciliares, que visam identificar fragilidades no território, bem como em encontros realizados pelas equipes técnicas da rede de proteção social do município. Esse contato permitiu acessar falas das famílias que puderam ter voz sobre suas necessidades, angústias e destacar iniciativas que atenderiam necessidades nesses espaços sociais do município. Esse contato permitiu acessar falas das famílias que puderam ter voz sobre suas necessidades, angústias e destacar iniciativas que atenderiam necessidades nesse espaço. Dentre resultados desse trabalho foi possível identificar necessidades de intervenção e aproximação entre a intersetorialidade, dialogar com as equipes técnicas da proteção social básica e especial a fortalecer o trabalho em rede, fortalecer a convivência em comunidade, potencializar o trabalho de prevenção a ruptura de vínculos, possibilitar o acesso das famílias as políticas de direitos, bem como fortalecer a qualidade de vida dos indivíduos do território.



HISTÓRIA E INFÂNCIA DA COMUNIDADE

Compreender o processo histórico da comunidade é de grande relevância para o entendimento de intervenções que venham valorizar seu contexto de vida e valorizar aquilo que precisa de maior ênfase. Assim, tornou-se possível dentro do processo de estudo territorial, a realização de entrevistas junto as famílias da comunidade, a exemplo (da imagem a seguir), a matriarca da comunidade e uma das parteiras, onde foi possível compreender um pouco daquilo que era valorização enquanto história, comunidade e a forma como eles preservavam costumes, que culturalmente é importante dentro desses espaços de convivência.



Essa etapa do projeto, como supracitado, foi possível por meio de visitas, de modo a dialogar e esclarecer sobre o projeto junto à comunidade e então convidá-los a participar do estudo. Após o consentimento e assinatura do termo livre e esclarecido – tcle, foi possível uns tais entrevista, de caráter semiestruturado, sendo gravadas em aparelho smartfone.



A COMISSÃO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL

A formação de comissão intermunicipal e interestadual constitui-se de valor significativo no que se refere estudo, planejamento e avaliação das ações que precisariam ser propostas para a comunidade. Esta constitui-se por secretário de assistência social de Araripe, técnico da vigilância socioassistencial, representante do comitê da primeira infância, representante da secretaria de educação de Araripe, representantes da primeira infância no Suas da Secretaria de Proteção Social do estado – Ce, representante da equipe de educação racial da Seduc – Fortaleza – ce e representante da equipe técnica da Secretaria Estadual de Igualdade Racial.

Ocorreram alguns encontros, onde tornou-se possível compreender e conhecer o território e um pouco de história da comunidade, avaliando potencialidades e fragilidades do território de modo a fazer com que a política pública pudesse chegar até lá. Dentre os momentos de planejamento, buscou-se pensar estratégia no desenvolvimento de ações, que representassem na primeira infância e cultural racial, seja por ações diretas no território, ou pela formação de profissionais do município que possuem ligação direta e necessitam desenvolver um bom acolhimento e/ou intervenções a essa população. As intervenções foram sempre pensadas com foco nas necessidades desses povos, enquanto preservação de cultura e vida.



RECRIANDO HISTÓRIA E FORTALECENDO A CULTURA ATRAVÉS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A partir da compreensão da história de vida das representantes da comunidade, foi possível perceber que grande parte da preservação que se tem, encontra-se na valorização para momento de integração na infância, aproximando esses sujeitos do território, das brincadeiras que foram passadas de geração a geração e que são relevantes para esses contextos de vida. A estrutura pelo fortalecimento de vínculos entre famílias e comunidades foram dos maiores destaques para aquilo que se tem como valorização, onde as vivências que se tinham nos terreiros representam marcos legais para preservação desses territórios, da cultura e da vida desses integrantes.

Assim, levantadas tais necessidades, foi possível desenvolver um circuito de brincadeira dentro do próprio território, onde as famílias do Programa Primeira Infância no Suas – Criança Feliz da comunidade puderam participar. Na oportunidade, foi possível dialogar a importância da primeira infância, da valorização étnico-racial, em seguida realizando momentos de brincadeiras com foco no resgate aquilo que se tem como relevante para esse povo, como: brincadeiras de roda, peteca, dentre outras.



ENCONTRO MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO A PRIMEIRA INFÂNCIA E CULTURA ÉTNICO-RACIAL

Enquanto iniciativa de valorização a primeira infância e cultura étnico-racial, foi possível realizar o primeiro encontro de fortalecimento a cultura étnico-racial. O evento foi marcado pela iniciativa da comissão, que dentre as necessidades avaliação, percebeu-se a importância para integração entre sociedade e o tema, bem como formação de profissionais para que melhor lidassem com o acolhimento e valorização as necessidades da população. Ocorreu durante três dias, onde convidou-se a comunidade e profissional das políticas públicas locais para melhor dialogar acerca do tema.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- › COMUNIDADE QUILOMBOLAS SITIO ARRUDA
- › SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- › SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- › SECRETARIA DE CULTURA
- › SECRETARIA DE SAÚDE
- › SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – EQUIPE DE IGUALDADE RACIAL SEDUC
- › SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ – EQUIPE DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS
- › REPRESENTANTE CGSUAS
- › SECRETARIA DE IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO CEARÁ

3.8. Insumos Necessários

- › Uso de tecnologias (para reuniões da vigilância socioassistencial e comissão) ,uso de espaços físicos e equipamentos para acesso e desenvolvimento das ações.

3.9. Resultados Alcançados

- › Mediante realização das entrevistas, foi possível transcrevê-las de modo literal. Foram divididas a partir de questões ou pontos norteadores que atendias aos critérios e objetivos da pesquisa, tendo em vista o contexto da vida dos sujeitos, cultura e sua representação na primeira infância. Considerando a relevância das entrevistas, utilizou-se a análise de conteúdo que se traduz na apreciação das expressões de sujeito, que possuem inferência com determinado fenômeno ou contexto social (Bardin,2011). O autor divide esse tipo de análise em etapas: pré – análise, retirada, separação e união do material; organização, dedução e interpretação dos resultados (Bardin,2011).

Dessa forma, é impossível pensar um contexto histórico de uma dada população sem considerar sua cultura e a forma como estes constroem sua subjetividade e colocam-se no mundo. História e relatos de existências são algo presentes desde dos primórdios, onde o sujeito manifesta sua construção de vida de diversas formas. A autopercepção, direciona o individuo para si e para o mundo (Chaves; Aquino,2021). Assim, dentro dessa dimensão da vida e de desenvolvimento, a importância que se dá para esse ciclo da vida, a primeira infância, uma vez que este representa uma das mais significativas etapas de expressão em seu desenvolvimento (Brasil, 1988). Destarte, em referência a fala das entrevistas, compreende-se que a infância representa:



Entrevista 01:

É a criança ser feliz, se divertindo, né [...]



Entrevista 02:

E se desenvolver, ter conhecimento bem mais dos brinquedos, mais atencioso, desenvolvimento melhor.

Desta forma, é na primeira infância que cada um constrói sua subjetividade por meio da sua relação com o mundo e uma das formas que esta experiência o meio é através da interação com o meio, cultura, tradições, se conhecendo e reconhecendo pessoas e objetos que lhe trazem uma representação e sentido. A partir do sentir, agir e ser o mesmo atribui ao contexto que está inserido (Carvalho,2016). Ao buscar compreender essas infâncias no território, compreendeu-se pontos de grande relevância a serem considerados e preservados, como:

Entrevista 03:

Era correr no terreno (sic), brincando de bicheira, brincando de cair no rio. nos brincava de correr atrás do zotros, brincando de cair no poço era também, uns ficava acolar e outros ficava aqui e dizia: cair no poço, e outro dizia: quem tira é o meu amor, ai dizia é esse? é não? é não

Entrevista 04:

darandeu(sic),era rodano (sic),era pegando(sic),no braço do otro (sic), e catando (sic)

O **“darandeu”** é referenciado pelos entrevistados como momentos de interação entre pessoas da comunidade de diferentes idades, que aparecem como representação da cultura que precisa ser mantida, é a forma como essas pessoas se conectam independente de idade. Assim, o fortalecimento da cultura se dá também pelas interações e fortalecimento dos vínculos sociais e famílias que precisam ser mantido se resultarão em liberdade para a construção da própria história (Pyle,2022).

Assim, com base nas escutas e no estudo do território, foram pensadas ações com foco ao fortalecimento a cultura étnico-racial, com rodas de conversas com espaços potenciais da comunidade, além de tudo, valorizado tais escutas e reforçando aqui que é importante para a respectiva comunidade. Uma das estratégias foi o circuito de brincadeiras, onde as famílias de território foram convidadas, onde puderam dialogar acerca da cultura, bem como formas de representação destas, o que resultou em um momento rico de construção de vínculos sociais, preservando o que é de fala deles.

O desenvolvimento de todas as ações, são pensadas de modo a entender o fortalecimento da cultura local, bem como tornar esses sujeitos protagonistas da própria história. Enquanto resultado desse trabalho, reforçando as ações que visam fortalecer as políticas locais, o que reforça a relevância desse trabalho. Assim, o marco do I Encontro de Fortalecimento da Cultura Étnico-Racial possibilitou a formação de profissionais que estão diante da execução das políticas públicas com foco no fortalecimento da igualdade racial quando se pensa o desenvolvimento da primeira infância.

O evento como supracitado, uniu os profissionais da Educação, Assistência Social, Cultura, Saúde do município, representantes do Governo do Estado, da Secretaria de Proteção Social, Secretaria de Igualdade Racial, Secretaria de Educação e Professor da Unilab Fortaleza – Ce, além das representantes da sociedade.

O referido projeto buscou compreender o fortalecimento da cultura étnico-racial de Araripe – Ce, considerando o desenvolvimento da primeira infância. As ações desenvolvidas trouxeram desde o conhecimento / estudo do território, bem como maior aproximação com a cultura desse povos de modo que tais iniciativas reforçam o fortalecimento e valorização do fenômeno da vida, desde a primeira etapa do desenvolvimento.

É importante destacar a primeira infância como espaço de construção do sujeito diante de aprendizagens e interações que refletem o desenvolvimento integral. Esse processo ocorre de forma diferente para cada indivíduo e perpassa através das culturas de um povo. A construção de afeto por meio das interações que ocorrem na relação da criança com suas famílias e também no meio social, é marcada por mudanças ao longo dos anos, porém torna-se visível, onde os protagonistas (famílias) no território, destacam essa preservação.

A vigilância socioassistencial assumiu papel significativo para que todas as ações fossem pensadas, onde o diagnóstico permitiu assinalar um olhar de compromisso frente as fragilidades locais e as prioridades a serem gerenciadas. Assim com as ações, permitiu-se maior dialogo entre os profissionais da rede de assistência, bem como o fortalecimento do trabalho intersetorial, o que resultou significativamente sobre a aproximação dessas famílias com a toda a política pública. O olhar da análise entorno do território nos permite, também, descobrir particularidades do lugar ou da população. Para além da construção da políticas públicas, conhecer o território permite que os sujeitos se entendam e a suas próprias histórias, ajudando-os a construir sua identidade, bem como fortalecendo vínculos familiares e sociais.

O desenvolvimento de todas as ações, desde o estudo do território, a formação da comissão, serviram como base para identificação de necessidades enquanto atividade a serem desenvolvidas para o território. O circuito de brincadeiras resgatou um pouco da história da vida da comunidade, uma vez que as atividades foram pensadas com foco na fala desses sujeitos. Na oportunidade, foi significativa para construção de vínculos sociais e familiares.

A fala dos integrantes da comunidade, por si só, apresenta-se em grande relevância para o desenvolvimento da criança, uma vez que permite destacar a importância da relação entre crianças e o meio, potencializando ainda mais o fortalecimento de expressões culturais da própria comunidade. Destaca-se tais iniciativas como ferramentas para o fortalecimento de vínculos entre indivíduos de uma respectiva família ou fora dela.

As formações serviram como base para estruturação de maior atenção para a primeira infância, bem como as questões étnico-racial que precisam de maior atenção. Cada formação atendeu a instigações de profissionais da rede de políticas intersetoriais, de modo a garantir maior atenção e valorização para essa comunidade.

O projeto foi de grande valor tanto para as ações na primeira infância, bem como acontecer a intersetorialidade, de modo a garantir o desenvolvimento integral nesse período da vida e potencializar o acesso dessa comunidade às políticas públicas do município. Esse estudo, servirá como base para intervenções com foco naquilo que foi percebido, bem como, reflete um espaço para se pensar e fortalecer a valorização cultural da Comunidade Quilombola Sítio Arruda com centralidade na primeira infância, levando em conta sua história de vida e reais necessidades.

3.10 Desafios e Superações

➤ Dentre os desafios, a articulação entre todas as políticas em vezes exige intensa dedicação, uma vez que cada espaço possui rotina e necessidades a serem atendidas. A articulação com as equipes estaduais também esteve entre os desafios, pela necessidade de participação de tais profissionais da referência no município e este possui grande distância de capital do estado onde estão referenciados, porém para o município foi superando quando conseguimos reunir a gama de profissionais que puderam vir e contribuir para que o projeto fosse efetivado. Dentre as superações, está a participação de membros da comunidade, bem como profissionais de toda a rede municipal, o que produz conhecimento que resulta positivamente para a comunidade quilombola e uma infância com um olhar diferenciado considerado sua integralidade de cuidados.

3.11 Próximos Passos

- A comissão já se reuniu e pensou para esse segundo semestre o segundo encontro, onde será ainda mais fortalecido esse trabalho na primeira infância no território. Oportunizará um novo estudo por parte da equipe da vigilância socioassistencial, fortalecendo sempre o acolhimento as essas famílias e aproximando-as de espaços que possibilitem a superação de fragilidades.

3.12 Informações Complementares

- Os registros fotográficos apresentam informações e comprovações relevantes do projeto, como os resultados e avaliação dos envolvidos.



2.5 ARATUBA:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Aratuba

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): FRANCISCO WESCLEY GOMES SANTOS

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Francisca Katiany Leitão Pimentel Barbosa

Nome: Caroline de Sousa Peixoto Silva

Nome: Antônia Solange Souza Pereira

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Diagnóstico Socioterritorial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 20/05/2024

Data de Término (se for o caso):

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O trabalho social da Assistência Social juntos aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais é sensível às manifestações culturais locais as potencialidades capazes de elevar a autocompreensão e autoestima das famílias, seu sentimento de pertencimento ao território e a coletividades, resgatando ou reforçando a condição de sujeitos da sua própria história.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

Conhecer suas Histórias de Cultura e trabalhar o enfrentamento das desigualdades, discriminações e vulnerabilidades a que foram historicamente submetidos, especialmente valorizando suas formas de organização e resistência.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Valorizar a pluralidade cultural
- Adquirir conhecimento sobre a história
- Conhecer os hábitos e costumes
- Desenvolver Políticas Públicas

3.6 Metodologia

- 01 ➤➤ Promover uma reflexão crítica sobre a situação de vida e suas prováveis condicionantes socioeconômicas e culturais e favorecer a percepção da situação vivenciada, a definição de estratégias para a superação da situação de vulnerabilidade social, através de palestras, roda de conversa.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Secretaria de Assistência Social
- CRAS
- Comunidade Quilombola
- Comunidade Indígena

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- Data show;
- Canetas;
- Papel ofício A4;
- Impressora;

3.9. Resultados Alcançados

- Os Povos Originários e Comunidades Tradicionais são assistidos pela Política de Assistência Social, através do CRAS e suas ações os quais citamos: O CRAS Itinerante, que aproxima os serviços do âmbito do CRAS a população, Encontros PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos e crianças, Vigilância Socioassistencial realizada na e com a comunidade, Auxílio Gás, Mais Infância (Criança Feliz), Controle Social, Casamento Comunitário, benefícios eventuais, cursos profissionalizantes, Ceará sem fome, CMIC, Auxílio Municipal Emergencial (AME), dentre outras atividades intersetoriais.

3.10 Desafios e Superações

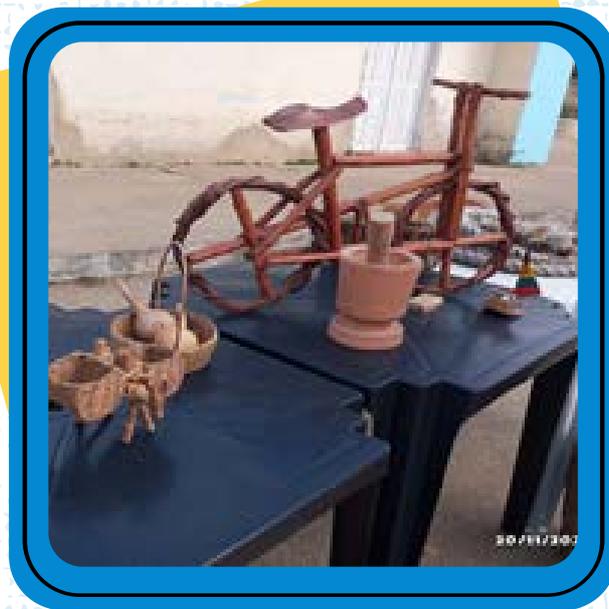
- Faz-se necessário empreender esforços de compreensão da especificidade dos territórios habitados pelas famílias. Assim, será possível identificar vulnerabilidades e potencialidades a partir da leitura crítica das situações vivenciadas e da escuta sensível e qualificada das demandas apresentadas. Mesmo no caso de vulnerabilidades que afetam individualmente, é preciso fiar-se por posturas de respeito às formas próprias como cada coletividade lida com elas, de modo a evitar que atitudes etnocêntricas contaminem a política pública de assistência social.

3.10 Desafios e Superações

- A necessidade de estudar cada vez mais a realidade local, dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais e identificar as várias modalidades de vínculos, a visão de mundo e formas de relação com a sociedade.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.6 BEBERIBE:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Beberibe

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Nome Completo do(a) Gestor(a): LUCIANA DE LIMA NASCIMENTO

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: ANA GISELLE COSTA DE ALMEIDA MORAIS

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

A Importância da criação do Sistema de Informações de Vigilância Socioassistencial para o Monitoramento das Políticas Públicas na Primeira Infância.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 07/02/2024

Data de Término (se for o caso): Contínuo

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Famílias atendidas/acompanhadas pelos CRAS e CREAS no município de Beberibe, em especial aquelas que possuem crianças na faixa etária de 0 a 06 anos em sua composição.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Ao considerar a Vigilância Socioassistencial setor responsável por gerar dados e conhecimento de forma territorializada, bem como a necessidade de identificar de forma mais assertiva o público que requer proteção social, e identificar as reais demandas da população do território de Beberibe, a política de assistência social, idealizou uma plataforma que apresenta de forma mais direta os aspectos relevantes para um olhar protetivo, ao reunir informações das famílias e indivíduos, desde dados cadastrais até atendimentos, acompanhamentos, vulnerabilidades e riscos vivenciados.

Denominado de Sistema de Informações de Vigilância Socioassistencial (SISVS), este desempenha um papel fundamental no contexto da gestão e avaliação das políticas públicas ao ser criado com o objetivo de sistematizar desde o perfil socioeconômico das famílias, suas demandas e vulnerabilidades, até a execução da política de assistência social na prática, ou seja, como a Proteção Social Básica e Especial tem realizado seu papel protetivo dentro do seu escopo.

Embora o SISVS não tenha a exclusividade de um olhar para famílias com crianças na faixa etária de 0 a 06 anos, sabemos que estas são prioridades absolutas, e por esse motivo o sistema é utilizado de forma mais direcionada a este público. Pensando em ações integrais e integradas, o SISVS permite a observação dos atendimentos e acompanhamento às famílias com crianças entre 0 a 06 anos, bem como um olhar mais ampliado da gestão e equipes técnicas, conseguindo desenhar o que já temos efetivamente executado, e o que se faz necessário implementar para que crianças na primeira infância tenham seus direitos garantidos de forma eficaz.

Primeiramente, o SISVS possibilita o acompanhamento contínuo das condições de vida e das necessidades das crianças na faixa etária da primeira infância, que compreende do nascimento aos seis anos de idade. Através da coleta de informações detalhadas sobre aspectos como saúde, educação, assistência social, documentação civil básica e desenvolvimento socioemocional, o sistema oferece uma visão abrangente das realidades enfrentadas por essa população vulnerável, e esta coleta sistemática e organizada de dados relevantes é essencial para compreender as dinâmicas e demandas, bem como melhorar o acesso às políticas públicas e benefícios ofertados às crianças e suas famílias.

Além disso, a utilização do SISVS viabiliza a análise longitudinal dos dados, facilitando a identificação de tendências, padrões e disparidades que orientam a formulação e ajustes das políticas públicas. Com base nessas informações, gestores e profissionais da assistência social podem tomar decisões mais embasadas e estratégicas, direcionando recursos e intervenções de maneira mais assertiva.

Portanto, diante da importância crescente de garantir um desenvolvimento integral e integrado às crianças desde os primeiros anos de vida, o investimento na utilização e aprimoramento do Sistema de Informações de Vigilância Socioassistencial se apresenta não apenas como uma necessidade, mas como um compromisso ético e estratégico com o futuro de nossa sociedade. É através desse sistema que podemos não só medir, mas também melhorar significativamente o impacto das políticas públicas voltadas à primeira infância, assegurando um desenvolvimento mais justo e equitativo para todas as crianças.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivos Específicos

- Conhecer o perfil das famílias atendidas em CRAS e CREAS, em todas as suas particularidades pertinentes à atuação da assistência social;
- Identificar famílias com crianças na primeira infância na composição familiar
- Facilitar o acesso à informação de dados fidedignos das demandas apresentadas pelas famílias, ao armazenar informações de atendimentos de CRAS e CREAS;
- Implementar programas / projetos / serviços / benefícios voltados às crianças na primeira infância e suas famílias que sinalizem necessidade de proteção social, visando o incremento da gestão e da execução de serviços;
- Identificar a atuação da proteção social para com as famílias com crianças na primeira infância, ao compilar dados dos atendimentos/acompanhamentos realizados de forma individual e coletiva;
- Monitorar o trabalho realizado com as famílias referenciadas, ajustando as ações sempre que necessário;

- Identificar crianças e adolescentes vivenciando violação de direitos e violência, possibilitando direcionar para estudos de casos intersetoriais, a fim de proporcionar cuidado e proteção.
- Obter informações sistematizadas para preenchimento do Registro Mensal de Atividades (RMA), garantindo dados mais fiéis da produtividade das equipes socioassistenciais.

3.6 Metodologia

- 01 ➤➤ O sistema tem como base 100% das famílias incluídas no Cadastro Único, e famílias beneficiárias dos programas estaduais (Cartão Mais Infância Ceará e Ceará Sem Fome), é alimentado pelos técnicos de CRAS e CREAS com informações coletadas nos atendimentos individuais e coletivos, atualizando dados cadastrais, registrando demandas atuais, situações de risco e vulnerabilidade, entre outros aspectos, possibilitando conhecimento das necessidades das famílias e de território para planejamento de ações pelas equipes e qualificando o olhar da gestão para criação de políticas públicas voltadas à primeira infância ou outro público que demandar.
- Diariamente o setor de vigilância, juntamente com a coordenação de PSB e PSE, monitoram as informações de acordo com a demanda a ser analisada, a fim de identificar necessidade de atuação mais diretiva, bem como gerenciar os dados para produção de documentos analíticos e criação de propostas de trabalho das equipes e gestão.
- A partir daí são produzidos documentos com levantamento de dados específicos e boletins de risco pessoal e social, objetivando subsidiar as ações de proteção social, inclusive sinalização de famílias que necessitam de acesso a benefícios eventuais.
- Vale destacar que mensalmente o sistema permite o acesso às informações compiladas para preenchimento do Registro Mensal de Atividades (RMA) por equipamento, através de uma tela específica para esse fim.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Coordenadores de Vigilância, PSB, PSE, CRAS e CREAS.
- Técnicos de CRAS e CREAS
- Profissional da Secretaria de Ciências e Tecnologia (parceiro).

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- Computador com acesso à internet.
- Prontuário SUAS. Físico e eletrônico
- Ficha de Cadastro das Famílias.

3.9. Resultados Alcançados

- Identificação das políticas mais eficazes no trabalho social com as famílias que tem em sua composição crianças na primeira infância, a partir do monitoramento contínuo e sistemático pela Vigilância Socioassistencial e Coordenadores da PSB e PSE, quanto às atividades realizadas pelas equipes;
- Monitoramento das famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará, Ceará sem Fome, Programa Criança Feliz, possibilitando identificação do acesso destas aos outros programas, projetos e serviços ofertados, a fim de realizar uma atuação mais efetiva da política de assistência nos atendimentos às suas demandas, bem como buscar a garantia de direitos integrais com a melhoria nos encaminhamentos e acompanhamento;

- Maior propriedade das condições socioeconômicas das famílias com membros na primeira infância, colaborando na identificação das desigualdades e vulnerabilidades específicas e orientando nas ações realizadas para reduzir essas disparidades e promover um desenvolvimento mais equitativo das crianças desde cedo;
- Identificação de forma mais diretiva das famílias com perfil para participar de SCFV;
- Agilidade no acesso das famílias aos benefícios eventuais, como auxílio natalidade e complementação alimentar, ao identificar com maior brevidade as famílias com vulnerabilidade alimentar grave, bem como acompanhar mulheres gestantes em situação de vulnerabilidade;
- Identificação de forma mais efetiva das famílias com perfil para benefícios como Vale Gás Social,
- Cozinhas Ceará sem Fome, entre outros, considerando o perfil apresentado;
- Conhecimento dos casos de crianças e adolescentes vítimas de violência/violação de direitos, com olhar prioritário para crianças até 06 anos de idade, permitindo melhor articulação com a rede e criação de estratégias de proteção e cuidado;
- Melhoria dos registros das atividades técnicas de CRAS e CREAS;
- Visualização sistemática dos atendimentos realizados nos equipamentos socioassistenciais, facilitando inclusive o preenchimento do RMA;
- Fortalecimento das políticas públicas voltadas para a primeira infância, contribuindo significativamente para o bem-estar e desenvolvimento das crianças e suas famílias;

3.10 Desafios e Superações

- Por ser um sistema recém-criado, faz-se necessário, rotineiramente, a gestão monitorar a alimentação pelas equipes, a fim de identificar eventuais inconsistências e alinhar para manter o trabalho efetivo.
Ressaltamos que a plataforma é de iniciativa municipal e criada por profissionais locais (técnica da Vigilância Socioassistencial e técnico da Secretaria de Ciências e Tecnologia), dessa forma ainda enfrentamos desafios para ajustar o sistema à necessidade da gestão e dos profissionais que utilizam.

3.11 Proximos Passos

- Vincular as informações geradas nos atendimentos de CRAS, CREAS e Notificações de Violência de cada família, permitindo que todos os profissionais do SUAS visualizem qualquer ação que seja realizada com a família, seja em âmbito da PSB ou PSE.

3.12. Informações Complementares

Importante informar que o SISVS foi implantado em 07/02/2024, porém sua programação iniciou no primeiro trimestre de 2023, então temos de 1 ano de trabalho sendo realizado, desde estudos, planejamentos, testes, ajustes e utilização.

Reforçamos que, embora o sistema não seja exclusivo para as famílias com crianças na primeira infância em sua composição, a gestão optou por utilizá-lo para esse fim de forma mais efetiva, pois entende que este público precisa de um olhar prioritário, e que assim podemos inclusive atuar de forma mais eficaz na colaboração para melhoria da função protetiva das famílias facilitando, portanto, a programação de ações de PAIF, PAEFI e outros serviços.

Considerando que o sistema tem várias telas com funcionalidades diferentes, nos colocamos a disposição para apresentá-lo de forma presencial, a fim de facilitar a compreensão.

2.7 BOA VIAGEM

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Boa Viagem

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input checked="" type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria do Trabalho e Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): MARIA NILZA SAMPAIO DO VALE

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Antonio Kleylton Rodrigues Freitas

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

A vigilância socioassistencial no fortalecimento de vínculos e garantia de direitos na primeira infância.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 22/02/2023

Data de Término (se for o caso): Em Andamento

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Crianças de 0 a 6 anos acompanhadas pelo Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz e suas famílias.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O estabelecimento de vínculos afetivos é fundamental para a construção da identidade e dos relacionamentos interpessoais da criança desde a primeira infância. É a partir das ligações criadas entre os familiares e amigos que a criança começa a entender o mundo que a cerca e os próprios sentimentos. Desta forma a presença e as atitudes da família nessa fase são fundamentais.

Muitas famílias possuem certas dificuldades de exercer esse vínculo devido a diversos fatores, dentre essas questões subjetivas ligadas a suas próprias histórias e a construção e reconstrução de vínculos fragilizados constituídos devidos a uma realidade muitas vezes de vulnerabilidade e riscos sociais. Portanto, ao exercer o cuidado, o adulto constrói um sentido de responsabilidade, tomando para si a tarefa de favorecer o desenvolvimento da criança, no entanto ações precárias de cuidado podem deixar lacunas prejudiciais no desenvolvimento da criança.

Deste modo, se os cuidadores não estão disponíveis para atender às necessidades da criança ou não conseguem identifica-las, a criança pode criar vínculos frágeis, que têm potencial para desencadear problemas emocionais, comportamentais ou cognitivos futuros.

Sendo assim, o Criança Feliz é um programa que tem o objetivo de apoiar e acompanhar o desenvolvimento infantil integral na primeira infância, no período compreendido entre 0 a 6 anos, facilitar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e de suas famílias às políticas e aos serviços públicos que necessitam. O Programa se desenvolve por meio de visitas domiciliares que buscam envolver ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos.

Alida a isso, a vigilância socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização.

Sendo assim, o referido projeto além de promover o desenvolvimento de vínculos na primeira infância, através do programa Criança Feliz, tem como objetivo também fortalecer a vigilância socioassistencial como um instrumento de identificação de demandas, possíveis vulnerabilidades e riscos sociais que envolvem o público atendido. Através da elaboração de diagnóstico socioeconômico das famílias atendidas será possível medir o alcance das demais políticas públicas voltadas a primeira infância que são ofertados no território para as famílias atendidas promovendo a integralidade dos direitos das crianças exercendo o controle social.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- ▶ Fortalecer o vínculo na primeira infância entre o cuidador e a criança garantindo a convivência familiar e comunitária através da integralidade de direitos.

3.5.2. Objetivos Específicos

- ▶ Promover a proteção social através da intersetorialidade entre a política da assistência social e demais políticas públicas voltadas a primeira infância, como saúde e educação;
- ▶ Articular a vigilância socioassistencial com outras políticas públicas visando o conhecimento do território;
- ▶ Fortalecer o controle social através da atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

3.6 Metodologia

- 01 >> As visitas domiciliares no Programa Crianças Feliz compreendem uma ação planejada e sistemática, com metodologia específica para atenção e apoio às famílias, ao fortalecimento de vínculos e estímulo ao desenvolvimento infantil, priorizando o público prioritário previsto.

Os métodos utilizados permitem que o visitador, junto ao supervisor, tenha autonomia para observar as habilidades da criança e perceber o que pode ser trabalhado e com qual intensidade para que a criança melhore suas aquisições. Ao iniciar o trabalho com uma família, o visitador faz uma entrevista para identificar as questões específicas de criança e da família e as habilidades que serão trabalhadas, além de preencher o Formulário de Caracterização da Família, que também contribuirá para a elaboração do diagnóstico social. A partir disso, são definidas estratégias de acordo com a faixa etária das crianças, sendo que cada criança possui sua ficha, que serve para a conhecer melhor, ter uma ideia do que ela já consegue fazer ou não. A partir daí passo atividades para os cuidadores desenvolverem com as crianças.

Ao mesmo tempo o visitador preencherá junto a família a ficha de diagnóstico social fornecido pela vigilância socioassistencial que tem como objetivo avaliar: quais são os riscos e vulnerabilidades nos territórios; as necessidades de proteção social; principais demandas para os serviços e benefícios Socioassistenciais; quais potencialidades o território possui.

Com base nessas informações a vigilância socioassistencial busca articular com as demais políticas envolvidas, dentre elas educação e saúde, em parceria com o Programa Criança Feliz atividades que visem a prevenção de riscos e superação de vulnerabilidades através da construção e do fortalecimento de vínculos.

As atividades são trimestralmente avaliadas pelo Comitê Gestor da Primeira Infância e expostas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, como forma de acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas.

Dessa forma, a intersetorialidade se torna na prática cotidiana, seja apoiada pelo alinhamento entre as políticas, abrangendo o planejamento, o desenvolvimento e o monitoramento das ações e os encaminhamentos realizados, definindo estratégias, instrumentos e compromissos que fortaleçam a intersetorialidade do programa, a implementação das ações de responsabilidade do Estado e o suporte das diferentes políticas para o atendimento às demandas identificadas pela vigilância socioassistencial através do Programa Criança Feliz.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- › Secretaria do Trabalho e Assistência Social
- › Vigilância Socioassistencial
- › Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz
- › Secretaria de Educação
- › Programa Educa Mais Boa Viagem
- › Secretaria de Saúde
- › Equipes de Saúde da Família
- › Agentes Comunitárias de Saúde

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- › Kit Fardamento completo para os visitadores do Programa Criança Feliz – Blusa manga longa e uma curta; boné, mochila, protetor solar, material de expediente; kit de pinturas;
- › Kits de recreação para as famílias acompanhadas: lápis de cor, giz de cera, massa de modelar, cola e livros de colorir.
- › Material de expediente: papel ofício a4 comum, canetas, marcador de texto, prancheta, lápis comum, régua, apontador.
- › Computador com acesso a internet e impressora.

3.9. Resultados Alcançados

- › Elaboração de diagnóstico social do Programa Primeira Infância no Suas – Criança Feliz pela vigilância socioassistencial;

- › Fortalecimento da vigilância socioassistencial;
- › 420 famílias acompanhadas semanalmente pelo Programa Criança Feliz;
- › Meta de 94% de crianças de 1 ano de idade que receberam a vacina Tríplice Viral D graças a busca ativa vacinal feita pelos visitantes em ações conjuntas com a equipe da saúde;
- › Meta da busca ativa escolar atingida por meio de ações conjuntas da equipe de visitantes do Programa Criança Feliz e Equipes da Secretaria de Educação e dos Centros de Referências da Assistência Social;
- › Inclusão de mulheres chefes de família acompanhadas pelo Programa Criança Feliz em programas de capacitação profissional;
- › Inclusão de mulheres chefes de família em turmas de Educação de Jovens e Adultos;
- › Ampliação de serviços assistenciais e respectiva capacidade operacional e inclusão das famílias nos diferentes programas e serviços existentes no território;
- › Fortalecimento das ações integradas dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, com o Programa Criança Feliz;
- › Fortalecimento da intersetorialidade através de ações estratégicas coordenadas pela vigilância socioassistencial;
- › Fortalecimento do controle social através de participações nas reuniões do CMDCA;

3.10 Desafios e Superações

- › Seguir cronograma de reuniões do Comitê Gestor da Primeira Infância, sendo assim ficou estabelecido que sempre ao final do terceiro trimestre aconteceria as reuniões;
- › Promoção de capacitações que viessem atingir os objetivos de ambos os programas, Criança Feliz e Educa Mais Boa Viagem, que atuam na primeira infância. Sendo assim, foi realizada a capacitação sobre primeiros socorros e da escuta especializada.

3.11 Proximos Passos

- › Elaboração de um novo diagnóstico social devido à rotatividade das famílias no programa, já que o primeiro já está com mais de um ano.
- › Analisar o Plano Municipal da Primeira Infância, Plano Ação Municipal do Direitos da Criança e do Adolescentes e Plano de Ação do Programa Criança Feliz 2024 de forma a avaliar as ações que já foram realizadas elaborando estratégias para continuidade das ações e buscando métodos para atingir os objetivos ainda não alcançados.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.8 BREJO SANTO

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Brejo Santo

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input checked="" type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS - SPSI

Nome Completo do(a) Gestor(a): MARIA VANUSA ALVES

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Daciana Soares Cardoso Fontes

Nome: Maria Leily Moura

Nome: Thiago Ferreira da Silva Ribeiro

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Projeto Agregar: Integração e inclusão dos Povos Originários presentes em Brejo Santo/CE às Políticas Públicas do SUAS.



Este projeto visa integrar e incluir os Povos Originários do Município de Brejo Santo – CE nas Políticas Públicas do SUAS. Para isso, foi realizado um mapeamento pela vigilância socioassistencial, por meio de visitas in loco, com o objetivo de verificar se os serviços de assistência social estão sendo oferecidos conforme as diretrizes das políticas públicas para esse público. Além disso, busca-se identificar as potencialidades e fragilidades a partir do estudo da cultura e da trajetória histórica desses povos tradicionais.

Com base na pesquisa mencionada, a Vigilância Socioassistencial de Brejo Santo/CE, cumprindo sua função de gestão da informação, se propôs a buscar, produzir e sistematizar dados que promovam a integração dos povos originários residentes em seu território, por meio da implementação do Projeto Agregar.

O Projeto Agregar tem como objetivo orientar os processos de trabalho na área de atuação da Rede Socioassistencial, aprimorando e fundamentando o planejamento das equipes de referência. Isso se refere às ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam às particularidades e expectativas da comunidade.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: Janeiro 2024

3.3. Público-alvo

POVO ISÚ-KARIRI, HABITANTES DA ZONA RURAL DE BREJO SANTO.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Este projeto visa integrar os Povos originários de Brejo Santo – CE às Políticas Públicas do SUAS, através do mapeamento realizado pela vigilância socioassistencial. O objetivo é identificar se os serviços de assistência social estão sendo oferecidos de acordo com as políticas para esse público, além de reconhecer suas potencialidades e fragilidades. Com base nisso, a Vigilância Socioassistencial propôs o Projeto Agregar, que busca sistematizar informações para integrar os povos originários. O projeto pretende orientar os processos de trabalho da Rede Socioassistencial, aprimorando o planejamento das equipes em relação aos serviços e programas que atendam às necessidades da comunidade.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Integrar e incluir os Povos Originários presentes em Brejo Santo/CE às Políticas Públicas do SUAS, mapeando e construindo um Diagnóstico Socioterritorial que apoie a gestão territorial para aplicabilidade dos serviços socioassistenciais executados no município.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Realizar um diagnóstico da presença do povo Isú-Kariri, destacando o processo de formação histórica, sociocultural e identitário do mesmo;
- Identificar as principais necessidades socioassistenciais da comunidade;
- Desenvolver e implementar adaptações nos serviços do SUAS para torná-los mais acessíveis e culturalmente apropriados à comunidade Isú-Kariri em articulação com a rede intersetorial.

3.6 Metodologia

- 01 A equipe de Vigilância Socioassistencial do município de Brejo Santo-CE, com apoio da Secretaria Municipal da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS, realizou visitas à comunidade indígena onde encontram-se os povos Isú-Kariri, distribuídos nos sítios Baixio dos Bastos, Queimadas e Vila Feliz, zona rural de Brejo Santo/CE, localizados nos territórios dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS I e II.
- 02 Realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória por meio de um questionário e entrevista semiestruturada ao Cacique Raimundo Bento Isú-Kariri e líder comunitária Simone Isú-Kariri, bem como visita à escola Indígena EITI Isú-Kariri e ao memorial o qual expõe objetos típicos da cultura, artesanal que representam a história desses povos.
- 03 De acordo com as visitas realizadas pretende-se executar o projeto de Mapeamento, Planejamento, Diagnóstico, Implementação e Sustentabilidade de forma continuada até alcançar os resultados esperados.



Este projeto pretende facilitar o acesso da comunidade Isú-Kariri aos serviços, programas, projetos e benefícios, garantindo que cheguem à comunidade, utilizando até mesmo de recursos digitais para aproximar os serviços da comunidade, utilizando de instrumentais adequados.

O monitoramento e avaliação intenta um acompanhamento contínuo para avaliar a eficácia dos programas e projetos oferecidos, bem como criar mecanismos para que a comunidade possa dar um feedback sobre os serviços e sugerir melhorias.

A sustentabilidade do projeto se faz necessário no processo de integração e inclusão do povo Isú-Kariri às políticas do SUAS, o que será possível com a alocação de recursos, sejam financeiros, humanos e materiais, bem como com o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e outros organismos.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde.
- Comunidades Isú-Kariri
- Conselhos de Direitos (COMPIRE CMAS)
- Universidade Federal do Cariri – UFCA

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- Impressão de questionários, convites, transporte para as visitas, estruturação e formulação do Diagnóstico Socioterritorial.
- Recursos Tecnológicos: Notebook, reprodutores de vídeos, impressora e internet.

3.9 Desafios e Superações

- A mobilização e articulação da rede intersetorial e inserção dos usuários no Cadastro Único da comunidade Indígena Isú-Kariri como comunidade reconhecida pelo sistema do Cadastro Único.

3.10 Proximos Passos

- Capacitação dos Profissionais do SUAS, Ações de integração e inclusão nas políticas do SUAS e Monitoramento e Avaliação.

3.11. Informações Complementares

- O processo de construção do mapeamento, possibilita a Vigilância Socioassistencial de Brejo Santo/CE, cumprir com o seu papel de gestão de informação, produzindo e sistematizando informações para integrar os povos originários residentes em seu território. Tendo em vista, a relevância da existência desses povos e pelo reconhecimento de atuação da interseccionalidade e políticas públicas.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.9 CAMOCIM

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Camocim

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input checked="" type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Nome Completo do(a) Gestor(a): ROBERTA FERNANDES DE MATOS

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: MARIA ÉRICA DA COSTA CARVALHO

Nome: LUCAS SAMUEL DOS SANTOS

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

A JORNADA INSPIRADORA DO "PROJETO CUIDAR PARA INCLUIR": UM EXEMPLO DE INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E MODELO DE REFERÊNCIA PARA A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 01/01/2023

Data de Término (se for o caso): Em Andamento

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Este Projeto Social visa atender crianças com deficiência e diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista na primeira infância, dentro da faixa etária entre 0 a 06 anos incompletos, inscritas no Cadastro Único, com perfil econômico entre extrema pobreza e/ou pobreza, residente, preferencialmente, na área urbana do referido Município.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O Projeto "Cuidar para incluir: Construindo sonhos e garantindo direitos", foi uma proposta vencedora do Projeto Itaú Social, que visava a criação de um projeto social voltado para os cuidados na primeira infância de crianças com a condição de Transtorno de Espectro Autista (TEA). A proposta foi idealizada e elaborada pela Gestão do SUAS no município, equipe de Vigilância Socioassistencial e as equipes de referência CRAS e CREAS. Após aprovação da proposta foi criada equipe de execução do projeto, qual teria duração de um ano com o financiamento do Projeto Itaú e contrapartida do município, o que ocorreu durante o ano de 2023, contudo, o Projeto Cuidar para Incluir continua em 2024, pois o município entendeu a necessidade da continuidade do trabalho com crianças autistas e também acabou por atender outras deficiências como síndrome de dawn. O papel da Vigilância Socioassistencial na idealização e planejamento da proposta, no apoio à elaboração de diagnóstico, demonstra a importância de uma Vigilância atuante, em contrapartida, sucesso do Projeto serve de inspiração e referência para planejamentos futuros, no tocante à identificação de demandas que necessitam de intervenção da política de assistência social.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Apresentar a experiência do município no desenvolvimento e execução de projeto social voltado para crianças de 0 a 6 anos com Transtorno do Espectro Autista.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Apresentar o fundamental papel da Vigilância Socioassistencial na identificação de demandas e desenvolvimentos de ações interventivas;
- Mostrar os impactos positivos de ações e cuidados e inclusão na vida de crianças de 0 a 6 anos com Transtorno do Espectro Autista.

3.6 Metodologia

- 01 ➤➤ Para alcançar esse objetivo, foram utilizados como ferramentas de trabalho os aportes e dimensões metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, por meio da articulação da rede intersetorial, coleta e análise de dados, além da disseminação com compartilhamento de informações e discussões entre os setores e as unidades envolvidas.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Dainara Pereira de Sousa — Técnica de Gestão
- Maria Érica da Costa Carvalho — Técnica da Vigilância
- Socioassistencial Lucas Samuel dos Santos — Técnico da Vigilância Socioassistencial
- Maria Gilmara Machado Pessoa — Coordenadora

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- Para execução do Projeto Cuidar para Incluir, foram criadas duas salas, uma em cada CRAS do município, equipadas e adaptadas para atender público alvo do projeto.

3.9. Resultados Alcançados

- Elaboração de diaA experiência com o Projeto Cuidar para Incluir contribuiu para ampliação de eficiência das políticas e dos programas, para o fortalecimento da rede intersetorial, gerou produção de conhecimento para aperfeiçoamento progressivo na efetividade dos serviços socioassistenciais e ampliou a atuação da Vigilância Socioassistencial. gnóstico social do Programa Primeira Infância no Suas – Criança Feliz pela vigilância socioassistencial;

3.10 Próximos Passos

- Proporcionar meios de manutenção do projeto bem como a sua ampliação para atender a demanda.

3.11 Informações Complementares

Composição da Equipe do Projeto Cuidar para Incluir:

- 01 Coordenadora (Assistente Social)
- 01 Assistente Social
- 02 Psicopedagogas
- 01 Psicóloga
- 01 Educador Físico
- 06 Facilitadores

- Os registros fotográficos apresentam informações e comprovações relevantes do projeto, como os resultados e avaliação dos envolvidos.



2.10 CAPISTRANO

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): **CAPISTRANO**

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: **SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Nome Completo do(a) Gestor(a): **MARIANA SOUZA ARRUDA**

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: **KEGISLÂNIA FERREIRA MARTINS**

Nome: **WEYBER QUEIROZ LIMA**

Nome: **MARIANE GOMES DA SILVA**

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

São João das Tradições na Primeira Infância.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: **26/07/2022**

Data de Término (se for o caso): **Contínuo**

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

3.4. Justificativa/ Contextualização

No Brasil, a festa junina é uma manifestação da cultura. Momento de alegria e de celebração em todas as regiões que se expressa nas músicas, danças, decorações, culinárias e brincadeiras. Vivências estas que despertam o imaginário de crianças e adultos que imersos nesse contexto criam um sentimento de entusiasmo e envolvimento. Nesse contexto, os festejos juninos fazem parte do cotidiano das crianças que se inserem nas instituições e desde muito cedo interagem com a cultura do seu e de outros grupos sociais.

Assim sendo, o Projeto São João das Tradições na Primeira Infância do município de Capistrano surge como uma grande ação que abrange diversos aspectos do desenvolvimento infantil, buscando destacar a valorização e preservação cultural. Visto que, introduzir as crianças nessas ações é promover o conhecimento e o respeito pelos costumes e as tradições locais.

Com a execução das atividades alusivas às festas juninas destaca-se a importância de trabalhar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, considerando que, essas festividades envolvem diversos elementos como música, dança, histórias, entre outros. Além disso, proporciona momentos de aprendizagem de forma diversificada e a interação social, onde os membros participantes desenvolvem a socialização, cooperação, o trabalho em equipe entre crianças e seus responsáveis e a comunidade.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Promover a valorização da primeira infância, destacando a importância dos estímulos e socializações necessárias nos primeiros anos de vida e preservar as tradições culturais brasileiras, fomentando o respeito e o apreço pelas tradições.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Apresentar às crianças a história e o significado das festividades juninas;
- Demonstrar as diferentes manifestações culturais associadas ao São João, como danças, músicas, comidas típicas e jogos
- Proporcionar ações de lazer que promovam o bem-estar socioemocional;
- Fortalecer laços comunitários envolvendo crianças, famílias e toda a comunidade;
- Oportunizar experiências que auxiliem as crianças a se reconhecerem como parte de uma cultura rica e diversa

3.6 Metodologia

- 01 ➤➤ O projeto foi desenvolvido com 250 crianças, com idades entre 0 a 6 anos, que fazem parte do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz (PCF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), promovendo o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. As ações, de caráter coletivo, ocorrem anualmente nos meses de Junho e Julho nas localidades do município, divididas entre sede e zona rural, buscando uma maior participação de toda a comunidade. Envolve atividades artísticas como a confecção de enfeites, adereços e fantasias, estimulando a criatividade, coordenação motora das crianças, que complementa a importância da dança e a música nas celebrações juninas.

No ambiente temos os jogos e brincadeiras típicas, como a pescaria, corrida do saco, boca do palhaço, rabo do burro, que são de suma importância para o desenvolvimento motor e para o aprendizado de regras e normas sociais, colaborando no fortalecimento de laços comunitários.

Durante as visitas domiciliares do PCF e as atividade de grupo do SCFV, nos meses de Junho e Julho, são realizadas contação de histórias de contos e lendas populares juninas de maneira lúdica e envolvente, adequando a faixa etária das crianças, utilizando fantoches, livros ilustrados e dramatizações, desenvolvendo assim o senso imaginário das crianças.

As crianças ensaiam durante o mês de maio as apresentações que levarão as comunidades durante os festejos juninos. São preparados quadrilha infantil, quadrilha improvisada, dublagens, dramatizações, banda infantil com instrumentos musicais juninos, desfile e escolha de Rei e Rainha do Arraiá, favorecendo o protagonismo infantil e interações sociais.

O espaço onde as atividades são desenvolvidas conta com um ambiente decorado de maneira tradicional de São João, com bandeirinhas, balões e fogueiras artificiais, proporcionando uma imersão cultural tanto para as crianças, como para toda a comunidade.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social;
- Comitê Gestor Intersetorial da Primeira Infância
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Tutelar; Secretaria de Educação
- Secretaria de Saúde;
- ; Secretaria de Obras;
- Secretaria de Administração e Finanças
- Secretaria de Cultura

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- Recursos Humanos; Material Permanente
- Material de Expediente; Gestão de mídias, redes sociais e marketing
- Equipes de apoio e pessoas guias (pessoas destinadas a auxiliar PCD)
- Transportes e veículos automotores.

3.9. Resultados Alcançados

- A experiência obtida com a realização das edições anteriores, iniciadas em 2022, demonstra o acerto da proposta de transformar a possibilitar que a comunidade seja envolvida e receba serviços ofertados que contribuam para o desenvolvimento da sociedade com um todo. Diante de todo o ambiente celebrativo percebe-se o colorido, alegria, enfeites decorativos, proporciona os estímulos sensoriais essenciais para o desenvolvimento infantil. As ações/ atividades que foram organizadas e sistematizadas tiveram o enfoque lúdico e consideraram as especificidades das crianças de cada faixa etária e suas necessidades de brincar, se movimentar, dançar, se expressar e experimentar novos sabores, texturas e cores.

As práticas centradas no desenvolvimento holístico das crianças contribuem significativamente para o crescimento e a formação destas nos primeiros anos de vida. Assim, destaca-se que o projeto atingiu 100% do público-alvo com a participação e o envolvimento ativo das crianças, famílias e comunidades e colaboradores.

3.10 Desafios e Superações

- O município de Capistrano possui uma extensa dimensão territorial, onde aproximadamente 50% das famílias residem na Zona Rural, o que dificulta o acesso tanto dos profissionais quanto dos usuários para os espaços de realização de atividades com as crianças e suas familiares/responsáveis/cuidadores. Mais que desafiador, foi estrategicamente necessário que os profissionais se reinventassem para construir estratégias para superar os obstáculos supracitados, haja vista a dificuldade de transportes, locomoção e adequação de horários junto as famílias. Todavia, através de acordos pactuados as crianças foram identificadas e participaram ativamente da metodologia proposta. Outra perspectiva advém da insegurança, medo ou timidez da exposição ao público, assim foram construídos mecanismos de enfrentamento aos desafios pessoais, por meio de estímulo à participação das atividades realizadas, como quadrilha infantil, quadrilha improvisada, dublagens, dramatizações, banda infantil com instrumentos musicais juninos, desfile e escolha de Rei e Rainha do Arraiá.

3.11 Proximos Passos

- Realizar monitoramento junto as famílias para identificar as fragilidades e as potencialidades do projeto, primando por uma construção participativa;
- Apresentar o projeto executado as instâncias de Controle Social do município, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comitê Gestor Intersetorial da Primeira Infância e Câmara Municipal de Vereadores;
- Culminância do projeto por meio de uma feira da Primeira Infância na praça municipal.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.11 CAUCAIA

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): CAUCAIA

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input checked="" type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho - SDST

Nome Completo do(a) Gestor(a): ANA EMÍLIA DE SOUSA CAMPOS

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Eveline Alves Ribeiro

Nome: Bárbara Nojosa Matias

Nome: Alessandra da Silva Pereira

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Vigilância Socioassistencial e a Elaboração de Diagnósticos Socioterritoriais: ferramentas de monitoramento das realidades dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais no município de Caucaia - Ce.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 2019

Data de Término (se for o caso):

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Trabalhadores da Gestão do SUAS;

Trabalhadores da Execução do SUAS;

Usuários dos povos originários e comunidades tradicionais

3.4. Justificativa/ Contextualização

O município de Caucaia tem uma história construída a partir da participação efetiva dos indígenas e quilombolas. Aqui o solo, como os povos originários afirmam, é sagrado. O sagrado está na terra, na cultura, nas tradições familiares, religiosas, na sobrevivência e resistência ao processo de apagamento étnico de tantos séculos. O próprio nome Caucaia vem da origem indígena "mato queimado", o que jamais pode ser esquecido.

Os povos originários foram expulsos do município no processo de invasão colonialista e, a partir de 1985, aos poucos, foram retornando aos seus territórios. Contudo, a retomada tem sido difícil em virtude do próprio processo histórico de enfraquecimento das tradições, da necessidade de sobrevivência fora da área indígena e das vulnerabilidades sociais que prejudicam a organização dos povos. A demarcação das terras indígenas e quilombolas é fator de prioridade para esta população. Em Caucaia, segundo dados do Censo de 2022, há a maior população quilombola do Ceará, com reconhecimento pela Fundação Palmares, cerca de 2.615 autodeclarados.

Assim, mesmo diante da história e importância desta população, as políticas públicas e, sobretudo, a Assistência Social não a fazia visível.

O trabalho social com famílias no âmbito do SUAS em Caucaia não atendia com olhar atento às vulnerabilidades e demandas específicas dos povos originários e comunidades tradicionais. O território para o SUAS era distante e desconhecia a formação estrutural do município de Caucaia. Foi só a partir de 2016, ao recebermos estagiários de Serviço Social do curso PRONERA/UECE, com representações dos assentamentos do Nordeste, com indígenas e quilombolas com forte atuação em movimentos sociais, que os profissionais da Assistência, em especial, da Vigilância Socioassistencial, identificaram a lacuna profunda de acessibilidade da população tradicional à política de Assistência Social.

A partir desse momento, pautou-se como prioritária a visibilidade dos povos originários e comunidades tradicionais nos diagnósticos elaborados pela Vigilância Socioterritorial. Iniciamos o processo em 2019, em parceria com os 11 CRAS, realizando grupos de estudos, visitas técnicas aos territórios e rodas de conversa com as lideranças, a fim de conhecer, identificar e trazer à tona as diversas etnias, representações, vulnerabilidades, potencialidades presentes nos territórios tão férteis de cultura.

A construção dos diagnósticos, desde então, nos de 2019, 2021 e 2023, pelo setor da Vigilância Socioassistencial tem qualificado, sobremaneira, as informações acerca dos povos originários e comunidades tradicionais em Caucaia. Os dados quantitativos ainda são um grande desafio em virtude da subnotificação percebida na base do Cadastro Único, diferente dos dados do Censo do IBGE, o que dificulta um mapeamento mais fidedigno. Contudo, as informações qualitativas foram sendo aprimoradas a partir do trabalho social realizado pelos CRAS do município, que atendem de maneira mais consciente e respeitosa esta população.

O contato com as lideranças, a participação em reuniões, nas Conferências, a realização de eventos tendo como foco a diversidade etno-cultural, articulações com a Segurança Alimentar e Nutricional, enfim, a Assistência Social tem ampliado a identificação e a visibilidade aos territórios dos povos originários e das comunidades tradicionais em Caucaia.

Percebemos, com essa experiência no âmbito da Vigilância Socioassistencial, a necessidade de construir ferramentas de informação de qualidade e que dialoguem com o cotidiano dos profissionais.s públicas

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Qualificar tecnicamente a elaboração dos diagnósticos socioterritoriais no que tange às informações dos povos originários e comunidades tradicionais do município de Caucaia, dando visibilidade às demandas dessa população no campo das políticas públicas.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Elaborar diagnósticos socioterritoriais com qualidade técnica, incluindo o território rural, comunidades tradicionais e indígenas;
- Monitorar os dados quanti e qualitativos dos grupos populacionais tradicionais e específicos cadastrados no CadÚnico;
- Instrumentalizar a gestão à ampliação da cobertura dos serviços socioassistenciais no município.

3.6 Metodologia

- 01 ➤➤ Cruzamento das informações acerca dos grupos populacionais tradicionais e específicos do Cadastro Único; Dados do Censo do IBGE;
- 02 ➤➤ Reuniões com lideranças indígenas e quilombolas;
- 03 ➤➤ Visitas aos territórios pelos profissionais dos CRAS, coletando as vulnerabilidades, potencialidades e demandas.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Técnicas da Vigilância Socioassistencial;
- Coordenadores e técnicos dos CRAS
- Lideranças indígenas e quilombolas do município.

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- Computador com internet, carro, lanche, datashow.

3.9. Resultados Alcançados

➤ 03 Diagnósticos Socioterritoriais;

1. Mapeamento dos territórios (vulnerabilidades, potencialidades e demandas);
2. Planejamento das atividades dos CRAS, incluindo as particularidades dos povos originários e comunidades tradicionais.
3. Ampliação de formações profissionais (cursos, oficinas, grupos de estudos).

3.10 Desafios e Superações

- Implantação de uma equipe volante de GTPE;
- Implantação de um CRAS Indígena; Contratação de
- Técnico da Vigilância Socioassistencial da área da Sociologia, Geografia ou Antropologia, pertencente aos povos originários e/ou comunidades tradicionais.

3.11 Proximos Passos

- Boletim da Vigilância Anual dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais de Caucaia.
- Culminância do projeto por meio de uma feira da Primeira Infância na praça municipal.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.12 COREAÚ

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): COREAÚ

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: : SECRETARIA DO TRABALHAE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): HUMBERLANDIA MESQUITA DE ASSIS

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Adriana das Chagas Vieira Leoncio

Nome: Debora Carla Pereira Oliveira

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS POVOS DE TERREIROS E MATRIZES AFRICANAS DE COREAÚ.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 06/06/2023

Data de Término (se for o caso): INDETERMINADO

Tempo de Execução: Até 6 meses De 6 meses a 1 ano Acima de 1 ano

3.3. Público-alvo

Povos de terreiros e comunidades de matrizes Africanasdo município de Coreaú.

3.4. Justificativa/ Contextualização

As comunidades de terreiros desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e espiritualidade afro-brasileira. No entanto, essas comunidades frequentemente enfrentam desafios como discriminação, falta de acesso a recursos e exclusão social. Este projeto visa abordar essas questões e contribuir para a promoção da igualdade e valorização das tradições dos povos de terreiros.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

O projeto tem como objetivo principal promover a valorização e fortalecimento dos povos de terreiros, reconhecendo e respeitando suas tradições culturais e religiosas, e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

3.5.2. Objetivos Específicos

- › Preservar e promover as práticas culturais religiosas dos povos de terreiros.
- › Fortalecer a identidade e autoestima das comunidades de terreiros.
- › Fomentar a inclusão social e combater a discriminação e intolerância religiosa.

3.6 Metodologia

Mapeamento Cultural:

- 01 >>> Realizar um levantamento das práticas culturais religiosas das comunidades de terreiros, identificando elementos de valor histórico e espiritual.
- 02 >>> Fortalecimento Institucional:
- 03 >>> Promover capacitações e workshops para líderes comunitários, visando fortalecer suas capacidades de gestão e liderança.
- 04 >>> Educação e Conscientização:
- 05 >>> Desenvolver programas educacionais nas escolas locais para promover o respeito às tradições dos povos de terreiros e combater a intolerância religiosa.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- › Secretaria de Assistência Social
- › Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde
- › Gabinete do Prefeito
- › Secretaria de Cultura e Agricultura.

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- › Logística de transporte para a realização das oficinas
- › Profissionais para as rodas de conversa e workshops
- › data show, notebook
- › Material de expediente para desenvolvimento das atividades nos eventos, lanche e muito tambor,

3.9. Resultados Alcançados

- › Fortalecimento da identidade cultural e espiritual das comunidades de terreiros.
- › Redução da discriminação e intolerância religiosa.
- › Melhoria nas condições de vida das comunidades de terreiros.
- › Estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil, órgãos governamentais, instituições educacionais e líderes religiosos locais para garantir o sucesso e a sustentabilidade do projeto.

3.10 Desafios e Superações

- Desafios Culturais: Respeito e Compreensão das Tradições
- Preservação da Cultura: Autenticidade: Garantir que as práticas e tradições sejam representadas de forma autêntica e não diluídas ou mal interpretadas
- Desafios Sociais: Preconceito e Discriminação
- Superação
- Fortalecimento Comunitário: Desenvolvimento de Lideranças
- Proteção e Valorização dos Espaços Sagrados.
- Diálogo Intercultural e Interreligioso.

3.11. Próximos Passos

- Criação do Conselho com representatividade dos povos de terreiros e uma possível associação ou federação desses povos no município, legalizar os terreiros clandestinos e viabilizar direitos a esse grupo.

3.12. Informações Complementares

- Superar os desafios enfrentados pelos povos de terreiros é um processo contínuo que exige comprometimento, colaboração e respeito mútuo. Ao implementar essas estratégias, podemos criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso para essas comunidades

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.13 CRATEÚS

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Crateús

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input checked="" type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): MARCIA DA CRUZ VIEIRA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Nara Cesar Cavalcante

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Projeto Diversas

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 07 de julho de 2022

Data de Término (se for o caso):

Tempo de Execução: Até 6 meses De 6 meses a 1 ano Acima de 1 ano

3.3. Público-alvo

Mulheres e Mulheres-mães que estão inseridas nas ações e serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS III), bem como servidoras e alunas do Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Crateús.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O projeto tem como objetivo propiciar aos participantes sensibilização e conhecimentos relativos às questões que envolvem o ser mulher e o ser mãe, que é um papel social, através de atividades que envolvem movimentos com o corpo, por meio do teatro, dança e arteterapia. O grupo foi formado essencialmente por mulheres-mães, com filhos em idade de primeira infância, chefes de família, beneficiárias do Cartão Mais Infância (CMIC) e outras mulheres da comunidade.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

Possibilitar às mulheres-mães beneficiárias do cartão CMIC momentos vivenciais da percepção de seus corpos, construção de identidades e práticas de autocuidado.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Refletir sobre o ser mulher-mãe na sociedade contemporânea;
- Perceber o corpo em sua estruturamuscular, esquelética – articulatória, relacionando-a com as possibilidades do movimento;
- Realizar práticas corporais de autocuidado, por meio de atividades de improvisação em dança e teatro;
- Trazer reflexões sobre o papel social do ser mulher-mãe como estratégia de cuidado no PAIF.

3.6 Metodologia

01 ➤➤ A metodologia é de caráter qualitativa e quantitativa, com base em arcabouço teórico e documental (legislação, portarias, decretos) sobre gênero, identidade e maternidade, com auxílio dos dados da vigilância socioassistencial para a construção do perfil de mulheres-mães. Para tal intento, criou-se um grupo de trabalho e estudos entre as equipes de referência (CRAS e IFCE) para conectar os dados do diagnóstico com os estudos teóricos e desenhar a construção dos momentos de vivências oficinais.

Posteriormente, iniciou-se a mobilização, a busca ativa e os convites para o público alvo do projeto, desde as que já participavam das atividades e grupos no serviço do CRAS, a outras identificadas na pesquisa, e as servidoras e alunas do IFCE. A divulgação aconteceu por meio da entrega de convites nos momentos de atendimentos, visitas domiciliares, reuniões, sala de espera, intervalos entre as aulas no IFCE e por meio eletrônico, como grupo de Whatsapp.

O passo seguinte com a definição do desenho das oficinas foi a seleção e a organização do material, dos instrumentos, das músicas e a discussão dos textos que seria a base para o desenvolvimento do momento entre a equipe condutora, sempre atentando-se para a adequação da linguagem com a realidade do público e para a conexão entre saberes científicos e populares.

As vivências foram organizadas em modelos oficinais, realizadas mensalmente, a partir da escuta das histórias de vida de cada mulher-mãe. Essas histórias foram o mote para a construção do teatro do oprimido, da seleção das músicas e do diálogo sobre desconstrução e reconstrução das identidades femininas. A partir de então, num segundo momento, desenvolve-se a linguagem do corpo, através do movimento, da dança, do uso dos sentidos, estimulando a percepção de si, do corpo-mulher, do autocuidado, da prática do relaxamento com o auxílio da arteterapia.

02 ➤➤ Assim, cada oficina tinha como ponto de partida a escuta da história/relato de vida de cada mulher e o desenvolvimento das estratégias do teatro, dança, arteterapia e do movimento com o corpo, conhecendo, reconhecendo e tendo consciência que esse corpo que tanto cuida do outro, também necessita de cuidado. Apresenta-se a seguir a síntese dos encontros realizados:

| Encontro | Temática | Condução |
|-------------|---|---------------------------------------|
| 1º encontro | Apresentação da proposta e participantes; Atividade - Quem eu sou?; Conhecendo nosso corpo por meio dos movimentos. | Todos os membros das equipes técnicas |

| | | |
|-------------|---|---|
| 2º encontro | A arte, a dança e o teatro como estratégia de autocuidado | Equipe IFCE com apoio dos demais técnicos de referência |
| 3º encontro | O maternar como um direito individual de escolha; O cuidado comigo e com o outro, como se complementam sem me anular enquanto mulher | Equipe IFCE com apoio dos demais técnicos de referência |
| 4º encontro | O teatro do oprimido(Fala que eu te escuto) | Todos os membros das |
| 5º encontro | A dança circular e o poder para o bem-estar | Convidado e todos os membros das equipes técnicas |
| 6º encontro | A construção da identidade feminina e o autocuidado | Equipe CRAS com apoio dos demais técnicos de referência |

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Nara César Cavalcante – Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS III)
- Jacqueline Rodrigues Peixoto – Professora de Artes e Educação do IFCE, campus Crateús/CE.

3.8. Insumos Necessários

Para desenvolvimento da proposta foram necessários:

- Caixa de música;
- Papel;
- Pinceis
- Aromatizador;
- Lanche;

3.9. Resultados Alcançados

- A conclusão das atividades foram avaliadas pelas participantes e pela equipe de referência, e juntas sintetizamos os resultados alcançados, a saber: o fortalecimento dos vínculos entre mulheres, compreendendo que toda mulher necessita do cuidado de outra mulher; o fortalecimento dos vínculos entre as mulheres-mães da comunidade; o aguçamento da percepção corporal, da escolha pelo autocuidado, da construção da identidade da mulher-mãe numa dimensão singular, mas também coletiva; e sobretudo, a vivência relacional com e entre as famílias.

3.10 Desafios e Superações

- Os desafios postos era garantir a participação do maior número de mulheres possíveis em cada encontro, dada a realidade da participantes, bem como a construção da ideia de autocuidado e reconhecimento, entre um segmento historicamente aviltado da possibilidade de se reconhecer como sujeito de direitos e que necessita de cuidado, prevalecendo seus interesses. Outro desafio foi problematizar o maternar na sociedade atual e as concepções do ser mulher e mãe, e como reconstruir este papel social sem perder a autonomia e a identidade singular de mulher.

Contudo, apresentamos como superações o desenvolvimento do grupo no período de seis meses, garantindo a participação de muitas mulheres-mães, proporcionando escuta, acolhida, cuidado e compartilhamento de saberes e conhecimentos, fortalecendo vínculos socioafetivos, possibilitando acesso a direitos, sobretudo a informação, e realizando um processo de educação de base para mulheres-mães numa perspectiva de resistência às opressões, violências e misoginia que afeta cotidianamente a todas as mulheres

3.11. Próximos Passos

- Objetiva-se dar continuidade as atividades do grupo, tendo em vista a sua vinculação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Seguimos convidando as mulheres- mães que participaram das oficinas e fazendo busca ativa de outras, por meio do auxílio dos dados da vigilância socioassistencial, sobretudo no que se relaciona à identificação de novas beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará

3.12. Informações Complementares

- Ressalta que o Projeto Diversa foi incorporado pelo IFCE, campus Crateús, como extensão universitária, desenvolvido, prioritariamente, com estudantes e servidoras do campus.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.14 – MUNICÍPIO DE CRATO:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Crato

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input checked="" type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): TICIANA FERREIRA CÂNDIDO FRANÇA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: RITA DE CÁSSIA MELO TEIXEIRA BRITO **Nome:** MARCOS DOS SANTOS LOPES

Nome: MARIA DALVA SILVA RIBEIRO

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

CRATO INDÍGENA - FORTALECENDO A IDENTIDADE DOS POVOS INDÍGENAS ATRAVÉS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.

3.2. Dados da Execução

Data de Início:

Data de Término (se for o caso):

Tempo de Execução:

Até 6 meses

De 6 meses a 1 ano

Acima de 1 ano

3.3. Público-alvo

Famílias pertencentes aos Povos Originários residentes no município do Crato-CE que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Vários movimentos sociais no Brasil têm evidenciado a existência de uma multiplicidade de grupos culturalmente diferenciados e promovido sua articulação e mobilização social, o que culminou no reconhecimento jurídico-formal dos denominados Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Boa parte dessas comunidades ainda se encontram na invisibilidade, silenciada por pressões econômicas, fundiárias, processos de discriminação e exclusão social. A partir desse cenário, a Vigilância Socioassistencial e a Proteção Social Básica estabeleceram como foco nos últimos anos a identificação e a qualificação da oferta de serviços aos povos indígenas do Crato, trabalhando na lógica da matricialidade familiar e comunitária, levando em consideração a grande diversidade sociocultural das famílias como forma de dar o devido atendimento. É a partir do olhar sobre o território e da escuta qualificada no atendimento às famílias que se fortalece a implementação de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Atualmente os indígenas brasileiros representam a maior diversidade étnica e linguística de todo o continente: são 305 povos distintos, com organização social, relações de parentesco, costumes, crenças e histórias diversas, falantes de 274 diferentes línguas. A grande maioria dos indígenas vive em áreas rurais (64%), geralmente em terras indígenas, e a relação com o território constitui parte fundamental de seu modo de vida e de sua cultura. Vale ressaltar que mais de 300 mil indígenas vivem hoje em áreas urbanas. Historicamente, a presença de indígenas em áreas urbanas está associada tanto ao processo de expulsão de suas terras tradicionais e da fuga da violência no campo, quanto à migração voluntária para as cidades para acessar serviços como saúde e educação, ou em busca de melhores condições de vida.

O grande desafio imposto às políticas públicas é a sua diversidade: cada povo possui história própria e modos particulares de constituir famílias e subgrupos, de cuidado com crianças e idosos, de ocupação e mobilidade no território, de conhecer e se relacionar com a natureza, com outros grupos sociais, com a espiritualidade, e assim por diante. Diante disso, a assistência social, que deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição prévia e independente de credo, raça/cor, etnia ou orientação sexual, assume que somente será universal se for equânime e só será equânime se reconhecer as diferenças, o direito a ser diferente e as especificidades regionais e locais dos territórios.

Os indígenas são reconhecidos como cidadãos plenos, mas com alguns direitos específicos. Isso quer dizer devemos respeitar sua "organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam" (Artigo 231 — CF/88). Por isso, os povos indígenas devem ser considerados como sujeitos que têm o direito de viver conforme suas culturas, nas suas terras ancestrais e de acordo com o que consideram o bem-viver (BRASIL, 2017).

O município do Crato possui uma história rica em diversidade étnica e cultural, desde seu surgimento enquanto aldeamento os povos originários tiveram papel crucial no desenvolvimento da cidade. O povo Cariri ou (Kariri) no século XV situavam-se no Sertão Nordestino e Semiárido, ao sopé da Chapada do Araripe, surgem, portanto, os Cariris do Crato. Ainda no processo de colonização, semelhante ao que aconteceu em outras regiões do Brasil, os indígenas cariris passaram por um processo de cerceamento e apagamento histórico, o que resultou em uma resistência por parte da população em reconhecer a existência dos povos originários neste território. Os indígenas Cariris, habitantes tradicionais do Crato, enfrentam diversos desafios socioeconômicos e culturais que afetam sua qualidade de vida e o pleno exercício de seus direitos. A vigilância socioassistencial é crucial para identificar vulnerabilidades, promover a inclusão social e assegurar que essas comunidades tenham acesso adequado a serviços e programas de assistência social.

Para buscar superar essa lacuna social e como forma de reparação histórica o município do Crato-CE, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, desenvolveu o Projeto denominado CRATO INDÍGENA - FORTALECENDO A IDENTIDADE DOS POVOS INDÍGENAS ATRAVÉS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, constituído de um conjunto de ações integradas com foco no acompanhamento e inserção dos indígenas nos serviços e programas de Assistência Social no município. Portanto a presente proposta possui grande relevância social e política visto que busca o enfrentamento do desafio à garantia dos direitos dos povos originários no contexto municipal, respondendo a essas necessidades e valorizando o conhecimento tradicional por meio da promoção e desenvolvimento inclusivo.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

Implementar ações de Vigilância Socioassistencial e Proteção Social Básica para identificar, atender e acompanhar os indígenas Cariris no município do Crato, garantindo acesso a direitos sociais, assistência social e serviços essenciais.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Identificar a população indígena no Crato;
- Garantir o efetivo acesso dos povos indígenas aos direitos sociais;
- Identificar as vulnerabilidades e potencialidades a partir da leitura crítica das situações vivenciadas e da escuta sensível e qualificada das demandas apresentadas;
- Incluir, atualizar e regularizar as famílias indígenas do município do Crato no Cadastro Único;
- Realizar busca ativa de famílias pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), em especial os povos indígenas;
- Promover a sensibilização da sociedade sobre a valorização dos povos originários, fomentando o diálogo a respeito da existência desses povos no território cratense.

3.6 Metodologia

01 >>> A metodologia do Projeto Crato Indígena foi constituída de quatro principais etapas visando a construção de um produto final que é um mapeamento e diagnóstico situacional da população indígena do município do Crato-CE, por meio da coleta e análise de dados pela equipe da vigilância socioassistencial, Cadúnico e CRAS. A seguir as etapas descritas anteriormente:

> 3.1 Tipo e Natureza

Trata-se de um projeto de fortalecimento e identificação dos indígenas Kariris no município do Crato-CE de modo a compreender a relevância de enfrentar o desafio para que o SUAS dê a devida atenção às especificidades dos povos indígenas presentes no território brasileiro.

> 3.2 Local do Projeto

O projeto iniciou-se na comunidade do Sítio Poço Dantas-Umari, em Crato.

A comunidade Kariri do Sítio Poço Dantas-Umari, em Crato-CE é formada por cerca de 60 famílias que mantêm hábitos semelhantes aos de seus ancestrais. Eles vivem da pesca tradicional no Açude Thomás Osterne e da agricultura de subsistência, sendo que o milho continua como base da alimentação. Produzem também objetos de cipó (cestos, balaios), utensílios de barro (potes, panelas) e remédios tradicionais utilizados em seu dia-a-dia. Muitos deles, derivados da imburana, da quinaquina, do alecrim, da malva-corama, da erva cidreira, entre outras espécies.

Os indígenas utilizam ervas para curar as doenças e ainda praticam rituais de pajelança, possuem uma pequena casa de oração, onde são encontrados santos da Igreja Católica; candidato a santo, como, por exemplo, Padre Cícero; personagens do Candomblé; e, também entidades indígenas.

> 3.3 Público Alvo

Famílias residentes na comunidade do Sítio Poço Dantas-Umari, em Crato-CE.

> 3.4 O desenvolvimento do projeto de intervenção

O desenvolvimento desse projeto aconteceu a partir de etapas que foram determinantes para que fosse possível atingir os objetivos propostos. Iniciamos a construção do mesmo quando a Vigilância Socioassistencial identificou a presença de povos indígenas no território de abrangência do CRAS Sólton Pinheiro, mais que não estavam cadastradas no Cadúnico.

A inclusão e correta identificação das famílias pertencentes a Grupos Populacionais e Específicos no Cadastro Único é um passo fundamental para ajudar a retirar essas famílias da situação de invisibilidade em que se encontram e possibilitar a elas o acesso a diversos programas sociais que podem minimizar suas vulnerabilidades e proporcionar a elas mais oportunidades e garantia de direitos.

As informações constantes no Cadastro Único permitem ao poder público conhecer as características das famílias de baixa renda e planejar ações para melhor atendê-las.

As famílias pertencentes a povos e comunidades tradicionais e a outros grupos em situações específicas inscritas no Cadastro Único podem se identificar como tal no momento da entrevista — ao todo são identificados no Cadastro Único quinze grupos, conhecidos como Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE).

Esses grupos são marcados por uma dupla invisibilidade social, além de estar em uma situação de pobreza, o que é comum às outras famílias do Cadastro Único, ele também sofrem de uma invisibilidade relacionada à dificuldade de acesso aos serviços públicos, ao déficit de reconhecimento de suas identidades e a preconceitos diversos: racial, étnico, de grau de instrução, de local de moradia, de tradições, relativa ao modo de vida e ainda relativos a contextos de condições críticas de vulnerabilidade social.

Em 2021 tínhamos apenas 02 pessoas inscritas no Cadúnico que se declaravam indígenas. A partir dos dados coletados a equipe da Vigilância Socioassistencial realizou um planejamento da oferta de serviços da Proteção Social Básica no Sítio Poço Dantas com as seguintes atividades:

- Rodas de Conversa: com membros das comunidades para identificar necessidades, vulnerabilidades, potencialidades e prioridades da comunidade.
- Campanha de Cadastramento Único na aldeia: ação de cadastramento junto à equipe do Cadúnico na comunidade a fim de facilitar o acesso aos serviços socioassistenciais.
- Assistência Social na Aldeia: visitas quinzenais à comunidade com a equipe técnica do CRAS e Vigilância Socioassistencial realizando a oferta de serviços e programas, em especial do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), buscando prevenir situações de risco social e fortalecer vínculos familiares e comunitários, valorizando as particularidades étnicas e a diversidade cultural que configuram diferentes arranjos e conceitos de família.

A relação da Assistência Social com outras políticas setoriais é fundamental para a garantia de direitos e o exercício da cidadania, dessa forma foram realizados diversos encaminhamentos para prestar orientação e direcionar as famílias (ou alguns de seus membros) para serviços e benefícios socioassistenciais e de outros setores ou políticas.

Foi realizada também uma articulação com Serviços Públicos, fortalecendo a intersetorialidade entre as diferentes secretarias municipais (Saúde, Educação, Assistência Social) para garantir a integração dos serviços oferecidos a comunidade indígena.

Em 2023 e 2024 realizamos de forma participativa o planejamento estratégico para realizar o Projeto Crato Indígena, com a realização da Semana Indígena no Município. Toda a programação e atividades foram

construídas em parceria com as lideranças comunitárias dos Cariris com foco na sensibilização social para a valorização e resgate histórico da cultura indígena no município.

O processo de identificação da população indígena no município do Crato é fruto do trabalho sistematizado da Vigilância Socioassistencial em parceria com a Proteção Social Básica por meio dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- › Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- › Vigilância Socioassistencial
- › Proteção Social Básica
- › CRAS
- › Cadastro Único
- › Secretaria Municipal de Educação
- › Secretaria Municipal de Saúde
- › Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- › Secretaria Municipal de Cultura
- › Associação Comunitária dos Indígenas Cariris de Poço Dantas-Umari
- › Associação Urucongo do Chico Gomes
- › Conselho Municipal de Promoção à Igualdade Racial- COMPIR
- › NUCA

3.8. Insumos Necessários

Para a realização do Projeto de Intervenção foram necessários recursos humanos, material gráfico e tecnológico para coleta de dados e sistematização, além de estrutura logística para a realização das visitas na comunidade, seminários, rodas de conversa, atendimentos particularizados, escuta a comunidade e promoção a participação indígena; respeito a autonomia familiar e comunitária; fortalecimento da cultura e identidade indígenas e defesa de seus direitos.

3.9. Resultados Alcançados

- A presente proposta visou alcançar o público composto por indígenas não autodeclarados ou no processo de autodeclaração, bem como o aldeamento local organizado, mais precisamente a Comunidade dos Cariris do Poço Dantas- Umari.

No decorrer do processo percebeu-se a superação das metas iniciais, posto que o trabalho iniciado pelo CRAS em parceria com a Vigilância Socioassistencial e CadÚnico levou ao entendimento que a população indígena do Crato não estava situada em apenas um território específico, mas em muitas outras comunidades rurais e bairros do centro da cidade, a exemplo da Comunidade do Chico Gomes que atualmente encontra-se em processo de autoreconhecimento das suas origens indígenas.

Buscou-se em um momento inicial a visita à Comunidade do Poço Dantas- Umari que há várias décadas se reivindicavam indígenas, por meio da equipe técnica, o CRAS de referência visitou a comunidade e de fato constatou a veracidade dos dados antes conhecidos apenas de forma genérica. A partir dos relatos de membros da comunidade e com o auxílio da academia representada pela Universidade Regional do Cariri-URCA e pelo Núcleo de Estudos Étnicos, Raciais da mesma universidade, evidenciou-se que já havia um estudo amplo sobre aquela comunidade, já considerado aldeia por todos que ali residem e com reconhecimento identitário de outros povos indígenas do estado do Ceará e de outras regiões do país.

Após diversas visitas e diálogos com as lideranças comunitárias, percebeu-se a ausência dos indígenas Cariris na Base de dados do Cadastro Único, dado este que confirmou o sucesso de longos séculos de exclusão e invisibilidade dos indígenas nessa região. Ao escutar relatos dos residentes no local de atuação do projeto, a equipe percebeu que o grande desafio era uma barreira de medo e preconceito gerada nos residentes da aldeia o que dificultava o reconhecimento dos mesmos nos documentos oficiais. Percebeu-se nesse momento a necessidade de haver um trabalho de resgate histórico cultural e de sensibilização da própria comunidade. Nesse sentido, o resultado esperado era a inclusão dos indígenas nas bases cadastrais do governo federal e o resgate político e social dessa parcela da população que por muitos anos se encontrava esquecida e marginalizada.

O monitoramento é essencial para o gerenciamento do trabalho social com as famílias indígenas. Trata-se do processo contínuo de produção de informações sobre a execução do serviço tendo em vista seus objetivos e metas. É o que permite a tomada de decisões para corrigir possíveis falhas. Para tanto, foi fundamental a utilização de instrumentos de registros de informações como: Prontuário SUAS, relatórios qualitativos sobre atendimentos e acompanhamentos, registros fotográficos das atividades realizadas.

A Política de Assistência Social através dos serviços, programas, projetos e benefícios, vêm tendo um papel crucial no combate ao racismo, discriminação e exclusão social, promovendo ainda, a igualdade de direitos e assegurando vida digna, cidadania e valorização da cultura e tradições, como preconizam o Plano Plurianual desta Secretaria.

Por fim, a Vigilância Socioassistencial, fundamentada no projeto executado de acordo com dados da base do Cadúnico tem hoje esse comparativo:

| Quantidade de famílias cadastradas no Cadúnico que se declaram indígenas | Ano |
|--|------|
| 02 | 2021 |
| 51 | 2022 |
| 72 | 2023 |
| 84 | 2024 |

No Censo IBGE 2022 tivemos 353 pessoas que se declararam com Raça I Cor Indígena, dessa forma o trabalho sobre a presença, diversidade e demandas dos povos originários no município do Crato com o intuito de promover o fortalecimento desta população objetivando assim o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social — PNAS vai continuar sendo executado.

3.10 Desafios e Superações

1. Acesso a Áreas Remotas:

Desafio: A localização geográfica das comunidades Cariris por ser de difícil acesso, com infraestrutura limitada e condições de transporte precárias.

2. Respeito e Integração Cultural:

Desafio: Garantir que as intervenções respeitem as tradições e valores culturais dos Indígenas Cariris, evitando imposições externas que possam ser vistas como invasivas.

3. Sustentabilidade Financeira:

Desafio: Garantir recursos financeiros contínuos para a execução do projeto e sua manutenção a longo prazo.

4. Integração Intersetorial:

Desafio: Coordenar e integrar ações entre diferentes secretarias municipais e outros órgãos públicos para oferecer uma resposta holística às necessidades das Comunidades Cariris.

5. Monitoramento e Avaliação Eficazes:

Desafio: Implementar um sistema de monitoramento e avaliação que seja robusto e capaz de fornecer dados precisos e úteis para ajustes nas ações do projeto.

6. Engajamento Comunitário:

- Desafio: Garantir a participação ativa das Comunidades Cariris em todas as fases do projeto, desde o planejamento até a execução e avaliação.

7. Desafios Políticos e Institucionais:

Desafio: Navegar por questões políticas e burocráticas que possam dificultar a implementação do projeto, especialmente em áreas onde os direitos indígenas podem ser contestados.

Criação de protocolos específicos de atendimento à Comunidade Cariri, respeitando suas particularidades culturais.

8. Resistência e Preconceito:

Desafio: Combater a resistência e o preconceito que possam existir tanto dentro quanto fora das comunidades indígenas em relação ao projeto e aos direitos dos Cariris.

3.11. Próximos Passos

- Desenvolvimento de estratégias logísticas, como a utilização de veículos apropriados e parcerias com organizações locais para facilitar o acesso.
- Diversificar as fontes de financiamento através de parcerias com governos, ONGs, empresas privadas e agências de financiamento nacionais e internacionais.
- Estabelecer comitês intersetoriais e protocolos de cooperação que facilitem a comunicação e a ação coordenada entre os diversos setores envolvidos.
- Utilizar tecnologias de informação e comunicação para coletar e analisar dados em tempo real, e envolver a comunidade no processo de avaliação para garantir que os indicadores sejam relevantes e precisos.
- Desenvolver mecanismos de participação comunitária, como conselhos locais e fóruns de discussão, e assegurar que as vozes das comunidades sejam ouvidas e respeitadas.
- Realizar campanhas de conscientização e educação para promover o respeito e a valorização da cultura indígena, além de trabalhar diretamente com líderes comunitários para abordar e mitigar quaisquer conflitos internos.
- Estabelecer alianças com defensores dos direitos indígenas e utilizar estratégias de advocacy para promover políticas favoráveis e reduzir barreiras institucionais.
- Realização de formação continuada as equipes que ofertam os serviços a população indígena.

2.15 CRUZ

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Cruz/CE

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria de Assistência Social e Empreendedorismo

Nome Completo do(a) Gestor(a): CRISTIANE MARIA ALVES

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Nádia Herlaine Marques Ursulino

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Diagnóstico da Criança e do Adolescente: Cruz Garantindo Direitos para Infância e Adolescência

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 01/07/2023

Data de Término (se for o caso): 30/10/2023

| | | | | | | |
|--------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|
| Tempo de Execução: | <input checked="" type="checkbox"/> | Até 6 meses | <input type="checkbox"/> | De 6 meses a 1 ano | <input type="checkbox"/> | Acima de 1 ano |
|--------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|

3.3. Público-alvo

O público-alvo deste projeto são as crianças e adolescentes do município de Cruz, abrangendo principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e/ou que têm seus direitos violados, conforme diagnóstico realizado.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O diagnóstico finalizado sobre a situação das crianças e adolescentes no município de Cruz é uma ferramenta essencial para entender e enfrentar as diversas formas de vulnerabilidade e violação de direitos que esta população enfrenta. A importância deste diagnóstico reside em sua capacidade de fornecer uma base sólida e fundamentada para a proposição de ações específicas e eficazes.



LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS:

A coleta de dados primários foi um dos pilares fundamentais deste diagnóstico. Esta abordagem permitiu a obtenção de informações diretamente das fontes mais próximas dos problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes:

- Conselho Tutelar: Foram coletados dados detalhados sobre violações de direitos e medidas protetivas aplicadas, oferecendo uma visão clara sobre a frequência e a natureza das violações.
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente: Foram realizadas apresentações parciais do processo de elaboração do Diagnóstico junto ao conselho;
- Órgãos da Proteção Social Básica e Especial: A integração desses dados permitiu um entendimento mais amplo e profundo das situações de risco, incluindo violência doméstica, abuso e exploração.
- Entrevistas e Questionários: Realizados com os profissionais que atuam diretamente na oferta de programas e serviços para as famílias e as próprias crianças e adolescentes, proporcionando uma perspectiva única e indispensável sobre suas experiências e necessidades.



LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS:

Os dados secundários complementaram os primários, oferecendo um contexto mais abrangente e histórico:

- Cadastro Único: A análise dos dados do Cadastro Único foi crucial para identificar as áreas de maior vulnerabilidade. Este banco de dados forneceu informações detalhadas sobre as condições socioeconômicas das famílias, permitindo a criação de mapas temáticos que destacam a distribuição das famílias em situação de pobreza e a infraestrutura das residências.
- Dados Demográficos do IBGE: Informações sobre a distribuição etária e geográfica da população permitiram uma melhor compreensão da estrutura demográfica e das áreas que necessitam de maior atenção.
- Dados de Saúde e Educação: Dados fornecidos pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) ajudaram a identificar lacunas no atendimento de saúde e educação, como altos índices de partos em adolescentes e insuficiente atendimento em creches

A Vigilância Socioassistencial desempenhou um papel crucial na coleta e organização de dados, tanto para a elaboração quanto para a atualização futura do diagnóstico. A importância da vigilância socioassistencial pode ser destacada nos seguintes pontos:

- Coleta Sistemática de Dados: A vigilância socioassistencial garante a coleta contínua e sistemática de dados relevantes sobre as condições de vida da população, permitindo um monitoramento constante das situações de vulnerabilidade
- Organização e Análise de Dados: Com a vigilância socioassistencial, os dados coletados são organizados e analisados de forma estruturada, facilitando a identificação de tendências e padrões que podem necessitar de intervenção
- Atualização Contínua: A vigilância socioassistencial permite a atualização contínua do diagnóstico, assegurando que as informações sejam sempre atuais e precisas, o que é vital para a eficácia das ações propostas.

- › Integração de Informações: Facilita a integração de informações de diferentes fontes e setores, proporcionando uma visão holística e detalhada das condições sociais e das necessidades da população
- › Integração de Informações: Facilita a integração de informações de diferentes fontes e setores, proporcionando uma visão holística e detalhada das condições sociais e das necessidades da população
- › Suporte para Tomada de Decisão: Os dados organizados e atualizados pela vigilância socioassistencial fornecem uma base sólida para a tomada de decisões informadas, ajudando na formulação de políticas públicas e na alocação eficiente de recursos

A realização deste diagnóstico foi de extrema importância, pois pode proporcionar para a Vigilância Socioassistencial do Município de Cruz:

- › Planejamento Eficaz: Fornecendo uma base sólida para o planejamento de ações, garantindo que as intervenções sejam direcionadas para as áreas e grupos que mais necessitam.
- › Alocação de Recursos: Facilitando a alocação mais eficiente de recursos financeiros e humanos, garantindo que sejam utilizados de maneira a maximizar o impacto positivo.
- › Base para Políticas Públicas: Oferecendo dados concretos que podem ser utilizados para a formulação de políticas públicas a longo prazo, não apenas em Cruz, mas potencialmente replicáveis em outros municípios com características similares.



DIAGNÓSTICO

O diagnóstico das condições de vida das crianças e adolescentes de Cruz não é apenas um exercício acadêmico, mas uma ferramenta vital para transformar realidades. Ele evidencia a necessidade de intervenções urgentes e orienta a tomada de decisões informadas e eficazes, garantindo que cada criança e adolescente tenha a oportunidade de desenvolver-se em um ambiente seguro e acolhedor. A fundamentação deste projeto em dados robustos e atualizados reforça sua relevância e potencial de impacto positivo, tornando-se uma experiência exemplar de vigilância socioassistencial no estado do Ceará. A vigilância socioassistencial continuará garantindo a atualização e a eficácia das ações ao longo do tempo, assegurando que as necessidades da população sejam atendidas de maneira oportuna e eficaz.

OBS: Os dados coletados durante o diagnóstico, bem como a análise detalhada deles, estão disponíveis no arquivo em ANEXO.

3.5 Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

Diagnosticar os problemas que afetam crianças e adolescentes no município de Cruz e propor ações que garantam seus direitos e melhorem sua qualidade de vida.

3.5.2. Objetivos Específicos

- › Realizar um mapeamento das violações de direitos junto a diferentes agentes que atuam no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).
- › Analisar as condições de vida e as capacidades institucionais do município.
- › Propor ações específicas para enfrentar os problemas diagnosticados.
- › Monitorar e avaliar a implementação das ações propostas.

3.6 Metodologia

O processo de elaboração do Diagnóstico da Criança e do Adolescente considerou os seguintes aspectos:

- 01 >> Levantamento de dados e indicadores primários;
- 02 >> Levantamento de dados e indicadores secundários;
- 03 >> Aplicação de Autoavaliação do Conselho Tutelar;
- 04 >> Elaboração de formulário para aplicação de pesquisa com a população, especialmente os usuários do CRAS;
- 05 >> Pesquisa com profissionais da educação, saúde e rede socioassistencial;
- 06 >> Elaboração de relatório final com análise dos dados coletados
- 07 >> Dados primários e dados secundários são dois tipos de informações coletadas e utilizadas em pesquisas e análises, cada um com suas características e propósitos específicos:

DADOS PRIMÁRIOS

- > São informações originais e inéditas coletadas diretamente do local ou fonte de origem;
- > A coleta de dados primários envolve pesquisas de campo, entrevistas, questionários, observações diretas ou experimentos realizados especificamente para o propósito da pesquisa em questão;
- > São obtidos de forma personalizada e específica para a pesquisa em andamento, atendendo aos objetivos e questões de pesquisa definidos pelo pesquisador;
- > Exemplos de dados primários incluem respostas de questionários aplicados em uma pesquisa de opinião, dados coletados em entrevistas, registros de experimentos laboratoriais ou observações feitas no campo.

DADOS SECUNDÁRIOS

- > São informações que já foram coletadas e registradas por outras fontes ou pesquisadores para fins distintos do atual estudo em questão;
- > Os dados secundários estão disponíveis em fontes públicas, como livros, artigos científicos, relatórios governamentais, bases de dados, estatísticas oficiais e outras fontes de informação previamente existentes;
- > Esses dados foram coletados para outros propósitos, mas podem ser úteis para uma nova pesquisa, sendo reaproveitados e reanalisados;
- > São vantajosos porque são mais fáceis e econômicos de obter, pois não requerem a coleta original, mas é importante garantir que sejam provenientes de fontes confiáveis e adequadas à pesquisa em questão;
- > Exemplos de dados secundários incluem informações demográficas de órgãos governamentais, estatísticas econômicas, dados históricos, entre outros;
- > Tanto os dados primários quanto os dados secundários são essenciais para a produção de conhecimento em diversas áreas, desde pesquisas acadêmicas até análises de mercado, estudos sociais, planejamento estratégico, entre outros.

- A metodologia adotada para o processo de elaboração do diagnóstico da Criança e do Adolescente foi apresentada e validada pelos atores do Sistema de Garantia de Direitos- SGD na ocasião da realização do “Workshop Inaugural de Nivelamento das Ações do Projeto Itaú Social”, em especial membros do CMDCA, Conselho Tutelar e profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social.
- Ainda na ocasião do Workshop, foi realizada uma dinâmica com os participantes para a criação de um quadro de hipóteses das principais violações de direitos da criança e do adolescente. Para um melhor rendimento dos participantes do Workshop, foi apresentado inicialmente uma síntese dos direitos da criança e do adolescente e suas principais violações, considerando o cenário nacional, para posterior validação da situação local. O quadro apresentado encontra-se na figura abaixo:

| DIREITOS FUNDAMENTAIS | PRINCIPAIS VIOLAÇÕES |
|---|---|
| VIDA, SAÚDE E ALIMENTAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> • Doenças, necessidades especiais e óbitos evitáveis decorrentes de deficiências no atendimento pré e perinatal • Doenças decorrentes de deficiências no sistema de vacinação • Portadores de necessidades especiais com atendimento de saúde deficiente • Doenças decorrentes de habitação e saneamento básico precários • Mortalidade e desnutrição infantil • Gravidez e paternidade precoces • Alcoolismo e drogadição • Doenças sexualmente transmissíveis e AIDs • Mortalidade infanto-juvenil por causas externas (sobretudo homicídios) |
| LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE | <ul style="list-style-type: none"> • Aliciamento de crianças e adolescentes para atividades ilícitas ou impróprias • Submissão, em instituições do SGOCA (al incluída a rede de atendimento direto), a práticas incompatíveis com as determinações do ECA • Abuso sexual • Exploração sexual • Tráfico de crianças ou adolescentes • Violência doméstica • Utilização de crianças e adolescentes na mendicância • Crianças e adolescentes autores de ato infracional |
| CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA | <ul style="list-style-type: none"> • Crianças e adolescentes em situação de rua, moradores ou não nas ruas, com ou sem vínculo familiar • Inadequação do convívio familiar: maus tratos, negligência, abuso sexual, convivência com dependentes de drogas, etc. • Crianças sem registro civil e indefinição de paternidade • Institucionalização prolongada de órfãos, abandonados e de adolescentes em conflito com a lei |
| EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER | <ul style="list-style-type: none"> • Crianças de zero a três anos sem atendimento de educação infantil, especialmente aquelas que necessitam deste serviço também para sua proteção • Não inserção na educação escolar e/ou exclusão precoce de crianças e adolescentes de quatro a 17 anos (estar fora da escola) • Déficit no desenvolvimento integral decorrente de deficiências do sistema escolar relativas a merenda, salubridade, segurança, material didático, carga horária, etc. • Reincidência de ato infracional decorrente de deficiências na qualidade das medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente • Portadores de necessidades especiais sem atendimento educacional especializado |
| PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO | <ul style="list-style-type: none"> • Exploração do trabalho de crianças e adolescentes • Trabalho infantil e trabalho adolescente ilegal, aviltante ou precário • Adolescentes entre 14 e 18 anos procurando trabalho sem sucesso, especialmente aqueles que necessitam de trabalho educativo para sua proteção, segurança e/ou seu desenvolvimento pessoal |

Conforme mencionado anteriormente, esse quadro referência será utilizado como panorama inicial das principais ocorrências de violações de direitos no município de Cruz. Tais hipóteses foram validadas com base nos dados levantados pela equipe técnica de consultoria, para posterior discussão com a equipe técnica municipal.

- A malha territorial do IBGE apresenta em 2021, 68 setores censitários. Conforme detalhado acima, as malhas podem ser alteradas de acordo com as alterações territoriais. Para efeito de análise dos dados, serão consideradas nesse diagnóstico os 68 setores censitários provenientes da Sinopse do Censo IBGE e do Mapa Estratégico para Políticas de Cidadania – MOPS.
- Conforme análise preliminar, a extensão territorial do município permaneceu a mesma. A criação de novos setores censitário ocorreu com a divisão de alguns setores já existentes, mas que os novos dados do perfil da população dos novos setores só serão disponibilizados no Censo IBGE 2022.

- ✚ Localização das famílias mais vulneráveis por Localidade;
- ✚ Localização das crianças e adolescentes mais vulneráveis por Localidade;
- ✚ Registro de violações de direitos contra crianças e adolescentes por Localidade e por Bairro

DADOS CARTOGRÁFICOS

- O SIPIA-CT (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) existe nacionalmente e é disponibilizado a todos os Conselhos Tutelares para inserção de dados sobre violações organizados em categorias que espelham os direitos garantidos por lei.

Além dos direitos, o sistema prevê a inserção padronizada de dados sobre o agente violador destes direitos e a medida protetiva aplicada.

Os cinco direitos fundamentais desdobram-se em 26 categorias de direito que por sua vez abarcam 175 direitos específicos.

Direitos fundamentais:

- ✚
 - Vida e saúde
 - Liberdade, respeito e dignidade
 - Convivência familiar e comunitária
 - Educação, cultura, esporte e lazer
 - Profissionalização e proteção no trabalho Quanto ao agente violador, podem ser:
 - Familiares
 - Estado/setor público
 - Sociedade/setor privado
 - Agente violador não identificado
 - Criança e adolescente violador de seus próprios direitos

- As medidas protetivas podem ser aplicadas (1) à própria criança ou adolescente ou (2) aos pais ou responsáveis. Além disso, as medidas podem se constituir em encaminhamentos (3) ao Ministério Público, (4) à Justiça ou ainda serem requisitados (5) serviços públicos.

Os dados referentes aos registros de violação de direitos foram obtidos junto ao SIPIA, tendo em vista o excelente nível de utilização e atualização do sistema pelos conselheiros tutelares.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Acreditando que os profissionais que atuam na execução das políticas públicas são uma fonte riquíssima de conhecimento acerca das problemáticas enfrentadas e manifestada pela população, optou-se por iniciar o processo participativo abrindo um ambiente presencial e virtual de participação direcionada a estes agentes públicos.
- Na ocasião da realização do Workshop Inaugural de Nivelamento das Ações do Projeto Itaú Social, foi realizada uma dinâmica com os participantes para a criação de um quadro de hipóteses das principais violações de direitos da criança e do adolescente. Conforme mencionado anteriormente, esse quadro referência será utilizado como panorama inicial das principais ocorrências de violações de direitos no município de Cruz. Tais hipóteses serão validadas com base nos dados que estão sendo levantados pela equipe técnica de consultoria, para posterior discussão com a equipe técnica municipal. O quadro orientador com as hipóteses levantadas pelos participantes durante o Workshop, encontra-se no tópico ANEXO deste relatório.
- Conforme validado em reunião com a equipe de Gestão da Secretaria de Assistência Social e Empreendedorismo, foram definidos os perfis desses profissionais, que poderiam contribuir com o levantamento das principais problemáticas do município de Cruz. Os perfis definidos foram:
 - Educação: Professores e diretores escolares;
 - Saúde: Agentes de Saúde, Agentes de Endemias, Coordenadores de UBS;
 - Assistência Social: Coordenadores e demais profissionais dos CRAS e CREAS e agentes do programa Criança Feliz.
- A visão dos diversos profissionais que atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social, forneceu para a equipe técnica um panorama mais aprofundado das problemáticas já identificadas através da leitura técnica realizada na etapa anterior.



PESQUISA COM OS PROFISSIONAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- A pesquisa com os profissionais da PSB conta com questionamentos acerca da identificação de situações em que crianças e adolescentes tiveram seus direitos violados ou se o profissional já necessitou fazer uma denúncia ao Conselho Tutelar.



PESQUISA COM OS PROFISSIONAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- A pesquisa direcionada aos profissionais da PSE tem questões gerais como órgão de atuação e função que o profissional respondente desempenha, mas também traz questionamentos quanto à frequência em que violações como abuso sexual, crianças e adolescentes autores de atos infracionais, gravidez na adolescência, trabalho infantil e outras acontecem no território no qual o profissional está inserido, como apresentado na figura abaixo. As respostas de incidência de violações embasarão uma análise territorializada das localidades do Município, no intuito de compreender em quais regiões acontecem mais determinadas violações de direitos, buscando colaborar para a solução desses problemas identificados.



PESQUISA COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- A pesquisa voltada para os profissionais que atuam na área da Educação do Município, contou com perguntas acerca do distrito onde os respondentes atuam, o cargo que desempenham (professor, coordenador, supervisor, diretor ou outro), em qual etapa do ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio) estão lotados, questões essas abordadas a fim de obter a maior quantidade de detalhes que forneça uma compreensão apurada da realidade educacional de Cruz.
- Os profissionais que trabalham com a política de educação convivem diariamente com as crianças e adolescentes e com os aspectos que os aproxima ou afasta de uma boa vivência do programa escolar. Por isso, como apresenta a figura abaixo, foram colocados nessa pesquisa questionamentos acerca dos fatores que mais afastam crianças das escolas (falta de transporte escolar, doenças na família, bullying, ajuda nos trabalhos domésticos, trabalho infantil, violência na escola ou algum outro).



PESQUISA COM OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

- Os profissionais da Saúde foram perguntados acerca da função que desempenham no Município (Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate a Endemias, Coordenador (a) de UBS Enfermeiro (a) de UBS, Médico (a) de UBS, Técnico (a) de Enfermagem de UBS), responderam questões acerca da frequência em que determinadas violações de direitos ocorrem no território onde atuam e outras questões acerca do conhecimento do atendimento à criança e ao adolescente.
- Outro tema colocado em debate foi a notificação de órgãos competentes em caso de identificação de violência contra crianças e adolescentes, como pode ser visto na figura abaixo. Tais indagações visam compreender o nível de experiência dos profissionais com essas realidades a fim de, sendo necessário, sinalizar para a gestão municipal a necessidade de qualificações e treinamentos.

Todos os formulários utilizados nas pesquisas encontram-se em anexo.

DADOS CEMARIS:

O Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará – CEMARIS é uma ferramenta fundamental para a vigilância socioassistencial, permitindo o monitoramento dos índices de riscos pessoais e sociais que afetam diversas famílias e/ou indivíduos no Ceará. O sistema tem como objetivos:

- Sistematizar os riscos sociais e pessoais que ocorrem e são registrados no estado.
- Orientar a implementação de serviços regionalizados.
- Fornecer informações ao Governo do Estado do Ceará para cofinanciamento da proteção social especial em parceria com os municípios, conforme a hierarquização dos riscos pessoais e sociais.

Apoiar o planejamento da política de assistência social nos níveis municipal e estadual.

- Os dados foram analisados considerando as tipificações dos riscos, as notificações registradas, os órgãos de notificações, os segmentos populacionais, os perfis das vítimas e dos violadores.

O CEMARIS classifica 16 tipos de riscos sociais, que são os seguintes:

- 
- 1 Abandono
 - 2 Ameaça de morte;
 - 3 Assédio moral;
 - 4 Cárcere privado
 - 5 Cumprimento de medidas socioeducativas (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade);
 - 6 Exploração patrimonial
 - 7 Homofobia
 - 8 Racismo;
 - 9 Ruptura de vínculos;
 - 10 Situação de rua (residente e imigrante);
 - 11 Trabalho análogo ao escravo;
 - 12 Trabalho infantil;
 - 13 Tráfico de seres humanos;
 - 14 Pessoas em risco pessoal social em decorrência do uso de álcool e outras drogas)
 - 15 Violência doméstica (física, psicológica, negligência);
 - 16 Violência sexual (abuso sexual e exploração sexual)

Apesar de o sistema não ser de mapeamento exclusivo de violações contra crianças e adolescentes, e sim do ciclo de vida completo, até a pessoa idosa, os dados são de fonte riquíssima de informação para a análise da violação de direitos contra a criança e o adolescente.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Secretaria de Assistência Social e Empreendedorismo de Cruz :Coordenação e execução das ações propostas.
- Vigilância Socioassistencial: Fontededadosprimárioseparcerianaexecuçãodasações.
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Acompanhamento e fiscalização das ações;
- Órgãos da Proteção Social e Especial: Colaboração na coleta de dados
- Conselho Tutelar: Fonte de dados primários e parceria na execução das ações.
- ServidoresdaAssistência,SaúdeeEducação:Participaçãonasatividadesdespesquisaeimplementaçãodasações.
- EquipeTécnicadaempresaEXPConsultoria:Responsávelpelaelaboraçãododiagnósticoeproposiçãodeações.
- Itaú Social: Financiador do projeto, fornecedor e cursos necessários para a execução das ações.

3.8. Insumos Necessários

- Recursos Humanos :Equipe técnica especializada em assistência social e direitos da criança e do adolescente.
- Recursos Financeiros: Investimentos necessários para a execução das ações propostas.
- Equipamentos e Infraestrutura: Ferramentas para coleta de dados, realização de workshops e atividades educativas.
- Parcerias Institucionais: Colaboração com órgãos públicos e entidades locais.

3.9. Resultados Alcançados

- Realização de um Diagnóstico detalhado e abrangente sobre as condições devida das crianças e adolescentes de Cruz.
- Desenvolvimento de um Plano de Ação baseado em dados precisos e atualizados.
- Implementação de ações que a bordam diretamente os problemas identificados, como melhoria dei Infraestrutura domiciliar ,acesso a serviços básicos, e fortalecimento de vínculos familiares.

- Melhoria nas condições de vida e garantia dos direitos das crianças e adolescentes do município
- Fortalecimento da Rede de Proteção Social Básica e Especial.

3.10 Desafios e Superações

- **Desafios:** Coleta de dados precisos ,articulação entre diferentes órgãos e entidades, e disponibilidade de recursos financeiros.
- **Superações:** Utilização de metodologias eficientes de coleta e análise de dados, fortalecimento das parcerias institucionais e busca de financiamento adicional.

3.11. Próximos Passos

- Início da implementação das ações propostas em parceria com órgãos envolvidos.
- Monitoramento contínuo e avaliação periódica dos resultados alcançados.
- Ajustes nas ações conforme novos dados e informações sejam disponibilizados.

3.12. Informações Complementares

- O projeto continuará a ser ajustado e aprimorado conforme novos dados e feedback da comunidade e dos agentes envolvidos sejam recebidos .A participação ativa da comunidade e dos diferentes agentes do SGDCA será fundamental para o sucesso do projeto.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.16 FARIAS BRITO:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Farias Brito, estado Ceará.

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): ANTÔNIA DA PENHA SENA PIERRE

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Docília Evangelista de Freitas

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Inclusão e Proteção social às famílias de catadores de recicláveis de Farias Brito.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: Maio de 2024

Data de Término (se for o caso): Maio de 2025

| | | | | |
|---------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------------|----------------|
| Tempo de Execução: | Até 6 meses | <input checked="" type="checkbox"/> | De 6 meses a 1 ano | Acima de 1 ano |
|---------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------------|----------------|

3.3. Público-alvo

Catadores de materiais recicláveis e família.

3.4. Justificativa/ Contextualização

A Secretária de Assistência Social em reunião com a Secretária de Agricultura e Meio Ambiente identificou a necessidade de conhecer, fortalecer acessos aos serviços, benefícios e programas socioassistenciais às famílias de catadores de materiais recicláveis em situação de vulnerabilidade social que residem e trabalham no município de Farias Brito. Destarte, a SMAS através do setor da Vigilância Socioassistencial foi pesquisar como os catadores e suas famílias encontravam-se acompanhadas pela Política de Assistência Social e se observou que no CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais apenas 06 (seis) estão inscritos, Gráfico 01, bem como nos principais serviços do CRAS: PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e/ou SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos apenas três estavam sendo acompanhadas. Entretanto, segundo a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, atualmente estão com vinte cadastros de catadores, e com previsão de existir mais famílias de catadores não cadastrados, o que nos fez perceber a invisibilidade e exclusão deste público em situação de vulnerabilidade social do conhecimento do poder público e de seu acesso ao CadÚnico e conseqüentemente aos serviços, benefícios e programas socioassistenciais.



Fonte: CECAD/MDS, 21 de maio de 2024.

Diante do exposto, este projeto veio com a necessidade de conhecer o perfil, as vulnerabilidades sociais, os riscos pessoal e social, as formas, quantidade e qualidade dos acessos aos serviços das políticas públicas socioassistenciais pelos catadores de materiais recicláveis; público vulnerável socialmente, invisível do conhecimento e dos acessos as políticas socioassistenciais. Diante dessas informações, busca-se assegurar as seguranças a fiançadas pela Política de Assistência Social, que são: segurança de acolhida, apoio e auxílios, convívio ou vivência familiar e comunitária, renda e o desenvolvimento de autonomia. (PNAS/NOB/SUAS,2024). Assim este projeto mostra-se relevante para fortalecer o trabalho social na proteção social básica com as famílias de catadores de materiais recicláveis, e inova, pois tem como prerrogativa que o Plano de Proteção socioassistencial para as famílias dos catadores seja pensado e construído ouvindo-os, considerando-os, acolhendo-os, estudando-os inicialmente de forma coletiva e posteriormente individual/ familiar, buscando torná-los participe de seu processo de proteção social. Também torna-se importante pois visa incentivar o fortalecimento do coletivo de catadores para se organizarem coletivamente em prol de seus direitos e melhoria do trabalho e qualidade de vida para si, família e sua categoria profissional.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Conhecer as famílias dos catadores de materiais recicláveis do município de Farias Brito/CE para garantir as seguranças afiançadas pela política de Assistência Social.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Conhecer o perfil, as vulnerabilidades e riscos sociais e demandas dos catadores de materiais recicláveis de Farias Brito e suas famílias
- Incentivar a organização coletiva e o fortalecimento da autonomia e protagonismo social dos catadores de materiais recicláveis do município.

3.6 Metodologia

Para possibilitar o trabalho socioassistencial junto aos catadores de materiais recicláveis é preciso primeiramente realizar a construção de um Diagnóstico, e para isso, optou-se por seguir as etapas seguintes:

- 01 >> Construção e aplicação de um cadastro censitário para a extração das informações e dados, objetivando conhecer o público.
- 02 >> Realização do mapeamento da rede socioassistencial e intersetorial pública e privada de atendimento a este público no município.
- 03 >> Realização de uma roda de conversa dirigida para compreensão da percepção, perspectivas, demandas, necessidades, dificuldades, estratégias, possibilidades, potencialidades apontadas pelos catadores.
- 04 >> Realização de uma roda de conversa dirigida para compreensão da percepção, perspectivas, demandas, necessidades, dificuldades, estratégias, possibilidades, potencialidades apontadas pelos catadores.
- 05 >> Reunião com a equipe técnica da rede socioassistencial para apresentar o Diagnóstico e a mostrar a importância do trabalho socioassistencial com o público de catadores de materiais recicláveis.
- 06 >> Construção conjunta pela a equipe técnica dos CRAS e as famílias de catadores de um Plano de Acompanhamento sociofamiliar.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

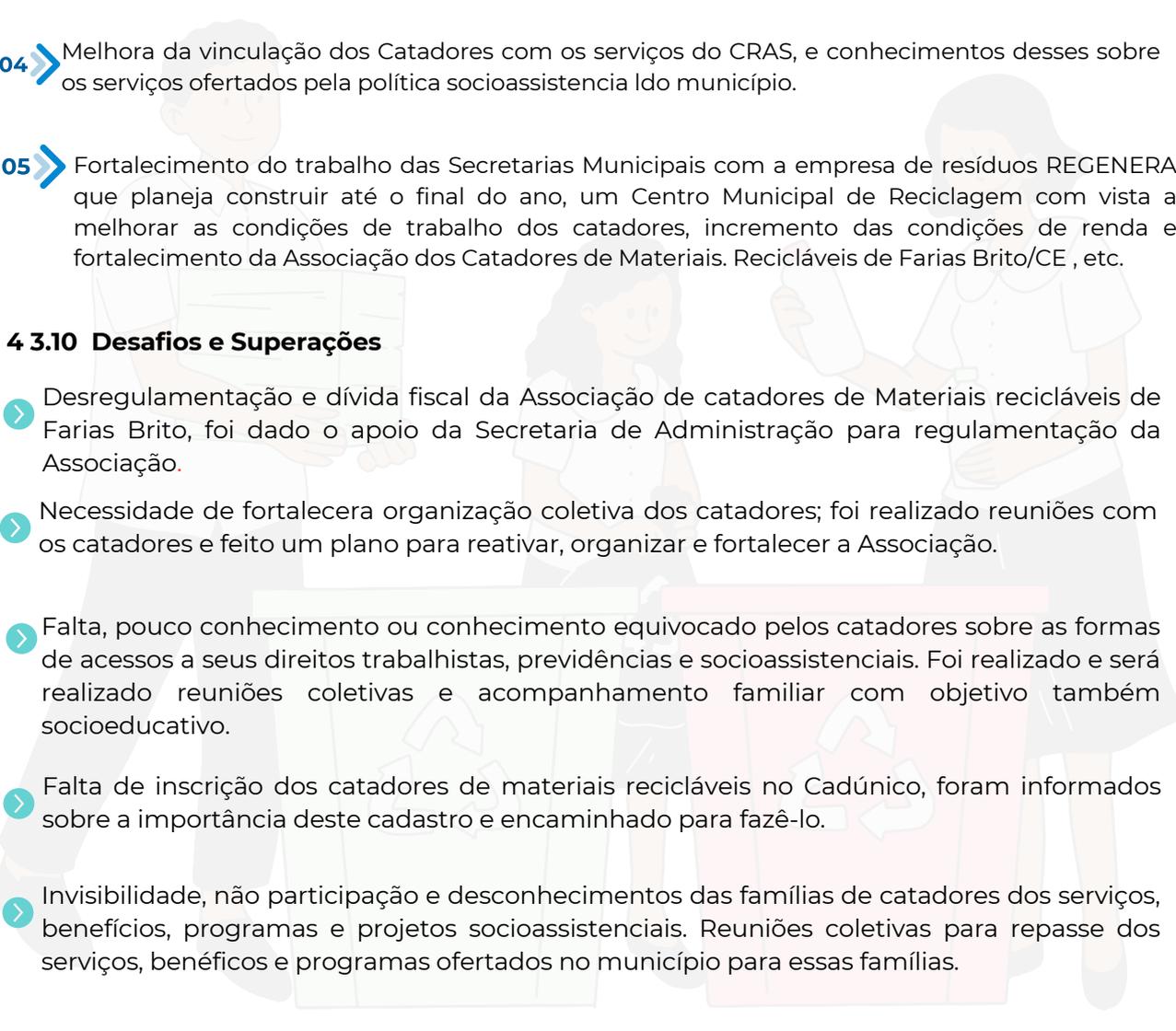
- > Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- > Secretária Municipal de Administração

3.8. Insumos Necessários

- > Recursos Humanos, equipe da Proteção social básica dos CRAS

3.9. Resultados Alcançados

- > Este projeto encontra-se em construção e tem como proposta de fortalecer o trabalho social com famílias de catadores no âmbito da proteção social básica. Através deste, buscar-se-á contribuir para que o poder público conheça realmente as famílias de catadores de materiais recicláveis do município e as ofertas da política socioassistencial afiançadas que necessitam serem aprimoradas e/ou criadas. Esta estratégia tem a proposta de dar visibilidade a este segmento, afiançar as garantias de responsabilidade da Política de Assistência Social: acolhida, auxílios, convívio familiar, renda e autonomia, bem como, incentivá-los a organização coletiva através de associações, cooperativas, participação nos Conselhos de Direitos, Fóruns, Movimentos populares, etc. para que tenha conhecimento, acesse e lute por seus direitos sociais. Nesses primeiros dois meses de projeto, já obtivemos alguns resultados importantes, como:

- 
- 01 >> Fortalecimento do trabalho intersetorial e compromisso das Secretarias de Assistência Social, Secretária de Agricultura e Secretaria de Administração no olhar, apoiar e acompanhar as famílias dos catadores de materiais recicláveis;
 - 02 >> Entrega de Kit de EPI- Equipamento de Proteção Individual aos catadores;
 - 03 >> Reforma do espaço de trabalho dos catadores para recebimento;
 - 04 >> Melhora da vinculação dos Catadores com os serviços do CRAS, e conhecimentos desses sobre os serviços ofertados pela política socioassistencial do município.
 - 05 >> Fortalecimento do trabalho das Secretarias Municipais com a empresa de resíduos REGENERA que planeja construir até o final do ano, um Centro Municipal de Reciclagem com vista a melhorar as condições de trabalho dos catadores, incremento das condições de renda e fortalecimento da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Farias Brito/CE , etc.

4 3.10 Desafios e Superações

- > Desregulamentação e dívida fiscal da Associação de catadores de Materiais recicláveis de Farias Brito, foi dado o apoio da Secretaria de Administração para regulamentação da Associação.
- > Necessidade de fortalecer a organização coletiva dos catadores; foi realizado reuniões com os catadores e feito um plano para reativar, organizar e fortalecer a Associação.
- > Falta, pouco conhecimento ou conhecimento equivocado pelos catadores sobre as formas de acessos a seus direitos trabalhistas, previdências e socioassistenciais. Foi realizado e será realizado reuniões coletivas e acompanhamento familiar com objetivo também socioeducativo.
- > Falta de inscrição dos catadores de materiais recicláveis no CadÚnico, foram informados sobre a importância deste cadastro e encaminhado para fazê-lo.
- > Invisibilidade, não participação e desconhecimentos das famílias de catadores dos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais. Reuniões coletivas para repasse dos serviços, benéficos e programas ofertados no município para essas famílias.

3.11. Próximos Passos

- > Construção do Diagnóstico Situacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Farias Brito; e de um Plano de Ação para a categoria; Reunião com equipe de Proteção Social básica para apresentação do Diagnóstico e para selar o compromisso de acompanhar às famílias. Atendimento e/ou acompanhamento das famílias de catadores no CRAS.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.17 GENERAL SAMPAIO:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): **GENERAL SAMPAIO - CE**

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: **SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL**

Nome Completo do(a) Gestor(a): **CARLA EMANUELE ALVES EUFRASIO**

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: **MARIA IARA FREDERICO DA SILVA** Nome: **CARMEILE NASCIMENTO BATISTA (SUPERVISORA PCF)**

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

O BRINCAR SENDO UM DOS PILARES MAIS IMPORTANTE NO DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: **15/08/23**

Data de Término (se for o caso):

| | | | | | | |
|---------------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|
| Tempo de Execução: | <input checked="" type="checkbox"/> | Até 6 meses | <input type="checkbox"/> | De 6 meses a 1 ano | <input type="checkbox"/> | Acima de 1 ano |
|---------------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|

3.3. Público-alvo

CUIDADORAS E CRIANÇAS DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS / CRIANÇA FELIZ

3.4. Justificativa/ Contextualização

SABENDO QUE AS CRIANÇAS TÊM POUCO CONTATO COM BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS EM SEU AMBIENTE FAMILIAR, DECORRENTE DESSA CARÊNCIA FAZ SE ENTÃO NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE UM TRABALHO QUE DESPERTE O GOSTO E O HÁBITO POR ESSAS BRINCADEIRAS.

ACREDITAMOS QUE OS PRIMEIROS ANOS DA INFÂNCIA SÃO DECISIVOS PARA FORMAÇÃO DA CRIANÇA, POIS SE TRATA DE UM PERÍODO EM QUE ELA ESTÁ DESENVOLVENDO SUAS CAPACIDADES INTELCTUAIS, CRIATIVAS, EXPRESSIVAS E EMOCIONAIS. POR MEIO DE ATIVIDADES PRÁTICAS QUE A ESTIMULEM Á AÇÃO, A DESCOBERTA E A PARTICIPAÇÃO ATIVA NO SEU AMBIENTE FÍSICO E SOCIAL.

É INDISCUTÍVEL A EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS SÃO FERRAMENTAS MOTIVACIONAIS QUE DEIXAM O AMBIENTE MAIS PRAZEROSO, ALÉM DE ESTIMULAR A INCLUSÃO, A PARTICIPAÇÃO E A DIVERSÃO.

POR MEIO DESSAS ATIVIDADES AS CRIANÇAS TÊM A POSSIBILIDADE DE INVENTAR NOVAS FORMAS DE CONCEBER A REALIDADE SOCIAL EM QUE VIVEM, ALÉM DA CONSTRUÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS E ASSEGURAR VALORES.

OS EFEITOS NO ATO DE BRINCAR CRIAM SITUAÇÕES MAIS RICAS, AGRADÁVEIS E ESTIMULANTES, É NO BRINCAR QUE A CRIANÇA VAI REVELANDO SEU MUNDO INTERIOR, APRENDE MEDIANTE AÇÕES CONCRETAS, DESENVOLVE A INTELIGÊNCIA, A CRIATIVIDADE A SOCIABILIDADE E ENRIQUECE SEUS VÍNCULOS FAMILIARES. AO UTILIZAR O BRINQUEDO E A BRINCADEIRA AS CUIDADORAS TAMBÉM EDUCAM E ADQUIRI CONHECIMENTOS DENTRO DO ESPÍRITO DE DIVERSÃO.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- MOSTRAR A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL, UTILIZANDO O RESGATE DO BRINCAR, O BRINCAR LIVRE E AS OFICINAS COMO RECURSO PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO COM O OLHAR PARA A AUTONOMIA, A SEGURANÇA E O EMPODERAMENTO DA CRIANÇA.

3.5.2. Objetivos Específicos

- DESENVOLVER O TRABALHO DE MANEIRA PRAZEROSA PARTINDO DE BRINQUEDOS COM DIVERSOS MATERIAIS RECICLADOS;
- ENVOLVER A FAMÍLIA NAS BRINCADEIRAS;
- PROMOVER A SOCIALIZAÇÃO DAS CUIDADORAS E DAS CRIANÇAS.

3.6 Metodologia

INICIAR UMA CONVERSA SOBRE COMO É IMPORTANTE QUE ÀS CRIANÇAS TENHAM ESSE CONTATO COM BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS OU ATÉ MESMO OUVIR ALGUÉM CANTAR UMA BELA MÚSICA, APRESENTAR AS CUIDADORAS, AS BRINCADEIRAS E ESCLARECER SEUS PRINCIPAIS OBJETIVOS.

EM UM DIA DE CADA SEMANA SERÁ DESENVOLVIDA UMA DIMENSÃO, NA PRIMEIRA: COM O CAMARIM DAS GESTANTES, ONDE SERÁ OFERTADO SERVIÇOS DE MAQUIAGEM, PENTEADOS, SESSÃO DE MASSAGEM COM KIT VENTOSA AJUDANDO A PREVENIR OU MELHORAR AS SITUAÇÕES DE INCHAÇO, VISTO QUE APRESENTARÁ COMO UMA EXPRESSÃO DE CARINHO E CUIDADO DA FAMÍLIA PARA COM A GESTANTE; NA SEGUNDA: SERÁ ATIVIDADES SENSORIAIS QUE SERÁ OFERTADO PARA CRIANÇAS DE 0 A 1 ANO E 6 MESES; NA TERCEIRA SEMANA: SERÁ MUSICALIZAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS DE 1 ANO E 7 MESES À 3 ANOS E BPC.

É NECESSÁRIO CONTAR COM O AUXÍLIO DAS CUIDADORAS E DOS MEMBROS DA FAMÍLIA, POIS ELES DEVEM ACOMPANHAR E REALIZAR JUNTO COM A CRIANÇA O QUE ESTÁ SENDO PROPOSTO.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- EQUIPE DO CRAS, SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE, E SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL.

3.8. Insumos Necessários

- TATAME, PAPELÃO, E.V.A, PAPEL CEDA, COLA, GOMA, FITA, FEIJÃO, ARROZ, ESPONJA, MILHO, ALGODÃO, CORANTE, PINTURAS IMPRESSAS, PINTURAS EM TELA, TINTA GUACHE, PINCEL, GIZ DE CERA, PRATOS PLÁSTICOS, MAQUIAGENS, ACESSÓRIOS DE CABELO, KIT DE VENTOSA, MACA, PRANCA

3.9. Resultados Alcançados

- ESTÍMULOS ADEQUADOS PARA CADA FASE DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA RESPEITANDO E POTENCIALIZANDO SUA INDIVIDUALIDADE E SUAS COMPETÊNCIAS, SENDO TRABALHADA A IMPORTÂNCIA DA ARTE, CORPO, MÚSICA, CULTURA E EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS COMO FORMA DE EXPRESSÃO E DESCOBERTA DA INFÂNCIA.

3.10 Desafios e Superações

- **Desafios:** PARTICIPAÇÃO DE CUIDADORES NO MOMENTO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES
- **Superações:** PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS CUIDADORES E MEBROS DA FAMÍLIA.

3.11. Próximos Passos

- CONTINUAÇÃO DO PROJETO COM LONGO PRAZO, MOSTRANDO ASSIM AS FAMILIAS A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO FORTLECIMENTO DOS VINCULOS AFETIVOS.

3.12. Informações Complementares

- A EXPERIENCIA NO MUNICIPIO FOI REALIZADA DURANTE UM MÊS EM OCASIÃO AO MÊS DA PRIMEIRA INFANCIA. TODAVIA TAL PROJETO PODE TER ALTERAÇÕES E SER EXECULTADO POR TRÊS MESES, CADA MÊS SENDO TRABALHADO UMA DIMENSÃO DIFERENTE.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.18 HORIZONTE

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): **HORIZONTE**

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input checked="" type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: **Secretaria de Assistência, Igualdade -SAS**

Nome Completo do(a) Gestor(a): **ANA PAULA CRISTOVÃO DA SILVA**

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: **Thayná Neri Andrade**

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Um retrato sobre Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos do Município de Horizonte e o alcance da política de Assistência Social e Setoriais.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: **JANEIRO DE 2024**

Data de Término (se for o caso):

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|---|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|---|

3.3. Público-alvo

Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos do Município de Horizonte, Ceará.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O mapeamento aprofundado e atualizado das bases de dados alimentadas a partir da atuação nas políticas públicas é fundamental para uma ação assertiva e efetiva. A manutenção da relação entre diagnóstico situacional qualificado, com abrangência adequada sobre a diversidade e as interseccionalidades de vulnerabilidades e potencialidades, é o que possibilita planejamento, execução, monitoramento e avaliação que atendam o cumprimento das obrigações preconizadas para a garantia do acesso aos direitos sociais. Em se tratando dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos do Município de Horizonte, Ceará, a Vigilância Socioassistencial se faz fundamental para que essas etapas possam compor um processo interligado e interdependente, a fim de garantir uma dinâmica estratégica na concretização do acesso à política de Assistência Social.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Realizar mapeamento da existência dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos do município de Horizonte com suas especificidades, condições sociodemográficas e o nível de acesso dessa população ao SUAS.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Fazer levantamento do quantitativo, atualizado, das pessoas/famílias cadastradas no CADÚNICO que se autodeclaram pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (quilombolas, ciganos, povos de terreiro, pescadores artesanais, indígenas) que residem em Horizonte;
- Obter uma estimativa do quantitativo de pessoas/famílias provenientes desses Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos autodeclaradas que são beneficiárias dos PTR Bolsa família e Benefício de Prestação Continuada.
- Perceber o alcance dos programas estaduais de transferência de renda, bem como produtos e serviços: CMIC, Ceará sem Fome e Vale Gás Social pelos indivíduos e famílias que integram Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.
- Mensurar o quantitativo de pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade pertencentes a esses Grupos, doravante denominados GPTE, que são elegíveis para esses programas federais e estaduais (em situação de vulnerabilidade e risco social) e que ainda não foram alcançados por tais programas, tendo como parâmetro as que constam na base de dados do CADÚNICO Municipal, extraídos do CECAD.
- Ampliar a comparação entre as informações geradas a partir das bases de dados do SUAS, com marcações similares geradas pelo E-SUS.

➤ 3.6 Metodologia

Os integrantes da Equipe envolvida têm passado por capacitações do Estado sobre Atendimento Integral aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, além de fazer parte da composição do Grupo de Trabalho com estudo aprofundado sobre a Lei Nº 1.571, de novembro de 2023, que dispõe sobre o Plano Municipal de Promoção das Políticas de Igualdade Racial do Município de Horizonte (PLAMPIR). Participam, ainda, atualmente, como cursistas no curso da Comunidade ENDICA sobre Políticas Públicas Relativas aos Povos Indígenas, Quilombolas e Tradicionais e suas Infâncias e do percurso formativo do Projeto PIA – Primeira Infância Antirracista (parceria Governo do Estado, UNICEF e Instituto PROMUNDO, dentre outros).

Entende-se que todos esses processos formativos compõem uma base fecunda que possibilita tecer uma análise de dados cujo desdobramento seja a construção de um planejamento de ações efetivas para acompanhamento desses usuários e usuárias. A análise de perfil societário, com base nas informações autodeclaratórias e a partir de entrevistas estruturadas que compõem a base de dados do Cadastro Único e compiladas por planilhas geradas no CECAD 2.0 adquire maior tecnicidade e amplificação, portanto.

Com isso, lançamos um enfoque nos dados dos campos concernentes às informações e marcações sobre: Família Indígena, Família Quilombola, Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e Cor ou Raça, com destaque para parda e indígena; e de Povos ou Comunidades Tradicionais. As análises de dados foram realizadas com o rigor comparativo através da exigência mínima de similaridade entre 3 variáveis distintas, conjuntamente, dentre nome, data de nascimento, NIS e CPF. Para tal, utilizamos as bases de dados: Cadastro único – CECAD 2.0, extraída em junho, referente à alimentação de dados sensíveis de referência máxima o mês de maio; BPC – SAA; listagens atualizadas dos Cartão Ceará sem Fome; Vale Gás Social; folha de pagamento CMIC; E-SUS, com base cumulativa até junho. Somado a esses dados, informações contidas no Inventário dos Povos de Terreiro do Ceará, 2022, e Censo 2022, IBGE, com, também, autodeclarações nos quesitos de Pessoas Indígenas e Quilombolas.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Thayná Neri Andrade– Técnica da Vigilância Socioassistencial
- Eliane Ramos Ferreira– Coordenadora da Proteção Social Básica
- Monique Sabino da Silva – Agente Administrativo
- Tatiana Ramalho da Silva–Coordenadora do Núcleo de Promoção das Políticas de Igualdade Racial– NUPPIRH
- Nélide Martins de Almeida– Técnica de Gestão do SUAS
- Ana Paula Cristovão da Silva -Secretária Municipal da Secretaria de Assistência, Igualdade e Desenvolvimento Social

3.8. Insumos Necessários

- Bases de dados: Cadastro único – CECAD 2.0, extraída em junho, referente à alimentação de dados sensíveis de referência máxima o mês de maio; BPC – SAA; listagens atualizadas dos Cartão Ceará sem Fome; Vale Gás Social; folha de pagamento CMIC; E-SUS, com base cumulativa até junho. Somado a esses dados, informações contidas no Inventário dos Povos de Terreiro do Ceará, 2022, e Censo 2022, IBGE, com, também, auto declarações nos quesitos de Pessoas Indígenas e Quilombolas.

3.9. Resultados Alcançados

- A construção de material rico, com dados atuais, que possibilitam indicativos sobre as potencialidades e as fragilidades dos trabalhos institucionais e comunitários para o respeito da diversidade e tradicionalidade em prol de um desenvolvimento amplo, equitativo e sustentável. Somado à possibilidade de atuação ética, metodológica e política congruente com o atendimento dos direitos sociais relacionados ao perfil societário encontrado na pesquisa. Bem como o enriquecimento, com dados do recorte municipal, dos materiais e discussões para os processos formativos. Além do fortalecimento das articulações intersetoriais, com intercâmbio de estratégias e compartilhamento de resultados para planejamentos, atuações, monitoramentos, avaliações e devolutivas à população.

3.10 Desafios e Superações

- Promover a manutenção de uma rede integrada, fortemente articulada intersetorialmente e com a adesão da população para a construção de dados fidedignos e atualizados com vistas a uma análise correta e alinhada com planejamentos e desenvolvimento de ações, acompanhamento e efetivação da garantia de direitos aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.

3.11. Próximos Passos

- Apresentar o atual levantamento, com a equipe, para os parceiros articulados com a produção cotidiana de dados qualificados e atualizar continuamente com os de mais dados produzidos a partir das ações, com a incrementação de informações advindas com novas parcerias e as contribuições da população referida, para ampliar a estratificação, capilaridade e fidedignidade do diagnóstico situacional e, assim, promover a qualificação na promoção da política pública.
- Atender o disposto no Plano Municipal de Promoção das Políticas de Igualdade Racial do de Horizonte (PLAMPIR) no que tange às metas propostas para a Política de Assistência Social e contribuir para o fortalecimento intersetorial com as demais Políticas no que tange às suas respectivas metas.
- Fortalecer a parceria e planejamento em conjunto com o Núcleo de Promoção das Políticas de Igualdade Racial – NUPPIRH nos processos formativos das equipes da Proteção Social Básica e Especial, e das demais equipes que compõem a Secretaria de Assistência, Igualdade e Desenvolvimento Social e demais setoriais.

2.19- MUNICÍPIO DE ICAPUÍ

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Icapuí

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria de Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): MARIA APARECIDA DE ALCANTARA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Aldenizia Braga Queiroz

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Mapeamento Territorial da Violência na Primeira Infância

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 01/03/2022

Data de Término (se for o caso):

| | | | |
|--------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|--------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Profissionais da Secretaria de Assistência Social e Operadores do Sistema de Garantia de Direitos à Criança e Adolescentes.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O Mapeamento Territorizado dos riscos sociais e pessoais do município de Icapuí busca identificar as violências e violações de direitos, na Primeira Infância, existentes no município, através das notificações de casos de violência violações de direitos, na perspectiva de planejar políticas públicas de enfrentamento aos mesmos. Nesse sentido, a análise e sistematização dos dados das violações de direitos da Primeira Infância, permite subsidiar o planejamento das ações a serem desenvolvidas. Entendemos que conhecer as violações de direitos de uma população vulnerável é o primeiro passo para impedir que estas se repitam. Isso passa obrigatoriamente pela construção de Políticas Públicas e pela compreensão da intersetorialidade necessária à efetivação dessas políticas.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Identificar os riscos sociais e pessoais na Primeira Infância, existentes no município de Icapuí-CE, através da notificação de casos de violência e violação de direitos, na perspectiva de planejar políticas públicas de enfrentamentos aos mesmos.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Visualização das violações de direitos registrados contra as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idades;
- Diminuição da reincidência das violações;
- Garantir a proteção integral de crianças na primeira infância

3.6 Metodologia

Entrega da ficha de notificação de risco via ofício às unidades que compõem a rede de Proteção e posterior recolhimento das mesmas;

Sistematização qualificada dos dados coletados pela Técnica da Vigilância Socioassistencial; Mobilização de todas as unidades que compõem a rede de Proteção para participação do Seminário de socialização dos dados registrados no município;

Realização do Seminário de socialização dos dados quantificados e territorializados de violação de direitos notificados na rede de proteção do município.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Secretaria de Assistência Social;
- Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- Conselho Tutelar;
- Secretaria de Educação;
- Escolas Municipais
- Secretaria de Saúde;
- Unidades de Atenção Primária em Saúde
- Residentes da Escola de Saúde Pública
- Promotoria de Justiça da Comarca de Icapuí
- Polícia Civil.

3.8. Insumos Necessários

- Resmas de papel; Lanche e Profissionais

3.9. Resultados Alcançados

- Os dados quantificados e territorializados das violações de direitos notificados nas unidades de rede de proteção, tem nos permitido a visualização da realidade do município quanto à existência de violências e violações de direitos, o monitoramento contínuo e a estimativa de demanda potencial para os serviços de ação preventiva por meio da Proteção Básica e protetiva por meio da Proteção Especial, bem como a sensibilização para a importância das denúncias. Podemos observar que as articulações foram fortalecidas dos serviços socioassistenciais em parceria com a rede intersetorial. Para além, a territorialização dos dados de violência tem contribuído para a produção qualificada de indicadores de risco pessoal e social.

3.10. Desafios e Superações

- Cofinanciamento Federal inexistente para potencializar as ações do setor de Vigilância Socioassistencial e Resistência no preenchimento das fichas por parte dos profissionais das setoriais e outros órgãos da rede.

3.11. Próximos Passos

- Estabelecer uma agenda compartilhada com os demais atores da rede de proteção de crianças e adolescentes para disseminação das informações do Mapeamento Territorial da violência na primeira infância;
Realizar planejamento integrado de ações de enfrentamento as vulnerabilidades e riscos sociais a partir do setor da Vigilância Socioassistencial;
Criação de Lei Municipal obrigando todos os operadores do Sistema de Garantia de Direitos a preencher a Ficha de Notificação.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.20 – MUNICÍPIO DE IPUEIRAS:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): (IPUEIRAS):

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria de Assistência Social e Trabalho

Nome Completo do(a) Gestor(a): VALDIRENE MOURÃO CHAVES VASCONCELOS

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Júlio Cesar Neves de Medeiros

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

O OLHAR DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL SOB A PRIMEIRA INFANCIA: UM PARÂMETRO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO MUNICÍPIO DE IPUEIRAS CEARÁ EM 2023

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 05/03/2024

Data de Término (se for o caso):

Tempo de Execução: Até 6 meses

3.3. Público-alvo

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, GESTÃO DO SUAS, PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.

3.4. Justificativa/ Contextualização

APRESENTAÇÃO

A primeira infância é o período que abrange os primeiros 6(seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança. São nos primeiros anos de vida que ocorrem o amadurecimento do cérebro, a aquisição dos movimentos, o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, além da iniciação social e afetiva. Estudos mostram que quanto melhores forem as experiências da criança durante a primeira infância enquanto mais estímulos qualificados ela receber, maiores são as chances de ela desenvolver todo o seu potencial. Pesquisas têm demonstrado que essa fase é extremamente sensível para o desenvolvimento do ser humano, pois é quando ele forma toda a sua estrutura emocional e afetiva e desenvolve áreas fundamentais do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e à capacidade de aprendizado.

Esse processo continua ao longo do tempo, moldado pelas experiências positivas ou negativas vividas e compartilhadas, principalmente, com seus pais, parentes e cuidadores em geral. Por isso, a proteção é essencial: problemas graves logo no início da vida, como violência familiar, negligência e desnutrição, podem interferir no desenvolvimento saudável do cérebro. Por outro lado, o estímulo adequado gera benefícios, que vão desde o aumento da aptidão intelectual, que favorece o acompanhamento escolar e diminui os índices de repetência e evasão, até a formação de adultos preparados para aprender a lidar com os desafios do cotidiano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A implementação de um Sistema Único de Assistência Social – SUAS cria a Proteção Social - Básica e Especial - esta última divide-se em níveis de alta e média complexidade. O Sistema Único de Assistência Social tem como eixos centrais a matricialidade sócio familiar e o princípio de territorialidade. A matricialidade sócio familiar é o foco da proteção social na família e a territorialidade consiste em levar em conta os indivíduos nos seus núcleos familiares, comunitários e societários.

Sob esta ótica, dentro da temática geral, a Secretaria de Assistência Social e Trabalho do Município de Ipueiras-CE, através da vigilância Socioassistencial visando conhecer, fortalecer e ampliar a participação social das famílias residentes no município a qual possuem crianças no ciclo da primeira infância, visita, acolhe e insere em programas e dentro dos Serviços dos Equipamentos de Assistência Social, de modo a oportunizar espaços de escuta qualificada – ouvir seus anseios e necessidades a fim de melhorar a qualidade de vida destes.

O Programa Criança Feliz (PCF) foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016, como parte da implementação do Marco Legal da Primeira Infância. Tem como uma de suas características principais a intersetorialidade, a partir da articulação de ações das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos e Direitos das Crianças e dos Adolescentes, entre outras, como fim de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

O eixo central de atuação do Programa são as visitas domiciliares, que tem a finalidade de apoiar e acompanhar o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância e apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais. Além disso, visa colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação das crianças atendidas. Tais elementos encontram retaguarda, igualmente, na oferta de serviços socioassistenciais, que ao contribuir para o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias, permitem alçar o público do Programa à condição de prioridade absoluta determinada pelo marco legal vigente no País. As visitas domiciliares compreendem ação planejada e sistemática, com metodologia específica para atenção e apoio à família, fortalecimento de vínculos e estímulo ao desenvolvimento infantil.

Na integração com o SUAS, as visitas domiciliares do CF potencializam a perspectiva preventiva e a proteção proativa no âmbito da proteção social. Além disso, integram o componente das visitas domiciliares do PCF ações complementares, que dizem respeito à viabilização da participação das famílias em outras ações do SUAS, da saúde, da educação, entre outras políticas, em acordo com suas necessidades. Reconhece-se, com isso, que a visita domiciliar possibilita a identificação de demandas familiares para as diversas políticas públicas.

É nesse contexto que deve ocorrer a integração do SUAS como Programa Criança Feliz, objeto central desse documento. Nesta direção, integrar não supõe subordinar-se ao outro, muito pelo contrário, significa importar-se um com o outro, valorizar a complementariedade de atuação, a trajetória do saber construído por ambos e colocar-se aberto e em convergência para atuar em conjunto. A partir da visão comum acerca do fortalecimento dos vínculos entre a família e a criança de suporte e apoio e atenção às vulnerabilidades associadas ao ciclo de vida, a perspectiva a atuação integrada do SUAS e o CF deve contribuir para:

- Incentivar e qualificar a oferta de serviços e benefícios socioassistenciais, nos diversos níveis de complexidade, potencializando a capacidade de atenção e apoio para famílias com crianças na primeira infância;
- Qualificar a rede de serviços de acolhimento, priorizando-se o acolhimento em famílias acolhedoras, em razão das especificidades da primeira infância e de recomendações internacionais acerca do atendimento de crianças de até 3 anos de idade afastadas do convívio familiar;
- Fortalecer a intersetorialidade nos territórios, por meio da articulação e integração das políticas públicas setoriais, considerando a referência do CRAS nos territórios, de modo a tornar possível o acesso planejado das famílias às diferentes ofertas existentes no território;
- Mobilizar e capacitar de maneira permanente e compartilhada os diversos profissionais que atuam com o público em questão, o que inclui a articulação entre os diversos entes federados, a disseminação de informações, orientações e organização e participação em eventos conjuntos para essa integração. Realizando um parâmetro no município de Ipueiras-Ceará, no período de Janeiro a Novembro de 2023 foram realizadas mais de 9.900 (Nove mil e novecentas) visitas realizadas por visitadoras do Programa Criança Feliz. Isso mostra a realidade de um amplo acompanhamento e acesso a direitos a essas famílias e indivíduos nos mais diversos territórios do município.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania as famílias com crianças no ciclo da primeira infância.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Oportunizar espaços de escuta qualificada- ouvir o que desejam do trabalho social.
- Fortalecer a participação popular na elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas –Estratégias de participação social.
- Canalizar a mobilização de lideranças e organizações representativas para a discussão em torno da proteção social na primeira infância que, ao mesmo tempo, previna risco sociais, fortaleça suas famílias e comunidades e revitalize suas tradições culturais.
- Conhecer a realidade local que permite a formação de uma rede de atenções voltada à defesa da vida relacional ante as seguintes agressões: isolamento (ruptura de vínculos, exclusão, abandono),subordinação(ausência de autonomia ,protagonismo, liberdade)e exclusão social (apartação, estigma, discriminação).
- Oficinas com lideranças comunitárias e parceiros para promoção do conhecimento desses direitos, bem como visitas às comunidades para realização de seu mapeamento (quantassão,ondeselocalizam,quantasfamílias,comovivem,quaisosproblemasque enfrentam e suas resistências e potencialidades)
- Realizar do mapeamento para além do georeferenciamento dessas famílias.(Quem são? Onde estão? Quantos são? O que demandam em termo de políticas públicas?)
- Garantir ao acesso à política de reconhecimento identitário desse público, diante dos processos de vulnerabilidade, de invisibilidade social por parte dos agentes públicos, bem como suas resistências.
- Propiciar trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito à solidariedade e os vínculos familiares e comunitários e contribuir para um processo de desenvolvimento ativo, saudável.

- Levar a Equipe Social às diversas comunidades de modo a contribuir para o fortalecimento, orientação, prevenção e informação, contribuindo assim para um desenvolvimento social amplo.
- Fortalecer a intersetorialidade e a interdisciplinaridade através de parcerias e encaminhamento as demais políticas públicas.
- Garantir que o Programa Criança Feliz chegue as mais diversas comunidades e famílias público-alvo do programa no ciclo da primeira infância.
- Monitorar os dados de acompanhamento, inserção e desligamento dessas famílias.

3.6 Metodologia

Foram utilizados base de dados a partir de dados coletados do Programa Criança Feliz no Município de Ipueiras no ano de 2023, conceituação a partir de cartilhas do Ministério de Desenvolvimento Social

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Programa Criança Feliz.

3.8. Insumos Necessários

- Dados estatísticos quantitativos e qualitativos.

3.9. Resultados Alcançados

- Contemplação e alcance em grande número o quantitativo de crianças visitadas e atendidas pelo programa criança feliz dentro do município de Ipueiras, mostrando contribuições no desenvolvimento da primeira infância em meio as famílias.

3.10 Desafios e Superações

- Contribuir cada vez mais com o processo de desenvolvimento da primeira infância no município de Ipueiras.

3.11. Próximos Passos

- Ampliar o segmento de visitas as demais famílias que possuem crianças na primeira infância.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.21-MUNICÍPIO DE JAGURARETAMA

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): JAGUARETAMA/CE

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Empreendedorismo

Nome Completo do(a) Gestor(a): PRICILA CUNHA CORDEIRO

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Maria de Fátima Lima Bernardo

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Vigilância em Ação com o Sistema Sóciagil – Base de Informações Integradas no Fortalecimento das ações e atendimentos para a Primeira Infância no SUAS.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: Fevereiro/2024

Tempo de Execução: Até 6 meses

3.3. Público-alvo

A base de informações do Sistema Sóciagil vinculadas à primeira infância, se propõe ter como público-alvo famílias atendidas na rede socioassistencial da política pública municipal de assistência social.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O projeto do Sistema SociÁgil tem como objetivo principal a concepção e implementação de um banco de dados municipais voltado para copilar e otimizar os indicadores voltados aos atendimentos, gestão dos equipamentos de CRAS e setores vinculados à política de assistência social. A iniciativa de implementação se apresenta como uma ferramenta de mapear e integrar os serviços socioassistenciais como base para garantir a proteção social das famílias atendidas.

A partir da iniciativa do sistema para gerenciamento de gestão e produção de relatórios para acompanhamento do trabalho das equipes, houve a necessidade de melhor organizar as ações e estratégias desenvolvidas com o público da primeira infância, pois os primeiros anos de vida, é compreendido como um período decisivo para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças. Portanto, é fundamental que as políticas públicas e os programas sociais sejam bem planejados e implementados de maneira coordenada e eficaz, utilizando como base, um conjunto de indicadores referenciados a Primeira Infância.

Os indicadores foram desenvolvidos a partir de um amplo processo de discussão envolvendo os trabalhadores do SUAS, Comitê da Primeira Infância e CMAS, tomando como referência as diretrizes estabelecidas no Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016). Busca-se fortalecer, assim, a resposta da sociedade brasileira ao que estabelece o inciso IV do artigo 4º desta legislação:



Art 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a: [...] IV - reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança.

Assim, os indicadores disponibilizados pelo sistema, buscam apoiar a incidência sobre os processos de formulação e implementação das políticas públicas voltadas à primeira infância, visando garantir prioridade a essa agenda em âmbito local, agregando as ações, estratégias e produzindo relatórios gerenciais sobre cada tópico citado, funcionando como uma orientação para o planejamento das intervenções no âmbito da Primeira Infância no SUAS do município de Jaguaratama - Ceará.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- ▶ Integrar e elaborar em tempo real indicadores sociais quantitativos, permitindo uma análise qualitativa das informações para tomada de decisões mais estratégicas e assertivas.

3.5.2. Objetivos Específicos

- ▶ Permitir análises e diagnósticos, através de indicadores, qualificando os processos de planejamento, monitoramento e avaliação da política municipal de assistência social;
- ▶ Promover a execução de ações que privilegiem a integralidade do seu desenvolvimento, partindo de uma perspectiva multidimensional;
- ▶ Gerar de forma integrada o gerenciamento das ações de acordo com o público-alvo e o território. Potencializando a temática para o fortalecimento das políticas públicas e aprimoramento das intervenções voltadas para a primeira infância;
- ▶ Gerar relatórios e gráficos que funcionem como instrumentos norteadores e facilitadores do processo de elaboração de ações intersetoriais;
- ▶ Mapear e produzir o diagnóstico das situações de vulnerabilidade e risco social;
- ▶ Qualificar as ações relacionadas a Primeira Infância, investindo em estratégias, pesquisa e avaliação contínua para identificar as melhores práticas que promovam o desenvolvimento infantil;
- ▶ Utilizar os indicadores dessas pesquisas para orientar a formulação e implementação de programas.

3.6 Metodologia

Na assistência social, ter os indicadores sociais, utilizados como recurso metodológico, indica os aspectos da realidade social ou as mudanças ocasionadas pelos determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Os indicadores sociais são subsídios que contribuem para o planejamento e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas do governo municipal, possibilitando assim o processo de monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos, subsidiando para um diagnóstico social de modo a contribuir para intervenção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A metodologia utilizada na implantação e implementação do sistema Sociágil, se caracteriza pela coleta de dados a partir da realidade dos territórios e suas demandas. Apresentando como principais objetivos o melhoramento da gestão de dados, aumentando a eficiência dos serviços, promovendo intervenções mais assertivas e garantindo a eficiência das ações socioassistenciais nos atendimentos.

A abordagem metodológica utilizada foi a quanti-qualitativa, que combina métodos quantitativos e qualitativos para fornecer uma compreensão mais abrangente e detalhada. O sistema busca consolidar informações, produzir e mensurar indicadores que buscam prevenir as situações de risco e vulnerabilidades sociais.

A metodologia utilizada permite uma compreensão mais profunda e contextualizada das realidades territoriais e das demandas da população. Ao combinar dados quantitativos e qualitativos, é possível desenvolver soluções mais eficazes, personalizadas e sustentáveis, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento integral.

O menu “Primeira Infância no SUAS” possui tópicos que se referem à: Programa Criança Feliz que está dividido entre formulário das famílias acompanhadas atualmente, registro de produção mensal por visitador, registro de dados do quantitativo de famílias que participam do Projeto “Criando Memórias com o Programa Criança Feliz”, ações bimestrais, ações de fortalecimento intersetorial e coleta de dados mensal, permitindo uma visão ampla das estratégias utilizadas pelo referido programa.

Outrossim, temos disponível no SocioÁgil as Ações de Fortalecimento da Intersetorialidade na Primeira Infância, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a Primeira Infância, Comitê Intersetorial da Primeira Infância, Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, como o Projeto Cozinha Social, PAA Leite, Benefícios Eventuais na modalidade de Cesta Básica de Alimentos, Vale Gás, Cartão Ceará Sem Fome e Cartão Mais Infância Ceará.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Trabalhadores do SUAS
- Comitê da Primeira Infância
- CMAS
- Famílias atendidas no Programa Criança Feliz
- Cartão Mais Infância Ceará
- Cartão + Família Jaguaratama
- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

3.8. Insumos Necessários

- Recursos humanos e sistema.

3.9. Resultados Alcançados

- Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS

3.10 Desafios e Superações

A consolidação da assistência social enquanto política pública ainda requer o enfrentamento de importantes desafios, e para tanto, é importante que os profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tenham uma visão capaz de identificar as reais necessidades da população, conhecer os riscos e as vulnerabilidades as quais estão sujeitos, mas também as possibilidades ou capacidades que devem ou podem ser desenvolvidas. Dessa forma, realizar uma análise da situação requer um diagnóstico e um acompanhamento por parte do SUAS para a formulação e avaliação.

Entender que as políticas públicas de primeira infância são essenciais para cuidar das crianças e suas famílias (e também para potencializar outras ações do governo) não torna a tarefa mais fácil. O desafio começa no desenho da ação, passa pela capacidade de mobilização dos diferentes responsáveis por ela, avança para a implementação e oferta de serviço com qualidade.

Como estratégia, implantar um sistema integrado para a primeira infância no SUAS, se caracteriza como um processo complexo que requer planejamento em equipe, recursos adequados e colaboração mútua dos profissionais envolvidos. Superar os desafios de infraestrutura tecnológica, capacitação de profissionais, integração de dados, privacidade e segurança, financiamento, coordenação intersetorial, engajamento da comunidade, monitoramento e avaliação, foi essencial para o sucesso da experiência.

A partir de estratégias adequadas e um compromisso contínuo com a inovação e a melhoria, foi possível criar um sistema eficaz que promove o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. A vigilância socioassistencial em municípios de porte 1, é uma ferramenta essencial para a promoção da proteção, prevenção e proatividade, ofertado nos serviços socioassistenciais, considerando as especificidades de cada território, garantindo o bem-estar e desenvolvimento integral de nossas crianças, e suas famílias. A proximidade com a comunidade e o olhar sobre os territórios oferecem oportunidades únicas para a implementação das ações eficazes e personalizadas.

De acordo com a adequada capacitação, uso de tecnologias adaptadas, integração de dados e engajamento das equipes técnicas, foi possível criar um sistema de vigilância socioassistencial eficiente, de acordo com nossa realidade, capaz de promover a melhoria contínua de um trabalho sistemático, envolvendo gradativamente a comunidade, trabalhadores e os usuários no processo de construção e implementação, garantindo que o sistema contribua na efetivação da Política de Assistência Social.

3.11. Próximos Passos

- Como vimos os indicadores são importantes ferramentas para a elaboração, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no entanto, cabe ressaltar que o diagnóstico social não deve se restringir apenas ao levantamento de dados e indicadores quantitativos, de acordo com Jannuzzi, “deve também abranger a captura de elementos qualitativos que expressem aspectos culturais, valores, expectativas e outros traços da população residente no território”, para que a intervenção seja a mais próxima possível da realidade social. Assim, a implementação do Sistema SocioÁgil, buscando sempre atualizar o banco de dados, de acordo com a realidade dos territórios e suas demandas, promovendo o fortalecimento da gestão e a eficácia das políticas socioassistenciais, através de Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS.

Considerando a relevância da participação social, como próximo etapa, iremos elaborar um Plano de Ação, buscando propor um calendário de reuniões descentralizadas com o Comitê Municipal da Primeira instituído pelo Decreto nº 024/2023, de forma intersetorial com outras políticas públicas municipais, apresentando os impactos dos indicadores dos serviços socioassistenciais, apresentando o sistema e os relatórios fidedignos, relacionados a primeira fase do desenvolvimento, assim como elaborar um plano de ação, com rodas de conversas nos territórios com a comunidade, apresentando o sistema e os benefícios para toda população, diante da Proteção Integral na Primeira Infância.

3.12. Informações Complementares

- ACESSO AO SISTEMA SÓCIAGIL:
<https://www.sociagilcidadeao.jaguaretama.ce.gov.br/home1.aspx>



2.22 – MUNICÍPIO DE JARDIM:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): JARDIM

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretariado Desenvolvimento Social e Trabalho –SEDEST

Nome Completo do(a) Gestor(a): ERICA LORENA DA SILVA PEREIRA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Iracema Tavares Serafim

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Mapeamento, Alcance e Operacionalização da Política de Assistência Social junto à Comunidade Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos Localizada na Serra Boca da Mata no Município de Jardim no Estado do Ceará.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: março de 2021

Data de Término (se for o caso):

| | | | |
|---------------------------|-------------|--------------------|--|
| Tempo de Execução: | Até 6 meses | De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|-------------|--------------------|--|

3.3. Público-alvo

Comunidade Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos localizada na Serra Boca da Mata no Município de Jardim-CE.

3.4. Justificativa/ Contextualização

O Brasil é um país de um povo profundamente marcado pela diversidade cultural e étnica, no entanto, também carrega marcas profundas de violência pelo território, desigualdades sociais e negação de direitos que afetam principalmente pessoas negras, além de povos e comunidades tradicionais, como é o caso de comunidades quilombolas. A Promulgação da Constituição Federal de 1988 significou um marco no que tange ao sistema de proteção social, responsabilizando o Estado pela garantia de direitos humanos e sociais aos indivíduos, mas ao longo processo constituinte do Brasil, os povos e comunidades tradicionais ainda são alvo de discriminação, inclusive da ausência do Estado em suas vidas. A Assistência Social é uma política de proteção social e de direitos de cidadania garantida pela Constituição Federal de 1988, de responsabilidade do Estado, não contributiva e para quem dela necessitar, ou seja, destina-se aos cidadãos que estão em condições precárias ou privados de renda e sem acesso aos serviços públicos (dimensão material da vulnerabilidade/desproteção) como naqueles cujas características sociais e culturais (diferenças) são desvalorizadas ou discriminadas negativamente (dimensão relacional das vulnerabilidades/ desproteção) (BRASIL, 2013).

De acordo com o que preconiza o Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, os povos e comunidades tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Segundo o Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, os remanescentes de quilombos são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoidentificação, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

As comunidades quilombolas são povos que possuem uma identidade cultural própria e que se formaram a partir do processo histórico dos tempos da escravidão no Brasil. Se constituem como territórios que De acordo com a Pesquisa sobre o Trabalho Social com Famílias de Povos Originários e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social no Estado do Ceará, a região do Cariri é a que possui o maior número de municípios com a presença de povos originários e comunidades tradicionais. Dos 29 municípios que fazem parte da região, 19 responderam possuir em seu território essa população, dentre estes, o município de Jardim.

Desde o reconhecimento da Assistência Social como direito, muitos avanços vêm sendo alcançados, assim como sucederam grandes desafios para efetivação das conquistas obtidas. Não obstante, apesar dos desafios, a política de Assistência Social no município de Jardim vem avançando no que concerne ao desenvolvimento de ações contextualizadas e efetivas para os povos originários e tradicionais. No município, o grupo étnico Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos, é localizado na Serra Boca da Mata e de acordo com o levantamento de dados do Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos são identificadas um universo de 68 (sessenta e oito) famílias cadastradas, sendo 47 (quarenta e sete) destas, beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Essa informação demonstra a relevância do Cadastro Único como uma ferramenta de identificação e aproximação junto aos territórios quilombolas, o que contribui para a formulação de políticas públicas a essa população e, ainda contribui para a realização do trabalho social, pois por meio do Cadastro Único ocorre a seleção das famílias mais vulneráveis para o recebimento dos benefícios conforme os critérios de cada programa, projeto, serviço e benefícios.

Nesse contexto, importa destacar que a comunidade quilombola faz parte do território de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I. O CREAS Municipal também oferta atendimento à pessoas da comunidade, bem como também o Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz acompanha gestantes e crianças na primeira infância da comunidade.

O CRAS e sua equipe de referência tem uma parcela importante de responsabilidade no desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias, viabilizando direitos aos cidadãos. O trabalho social com famílias ofertado nos serviços socioassistenciais deve ser planejado a partir das demandas postas pelos cidadãos e, no caso de trabalho social com famílias quilombolas, este deve ocorrer de forma respeitosa e antirracista, observando os direitos dos povos tradicionais com destaque para a Consulta Prévia, Livre e Informada – CPLI ou o Protocolo Autônomo de Consulta – PAC (documento que alguns grupos étnicos possuem) antes de executar qualquer ação que possa afetar os seus direitos coletivos.

Nesse sentido, é de suma importância a realização de trabalho social com famílias quilombolas adequado às reivindicações da comunidade através da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com vistas à promoção de direitos, assegurando a cidadania e a qualidade de vida das famílias, bem como atuando no combate ao racismo, discriminação, exclusão social e outras expressões sociais discriminatórias e que violam a dignidade humana.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Executar o Trabalho Social com a Comunidade de Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos localizada no município de Jardim – CE, em uma perspectiva de território em rede e elaborar um Panorama Situacional sobre a existência e o acesso deste grupo ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Identificar as famílias da comunidade quilombola no Cadastro Único, a partir de atualização e novos cadastros;
- Conheceras potencialidades da comunidade;
- Conhecer os principais problemas vivenciados pela comunidade e identificar riscos e vulnerabilidades do território;
- Identificara rede de serviços públicos existentes e utilizadas pela comunidade;
- Realizar ações itinerantes na comunidade, com vistas à oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como encaminhar para outros serviços públicos;
- Possibilitar a convivência familiar e comunitária, bem como a participação social por meio do trabalho social com famílias;
- Promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das Famílias;
- Construir indicadores para subsidiar a vigilância socioassistencial.

3.6 Metodologia

No ano de 2021 a Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do município de Jardim iniciou uma ação de identificação da Comunidade Quilombola Serra dos Mulatos no Cadastro Único, haja vista que a mesma já estava localizada no território, mas as famílias não eram identificadas no formulário do Cadastro Único de acordo com as orientações de preenchimento estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Esta ação desencadeou várias outras ações que vêm sendo desenvolvidas na Política de Assistência Social do município junto aos Quilombolas, tanto realizadas na própria comunidade como no CRAS de referência do território. Importa aqui destacar que existe uma articulação da Assistência Social com a Comunidade Quilombola sempre mediada através da Associação Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos que é parceira no trabalho junto ao território. Recentemente, realizou-se uma reunião no dia 23 de maio de 2024 entre a Gestão do SUAS, Cadastro Único - PBF, CRAS, CREAS e Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz com as famílias da comunidade quilombolas da Serra dos Mulatos na sede da Associação, sempre seguindo o que preconiza a CPLI – Consulta Prévia, Livre e Informada com o objetivo de apresentar o Caderno de Orientações Técnicas para o Trabalho Social com Famílias de Povos e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social para que os mesmos pudessem sugerir a necessidade de alterações do caderno, bem como apresentar as suas demandas aos serviços socioassistenciais.

Na ocasião, os profissionais presentes realizaram também uma breve explanação dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no município, onde as pessoas da comunidade puderam sanar suas dúvidas. Desta feita, o Caderno supracitado foi disponibilizado para apreciação e discussão. No dia 03 de julho do ano em curso realizou-se uma ação itinerante na Comunidade Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos, visando facilitar o acesso das famílias aos serviços, programas, projetos e benefícios disponibilizados pela Política de Assistência Social no município. Considerando a importância do trabalho, emprego e renda para o exercício da cidadania, um aspecto que merece ênfase é que a gestão municipal atendendo uma demanda da Comunidade irá ofertar cursos profissionalizantes para as famílias, que acontecerão no segundo semestre de 2024 na sede da Associação Comunidade Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos. Destaca-se que os cursos foram escolhidos pela comunidade, respeitando suas especificidades culturais, produtivas e sociais, visando contribuir como fonte de geração de renda e para a autonomia financeira das famílias.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Famílias da Comunidade Quilombola e membros da Associação Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos
- Cadastro Único–Programa Bolsa Família/PBF
- Centro de Referência de Assistência Social-CRASI;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social–CREAS;
- Programa Primeira Infância no SUAS–Programa Criança Feliz/PCF;
- Setor de Documentação Civil.

3.8. Insumos Necessários

Recursos Humanos:

Equipes de Referência do CRAS de abrangência do território (Coordenação, Técnicos de Nível Superior, Educadores Sociais; Apoio Administrativo); Equipe do Cadastro Único (Coordenação, Técnico de Nível Superior e Entrevistadores Sociais); Equipes de Referência do CREAS (Coordenação, Técnicos de Nível Superior, Educadores Sociais; Apoio Administrativo); Supervisora e visitadoras do Programa Primeira Infância no SUAS – Programa Criança Feliz/PCF; Equipe da SEDEST (Secretária Municipal, Técnica de Gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial, Técnicos de Nível Médio, apoio administrativo e motoristas); Fotógrafo(a).

Infraestrutura:

Sede do CRAS; Posto Municipal do Cadastro Único; Sede da Associação Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos; Energia; Internet; Transportes para deslocamento das equipes, entre outros itens que se fizerem necessários.

Materiais:

Computadores; Internet; Impressoras; Cadeiras; Mesas; Datashow; Caixa de som, Microfone, Banners; Geláguas; Tendas; Blusas(fardamento); pranchetas; canetas; papel A4; papel madeira; cartolinas; pinceis; lápis; entre outros materiais que se fizerem necessários.

Sistemas utilizados:

CadÚnico V7; SIBEC; SIGPBF; SICON; CECAD; VIS DATA 3; SAGICAD; CMIC; Vale Gás Social; Censo IBGE.

3.9. Resultados Alcançados

- Elaboração de um Panorama Situacional sobre a presença da Comunidade Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos, bem como sobre o acesso deste povo ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município de Jardim com foco na consolidação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. O Panorama é um instrumento de grande importância que contribui para o processo de planejamento das ações estratégicas na Política de Assistência Social no município a partir do conhecimento da realidade do território, das suas necessidades e das suas potencialidades dos sujeitos que nele estão inseridos. Este documento também irá subsidiar o monitoramento e avaliação situacional do território facilitando o alcance das políticas públicas e a tomada de decisões da gestão municipal.

Outro aspecto que merece ênfase é que a execução das ações supracitadas evidenciou a importância da aproximação da Política de Assistência Social com os povos, que desconhecem e/ou não acessam os serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pela Assistência Social no município. Os dados do referido Panorama serão sempre atualizados de forma contínua objetivando conhecer a realidade, bem como os riscos e as vulnerabilidades que carecem de intervenções, tendo em vista que a sociedade é muito dinâmica e se faz necessário acompanhar as mudanças para o desenvolvimento de um trabalho social de caráter transformador na perspectiva de garantia de direitos e na construção de um Município mais justo e com igualdade sociorracial para todas as pessoas.

3.10 Desafios e Superações

- No que concerne ao trabalho social com famílias de povos e comunidades tradicionais na Política de Assistência Social, é possível afirmar que há uma carência de espaços de discussões sobre o tema, deste modo faz-se necessário intensificar o debate e a reflexão acerca da temática. As demandas das populações quilombolas são inúmeras, é necessário fortalecer e avançar na luta, reconhecendo a importância da identidade do grupo para a criação e efetivação de políticas sociais mais eficazes, garantindo e a melhorando a qualidade de vida das famílias.

3.11. Próximos Passos

- Conclusão do Panorama Situacional a partir da coleta de dados em sistemas e de informações territorializadas coletadas com a participação da comunidade quilombola por meio do trabalho social. Apresentar e disponibilizar o Panorama Situacional para toda equipe de profissionais da Assistência Social, às autoridades locais e aos gestores de outras políticas públicas a fim de seja utilizado de forma intersectorial e, dessa forma, fortalecer as políticas sociais e garantir que os povos quilombolas tenham acesso a direitos, a conquista da autonomia individual e coletiva.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.23 – MUNICÍPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Jijoca de Jericoacoara/CE

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretariado Desenvolvimento Social e Trabalho –SEDEST

Nome Completo do(a) Gestor(a): Maria Rosilene de Oliveira

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Tiago Barreto de Alencar **Nome:** Franciani Nascimento Oliveira

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Monitorando e Avaliando o Programa Primeira Infância no SUAS– Criança Feliz, através da instrumentalidade do Registro Mensal de Atendimento –RMA, protagonizando a identificação das vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios de atuação.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: Abril de 2022

Tempo de Execução: Até 6 meses De 6 meses a 1 ano Acima de 1 ano

3.3. Público-alvo

Equipe do Programa Primeira Infância no SUAS /Criança Feliz, Centro de Referência da Assistência Social– CRAS e Gestor da Assistência Social.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Diante da necessidade constante da Vigilância Socioassistencial de alimentar ,acompanhar, monitorar e avaliar as informações referentes ao Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz (PIS/PCF) de Jijoca de Jericoacoara, de forma sistemática (mensal), foi necessária a elaboração de um instrumental municipal que coletasse adequadamente informações primordiais, para melhor identificação da realidade das crianças, gestantes e famílias assistidas pelo respectivo Programa no Município. A Vigilância Socioassistencial de Jijoca de Jericoacoara identificou que ao criar um instrumental para extrair as informações de atendimentos e visitas domiciliares de forma abrangente (visitas para crianças de 0 à 3 anos, crianças de 3 à 6 anos, Gestantes e famílias assistidas), poderia obter informações relevantes para o aprimoramento do PIS/PCF municipal.

O referido instrumental tem proporcionado uma articulação direta e clara entre a Equipe Técnica do PIS/PCF e a Vigilância Socioassistencial, disponibilizando dados, que ficam centralizados em uma base de monitoramento interno da Vigilância Socioassistencial, provendo, assim, uma única interface (armazenamento de informações) e proporcionando a elaboração de relatórios quantitativos e qualitativos mais completos, de monitoramento e avaliação do Programa, identificando as vulnerabilidades e riscos sociais, bem como viabilizando uma leitura qualificada da realidade, criando assim, subsídios para a compreensão do nível de desempenho referente à execução do PIS/PCF no Município.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Dar ciência ao Órgão Gestor da Assistência Social sobre o desempenho do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz e respectivas demandas territorializadas, bem como, sobre as necessidades de qualificação de intervenção.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Monitorar, acompanhar, planejar e aprimorar o Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz no Município pela Vigilância Socioassistencial;
- Qualificar informações por parte da Vigilância Socioassistencial, a partir da construção de Relatórios quantitativos e qualitativos sobre o desempenho do Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz
- Expandir a sistematização do número de informações catalogadas pela rede socioassistencial, como forma de fortalecer a identificação das vulnerabilidades e riscos sociais das famílias assistidas pelo Programa Primeira Infância no SUAS/ Criança Feliz, a partir das necessidades do trabalho social desenvolvidos nos territórios.

3.6 Metodologia

Para a construção do Registro Mensal de Atendimento – RMA do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz com vista à coleta fidedigna à prática da Equipe PIS/PCF, foram necessários os seguintes processos:

1. Reuniões entre a equipe técnica da Vigilância Socioassistencial, Gestão Municipal do SUAS e a Equipe Técnica do PIS/PCF com o intuito de realizar uma escuta qualificada para a coleta de sugestões de informações visando a construção e aprimoramento do RMA municipal;
2. Encontro para apresentar o instrumental elaborado (RMA municipal) à equipe do PIS/PCF; Produção de relatórios qualitativos e quantitativos, por quadrimestre, sobre as informações registradas, como forma de subsidiar o aprimoramento das ações no PIS/PCF.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- A equipe da Vigilância Socioassistencial de Jijoca de Jericoacoara participou ativamente na elaboração do RMA municipal do PIS/PCF de Jijoca de Jericoacoara.
- A Gestão do SUAS, a Supervisora e Visitadores do PIS/PCF participaram ativamente, apoiando e firmando parcerias, bem como promovendo a autonomia da Vigilância Socioassistencial no que tange aos processos de atualização, construção e implementação do RMA no âmbito da Primeira Infância no SUAS.

3.8. Insumos Necessários

- Impressora
- Notebook
- Retroprojetor.

3.9. Resultados Alcançados

- Os resultados alcançados nessa experiência têm sido satisfatórios, viabilizando o aprimoramento/fortalecimento no acompanhamento da ofertado PIS/PCF nos territórios de atuação, por parte da Equipe Técnica do PIS/PCF no Município; Houve maior agilidade no atendimento e acompanhamento das Crianças e Gestantes do PIS/PCF, sendo possível dar visibilidade às ações mais frequentes que necessitavam de maior atenção pelos visitantes como: crianças de 0 à 3 anos com Benefício de Prestação Continuada (BPC)– Pessoa com Deficiente(PCD);
O campo do RMA com a “Descrição das Situações Ocorridas”, também gerou um espaço de diálogo entre a Supervisão do Programa e à Gestão do SUAS, promovendo assim uma interlocução qualitativa entre as partes, sinalizando aspectos passíveis ou não de intervenções imediatas; Compreensão por parte de todos os atores envolvidos, de como a análise das informações deste registro (RMA) impactam na identificação das situações de vulnerabilidades e riscos sociais, numa perspectiva de transformação social;
Possibilitou o efetivo acompanhamento quadrimestral, da política ofertada à Primeira Infância por meio do PIS/PCF, por parte das instâncias de controle social (CMAS/CMDCA);
Fortaleceu articulações do PIS/PCF, em parceria com a rede intersetorial, através de encaminhamentos à Proteção Social Básica, tendo o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS como porta de entrada.

3.10. Desafios e Superações

- O desafio, inicialmente, enfrentado foi a dificuldade de compreensão por parte da Equipe Técnica do PIS/PCF para o correto preenchimento do RMA, emergindo assim, a necessidade da realização de reuniões sucessivas para orientações pelo Técnico da Vigilância Socioassistencial. A necessidade de reconhecimento da importância de um monitoramento qualificado no PIS/PCF, quebrando “tabus” de que a Vigilância Socioassistencial tem caráter fiscalizador, mas sim, de subsidiar a rede socioassistencial com informações que busca qualificar os serviços, programas e projetos socioassistenciais.

3.11. Próximos Passos

- O aprimoramento e qualificação continuadas informações por meio utilização do RMA municipal;
- Encaminhamentos do Relatório Consolidado Anual gerados pela Vigilância Socioassistencial ao CMAS e CMDCA, para que tenham visibilidade da realidade do PIS/PCF de Jijoca de Jericoacoara e seus impactos na vida das Crianças e Adolescentes na Primeira Infância.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.24 – MUNICÍPIO DE JUCÁS:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Jucás

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): MARIA VALNEIDA ALVES LUNA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Francisca Aglaenny Leite de Souza Nome: Antônia Sidneide do Carmo Leite

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Café & Tradição: Famílias, povos e comunidades

3.2. Dados da Execução

Data de Início: Janeiro de 2024

Data de Término (se for o caso):

Tempo de Execução:

Até 6 meses

De 6 meses a 1 ano

3.3. Público-alvo

Povos Ciganos residentes na Comunidade Calon –Distrito São Pedro do Norte, Jucás-CE pertencentes ao Território do CRAS São José.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Os Povos ciganos subdividem-se em etnias (as principais, rom, calon e sinti) e formam um grupo heterogêneo. De acordo com seu padrão tradicional de fixação e deslocamento, podem ser nômades (não se fixam), seminômades (se deslocam e se fixam temporariamente) ou sedentários (fixos). Possuem espírito viajante e sentimento de não pertencera um único lugar; noção particular de propriedade; leis e regras próprias; comunidade estruturada em torno da unidade familiar; e liderança comunitária exercida por uma figura masculina. Possuem uma rica e diversa herança cultural, com variações significativas entre os diferentes grupos e subgrupos ciganos. A cultura cigana é rica em música, dança e artesanato. Suas celebrações e festivais são uma parte importante da vida comunitária, e muitas tradições são passadas de geração em geração.

Historicamente, muitos ciganos eram nômades, mas hoje em dia, muitos vivem em comunidades fixas, como é o caso da comunidade cigana Calon residente no município de Jucás. Chegaram por volta de 1975, sua primeira localização foi na vila Mel, depois Canafístula e atualmente, residem na comunidade do distrito de São Pedro, há mais de 25 anos. Uma grande característica deste público é a união existente entre eles, destacando o costume de residir todas as famílias no mesmo endereço, na Rua: 29 de junho do Distrito do São Pedro, conhecida, por todos, como a rua dos Ciganos.

Atualmente, muitos grupos e organizações ciganas lutam por reconhecimento, direitos civis e a preservação de sua cultura, parte vital e vibrante como patrimônio imaterial tornando importante os esforços para promover a compreensão e o respeito pela diversidade cultural desses povos. A iniciativa surge diante da necessidade de trabalhar a valorização dos povos e comunidades tradicionais no município de Jucás/ CE, em específico a comunidade cigana, tendo em vista que esta população representa um total de 75 habitantes jucaenses (de acordo com dados fornecidos pelo líder da comunidade cigana - Calon) e, no entanto, ainda permanecem em lugar de invisibilidade diante dos estigmas e preconceitos que perpassam a sociedade. A política de Assistência Social, como um campo de políticas públicas de proteção social, tem como princípios o atendimento das necessidades sociais da população; a universalização dos direitos sociais; a igualdade de direitos; e o respeito à cidadania, autonomia e à convivência familiar e comunitária, sem discriminação de qualquer natureza, reconhecendo assim, que as discriminações étnicas e raciais são promotoras de vulnerabilidades que devem ser enfrentadas. Os povos tradicionais ciganos têm uma rica cultura e história, mas muitas vezes enfrentam discriminação e estereótipos. Eles têm suas próprias tradições, línguas ecostumes, que variam de acordo com a região, sendo de suma importância respeitar e valorizar sua identidade cultural.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Fortalecer vínculos entre CRAS e a Comunidade Cigana residente no território de abrangência, garantindo uma atuação satisfatória e efetiva das Políticas de Proteção Social, atendendo as demandas e necessidades sociais desta comunidade, além de atuar como intermediador na integração de políticas públicas.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Valorizar e fortalecer a sistematização e produção das informações sobre os povos e comunidades tradicionais realizada pela vigilância socioassistencial do município;
- Promover o reconhecimento da comunidade cigana no município e a inclusão social, respeitando e valorizando sua cultura, tradições e modo de vida, facilitando o acesso a serviços públicos, promovendo a educação culturalmente sensível e combater estereótipos e discriminação
- Proporcionar espaço de valorização da cultura e assegurar a preservação dos costumes;
- Oportunizar a participação da comunidade no planejamento das ações a serem desenvolvidas, utilizando métodos participativos de escuta visando conhecer a realidade da comunidade;
- Estimular a autodeclaração da população cigana no município;
- Viabilizar serviços, programas e benefícios socioassistenciais, bem como informar e garantir o acesso a direitos;
- Desenvolver e incentivar o protagonismo, a autonomia e participação social

3.6 Metodologia

A metodologia aplicada a proposta foi, primeiramente, investigativa, onde se buscou realizar o levantamento de dados sobre a existência dos povos tradicionais no município, extraído pela vigilância socioassistencial, por meio do acesso ao sistema CECAD. A partir dos dados coletados, foi aplicada a pesquisa de campo, onde a equipe Técnica do CRAS foi conhecer a realidade da comunidade cigana Calon, apresentar o equipamento, bem como, ouvir seus anseios e demanda se elaborar o planejamento da ação comunitária em alusão ao Dia Nacional do Cigano. Em seguida, internamente, foi realizada a pesquisa exploratória, onde buscou-se apropriar-se de leituras e estudos sobre o trabalho com a comunidade ciganas, debruçando – se, principalmente, nos cadernos de orientações técnicas. Assim, em comemoração ao Dia Nacional do Cigano, na data de 24 de maio de 2024 foi realizada a primeira ação comunitária “I Café & Tradição” na cidade de Jucás-CE com a comunidade cigana – Calon, cujo objetivo foi proporcionar espaço de valorização da cultura e assegurar a preservação dos costumes e tradições, bem como levar informações acerca dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, estimulando a autodeclaração da população cigana para fins de acesso a direitos.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Gestão do SUAS: Organização e financiamento da ação
- Técnicos de Nível Médio e Superior: execução e suporte técnico na realização da oficina /roda de conversa com os povos ciganos.
- Equipe da Vigilância Socioassistencial: Mapeou as famílias ciganas, e juntamente com toda a equipe da PSB organizou, analisou e contextualizou os dados, resultando na ação desenvolvida.

3.8. Insumos Necessários

- Infraestrutura:
- Computadores
- impressora,
- cadeiras
- mesas
- armários
- carro para deslocamento
- Ornamentação
- lanche
- som
- instrumentos musicais
- tenda
- bandeira
- som
- Materiais: Prancheta, caneta, papel A4, microfone, banner
- Sistemas: CECAD, CADÚnico, RIsocial

3.9. Resultados Alcançados

- O resultado alcançado foi a construção do vínculo do CRAS e a confiança estabelecida entre a comunidade cigana e o equipamento, dando visibilidade e destaque a cultura existente, disseminando o conhecimento sobre as políticas públicas, em especial, a política de assistência social. A participação da comunidade na ação desenvolvida foi um grande resultado alcançado, haja vista, que os mesmos sempre viveram diante de estigmas e preconceitos da sociedade. O momento foi tão importante que a própria comunidade, empoderada, conseguiu resgatar e reviver a cultura da vestimenta, dança e gostos musicais. O destaque está na naturalidade das apresentações culturais que envolveram toda a comunidade.

3.10 Desafios e Superações

- **O desafio:**
Desenvolver ações com os povos ciganos apresenta uma série de desafios devido a sua história, cultura e a marginalização que enfrentam. Conseguir adaptar a política aos costumes e tradições vivenciados pela comunidade é um principal desafio vivenciado pelos profissionais, tendo em vista, haver um estranhamento enraizado da comunidade em relação as instituições públicas, gerando assim, atitudes defensivas. **Ou seja, o desafio foi conhecer o território, adentrar e intervir.** Outro ponto a destacar foi a ausência de dados no cadastro único, que foi apontado por eles, a falta de questionarem se faziam parte de comunidades tradicionais ou não, durante a realização o cadastro.
- **A superação:**
Foi chegar a essa comunidade, conversar e conhecer melhor seus costumes e tradições, a confiança adquirida, a visibilidade e importância ofertada a comunidade. O desenvolvimento das ações na comunidade e a participação dos mesmos.

3.11. Próximos Passos

- Atualizar o Diagnóstico Socioterritorial
- Realizar uma capacitação/intersetorial sobre os povos tradicionais e específicos com foco nos povos cigano
- Adotar estratégias do Serviço PAIF para atender a realidade dos povos ciganos afim de garantir fortalecer o acesso as políticas públicas.
- Realizar uma capacitação/intersetorial sobre os povos tradicionais e específicos com foco nos povos cigano
- Criar o grupo PAIF bimestral buscando fortalecer os vínculos e promover a prática da autonomia e responsabilidades comunitárias.
- Criar um grupo de dança com as crianças, adolescentes e mulheres da comunidade, objetivando resgatar a cultura da dança cigana- memória e resistência deste povo.
- Criar um grupo de artesanatos para reviver a cultura artesã cigana
- Atualizar e Referenciar as famílias ciganas no CRAS São José
- Incentivar as famílias ciganas a realizarem a auto declaração na inscrição/ atualização do Cadastro Único
- Incentivara participação da comunidade cigana no controle social
- Implantar o Conselho Municipal dos Povos e Comunidades Tradicionais –CMPCT

2.25 – MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Maracanaú

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input checked="" type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria de Assistência Social e Cidadania -SASC

Nome Completo do(a) Gestor(a): DANIEL HOLANDA BAIMA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Carla Patrícia Carneiro da Costa

Nome: Danusia Nunes da Silva de Lima

Nome: Sílvia Maria Xavier Monteiro

Nome: Silvana Wlândia de Souza Monteiro Rocha

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Sistema de Gestão do SUAS-SGS Maracanaú: monitoramento dos atendimentos e acompanhamentos realizados com o Povo Pitaguary.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 04/09/2023

Data de Término (se for o caso):

Tempo de Execução:

Até 6 meses

De 6 meses a 1 ano

Acima de 1 ano

3.3. Público-alvo

Povo Originário e Tradicional :Indígena Pitaguary..

3.4. Justificativa/ Contextualização

A partir da Constituição de 1988, a Assistência Social passa a ter uma nova concepção, incluída no âmbito da Seguridade Social, com a Saúde e a Previdência Social, e regulamentada como política social pública pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Leinº8.742, de 07 de dezembro de 1993. Em 2003, a IV Conferência Nacional de Assistência Social deliberou pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que foi delineado de forma mais robusta a partir da Política Nacional de Assistência Social de 2004 e na Norma Operacional Básica de 2005.

Sendo que em 2011, com a aprovação da Leinº12.435, o SUAS passa a integrar plenamente o escopo da LOAS. Conforme a Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004, o SUAS é um sistema público não contributivo,, descentralizado, o qual tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

Em Maracanaú, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania- Sasc criada em 2005, tem como missão garantir a efetivação da Assistência Social enquanto política pública alicerçada de direitos socioassistenciais. Ao longo destas quase duas décadas, houve o empenho para o fortalecimento do SUAS como estruturação da pasta de modo a possibilitar a oferta dos serviços dos programas, benefícios e projetos e o aprimoramento do processo de sistematização das ações realizadas visando à consolidação desta política pública no município de Maracanaú. Ressalta-se que de acordo com a PNAS/2004, são funções da Política de Assistência Social: a proteção social; a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos socioassistenciais. Importante lembrar que essas três funções possuem fortes relações entre si, e em certo sentido, pode-se afirmar que cada uma delas só se realiza em sua plenitude por meio da interação e complementaridade com as demais. Mas para fins do relato desta experiência, será destacada a função de vigilância socioassistencial.

Assim, a Gerência de Vigilância Socioassistencial é uma área vinculada à Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - GESUAS, que em Maracanaú vem avançando na gestão da informação por meio de ferramentas tecnológicas que viabilizem o monitoramento e a avaliação da oferta e da demanda de serviços públicos de assistência social. Ao longo dos anos, a evolução dos registros de dados na SASC passou do formato manual para o digital, o que gerou mais sustentabilidade ambiental, com a economia de papel, e mais facilidade no tratamento das informações. No entanto, para o citado formato digital, foram utilizadas planilhas no drive, sendo que pelo porte do município e pela dimensão dos atendimentos e acompanhamentos, este formato não estava atendendo a contento a demanda da secretaria. Em consonância com os preceitos trazidos pela Política Nacional de Assistência Social, a formulação e a implantação de um sistema de informação da assistência social municipal representa uma ferramenta estratégica para aferir e aperfeiçoar os projetos existentes, aprimorar o conhecimento sobre os componentes que perfazem a política e sua execução e contribuir para seu planejamento futuro, tendo como plano de fundo sua contribuição aos escopos institucionais (PNAS2004).

Neste sentido e atendendo a uma das metas do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2022 - 2025) no primeiro semestre do ano de 2023, foi desenvolvido o Sistema de Gestão do SUAS (SGS Maracanaú) em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Formação Tecnológica (Setec) do município. O sistema que traz inovação aos atendimentos das unidades de assistência social, unifica os registros de atendimento e armazenados como Mapa de Atendimento Diário (MAD), Registro Mensal de Atendimento (RMA), usuários inscritos nos coletivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), assim como cruza dados da base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e traz informações das famílias residentes em Maracanaú inscritas no CadÚnico. Além dessas informações, como SGS Maracanaú também é possível gerar Ficha de Atendimento da Família, Ficha de usuário inscrito no SCFV e declarações diversas.

Dentre suas diversas funcionalidades, a ferramenta SGS Maracanaú permite realizar um panorama a cerca do alcance e do acesso dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais ao SUAS no âmbito municipal, especificamente ao Povo Pitaguary, residente em Maracanaú, permitindo o monitoramento dos atendimentos e acompanhamentos ofertados pela SASC aos usuários e usuárias indígenas.

Registra-se ainda que além do SGS Maracanaú, a Coordenadoria de Gestão do SUAS-GESUAS lança anualmente o documento chamado: Perfil das Famílias de Maracanaú inscritas no Cadastro Único, experiência exitosa apresentada na 2ª Mostra de Experiências Exitosas em Vigilância Socioassistencial do Estado do Ceará, que possui um capítulo específico sobre o CRAS Indígena, com dados gerais, benefícios sociais, perfil das pessoas, renda familiar, características dos domicílios, dentre outras informações.

Em Maracanaú, dentre os onze Centros de Referência da Assistência Social- CRAS, consta o CRAS Indígena, justamente para o atendimento específico do povo originário e tradicional: Indígena Pitaguary .Este CRAS, referência 1.075 famílias cadastradas, equivalente a 2.981 pessoas inscritas no Cadastro Único, sendo destas 171 famílias unipessoais, de acordo com a base de dados de dezembro de 2023. O Povo Pitaguary vive entre os municípios de Maracanaú e Pacatuba, na Região Metropolitana de Fortaleza, organizado em 04 aldeias: Horto, Olho d'água, Santo Antônio (no município de Maracanaú) e Monguba (na Pacatuba). Sendo que para este trabalho, o enfoque será o Povo Pitaguary residente em Maracanaú.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Aprimorar o processo de produção, gestão e monitoramento de informações junto ao povo Pitaguary em Maracanaú, permitindo à assistência social conhecer mais sobre esta população a que se destina, e sobre o seu efetivo alcance a este mesmo público.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Coletar informações detalhadas sobre os atendimentos e acompanhamentos realizados, serviços e programas ofertados, benefícios concedidos, projetos implantados referentes ao povo Pitaguary;
- Avançar no processo de qualificação e segurança dos dados;
- Viabilizar a integração e compartilhamento das informações em um único banco de dados entre as unidades de atendimento;
- Fortalecer a função de Vigilância Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social no município de Maracanaú.

3.6 Metodologia

O Sistema de Gestão do Suas - SGS Maracanaú faz parte de uma das metas do Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025). Em parceria entre a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Sasc) e a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Formação Tecnológica (Setec), o sistema foi criado e desenvolvido a partir do primeiro semestre de 2023.

A ideia inicial era de se ter um sistema contendo todas as informações de Registros Mensais de Atendimento- RMA e Mapas de Atendimentos Diário- MAD de todas as unidades da Proteção Social, extinguindo-se as planilhas eletrônicas existentes. Em seguida, surgiu a ideia de um sistema que unifique e integre o atendimento do usuário da Assistência Social em Maracanaú, um sistema que possibilite saber por quais unidades da Proteção Social Básica e Especial aquele usuário já passou. Para tanto, todos os usuários da Política de Assistência Social de Maracanaú deveriam estar inseridos nesse sistema.

Para essa inserção o sistema faz um cruzamento com a base do cadastro único, aqueles que não são encontrados na base do cadastro único são inseridos no sistema pelo primeiro profissional que o atender. O sistema traz algumas abas como: Pessoa, Família ,Cadastro Único, MAD, RMA qualitativo e quantitativo, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, Gestão de Território, Gestão do Trabalho, Atividades Coletivas, Atividades de Acompanhamento PCF, Famílias em Acompanhamento PAIF, Famílias em Acompanhamento PAEFI, Família sem Acompanhamento Centro Pop ,Medidas Socio educativas, dentre outros. Além de documentos e declarações que podem ser expedidas.

Após criação do Sistema de Gestão do SUAS- SGS Maracanaú, foi preciso fazer o primeiro teste com uma das unidades, os profissionais do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS Acaracuzinho foram os pioneiros na utilização do sistema. Após apresentação do sistema, a equipe passou a utilizá-lo durante os atendimentos de nível médio e superior. Com 30 dias de uso do sistema foi realizada uma avaliação por parte da equipe do CRASA caracuzinho, da Proteção Social Básica e da Vigilância Socioassistencial.

Em 16 de agosto de 2023, aconteceu a primeira turma da Oficina de Introdução ao Sistema de Gestão do SUAS- SGS Maracanaú na Faculdade Uninassau localizada no município; Coordenadores e Técnicos de Referência do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF de cinco CRAS participaram daquele momento. As unidades participantes foram: Pajuçara, Jardim Bandeirantes, Mucunã, Piratininga e Indígena (Pitaguary).

Ao todo, no ano de 2023, foram ministradas dez oficinas para contemplar todos os profissionais da Política de Assistência Social de Maracanaú lotados nas unidades da Proteção Social Básica e Especial. Em 2024, até o momento, foram ministradas três novas turmas para os novos contratados. A implementação do sistema aconteceu de forma gradual, o Cras “piloto”, os cinco primeiros CRAS participantes das oficinas, os outros cinco CRAS restantes, o Creas, o Centro Pop e as Unidades de Acolhimento (estas últimas, o sistema foi apresentado mas ainda não implementado).

Das nossas experiências exitosas com o sistema, destacamos a possibilidade de termos como forma de monitorar a quantidade de famílias que fazem parte de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos que realizam Cadastro Único em nosso município, assim como mais especificamente, famílias que compõem o Povo Pitaguary, localizado na Reserva Santo Antônio do Pitaguary.

Com o uso do Sistema de Gestão do SUAS- SGS Maracanaú é possível identificar as Famílias da reserva que possuem cadastro único e as declaradas indígenas que não moram na reserva e que também possuem cadastro único; assim como, também é possível identificar imediatamente quantas são atendidas no CRAS, quantas estão em acompanhamento PAIF, se alguma delas foi atendida ou mesmo acompanhada pelo CREAS ou centro POP, quantas foram beneficiárias com benefícios eventuais e quais benefícios tiveram acesso; também é possível com o uso do sistema, verificar quantas crianças da reserva ou fora dela, do Povo Pitaguary, estão inseridas no Programa Criança Feliz e estão no Mapa de Acompanhamento do PCF; se as famílias Pitaguarys tiveram algum tipo de encaminhamento e quais encaminhamentos foram, quantos grupos do SCFV são realizados pelo CRAS Indígena Pitaguary; tal como, acessar ao consolidado de atendimentos mensais dos profissionais de nível médio e superior.

É importante ressaltar que o sistema tem as suas individualidades, por exemplo, o nível médio e superior acessam a aba Pessoa onde são buscadas todas as pessoas para atendimento, essa aba traz informações da base do cadastro único (essa atualização da base é realizada a cada 90 dias), o profissional também pode alimentá-la quando o nome do usuário não é localizado no sistema; o profissional de nível médio têm acesso ao MAD Nível Médio, mas não tem acesso ao MAD Nível superior e nem ao RMA; o profissional de nível superior tem acesso as outras unidades da Assistência Social onde o usuário foi atendido, podendo ser visto, por exemplo, se a família que foi atendida no PAIF e encaminhada para o PAEFI já foi atendida no CREAS.

Em suma, o Sistema de Gestão do Suas- SGS Maracanaú, é uma ferramenta que contribui para o monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento da Proteção Social do município de Maracanaú, permitindo o monitoramento dos serviços ofertados pela assistência social ao Povo Indígena Pitaguary.

A metodologia aplicada a proposta foi, primeiramente, investigativa, onde se buscou realizar o levantamento de dados sobre a existência dos povos tradicionais no município, extraído pela vigilância socioassistencial, por meio do acesso ao sistema CECAD. A partir dos dados coletados, foi aplicada a pesquisa de campo, onde a equipe Técnica do CRAS foi conhecer a realidade da comunidade cigana Calon, apresentar o equipamento, bem como, ouvir seus anseios e demanda se elaborar o planejamento da ação comunitária em alusão ao Dia Nacional do Cigano. Em seguida, internamente, foi realizada a pesquisa exploratória, onde buscou-se apropriar-se de leituras e estudos sobre o trabalho com a comunidade ciganas, debruçando – se, principalmente, nos cadernos de orientações técnicas. Assim, em comemoração ao Dia Nacional do Cigano, na data de 24 de maio de 2024 foi realizada a primeira ação comunitária “I Café & Tradição” na cidade de Jucás-CE com a comunidade cigana – Calon, cujo objetivo foi proporcionar espaço de valorização da cultura e assegurar a preservação dos costumes e tradições, bem como levar informações acerca dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, estimulando a autodeclaração da população cigana para fins de acesso a direitos.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- O sistema foi idealizado pela Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social de Maracanaú e desenvolvido em parceria da Secretaria de Assistência Social e Cidadania - SASC com a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Formação Tecnológica- Setec Maracanaú. Posteriormente, o SGS Maracanaú passou a ser utilizado pelas unidades de atendimento da Proteção Social Básica e Especial, bem como pela área de gestão para supervisão técnica e monitoramento de informações.

3.8. Insumos Necessários

- Computadores e acesso à internet; servidor para armazenamento e backup das informações.

3.9. Resultados Alcançados

- Aprimoramento do processo de produção, gestão e monitoramento de informações, junto ao povo Pitaguary em Maracanaú, permitindo à assistência social conhecer mais sobre esta população, e sobre o seu efetivo alcance a este mesmo público;
Maior segurança e inovação na gestão de informação da SASC;
Integração e compartilhamento das informações em um único banco de dados entre as unidades de atendimento;
Fortalecimento da função de Vigilância Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social no município de Maracanaú.

3.10 Desafios e Superações

- **O desafio:**
As capacitações aos profissionais; adequação do sistema à realidade dos usuários e dos profissionais; disponibilidade do técnico da T.I.
- **A superação:**
A utilização do sistema por 100% das unidades da P.S.B e 40% das unidades da P.S.E; a realização de 13 capacitações no período de um ano; unidades equipadas com computadores com acesso a rede de internet.

3.11. Próximos Passos

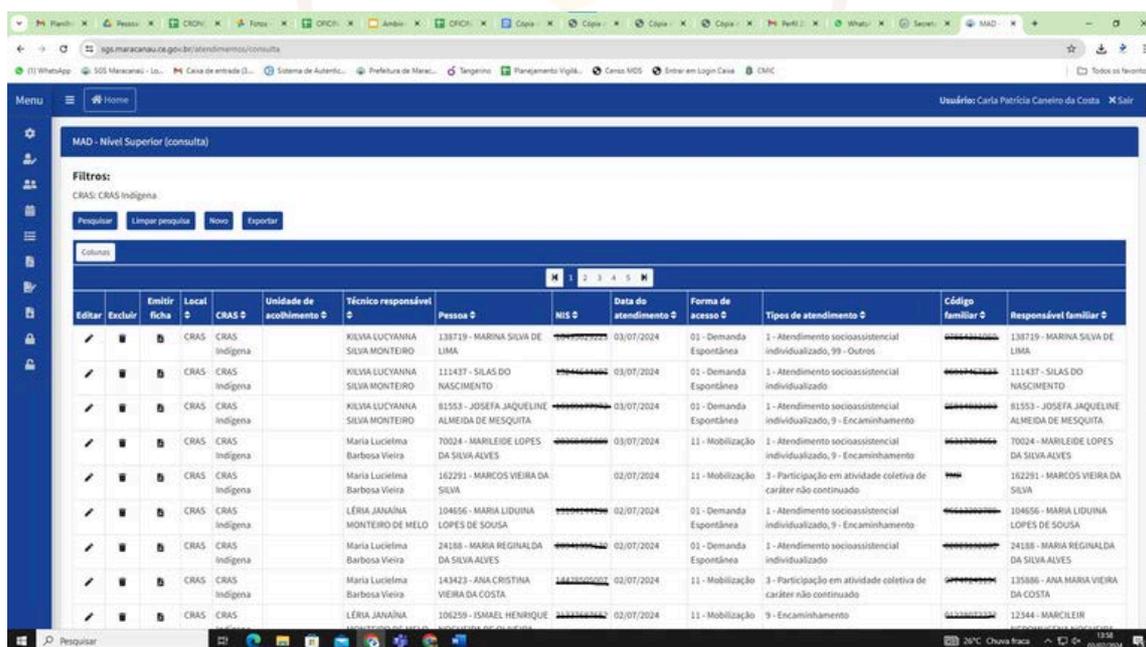
- Aprimorar o sistema com novas ideias sugeridas pelos profissionais, gerar gráficos que possibilite ver com mais precisão percentuais de dados e caminhar para uma segunda versão do SGS Maracanaú, implementando novas possibilidades ao sistema.

3.12. Informações Complementares

- Algumas modificações e correções vêm sendo realizadas ao longo do uso do sistema, são os profissionais os grandes colaboradores da melhoria do mesmo.

Para uma maior colaboração, a Vigilância Socioassistencial de Maracanaú realizou de março a maio de 2024 visitas técnicas de monitoramento e avaliação do sistema. Após esse momento de diálogo e escuta com os profissionais dos CRAS, CREAS e Centro Pop, a equipe da Vigilância Socioassistencial esteve em reunião com as Coordenadorias de Proteção Social Básica e Especial para fechamento das sugestões de modificações e correções do SGS Maracanaú.

- Lista de profissionais :



| Editar | Excluir | emitir ficha | Local | CRAS | Unidade de acolhimento | Técnico responsável | Pessoa | NIS | Data do atendimento | Forma de acesso | Tipos de atendimento | Código familiar | Responsável familiar |
|--------|---------|--------------|---------------|---------------|------------------------|--------------------------------|--|--------|---------------------|-------------------------|---|-----------------|--------------------------------------|
| ✓ | ✗ | 📄 | CRAS Indígena | CRAS Indígena | | KILVIA LUCYANNA SILVA MONTEIRO | 138719 - MARINA SILVA DE LIMA | 138719 | 03/07/2024 | 01 - Demanda Espontânea | 1 - Atendimento socioassistencial individualizado, 99 - Outros | 138719 | MARINA SILVA DE LIMA |
| ✓ | ✗ | 📄 | CRAS Indígena | CRAS Indígena | | KILVIA LUCYANNA SILVA MONTEIRO | 111437 - SILAS DO NASCIMENTO | 111437 | 03/07/2024 | 01 - Demanda Espontânea | 1 - Atendimento socioassistencial individualizado | 111437 | SILAS DO NASCIMENTO |
| ✓ | ✗ | 📄 | CRAS Indígena | CRAS Indígena | | KILVIA LUCYANNA SILVA MONTEIRO | 81553 - JOSEFA JAQUELINE ALMEIDA DE MESQUITA | 81553 | 03/07/2024 | 01 - Demanda Espontânea | 1 - Atendimento socioassistencial individualizado, 9 - Encaminhamento | 81553 | JOSEFA JAQUELINE ALMEIDA DE MESQUITA |
| ✓ | ✗ | 📄 | CRAS Indígena | CRAS Indígena | | Maria Lucielma Barbosa Vieira | 70024 - MARLEIDE LOPES DA SILVA ALVES | 70024 | 03/07/2024 | 11 - Mobilização | 1 - Atendimento socioassistencial individualizado, 9 - Encaminhamento | 70024 | MARLEIDE LOPES DA SILVA ALVES |
| ✓ | ✗ | 📄 | CRAS Indígena | CRAS Indígena | | Maria Lucielma Barbosa Vieira | 162291 - MARCOS VIEIRA DA SILVA | 162291 | 02/07/2024 | 11 - Mobilização | 3 - Participação em atividade coletiva de caráter não continuado | 162291 | MARCOS VIEIRA DA SILVA |
| ✓ | ✗ | 📄 | CRAS Indígena | CRAS Indígena | | LÉRIA JANAÍNA MONTEIRO DE MELO | 104656 - MARIA LIDIUNA LOPES DE SOUSA | 104656 | 02/07/2024 | 01 - Demanda Espontânea | 1 - Atendimento socioassistencial individualizado, 9 - Encaminhamento | 104656 | MARIA LIDIUNA LOPES DE SOUSA |
| ✓ | ✗ | 📄 | CRAS Indígena | CRAS Indígena | | Maria Lucielma Barbosa Vieira | 24188 - MARIA REGINALDA DA SILVA ALVES | 24188 | 02/07/2024 | 01 - Demanda Espontânea | 1 - Atendimento socioassistencial individualizado | 24188 | MARIA REGINALDA DA SILVA ALVES |
| ✓ | ✗ | 📄 | CRAS Indígena | CRAS Indígena | | Maria Lucielma Barbosa Vieira | 143423 - ANA CRISTINA VIEIRA DA COSTA | 143423 | 02/07/2024 | 11 - Mobilização | 3 - Participação em atividade coletiva de caráter não continuado | 143423 | ANA MARIA VIEIRA DA COSTA |
| ✓ | ✗ | 📄 | CRAS | CRAS | | LÉRIA JANAÍNA | 106259 - ISMAEL HENRIQUE | 106259 | 02/07/2024 | 11 - Mobilização | 9 - Encaminhamento | 106259 | MARCILEIR |

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.26 – MUNICÍPIO DE MARCO:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Marco/CE

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): ANA GLAISY FROTA OSTERNO LEORNE

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Iara Brenda Vasconcelos Silva

Nome: Claudia Maria Rios Teófilo

Nome: Isabele Caminha de Freitas

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

A Experiência da Vigilância Socioassistencial no Processo de elaboração e Monitoramento do Municipal pela Primeira Infância (PMPI)

3.2. Dados da Execução

Data de Início: Janeiro/2022

Data de Término (se for o caso): Em execução

Tempo de Execução: Até 6 meses De 6 meses a 1 ano Acima de 1 ano

3.3. Público-alvo

Comitê Intersetorial Municipal pela Primeira Infância e parceiros implementadores do Plano Municipal pela Primeira Infância no Município do Marco/CE.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Considerando a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância (LEI Nº 13.257 DE 08 DE MARÇO DE 2016), o município do Marco, ainda no mesmo ano, se preocupou em elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) para o período de 10 anos. No entanto, o Plano aprovado à época se mostrava frágil para a consolidação das políticas de atendimento, uma vez que em muitos aspectos não atendia às necessidades evidenciadas no cotidiano. Entretanto, a partir de 2022, incentivado pela equipe estadual de assessoramento ao Programa Criança Feliz, foi iniciado um processo de revisão completa do Plano em âmbito local no qual a vigilância socioassistencial do SUAS desempenhou um papel fundamental.

O primeiro passo foi colaborar com a procuradoria do município na construção da minuta da Lei Municipal nº 408/2022 que considerou os dados sistematizados e analisados pelo setor de vigilância com colaboração de técnicos de outras secretarias municipais para definir as ações obrigatórias no PMPI nas áreas de saúde, educação e assistência social, foram também incorporadas na lei municipal sugestões sobre dotações orçamentárias para execução das ações planejadas considerando a intercessão com outros planos pré-existentes a possibilidade de articulação com a sociedade civil para parcerias estratégicas.

Com a aprovação da Lei municipal o Comitê Intersetorial pela Primeira Infância do Marco, formado por representações de diversas secretarias de governo, representantes do CMDCA, do Conselho Tutelar, e de organizações da sociedade civil foi o grande responsável pela revisão do plano, que deveria se iniciar por um amplo diagnóstico da realidade local da primeira infância no município, as políticas públicas voltadas para esse segmento, as fragilidades da rede de atendimento e as potencialidades existentes, e nesse contexto, mais uma vez a vigilância socioassistencial contribuiu de forma significativa, apoiando tecnicamente o comitê na definição de instrumentais, técnicas e metodologias de coleta de informações, sistematização de informações de fontes primárias e secundárias e interpretação de resultados. Nesse processo cabe destacar, o apoio da equipe da vigilância socioassistencial no desenvolvimento das atividades de escuta das crianças e seus cuidadores que fez parte do diagnóstico.

Também no preenchimento do marco lógico do PMPI a vigilância socioassistencial colaborou de forma ativa subsidiando o detalhamento das ações e norteando o comitê intersectorial de forma a não perder a correlação entre as ações propostas e as informações reveladas no diagnóstico.

Também no preenchimento do marco lógico do PMPI a vigilância socioassistencial colaborou de forma ativa subsidiando o detalhamento das ações e norteando o comitê intersectorial de forma a não perder a correlação entre as ações propostas e as informações reveladas no diagnóstico.

O resultado do trabalho desenvolvido pelo Comitê Intersetorial foi uma versão do PMPI consistente, coerente e exequível, realizado de forma democrática, com participação do governo, das instâncias de controle social, dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil e da comunidade em geral, entretanto, o esforço precisa ser mantido, o Plano precisa ser monitorado sistematicamente e nessa atribuição novamente a Vigilância é um parceiro estratégico do Comitê intersectorial indicando o que efetivamente foi executado, as ações que precisam ser fortalecidas e os problemas que já foram superados, e dessa forma, contribuindo continuamente para a qualificação das políticas públicas voltadas à garantia de direitos de Crianças e adolescentes.

O resultado do trabalho desenvolvido pelo Comitê Intersetorial foi uma versão do PMPI consistente, coerente e exequível, realizado de forma democrática, com participação do governo, das instâncias de controle social, dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil e da comunidade em geral, entretanto, o esforço precisa ser mantido, o Plano precisa ser monitorado sistematicamente e nessa atribuição novamente a Vigilância é um parceiro estratégico do Comitê intersectorial indicando o que efetivamente foi executado, as ações que precisam ser fortalecidas e os problemas que já foram superados, e dessa forma, contribuindo continuamente para a qualificação das políticas públicas voltadas à garantia de direitos de Crianças e adolescentes.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Subsidiar o planejamento e contribuir para a qualificação das políticas públicas voltadas para a garantia de direitos humanos de crianças na primeira infância.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Colaborar tecnicamente com o Comitê Intersetorial pela Primeira Infância do Município do Marco no planejamento e implementação do PMPI.
- Elaborar metodologias de coleta, sistematização de dados e interpretação de dados primários e secundários relacionados à primeira infância a serem utilizados para qualificar as políticas públicas voltadas para a primeira infância.
- Realizar o monitoramento sistemático dos programas projetos e serviços socio assistenciais previstos no PMPI, verificando sua execução dentro de padrões de qualidade definidos nas normativas do SUAS.

3.6 Metodologia

A metodologia adotada pela equipe da vigilância socioassistencial para subsidiar o trabalho do Comitê Intersetorial pela Primeira Infância na implementação do PMPI compreendeu as seguintes etapas:

- 01 >> Articulação com a procuradoria do município para apresentação de dados preliminares sobre a primeira infância no território e sugerir princípios e diretrizes para a elaboração da Lei Municipal que autorizou a revisão do PMPI.
- 02 >> Definição, junto ao comitê intersetorial e com base na expertise do setor na realização de diagnósticos e pesquisas as melhores estratégias para preenchimento dos instrumentais de diagnóstico disponíveis.
- 03 >> Condução do processo de escuta de crianças e seus cuidadores por meio de rodas de conversa e aplicação de dinâmicas interativas pra obtenção de dados qualitativos para composição do diagnóstico.
- 04 >> Colaboração na sistematização e avaliação dos dados coletados, a fim de evidenciar distorções, e possibilitar a leitura da realidade.
- 05 >> Contribuição na elaboração de propostas de superação e de atividades a serem desenvolvidas para a efetivação de direitos de crianças na primeira infância.
- 06 >> Participação efetiva no monitoramento sistemático das atividades inseridas no PMPI, apontando o progresso de cada ação bem como identificando necessidades inerentes a cada uma.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- > Comitê Intersetorial pela Primeira Infância
- > (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/Conselho Tutelar/Organizações da Sociedade Civil/Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social e Cultura)
- > Procuradoria Municipal
- > Câmara dos Vereadores
- > Organizações da Sociedade Civil
- > prestadoras de atendimento à Crianças e Adolescentes
- > Movimentos Sociais
- > Comunidade local.

3.8. Insumos Necessários

- Equipamentos (Notebook/Impressora/Telefone Celular), Material de Expediente (Papel, Canetas), Veículo para transporte da Equipe, Recursos Humanos (Equipe da Vigilância Socioassistencial e Comitê da Primeira Infância), Instrumentais para coleta de informações do diagnóstico e para detalhamento das ações do PMPI. Material de consumo (combustível/tinta para impressora), Material de TI (internet, pacote de programas - word/excel/power point).

3.9. Resultados Alcançados

A experiência trouxe como resultados:

- Maior integração da vigilância socioassistencial com outros setores do governo e com organizações da sociedade civil motivando a troca de experiências e de informações.
- Ampliação da visibilidade para o setor de vigilância socioassistencial e do seu potencial para contribuir com a elaboração de políticas públicas fornecendo subsídios consistentes e coerentes.
- Envolvimento e participação das Organizações da Sociedade Civil e da comunidade em geral, em especial crianças e seus cuidadores no processo de elaboração do PMPI, fomentado a partir da atuação ativa da equipe de vigilância socioassistencial no processo de mobilização.
- Elaboração do PMPI considerando critérios de prioridade e exequibilidade, pautado nas necessidades locais com base em indicadores bem definidos, considerando os limites e possibilidades territoriais e temporais.

3.10 Desafios e Superações

- Compatibilização das atividades relacionadas à implementação do PMPI com as demais atividades da vigilância socioassistencial considerando a equipe reduzida e não exclusiva. Ampliação o olhar para compreender as peculiaridades de outras políticas públicas na proteção integral à infância o que demanda aprofundamento em outros documentos e normativas, para além do arcabouço da política de assistência social. Capacidade de argumentação e de negociação com os demais setores envolvidos no processo para o estabelecimento de compromissos e cumprimento de metas e prazos a fim de concluir a elaboração do PMPI no tempo previsto.

3.11. Próximos Passos

- Prosseguir contribuindo com a elaboração e o monitoramento de Planos Municipais que possuam interseção com a política de assistência social, cumprindo com um dos principais objetivos da vigilância socioassistencial que é detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização e com base nessas informações subsidiar a elaboração de políticas públicas mais efetivas, eficientes e eficazes.

3.12. Informações Complementares

- O PMPI a partir de sua atualização passou a ser monitorado anualmente com efetiva participação do setor de vigilância socioassistencial e tem sua execução prevista para até dezembro de 2024. Assim, já é prevista a elaboração do PMPI para o período dos próximos 10 anos, bem como a atualização/elaboração de outros planos de grande relevância tais como o Plano Decenal de Prevenção às Violências contra Crianças e adolescentes e o Plano Municipal Plurianual de Assistência Social em 2025, esses processos representam oportunidades significativas para que o setor de vigilância demonstre sua importância e capacidade de colaborar para o fortalecimento das políticas locais

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.27 – MUNICÍPIO DE MAURITI:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Mauriti

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E TRABALHO

Nome Completo do(a) Gestor(a): CLAUDIA FERNANDA MOREIRA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial (Se necessário, acrescentar mais linhas)

Nome: MARIA ELIANE PEDRO DOS SANTOS Nome: ADENILSON PEREIRA DOS SANTOS

Nome: FRANCISCA LARISSA S. D. NÓBREGA DE FIGUEIREDO

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

PACTO PELA 1ª INFÂNCIA EM MAURITI.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: Janeiro/2022

Data de Término (se for o caso): Em execução

Tempo de Execução: Até 6 meses De 6 meses a 1 ano Acima de 1 ano

3.3. Público-alvo

Famílias com crianças na 1ª infância e em situação de vulnerabilidade social.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança- A essa fase atribui-se prioridade absoluta em assegurar seus direitos entendendo que dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral. As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a: atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã; respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;; articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância; articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado; reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança, dentre outras.

A pobreza é um estado de miséria que causa sofrimentos por insuficiência de alimentação, que por sua vez gera problemas de saúde e, esses dois fatores influem na aprendizagem e consequentemente na profissionalização, que possa levar a pessoa a uma remuneração melhor e sair do estado de miséria. Há muitos anos se discute a pobreza e as estratégias para superar essa situação, porém essas iniciativas tem sido modestas.

Frequentar uma escola não é apenas um direito das crianças na infância, é uma questão de obrigação. Uma lei de 2013 determinou que as redes municipais e estaduais de ensino teriam que se preparar para receber os alunos de pré-escola a partir de 2016. E cabe ao poder público oferecer vaga, alimentação, material didático e transporte escolar em vários casos, pois é nesse período que a criança aprende as suas habilidades sociais, emocionais, cognitivas, que ela desenvolve as suas aptidões, sua capacidade intelectual. Ela tem uma série de acesso à estímulos, interações, alimentação e também segurança.

A maioria das pessoas com deficiências tem propensão para o rompimento de vínculos familiares e sociais e apresentam dificuldades para acessar seus direitos, o que resultam em abusos como discriminação, isolamento, intolerância, injustiça, opressão, tortura física e psicológica e escravidão.

A agricultura familiar enfrenta desafios significativos, como acesso limitado a recursos, falta de infraestrutura adequada, mudanças climáticas e pressões econômicas. A mesma desempenha um papel essencial no contexto brasileiro, exercendo uma influência significativa na produção de alimentos, no desenvolvimento rural e na preservação das tradições agrícolas locais. No Brasil, ela se caracteriza pela diversidade de sistemas produtivos, englobando desde pequenas propriedades rurais até empreendimentos familiares de médio porte.

A ausência de saneamento básico não só afeta diretamente o meio ambiente, a saúde e a qualidade de vida das pessoas, mas também influencia as atividades laborais, tendo impactos significativos sobre a economia. Saneamento melhora a qualidade do solo, o que por sua vez impacta as atividades desenvolvidas nele.

O escoamento a céu aberto ou em valas, é acreditado por muitos que não irá gerar nenhuma consequência na sua vida. Estes estão enganados, pois nesses locais há muitas bactérias e insetos que transmitem doenças e infecções para as pessoas, principalmente para crianças que ainda são inocentes e acabam por brincar próximo ao local, seja de bola, de esconde-esconde, entre outras brincadeiras. Só em uma situação de crianças que chegam perto devido a algumas brincadeiras, há uma grande chance de contaminação. Conforme o estabelecido pela PNAS/2004, consideramos como população vulnerável, o conjunto de pessoas residentes em um mesmo domicílio que apresentam pelo menos uma das características abaixo:

1. Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente OU outra forma, sem banheiro sanitário ou com esgoto ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.
2. Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo
3. Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo
4. Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e sem analfabeto.
5. Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.

6. Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.
7. Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.
8. Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 ou mais.
9. Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.

Em maio de 2023 a vigilância socioassistencial de Mauriti, realizou um diagnóstico de famílias com crianças na 1ª infância que nos mostrou, entre outras, uma variedade de vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas mesmas, conforme Q que se segue: Famílias com renda per capita inferior a 1/2 do salário mínimo: 3.128 famílias; Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude: 09 famílias; Famílias com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência: 59; Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados: 4; Famílias com repercussão no PBF: 17; Famílias com criança na 1ª infância, em situação de vulnerabilidade social e com cadastros desatualizados a cima de 24 meses: 266; Famílias com criança na 1ª infância, em situação de vulnerabilidade social e fazendo parte do Grupo Populacional Tradicional-GPT (Agricultores Familiares): 26.

De acordo com o exposto anteriormente, priorizamos a realização de trabalho social com famílias na 1ª infância em situação de vulnerabilidade social, que:

As famílias que residem em domicílio sem infraestrutura adequada, nossa pactuação foi de acompanhar 10% dessas famílias.

As famílias que têm entre os seus membros, pessoa com deficiência, que têm cadastros desatualizados a cima de 24 meses nossa pontuação foi para acompanhar 30% das mesmas; As famílias que estão com repercussão no Programa Bolsa Família — PBF, nossa pactuação foi para acompanhar 25% das mesmas.

As famílias que têm crianças na 1ª infância fora da escola nossa pactuação foi para acompanhar 30% das mesmas.

As famílias que fazem parte do Grupo Populacional Tradicional — GPT (Agricultura Familiar), nossa pactuação foi para acompanhar 10% das mesmas;

As famílias com criança na 1ª infância e com o cadastro desatualizado a cima de 24 meses pactuamos que iríamos acompanhar 25% das mesmas;

À todas essas famílias citadas a cima, ofertamos trabalho articulado e intersetorial de acompanhamento, orientações, encaminhamentos e monitoramento mensal, que possibilite essas famílias a terem minimizados as situações que ora vulnerabilizam.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Oferecer proteção social às famílias com crianças na 1ª infância e em situação de vulnerabilidade social, por meio de acompanhamento mensal, intersetorial, orientações, encaminhamentos para demais políticas públicas, bem como monitoramento deste trabalho.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Prevenir confinamento de Pessoas com Deficiências-PCD;
- Oferecer convivência familiar e comunitária para PCD;
- Realizar articulação intersetaria' com secretaria de educação para acompanhamento de famílias com crianças na 12 infância que já frequentou, mas hoje, não mais;
- Garantir segurança de renda acompanhando famílias com crianças que já frequentou a escola e hj não frequenta mais, para que não sofrem bloqueio em seus benefícios.
- Inserir as famílias que residem em domicílio sem infraestrutura adequada, no PAIF para os devidos encaminhamentos e acompanhamentos;
- Realizar articulação intersetaria! com secretaria de obras, a fim de solicitar realização de saneamento básico;
- Inserir a família com repercussão no PBF, no PAIF/PAEFI para os devidos encaminhamentos e acompanhamentos no SICON, evitando o bloqueio do benefício do PBF;
- Realizar fluxo para atendimentos a essas famílias, articulação intersetaria entre vigilância CRAS/CREAS/CMDCA, cadastro único, secretaria de educação e obras, programa 12 infância etc;

3.6 Metodologia

Para execução desse projeto, a vigilância socioassistencial, adotou uma metodologia participativa baseada em princípios como igualdade de participação, diálogo e escuta ativa, cooperação e colaboração, e empoderamento, pois a mesma traz benefícios como maior engajamento e motivação, melhor qualidade das decisões, fortalecimento das relações interpessoais e desenvolvimento de habilidades. Assim sendo, mobilizou diversos atores envolvidos com a política de garantia de direitos de crianças para o estabelecimento de atribuições no decorrer do acompanhamento/monitoramento dessas famílias e para isso adotou alguns passos: pactuação com o CMAS, CMDCA, Comitê executivo pela 12 infância coube o monitoramento e avaliação bimestral deste projeto; pactuamos fluo de atendimento entre os CRAS, CREAS, Cadastro único e secretaria de educação para eficácia desse projeto; Realizamos explanação junto aos técnicos do PAIF/PAEFI, cadastro único, secretaria de educação, sobre as atribuições e fluxos do referido projeto; Realizamos pesquisas e levantamento de dados junto ao MDS/SAGI/CECAD para elaboração de diagnóstico e principais vulnerabilidades que foram acompanhadas pelas atores envolvidos neste projeto; apresentamos também as metas a serem executadas pelo PAIF/PAEFI, cadastro único e secretaria de educação; Realizamos ainda reunião com o prefeito e secretários municipais de políticas intersetoriais que mais vulnerabilizam as famílias com crianças na 1ª infância, para apresentação e pactuação do referido projeto;



Após esse momento, de mobilização pactuamos as atribuições de cada parceiro envolvido neste projeto que ficou assim acordado:



Equipe da vigilância socioassistencial ficou responsável pela territorialização mensal de famílias com crianças na 12 infância e em situação de vulnerabilidade social, envio e recebimento de planilhas para atores envolvidos, realizou reuniões, coletas e tribulações de dados no MDS/SAGI/CECAD, RMA, CRAS/CREAS e CADÚN(CO, Estudo dos dados e publicização.

Cadastro único realizou busca ativa de famílias com cadastros desatualizados a cima de 24 meses, bem como a atualização dos mesmos, além disso, encaminhou famílias para o PAIF/PAEFI acompanharem;

PAIF/PAEFI acompanhou e encaminhou famílias em situação de vulnerabilidade social, para secretaria de educação e obras, cadastro único, recebeu e enviou dados para a vigilância; realizou busca ativa, preencheu e registrou os instrumentais de atividades diárias com o público da 12 infância, bem como encaminhou para a vigilância socioassistencial;

Secretaria de educação por meio de comissão de busca ativa de crianças fora da escola, esta realizou busca ativa e encaminhou crianças para ser acompanhadas pelo PAIF/PAEFI;

CMAS e CMDCA aprovou, pactuou e acompanhou o desempenho desse projeto através de relatórios;

Comitê pela 1ª infância realizou reuniões bimestrais para acompanhamento e avaliação de dados recebidos através de relatórios;

Programa Mais infância realizou recebimentos e envio de dados estatísticas sobre o desempenho deste projeto;

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Vigilância Socioassistencial
- CRAS / PAIF
- CREAS/PAEF
- Câmara dos Vereadores
- CMAS (Instância composta por representantes de secretarias municipais e organizações não governamental e movimentos sociais).

3.8. Insumos Necessários

- › Computador conectado à internet e impressora
- › Material de consumo (papel-ofício, canetas, tinta para impressora)
- › Veículo com combustível e motorista
- › Recursos Humanos (equipe técnica dos CRAS/CREAS, entrevistadores, digitadores, Assistente Social, coordenador do cadastro único, membros da secretaria de educação/comissão de busca ativa de crianças fora da escola)
- › Conselheiros do CMAS, CMDCA
- › Membros da comissão pela 1ª infância e comissão municipal do selo UNICEF

3.9. Resultados Alcançados

| Vulnerabilidade Social | Resultados Alcançados |
|--|---|
| <p>Famílias com crianças na 1ª infância e com pessoas com deficiência dentre seus membros, nossa pactuação foi acompanharmos 30% dessas famílias</p> | <ul style="list-style-type: none">• Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigo institucional de PCD na medida que foram inseridas em acompanhamentos, pelo PAIF/PAEFI, 59% dessas famílias com crianças na 1ª infância e com membros PCD;• Redução da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência de famílias com crianças na 1ª infância e em situação de vulnerabilidade social, quando avaliamos que 59% dessas famílias passou a ser acompanhadas pelo PAIF/PAEFI;• Famílias com crianças na 1ª infância e em situação de vulnerabilidade social protegidas e orientadas, visto que o PAIF/PAEFI realizou orientações por meio de atendimentos individual e/ou em grupos;• Pessoas com deficiência inseridas em serviços e oportunidades, na medida em que essas famílias com pessoas com PCD foram encaminhadas para SCFV; |

| Vulnerabilidade Social | Resultados Alcançados |
|--|---|
| <p>Às famílias com crianças na 1ª infância e que estão com repercussão no Programa Bolsa Família - PBF, nossa pactuação foi de acompanhar 25% das mesmas</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Infelizmente não atingimos a meta pactuada. Alcançamos, porém, 12% destas famílias que receberam garantia de renda mínima na medida que equipes do PAIF/PAEFI acompanharam e registraram as mesmas no SICON, evitando assim, o bloqueio e/ou suspensão e/ou cancelamento do benefício do PBF; |

| Vulnerabilidade Social | Resultados Alcançados |
|---|---|
| <p>Às famílias que residem em domicílio sem infraestrutura adequada (ausência de energia elétrica e escoamento sanitário a céu aberto/vala) nossa pactuação foi de acompanhar 10% dessas famílias</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Felizmente conseguimos alcançar a meta pactuada, onde essas famílias tiveram aumento de acesso a serviços socioassistenciais e setoriais de famílias com crianças na 1ª infância e em situação de vulnerabilidade social, visto que foram realizados 50% (famílias sem energia no domicílio e 13% com escoamento de dejetos para céu aberto/vala) estas, receberam proteção social por meio de acompanhamento/encaminhamento para secretaria de obras, educação e SCFV; |

| Vulnerabilidade Social | Resultados Alcançados |
|--|--|
| <p>Às famílias que tem crianças na 1ª infância fora da escola nossa pactuação foi acompanhar 30% das mesmas.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Infelizmente não atingimos a meta pactuada, porém 14% dessas famílias tiveram ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais, visto que foram inseridas em acompanhamento em grupos de PAIF; • Aumentou também o acesso destas às políticas na medida em que o PAIF/PAEFI acompanhou 14% das mesmas; |

| Vulnerabilidade Social | Resultados Alcançados |
|--|--|
| <p>Às famílias que têm crianças na 1ª infância e com o cadastro desatualizado a cima de 24 meses pactuamos que iríamos acompanhar 25% das mesmas</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Felizmente alcançamos essa meta e 39% dessas famílias, tiveram seus cadastros atualizados e regularizados, garantindo assim a renda mínima do PBF e demais programais sociais; |

| Vulnerabilidade Social | Resultados Alcançados |
|--|---|
| <p>Às famílias que fazem parte do Grupo Populacional Tradicional – GPT (Agricultura Familiar), nossa pactuação foi de acompanhar 10% das mesmas;</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Infelizmente não alcançamos essa meta, porém 7% dessas famílias tiveram ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais, visto que essas famílias foram inseridas e participaram de grupos de PAIF; além disso, aumento de acesso às políticas públicas na medida em que o PAIF/PAEFI acompanhou famílias com crianças na 1ª infância e realizou encaminhamentos para demais políticas públicas; • Estas famílias vivência também experiências que contribuíram para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dessas famílias na medida em que as mesmas (7%) receberam orientações pelo PAIF/PAEFI; |

3.10 Desafios e Superações

- Ausência de entendimento por parte das famílias que a ausência da iluminação elétrica e escoamento dos dejetos destinados a céu aberto/vala, não impede seu pleno desenvolvimento, ou seja, não se configura como característica de vulnerabilidade social.
- Tornar as declarações realizadas pelas famílias no cadastro único, condizentes com a realidade;
- Internet de baixa qualidade. Como estratégia de superação realizamos várias reuniões com o fornecedor de internet para ampliação da capacidade da mesma.
- Por vezes, ausência de energia elétrica, para superação desse problema realizamos reunião com a Enel;
- Problemas com o acesso ao sistema do MDS/SAGI/CECAD que o ano passou por várias modificações ficando fora do ar, mas que esse ano de 2024 normalizou;
- Área territorial extensa e densa demográfica dificultando os acompanhamentos de famílias com crianças na 1ª infância e sem situação de vulnerabilidade social que residem na zona rural, por parte do PAIF/PAEFI e como superação sugerimos a gestora da política ampliar a equipe técnica dos CRAS;
- Listas de famílias fornecidas pelo MDS/SAGI/CECAD com inconsistência (erro nas listas de famílias

3.11. Próximos Passos

- Continuar acompanhamento as famílias de crianças na 1ª infância que apresente pelo menos uma vulnerabilidade social;
- Maior articulação com a política de infraestrutura para solicitação de saneamento básico;
- Maior articulação com a comissão de busca ativa de crianças com evasão escolar da secretaria de educação;

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.28 – MUNICÍPIO DE MERUOCA:

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): MERUOCA -CE

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA DE INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a) MARIA TATIENE RODRIGUES DA SILVA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: LIDIANE LEILA RICARDO TEIXEIRA

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

TERRITÓRIO: ALCANCE E COBERTURA DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

3.2. Dados da Execução

Data de Início: JUNHO/2021

Data de Término (se for o caso): DEZ/2024

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Crianças e gestante com perfil e faixa etária de 0 a 6 anos que corresponde o público alvo nos territórios que sinalizam a demanda por faixa etária no processo de mapeamento do território.

3.4. Justificativa/ Contextualização



Buscar entender a sociedade e seus mecanismos para de forma eficaz e focalizada atuar sobre ela, é uma ação cada vez mais presente e necessária em nossa atual conjuntura social. É através do conhecimento da realidade que encontramos subsídios para formular políticas, programas e projetos subjetivos a demanda de cada território.

O Programa Criança Feliz visa promover o desenvolvimento integral de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos e Gestantes, com encaminhamentos para a Rede socioassistencial, e atuar junto as famílias e comunidades para prevenir a ocorrência de situações de exclusão social e de risco.

A Vigilância Socioassistencial no Município de Meruoca desde 2021 vem adotando a Ficha de Informação Estatística, instrumental de monitoramento que quantifica, qualifica e realiza o mapeamento do alcance e cobertura do programa criança feliz, instrumento capaz de auxiliar e produzir conhecimento referente aos territórios.

A Vigilância Socioassistencial, Território e Proteção Social no Programa Criança Feliz busca elaborar um Diagnóstico que consiste em seguir os critérios nacionais, assim como por meio da busca ativa (pela lista de beneficiários do CMIC e as gestantes pelas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e Centro de Referências da Assistência Social), mapeamento e análise de informação situacional, constituindo como instrumento de conhecimento passível de atender as demandas por indicadores territoriais e fundamentar a intervenção de todos aqueles que cuja ação se desenvolve no âmbito do desenvolvimento social e comunitário contribuindo para um maior conhecimento da realidade, condição para uma intervenção mais informada e assim mais eficaz.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Fortalecer as ações de alcance e cobertura do Programa Criança Feliz no Município de Meruoca através do mapeamento territorial, em consonância com o Diagnóstico Socioterritorial, visando oportunizar o acesso as crianças e gestantes aos serviços socioassistenciais e expansão do programa.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Identificar os territórios e os usuários de acordo com a faixa etária de atendimento do Programa Criança Feliz por território acompanhados através da sistematização dos indicadores quantitativos;
- Mapear os territórios para estudo e ampliação;

3.6 Metodologia

- Elaboração de planilhas por acompanhamentos e inclusão de crianças e gestantes por territórios para a sistematização dos indicadores;
- Ficha de informação estatística Municipal Mensal por área de cobertura e ciclo de vida e faixa etária para o levantamento de dados;
- Monitoramento dos indicadores realizado junto a equipe do Programa Criança Feliz;
- Cruzamento de dados com os indicadores do diagnóstico socioterritorial do município;
- Cartografia dos Territórios

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Gestão do SUAS
- Coordenadora e Técnica da Vigilância Socioassistencial;
- Supervisora do Programa Criança Feliz;
- Câmara dos Vereadores
- Visitadores do Programa Criança Feliz;

3.8. Insumos Necessários

- Ficha de Informação Estatística Municipal;
- Instrumentos Gráficos;
- Recursos Midiáticos;
- Sistema da Vigilância Socioassistencial;
- Mapa do Município;

3.9. Resultados Alcançados

- Painel de Mapeamento territorial atualizado com indicadores para alcance e cobertura do Programa Criança Feliz no Município de Meruoca e assim dar mais eficiência e direcionamento as ações do Programa Criança Feliz;

3.10. Desafios e Superações

- Melhoria das ferramenta de monitoramento e sistematização dos dados inserido
- A importância dos registros e análises da ficha de monitoramento e mapeamento territorial;

3.11. Próximos Passos

- Continuar acompanhamento as famílias de crianças na 1ª infância que apresente pelo menos uma vulnerabilidade social;
 - Ampliação da cobertura territorial do Programa Criança Feliz
 - Informatizar a Ficha de Informação Estatística Municipal do PCF



2.29 – MUNICÍPIO DE MORRINHOS

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): **MORRINHOS/CEARA**

Porte do Município (marque com um x)

| | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Nome Completo do(a) Gestor(a): **Marília Soares de Vasconcelos Carneiro**

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: **ANA RAQUEL DE FREITAS**

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

PRIMEIRA INFÂNCIA QUILOMBOLA: um recorte das contribuições da Política de Assistência Social de Morrinhos/CE.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: **2023**

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Crianças de 0-6 anos e seus familiares PCT Quilombolas, residentes nos agrupamentos quilombolas de Alto Alegre, Curralinho e Junco Manso do município de Morrinhos/CE.

3.4. Justificativa/ Contextualização

A cidade de Morrinhos/CE está localizada na Região Noroeste do Estado do Ceará, a 213,9 km da capital Fortaleza, tendo as rodovias BR-222, BR- 402, BR- 403 e CE-354 como principais vias de acesso, apresentando uma área total de 415,6 km², cuja divisão político-administrativa é composta por Sede e distrito de Sítio Alegre. Conforme os dados demográficos do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2022), a população residente recenseada do Município foi um total de 22.753 pessoas, enquanto a população de 0-6 anos totalizou 2.537 crianças na Primeira Infância.

A trajetória de desenvolvimento das políticas públicas voltadas à Primeira Infância em Morrinhos/CE já foi reconhecida em diversas premiações nas esferas nacional e estadual, sendo duas vezes congratulado com o Selo Prefeito Amigo da Criança da Fundação ABRINQ, em que a primeira foi na 4ª Edição, durante a gestão de 2009 – 2012 e a segunda, mais recentemente, na 7ª Edição durante a gestão 2021-2024. Na estratégia do Selo UNICEF conquistou a premiação por cinco Edições, nos períodos 2005- 2006, 2009-2012, 2013-2016 e 2017-2020, sendo pentacampeão. Também foi certificado pelo Diploma de Ouro no Plano Municipal Intersetorial para a Primeira Infância, durante o 5º Encontro Estadual do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará.

No ano de 2019, o IBGE em seu documento Cadastro de Localidades Quilombolas, reconheceu os quilombos de Morrinhos como territórios de Agrupamento Quilombola no Estado do Ceará, apresentando dados atualizados em 2022, considerando o Dimensionamento da População Residente em Áreas Quilombolas correspondente ao total de 249 famílias.

O Setor de Vigilância Socioassistencial deu suporte no processo de atualização do Plano Municipal para a Primeira Infância (2022-2025) de Morrinhos/CE, identificando a insuficiência de informações voltadas para o Diagnóstico da Primeira Infância, com referência aos territórios reconhecidos oficialmente como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) Quilombolas, distribuídos nas localidades das zonas rurais de Alto Alegre, Junco Manso e Curralinho, existindo pouquíssimos dados sobre esse público com crianças na faixa etária de 0-6 anos.

Desde o ano de 2021, a Secretaria de Assistência Social de Morrinhos vem realizando atividades envolvendo a participação dos PCT Quilombolas, instigando o engajamento nos movimentos e instâncias de controle social vinculados ao SUAS, despontando na inclusão democrática dos representantes da Associação Remanescentes Quilombolas que passaram a ter assento no Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (através de votação em Fóruns específicos).

Ademais, no Projeto Criando Oportunidades, uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), foi realizado os cursos de Marketing Digital e Informática Básica para adolescentes, sendo o Quilombo de Alto Alegre beneficiado com algumas vagas.

Outra grande iniciativa foi a implementação da Lei Municipal Nº 779 de 05 de junho de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação nº 010/2023, de 05 de julho de 2023, que autoriza a Secretaria de Assistência Social de Morrinhos, a efetuar a doação de pagamento de contas mensais de consumo de água potável, em favor dos contribuintes de classe residencial, cujo consumo seja igual ou inferior a 10 m³ das comunidades predominantemente quilombolas e dá outras providências. Para efetivar essa importante medida, garantindo água potável para toda a família, inclusive crianças de 0 a 6 anos, um dos critérios foi a condição de pobreza e cadastro atualizado na base de dados do CadÚnico, sendo realizado um grande mutirão liderado pela Vigilância Socioassistencial nesses territórios quilombolas, possibilitando para além da atualização, a inclusão de novas famílias se autoreconhecendo nessa importante ferramenta cadastral. Como resultados alcançados, desde o ano de 2023 foram beneficiadas mensalmente 142 famílias quilombolas inscritas, dos três agrupamentos quilombolas citados anteriormente, com investimento de aproximadamente R\$ 5.815,09 anual com pagamento de conta de água. Para além do acesso à água, foi possível a inserção de algumas famílias nos serviços e programas da Proteção Social Básica.

Aprofundando ainda a experiência da Vigilância Socioassistencial no processo de identificação desse público, foram coletados alguns dados extraídos dos Programas Estaduais e Federais, nas áreas da Educação e Assistência Social direcionada à Primeira Infância, que contemplam o público de crianças de 0-6 e seus familiares, residentes nos agrupamentos quilombolas de Morrinhos/CE, tendo como referência o ano de 2023, na perspectiva de uma integralidade entre as políticas socioassistenciais e intersetoriais, como SCFV/PAIF/CMIC/Programa Bolsa Família/Cartão Ceará sem Fome/Programa Ceará sem Fome/PADIN/ Projeto Vale Gás Social, entre outros.

Implantado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN faz parte de um dos eixos do Programa Mais Infância Ceará, que consiste em três pilares: Tempo de Brincar, Tempo de Crescer e Tempo de Aprender e está relacionado especificamente ao pilar “Tempo de Crescer”. No ano de 2023, o Programa executou atividades de acompanhamento, sendo em 10 (dez) o total de crianças de 0-3 anos em cada um dos três territórios quilombolas, perfazendo um total de 30 crianças beneficiadas, do universo de 80 crianças em âmbito municipal.

O Quilombo de Junco Manso foi contemplado com o Programa Ceará sem Fome/Cozinhas Comunitárias e distribui diariamente 100 refeições, beneficiando 36 famílias em situação de vulnerabilidade social conforme critérios de seleção do Programa.

No processo de atualização do Diagnóstico Socioassistencial/Cartografia tendo como referência o ano de 2023 foi priorizado o registro de informações sobre as crianças de 0-6 anos, residentes nos três agrupamentos Quilombolas de Morrinhos/CE, ou seja, Alto Alegre, Junco Manso e Curralinho.

Num breve reflexo em números do cenário da Primeira Infância Quilombola:

O CRAS Antônio Hermilde Soares, localizado na Avenida Coração de Maria, S/N – bairro São Luiz, na sede municipal, é o CRAS de referência dos PCT Quilombolas de Morrinhos. Desde o ano de 2023, após a identificação por parte da Vigilância Socioassistencial de grande lacuna de políticas públicas voltadas aos PCT Quilombolas, essa Unidade vem priorizando a efetiva ampliação da atuação do CRAS voltada às Famílias vulneráveis e público da Primeira Infância desses territórios, com abertura de participação nos grupos do PAIF e implantação de grupos do SCFV de 0-6 anos, nas localidades de Alto Alegre, Junco Manso e Curralinho.

A partir de informações extraídas do Registro Mensal de Atendimento – RMA com anexo municipal, no ano de 2023 foram diagnosticadas as seguintes ações:

Nas atividades do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): meta prevista o acompanhamento mensal de 50 famílias e meta alcançada uma média mensal de 25 famílias quilombolas;

No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): meta prevista atender uma média de 45 crianças de 0-6 anos e meta alcançada uma média mensal de 21 crianças de 0-6 anos.

Posteriormente, como estratégia de aprimoramento da atuação do PAIF, houve uma maior integração com as equipes do PIS/Criança Feliz já atuante nesses 3 territórios quilombolas, porém, com pouca conexão junto aos Técnicos do CRAS nos processos de planejamento e ações integradas. Assim, buscou-se o fortalecimento do referenciamento pelo Técnico do CRAS junto à equipe do PIS/PCF, contemplando atividades direcionadas às crianças beneficiárias, partindo do pressuposto de que é nessa faixa etária que vão se construindo experiências cognitivas e comportamentais, capazes de impactar futuramente na mudança de valores, principalmente, na quebra de tabus e preconceitos no tocante ao autorreconhecimento, promovendo assim a identidade étnico racial e sentimento de pertença.

Diante ao exposto, é que se justifica a atuação da Vigilância Socioassistencial de Morrinhos/CE que tem exercido um significativo papel, no processo de reconhecimento e visibilidade às crianças de 0-6 anos e seus familiares PCT Quilombolas, instrumentalizando os equipamentos da Assistência Social, gerando estatísticas confiáveis, fortalecendo o trabalho social no reconhecimento do processo sócio-históricos desse público.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Qualificar informações territorializadas para a implantação da oferta contínua dados serviços de Proteção Social Básica, reconhecendo e incluindo as crianças na Primeira Infância (0-6 anos) e seus familiares PCT Quilombolas, como público prioritário na política de Assistência Social de Morrinhos/CE.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Subsidiar as equipes técnicas de referência do CRAS com informações territorializadas para o atendimento e/ou acompanhamento, bem como construção do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) das famílias PCT Quilombolas acompanhadas pelo PAIF;
- Incentivar os pais/ responsáveis familiares para inserção das crianças nos grupos do SCFV de 0-6 focadas na diversidade étnico-racial;
- Manter atualizado o Diagnóstico Socioterritorial/Cartografia e Diagnóstico da Primeira Infância, priorizando o monitoramento dos PCT Quilombolas.

3.6 Metodologia

Para dar maior visibilidade ao desenvolvimento da política pública de Assistência Social destinadas às famílias, inclusive com crianças de 0-6 anos residentes nos territórios quilombolas, foi identificada a necessidade de efetivar a ampliação da atuação do CRAS Antônio Hermilde Soares no âmbito dos Serviços e Programas socioassistenciais, para o atendimento e/ou acompanhamento do PAIF e SCFV de 0 a 6 anos, com o fortalecimento da integração entre PAIF e PIS/PCF.

Foram realizados encontros e oficinas comunitárias, sendo adotada como metodologia de trabalho, a exposição dialogada e participativa com os profissionais de Nível Superior e Médio da equipe técnica de referência do CRAS; com os Visitadores Sociais do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz e representantes PCTs Quilombolas de Morrinhos (Alto Alegre, Junco Manso e Curralinho), para exploração do tema, visando o planejamento e execução das ações, a fim de iniciarmos um diálogo voltado para a sensibilização e adesão dessas Comunidades ao referido trabalho socioassistencial.

A escassez de informações atualizadas e qualitativas foram claramente identificadas, no entanto tal desafio somente seria amenizado se fosse realizado um trabalho social de resgate sócio-histórico nesses territórios com promoção da autoidentificação.

Nesse direcionamento, a Vigilância Socioassistencial fez um recorte das informações e produziu relações nominais de beneficiários das localidades mencionadas remanescentes de Quilombos, dos seguintes Programas e Serviços: Cadastro Único com marcação quilombolas, PAIF, PIS/PCF, CMIC, Ceará sem Fome, Cozinhas Comunitárias e outras fontes de pesquisa, contando com o apoio das lideranças quilombolas locais.

Com base nessas informações, e após ampla aceitação das Comunidades mencionadas, foi realizada busca ativa das famílias nos respectivos territórios, para inserção e execução das atividades grupais do PAIF, oficinas do SCFV de 0 a 6 anos, aprimorando a atuação do PIS/PCF, respeitando a identidade étnica e a autodeclaração, preservando as tradições e manifestações culturais, as formas próprias de organização social, as formas de cuidados com as crianças de 0-6 anos, as formas de sustento e economia, bem como respeito à crença.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Equipe Técnica de nível superior e médio do CRAS Antônio Hermildes Soares (Sede);
- Associações Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre, Curralinho e Junco Manso;
- Equipe Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz;
- Crianças de 0-6anos e seus familiares PCT Quilombola de Morrinhos/CE;
- Equipe Cadastro Único/ Programa Bolsa Família.

3.8. Insumos Necessários

- Recursos Humanos como PCT Quilombolas, Técnicos de Nível Superior e Médio dos equipamentos socioassistenciais;
- Visitadores do PIS/PCF;
- Material impresso e lúdico para as oficinas com as crianças de 0-6 anos e seus familiares;
- Datashow, telão, caixa de som com microfone;
- Veículo para o deslocamento dos profissionais aos territórios quilombolas e realização das atividades;
- Recursos materiais de caracterização socio econômica e histórica das famílias remanescentes quilombolas.

3.9. Resultados Alcançados

- Com a sistematização das informações qualitativas e quantitativas sobre as crianças de 0-6 anos e seus familiares PCT Quilombolas de Morrinhos/CE, o Setor de Vigilância Socioassistencial conseguiu subsidiar à Gestão do SUAS e seus respectivos profissionais, na construção de metodologias de priorização dos PCT Quilombolas, especialmente no contexto da Primeira Infância, o que tem produzido também a manutenção e valorização dessa identidade quilombola para gerações futuras, criando memórias, resgate da ancestralidade, da oralidade, da estética e o pertencimento que envolve os sujeitos. Com o fortalecimento e incentivo do autorreconhecimento quilombola na primeira infância em atividades conjuntas aos seus familiares, teremos resultados a médio prazo, inclusive permitindo que outras políticas e programas sejam elaborados priorizando esse segmento social específico.

3.10. Desafios e Superações

- Promover a autoidentidade quilombola das crianças de 0-6 anos e seus familiares de forma processual como pessoa que pertence a um grupo historicamente constituído e que reivindica sua identidade como membro desse grupo, pois ainda existe resistência e alguns retrocessos por parte de lideranças quilombolas e das comunidades que não fazem parte dos agrupamentos quilombolas.

3.11. Próximos Passos

- Manter atualizado o Diagnostico Socioterritorial e a Sala de Situação, priorizando e dando visibilidade aos indicadores sociais específicos sobre as crianças de 0-6 anos e seus familiares PCT Quilombolas;
- Incentivar o fortalecimento da rede intersetorial para promoção de capacitação sobre PCT Quilombolas visando melhor atendê-los em suas especificidades culturais e ciclos de vida;
- Inserir sistematicamente as crianças que residem nos territórios quilombolas no SCFV 0-6 anos e PIS/PCF para fortalecer as ações na Primeira Infância, o resgate cultural explorando o lúdico;
- Manter os Grupos PAIF Mulheres Quilombolas.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.30 MUNICÍPIO DE MUCAMBO

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): MUCAMBO

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIA

Nome Completo do(a) Gestor(a): JOANA BATISTA MARQUES DA SILVA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: : ADRIANA RODRIGUES PARENTE

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta "CRIAR PARA BRINCAR"

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 08/01/2024

Data de Término: O Projeto durará 4 meses para cada Grupo, com 8 Oficinas, e terá até 14 participantes por Grupo.

| | | | | | | |
|--------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|
| Tempo de Execução: | <input checked="" type="checkbox"/> | Até 6 meses | <input type="checkbox"/> | De 6 meses a 1 ano | <input type="checkbox"/> | Acima de 1 ano |
|--------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|

3.3. Público-alvo

Famílias com crianças de 0 a 6 anos e 07 a 10 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial: Crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda; Crianças cujas famílias encontram-se em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e acompanhadas pelo PAIF; Crianças beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; Famílias com Crianças vinculadas ao Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos SCFV na faixa etária de 0 a 6 anos e 7 a 10 anos; Famílias com Crianças acompanhadas pelo Programa Criança Feliz;

Famílias com Crianças beneficiárias do Cartão Mais Infância (CMIC).

3.4. Justificativa/ Contextualização

Em um passado recente era comum as crianças construírem seus próprios brinquedos. Das caixas de sapato saiam carrinhos, de pedaços de pano as bonecas, da terra e de folhas um bolinho e comidinhas. O que se percebe é que essa construção dos próprios brinquedos está diminuindo e as crianças ficam horas nos jogos eletrônicos ou nos brinquedos já prontos, com manuais de como usar, limitando a criatividade e a imaginação.

Criar e brincar com seus próprios brinquedos impulsionam as crianças a uma vida menos sedentária, promove saúde física, coordenação, flexibilidade e é sempre motivo de alegria quando a tarefa tem também a participação dos familiares.

A justificativa de desenvolver este projeto é a necessidade de trazer uma melhoria na qualidade de vida das crianças assistidas pelo CRAS Alberto de Souza Melo, além da alegria que será proporcionada a elas de terem a possibilidade de brincar com brinquedos feitos com/por elas. Por se tratar de um tema que atinge as crianças de maneira agradável e compreendendo a família como a base capaz de redescobrir e reconstruir o gosto pelo lúdico, este projeto possibilitará todo o resgate do brincar enquanto estímulo maior ao desenvolvimento intelectual, já que a brincadeira é de fato um instrumento que possibilita o brincar ao mesmo tempo em que educa para a vida em grupo e na formação da cidadania, pois enquanto se divertem as crianças nem imaginam, mas estão se conhecendo, aprendendo e descobrindo o mundo. Portanto, acreditamos que o resgate de atividades lúdicas deve ser encarado como prática, facilitando assim a compreensão de que o ato de BRINCAR é proporcional a condição de ser criança.

O projeto irá auxiliar as mães não só em aprenderem a construir brinquedos para seus filhos, mas a fortalecerem ainda mais os vínculos, visto que os pais devem brincar com os filhos sempre. Mesmo os momentos mais simples do dia a dia e nas tarefas que são indispensáveis no cuidado delas podem se tornar oportunidades de diversão, de soltar a imaginação e de aprender.

A participação dos pais, juntamente com os filhos na construção dos próprios brinquedos, é fundamental para promover uma interação entre pais e filhos e eles aprendem comportamentos importantes que estimulam o cognitivo, a memória, a linguagem, o pensamento lógico e as habilidades motoras, além de ser uma ponte afetiva, estreitando os laços e criando vínculos importantes para o futuro.

É importante destacar ainda, que as crianças são capazes de perceber que o ato de confeccionar seu próprio brinquedo utilizando coisas simples, como resto de objetos descartados, lixo que se transformam em suas bonequinhas, cozinhas e carrinhos, pode despertar o verdadeiro prazer de brincar sem ser necessário ter a diversidade de brinquedos eletrônicos e de difícil acesso, dependendo do padrão social. O brincar facilita esse caminho, as crianças aprendem, despertam equilíbrio, tanto motor, quanto o social e emocional. As brincadeiras com os brinquedos confeccionados pela crianças, em parceria com a família, permitem uma melhor integração e realização de ações concretas, reais, como o resgate de valores e o aspecto humano nos brinquedos e brincadeiras.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Criar espaços de aprendizagem e reflexão sobre o papel das famílias na proteção das crianças e no processo de desenvolvimento infantil, bem como promover a defesa do direito da criança de brincar.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Realizar encontros mensais com as famílias;
- Promover oficinas práticas e temáticas com as mães sobre a garantia de direitos de crianças;
- Complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;

- Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;
- Assegurar as crianças assistidas pelos CRAS, o direito de brincar.(ECA – Art.16)
- Criar oportunidades para o resgate de brinquedos e brincadeiras por meio de construção de brinquedos com materiais recicláveis.

3.6 Metodologia

A metodologia se dará da seguinte forma:

- Realização de encontros quinzenais, com as famílias das crianças assistidas pelo CRAS, com temática direcionada aos direitos sociais da criança;
- Realizar palestras, oficinas práticas e/ou temáticas, rodas de conversa, com as famílias com temáticas voltadas para a garantia de direitos sociais da criança;
- Realizar oficinas práticas de construção de brinquedos com as famílias para que as mesmas possam aprender a criar os próprios brinquedos para seus filhos e assim favorecer o desenvolvimento do brincar, assim como também construir os brinquedos em conjunto com seus filhos, favorecendo o fortalecimento de vínculo entre mãe e filho.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Secretaria do Trabalho e Assistência Social;
- CRAS
- Oficineiras
- público-alvo do respectivo Projeto.

3.8. Insumos Necessários

- Materiais de largo alcance do diferentes tipos, formatos e tamanhos e que, se possível, possam ser encontrados em casa, como pedaços de madeira, papel, caixas de papelão, penas, revista, folhas, galhos, sabugos de milho, pedras, tampa de garrafa, tecidos, barbante, carretéis, embalagens de lata, plásticos, papelão, etc.

3.9. Resultados Alcançados

- Aceitação das famílias participantes do Projeto; Laços familiares fortalecidos; Interação; Trabalho em Equipe; Reaproveitamento de materiais recicláveis para a construção dos próprios brinquedos com os filhos; Trocas de experiências interpessoais.

3.10 Desafios e Superações

- **O desafio:**
Despertar a criatividade e a imaginação das crianças da atualidade, na construção dos próprios brinquedos.
- **A superação:**
Proporcionar uma atividade que desenvolva a coordenação motora, a criatividade, bem-estar e o brincar com os brinquedos fabricados pela criança.

3.11. Próximos Passos

- Formar novas turmas, para dar continuidade ao Projeto, visto que ele foi idealizado para ser executado de forma contínua.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.31 MUNICÍPIO DE NOVAS RUSSAS

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Nova Russas

Porte do Município (marque com um x)

| | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria do Trabalho e Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): Ana Maria de Paiva Bezerra

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Henrique Ribeiro Franco

Nome: Iara Eloane Bezerra Guerreiro

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

O desafio do mapeamento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos para fortalecer o processo de territorialização do Município de Nova Russas – CE.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 18/06/2023

| | | | |
|---------------------------|-------------|--------------------|--|
| Tempo de Execução: | Até 6 meses | De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|-------------|--------------------|--|

3.3. Público-alvo

A presente experiência tem como público-alvo grupo de populações tradicionais e específicos, com foco em populações de terreiros e catadores de materiais recicláveis.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Historicamente vivemos em um país onde as minorias sempre foram estigmatizadas, direitos negados e liberdades coagidas. Políticas Públicas no decorrer do tempo vão surgindo, mas os direitos ofertados esbarram na falta de informações adequadas, e também na própria situação de se autoidentificar como membro de um grupo ou população específica. É nesse entrave de não se reconhecer, e até mesmo ser ignorado, que entram as políticas públicas municipais, o Cadastro Único e a Vigilância Socioassistencial vêm com esse papel de conhecer as realidades e incluí-las. As comunidades tradicionais, principalmente as populações de terreiro, são grupos populacionais que historicamente sofrem preconceito de uma sociedade que em sua maioria é cristã. Não podemos afirmar que esse público sente medo, mas durante as averiguações realizadas durante as entrevistas e visitas domiciliares pode-se dizer que as famílias não se sentem à vontade em dizer que fazem parte de grupos populacionais específicos. Assim, diante dessa questão que se faz importante o trabalho social das equipes para que possa identificar este público específicos na plataforma do Cadastro Único, visto que esses grupos não estão identificados, por fim efetivando a heteroidentificação e a sua apropriação cultural.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Qualificar as informações sobre os grupos tradicionais e específicos na plataforma do Cadastro Único, a partir da atualização dos dados coletados em visitas domiciliares e do processo de heteroidentificação deste público.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Mapear o público pertencente às populações de terreiro do município;
- Identificar na base de dados do Cadastro Único as comunidades tradicionais no ato da atualização cadastral;
- Explicar a importância da heteroidentificação deste público para que possam serem identificados na plataforma do Cadastro Único, sendo possível realizar o trabalho social com as famílias;
- Realizar o trabalho social com as comunidades tradicionais, a partir da identificação e acompanhamento em rede.

3.6 Metodologia

- Diante da ausência da qualificação correta das composições familiares no Cadastro Único, Nova Russas —CE, foi observado a necessidade de aperfeiçoamento nos atendimentos do setor. A questão do auto reconhecimento em fazer parte de um determinado grupo é um tanto complexa, principalmente quando falamos de famílias dos catadores de materiais recicláveis e famílias pertencentes à comunidade de terreiro, composições essas que culturalmente enfrentam nos seus cotidianos desprezo e preconceito.

Para essa qualificação foi criado um instrumental, onde eram preenchidos dados com nome, endereço, CPF e contato, e através deste foram levantadas as pessoas que já estavam nas bases do Cadastro Único para sua devida atualização cadastral, além de auxiliar nas visitas in loco.

Com as famílias dos catadores de materiais recicláveis a qualificação partiu primeiramente de uma parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Associação de Catadores, visto que já existem políticas públicas vigentes, dessa forma houve uma facilidade na articulação para identificação das famílias e posteriormente a qualificação dos dados.

Com as famílias pertencentes às comunidades de terreiro foi realizada parceria com os líderes (babalorixás), onde tivemos acesso à relação dos membros que fazem parte dos terreiros, nesse ponto muitas pessoas das comunidades eram beneficiários do Programa Bolsa Família, ou seja, informações importantes estavam se perdendo em um trabalho que já estava sendo realizado.

Diante do levantamento das informações entendemos a importância da capacitação com os cadastradores/entrevistadores para qualificar os atendimentos, e o trabalho social de possibilitar a identificação desse público no ato da atualização cadastral e no contínuo acompanhamento na rede socioassistencial. Assim, foram realizadas reuniões de alinhamento, mas também a capacitação para efetivar o atendimento qualificado.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Cadastro Único
- CRAS
- CREAS
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Sociedade Civil
- Gestão do SUAS

3.8. Insumos Necessários

- Na ocasião, para executar as ações de mapeamento foram utilizados instrumentais criados pela equipe do Cadastro Único em parceria com a Vigilância Socioassistencial, visitas domiciliares da equipe da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, sendo necessário o uso de veículo

3.9. Resultados Alcançados

- Os resultados iniciais foram a identificação das famílias na base de dado do Cadastro Único, o diálogo com as lideranças para realizar o trabalho social com as famílias, mas também a articulação em rede socioassistencial para o acompanhamento dessa população, principalmente na conscientização da importância de realizar esta identificação. Pois, a partir da identificação é possível atender de forma efetiva o público dos grupos populacionais específicos e tradicionais. Atualmente, a plataforma do Cad Único conta com 12 famílias pertencentes ao grupo dos catadores de materiais recicláveis e 45 famílias pertencentes a comunidades de terreiro.

3.10 Desafios e Superações

- Os desafios giraram em torno da autoidentificação em pertencerem a um determinado grupo. Por isso, além de não se sentirem confortáveis por conta de um histórico de estigmatização desse público, havia também um déficit de atenção da equipe para mapear esse público. Dessa forma, a partir de reuniões de alinhamento foi observado a importância de capacitações para entrevistadores/cadastradores do Bolsa Família. Até para esse trabalho inicial fosse confortável para que as famílias pudessem se identificar e constassem suas informações na base de dados do CadÚnico. A parceria com os líderes das comunidades de terreiro foi fundamental para chegarmos diretamente em parte do público que não estava assinalado no sistema, com a equipe alinhada e capacitada para durante a entrevista realizar a identificação foi possível fazer a atualização das informações na plataforma. Ainda existe muito a cultura do "o que vou ganhar com isso?", há um longo trabalho de conscientização pela frente, entretanto devemos nos capacitar, informar e dar continuidade no mapeamento e a territorialização deste público.

3.11. Próximos Passos

- A equipe dará continuidade ao acompanhamento desse público para efetivar o trabalho social com as famílias. Os próximos passos são a atualização do diagnóstico socioterritorial, o mapeamento de comunidades quilombolas recentemente identificadas pelo IBGE, fortalecer o diálogo com as lideranças e a territorialização.

2.32 - MUNICÍPIO DE PENTECOSTE

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): **PENTECOSTE**

Porte do Município (marque com um x)

| | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor:

Nome Completo do(a) Gestor(a): **Anamélia Alves Silva**

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Ana Cláudia Araújo Queiroz

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Plano Municipal da Primeira Infância: a importância do Diagnóstico para o planejamento e execução das políticas públicas

3.2. Dados da Execução

Data de Início: **2021**

Data de Término (se for o caso): **2022**

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

A construção do Plano Municipal da Primeira Infância teve como público alvo os gestores, profissionais e usuários das políticas públicas voltadas à primeira infância.

3.4. Justificativa/ Contextualização

A construção do Plano Municipal da Primeira Infância de Pentecoste representou um importante passo no processo de consolidação da execução de políticas públicas municipais para a primeira infância. É ainda, acima de tudo, um compromisso firmado com nossas crianças, de que as ações propostas tem o objetivo de lhes garantir oportunidades que promovam seu pleno desenvolvimento. O município de Pentecoste iniciou em 2021 a elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância, a partir da nomeação da Comissão Intersetorial, encarregado, dentre outras funções, de promover e coordenar este trabalho (Portaria n° 413/2021, de 14 de junho de 2021). Dessa forma, o município seguiu as orientações, baseando-se nas legislações e documentos, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n° 8.069/90, Plano Nacional pela Primeira Infância e Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. O Plano da Primeira Infância de Pentecoste, além de integrar os serviços existentes no município, nas diversas políticas públicas setoriais, tem o compromisso de pensar e planejar a cidade para as crianças de zero a seis anos de idade para os próximos dez anos (2022-2032), de modo articulado pelas diversas esferas do poder público e da sociedade civil. Vale ressaltar, por fim, que o Plano Municipal da Primeira Infância é sistematicamente monitorado pela Comissão Municipal de Gestão Intersetorial das Políticas Públicas para a Primeira Infância de Pentecoste.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Construção do Plano Municipal da Primeira Infância, tendo como ponto de partida a construção do Diagnóstico Municipal da Primeira Infância, através de um processo coletivo, com a participação dos profissionais do SUAS, profissionais das políticas setoriais e sociedade civil, de modo a buscar captar o retrato da primeira infância no município de Pentecoste.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Realização do Diagnóstico a partir de processos participativos dos diferentes atores da rede de atendimento à criança e adolescentes.
- Construção do Plano Municipal da Primeira Infância.
- Aprovação do Plano Municipal da Primeira Infância em lei.

3.6 Metodologia

- Como metodologia para a construção do Plano foi utilizada reuniões intersetoriais periódicas, inicialmente para construção do diagnóstico municipal da primeira infância e nas seguintes para a construção das ações a serem pensadas para os próximos dez anos. Ressalta-se que esse processo foi orientado pelo Instituto da Infância (IFAN), com apoio da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. Fortalecimento de Vínculos - SCFV da Sede e Zona Rural do Município, em que elas expressaram, através de desenhos, a percepção delas sobre a cidade que possuem e como gostariam que fosse. Os desenhos, junto com as frases de algumas crianças foram colocados ao longo do documento.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Comitê Gestor Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, composto por membros dos órgãos governamentais e sociedade civil.
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pentecoste - COMDICA

3.8. Insumos Necessários

- Material de informática (computador, impressora, acesso à internet)
- Material de expediente (papel ofício, papel madeira, cartolina, cola, pincéis, canetas, fita gomada)
- Transporte (para deslocamento dos profissionais para os locais das reuniões)
- Lanche

3.9. Resultados Alcançados

- O município de Pentecoste finalizou o Plano Municipal da Primeira Infância, sendo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA Pentecoste e pela Câmara Municipal de Vereadores, através da Lei nº 973/2022.

3.10 Desafios e Superações

➤ O desafio:

O principal desafio identificado é a compreensão que o Diagnóstico e o Plano Municipal da Primeira Infância sejam vistos pelos profissionais de modo geral e gestores como um instrumento que tem a função de guiar a execução das políticas públicas voltadas para a Primeira Infância no município. Considerando que o Plano Municipal da Primeira Infância foi pensado para um período de 10 anos, constitui também um desafio que este seja constantemente monitorado, sendo realizado os ajustes sempre que necessário, considerando a dinâmica da sociedade e da atuação das políticas públicas.

➤ A superação:

No que se refere as superações, destacamos que o processo de construção do Plano Municipal da Primeira Infância possibilitou o fortalecimento da Comissão Intersectorial Municipal de Políticas Públicas para a Primeira Infância, fortalecendo assim a intersectorialidade entre as políticas voltadas para a primeira infância.

3.11. Próximos Passos

➤ A partir das discussões realizadas pela Comissão Intersectorial Municipal de Políticas Públicas para a Primeira Infância de Pentecoste, seus membros destacaram que é fundamental o monitoramento constante do Plano Municipal da Primeira Infância, bem como estabelecer um período para a revisão do Diagnóstico Municipal da Primeira Infância.

Outro importante passo a ser dado enfoque é a Publicização do Plano, tornando-o acessível e conhecido pelos profissionais da rede de atendimento e pela população em geral.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.33 – MUNICÍPIO DE PEREIRO

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): PEREIRO– CE

Porte do Município (marque com um x)

| | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): REGINA CÉLIA DE AQUINO COSTA

1.3 Equipe da Vigilância Socioassistencial: Joelma Gomes da Silva

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO PROGRAMA MUNICIPAL SOPÃO SOLIDÁRIO

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 06/03/2024

| | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|

3.3. Público-alvo

Famílias beneficiárias do Programa Criança Feliz –PCF e Cartão Mais Infância Ceará– CMIC.

3.4. Justificativa/ Contextualização

A presente experiência, visa à beneficiar as famílias que fazem parte dos programas criança feliz e Cartão Mais Infância Ceará – CMIC, com a inclusão no Programa Municipal – Sopão Solidário, do Município de Pereiro, criado no ano de 2021, que tem o objetivo de ofertar alimentação (sopa), de forma a fortalecer a segurança alimentar e nutricional, de famílias em situação de vulnerabilidade social. Para a referida inclusão destas famílias, em sua integralidade, foi realizada busca ativa, a partir dos indicadores sociais, para que o programa municipal pudesse complementar os programas já citados, por meio da garantia de uma alimentação saudável, uma vez por dia. Assim, reduzindo as vulnerabilidades decorrentes da insegurança alimentar.

Vale enfatizar, que o programa municipal, desde a sua implementação, é extremamente relevante para as famílias Pereirenses que mais precisam.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Incluir todas as Famílias Beneficiárias do Programa Criança Feliz e Cartão Mais Infância Ceará – CMIC no Programa Municipal Sopão Solidário.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Conhecer, selecionar e incluir de forma integral, as famílias beneficiárias do Programa Criança Feliz e Cartão Mais Infância Ceará – CMIC no Programa Municipal de fortalecimento da Segurança Alimentar: Sopão Solidário.

3.6 Metodologia

- Primeiramente, foi realizada sistematização e análise dos dados das 320 famílias já contempladas pelo Programa Municipal, por meio da planilha de Diagnóstico Situacional do Programa, selecionando as que já eram beneficiárias do PCF e CMIC. Após as análises, foi constatado que nem todas as famílias destes dois Programas da Primeira Infância participavam do Programa Municipal. A partir desse conhecimento, buscamos os dados das famílias não contempladas, para realizar a inclusão, feita por meio de visitas domiciliares da equipe técnica do CRAS.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Vigilância Socioassistencial;
- Equipe Técnica do Cras;
- Equipe do Programa Sópão Solidário;
- Equipe do Programa Criança Feliz;
- Gestão Do Suas

3.8. Insumos Necessários

- Reuniões Técnicas;
- Visitas aos setores envolvidos;
- Visitas domiciliares às famílias;
- Listagem das famílias beneficiárias.

3.9. Resultados Alcançados

- Expansão significativa do número de “Famílias Primeira Infância” participando do Programa Municipal de fortalecimento da Segurança Alimentar – Sópão Solidário.

3.10 Desafios e Superações

- Ampliar a cobertura do atendimento do Programa, para as regiões mais distantes da sede do município, de forma a implantar novos pontos de entregas, para que todas as famílias sejam incluídas.
- Outro desafio é o desenvolvimento, junto à política da saúde, de um diagnóstico, com o objetivo de estudar os impactos que o programa municipal promoveu na saúde das famílias com crianças na fase da primeira infância.

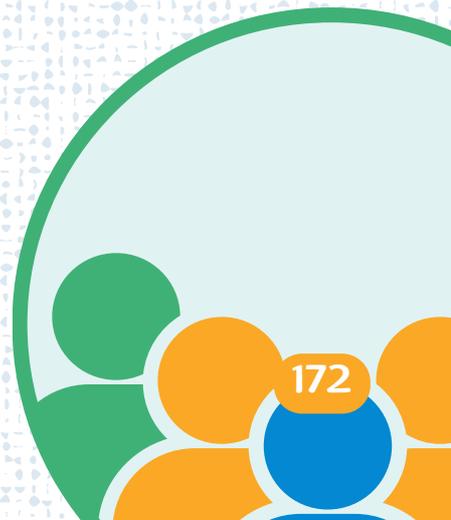
3.11. Próximos Passos

- Realização de análises técnicas, por meio do acompanhamento das equipes, para compartilhamento das informações acerca do impacto social de tal ação para as famílias beneficiadas.
- Implantação de novos pontos de entregas, nas comunidades da zona rural, em que as famílias identificadas residem.
- Expansão da inclusão das famílias com crianças na fase de primeira infância, para além dos programas CMIC e PCF, buscando ativamente àquelas, que se encontram descobertas pelos serviços socioassistenciais.



ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.34 MUNICÍPIO DE PINDORETAMA

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): PINDORETAMA

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

Nome Completo do(a) Gestor(a): ADRIANA LOBO PINHEIRO

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: :Camila Freitas Lima Mendes

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Reconhecer para Incluir – Explorando o território e sua diversidade cultural para inclusão das famílias de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro no Cadastro Único de Pindoretama

3.2. Dados da Execução

| | | | | |
|--------------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------------|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> | Até 6 meses | <input checked="" type="checkbox"/> | De 6 meses a 1 ano |
|--------------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------------|

3.3. Público-alvo

Povos de Terreiros

3.4. Justificativa/ Contextualização

Os Povos tradicionais — PCTs são grupos culturalmente diferenciados que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com meio ambiente do qual são inseridos. Ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja essa ocupação permanente ou temporária. Os membros de um povo ou comunidade tradicional tem modo de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se auto reconheçam orno portadores de identidades e direitos próprios.

Segundo o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, Povos e Comunidade.: Tradicional:: grupo: culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organiza0o social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações o práticas gorados e transmitidos pela tradição.

Em Outubro de 2023, a Vigilância Socioassistencial de Pindoretama, através da pesquisa que visava subsidiar o trabalho social com as famílias dos povos e comunidades tradicionais, orientada pela Secretaria de Proteção Social -SPS, pactuada com a Comissão Intergestora Bipartite — CIB — identificou, com auxílio da base nos dados do Cadastro Único, marcação de famílias de povos e comunidades tradicionais, com ênfase nos Povos de Terreiro, estaria inferior à realidade social, tendo vista, que por meio da coleta de informações, verificou-se que o número poderia ser maior ao declarado pela base cadastral.

O Cadastro Único permite o entendimento da pobreza em suas distintas dimensões também por meio de um trabalho cuidadoso — do qual faz parte o diálogo com os movimentos sociais e o reconhecimento da pluralidade — apoiando o poder público no reconhecimento dos povos, etnias e costumes que imprimiram paulatinamente diferentes feições ao território nacional, sob o entendimento de que vivenciam características distintas de desproteção e exclusão, as quais requerem também um olhar mais atento do poder público.

Os dados do próprio Cadastro Único permitem fazer algumas reflexões. Um aspecto importante a ser considerado é o elevado grau de exclusão e vulnerabilidade que as famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos apresentam. Mesmo quando comparados com dados de famílias pobres e extremamente pobres também cadastradas, identifica-se vulnerabilidades bem mais significativas, com menos renda, menos escolaridade e menos acesso a serviços básicos.

Por isso, Cadastro Único e Vigilância Socioassistencial iniciaram o trabalho de exploração do território e sua diversidade cultural para inclusão das famílias de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro na base cadastral, haja visto, que esse grupo se destacou, em maior discrepância, dentre os outros Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs).

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Levar para agenda municipal a necessidade de se trabalhar e reconhecer essas populações, abordando-as adequadamente e lhes conferindo visibilidade por meio da inclusão e identificação no Cadastro único.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Fazer o mapeamento dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) do Município de Pindoretama;
- Realizar busca ativa de famílias de baixa renda pertencentes as Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiros;
- Aumentar, de forma equânime, a verificação na identificação de grupos específicos no universo de famílias cadastradas;
- Promover, através da inclusão e/ou atualização cadastral, a visibilidade institucional e políticas dos determinantes culturais, sociais e econômicos da pobreza;
- Estimular o aprimoramento da vigilância socioassistencial em âmbito municipal e estadual acerca da cobertura da Política de Assistência Social junto aos povos originários e comunidades tradicionais.

3.6 Metodologia

- Através de visitas domiciliares aos territórios em que vivem a maioria dos povos de terreiros, as equipes de vigilância socioassistencial e cadastro único, realizaram rodas de conversas, busca ativa e coleta de dados
Foi de entendimento mútuo, que ir até as famílias nos seus espaços de pertencimento, renderia maiores resultados, bem como, serem estabelecidas, com maior facilidade, as relações de confiança.

Na ocasião das visitas, os povos falavam sobre sua cultura, modo de vida, das suas vulnerabilidades e potencialidades. A partir disso, as equipes falavam da importância do papel da Assistência Social e da autodeclaração como pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos. A coleta de dados se deu por meio de um formulário criado pelo Google Forms, através do link disponibilizado e o preenchimento ficou sob responsabilidade das lideranças dos terreiros visitados e do setor de vigilância quando estes possuíam dificuldades de preencher.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Órgão Gestor da Assistência Social
- Vigilância Socioassistencial
- Cadastro Único
- Setor de Comunicação.

3.8. Insumos Necessários

- Transporte
- (Motorista, Técnica da Vigilância Socioassistencial, coordenador do Cadastro Único e 02 entrevistadores),
- Formulário Google Forms.

3.9. Resultados Alcançados

- Em Outubro de 2023, constavam na base do cadastro único, duas famílias marcadas como pertencentes as comunidades de terreiro. Com a realização das visitas, as ações de mapeamento dos GPTEs, foi possível elevar, consideravelmente, esse número. Constando, a atualização de mais de 20 famílias inseridas nos grupos populacionais tradicionais e específicos, autodeclaradas como pertencentes as comunidades de terreiros. O Reconhecimento dos GPTEs e a sua distribuição no território, bem como seu perfil socioeconômico, minimizam a sua fragmentação e garantem acesso às políticas sociais.

3.11. Próximos Passos

- Continuar o mapeamento para a inserção e/ou atualização das famílias pertencentes Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos do Município de Pindoretama.

2.35 – MUNICÍPIO DE PIQUET CARNEIRO

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Piquet Carneiro

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): TAMARA MACHADO DO NASCIMENTO BEZERRA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: : Edna Vieira do Nascimento

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Monitoramento da Vigilância Socioassistencial no âmbito do Conselho Tutelar e SIPIA.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: janeiro/ 2023

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Conselheiros tutelares e CMDCA

3.4. Justificativa/ Contextualização

A inserção cotidiana de casos de violência no SIPIA ainda é um desafio na gestão do Conselho Tutelar em grande parte dos municípios. Em Piquet Carneiro, foi a partir do acompanhamento da vigilância socioassistencial, em parceria com o CMDCA, que este desafio foi superado. Com a implementação do instrumental de preenchimento mensal, a gestão pôde perceber a fragilidade na alimentação do sistema e, mediante esta realidade, acompanhou de modo mais assíduo e eficaz o trabalho dos conselheiros tutelares, o que incluiu capacitações, reuniões, visitas in loco, dentre outros. Atualmente, o SIPIA apresenta os dados reais de casos no município, superando, inclusive, ainda no mês de maio, a meta estabelecida pelo Selo UNICEF para o ano 2024.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Garantir a efetivação do SIPIA no município.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Conscientizar os conselheiros tutelares da importância do SIPIA atualizado para o município;
- Garantir que as situações de violência e/ou violação de direitos de crianças e adolescentes notificadas estejam inseridas no SIPIA; Produzir dados e indicadores municipais no que se refere à violência contra crianças e adolescentes do município capazes de construir diagnósticos sociais e subsidiar o planejamento e a execução das políticas públicas para este público.

3.6 Metodologia

- Os conselheiros tutelares reúnem-se mensalmente para preenchimento do instrumental e encaminham para a vigilância socioassistencial. Esta, por sua vez, utiliza-o como ferramenta de acompanhamento dos atendimentos realizados no mês anterior, bem como acompanha, com o CMDCA, a execução do SIPIA pelos conselheiros.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Conselho tutelar
- CMDCA
- Vigilância socioassistencial
- gestão do SUAS.

3.8. Insumos Necessários

- Capacitações para conselheiros tutelares,
- CMDCA
- gestão;
- Computadores com acesso à internet de qualidade.

3.9. Resultados Alcançados

- Comprometimento dos conselheiros tutelares na alimentação do SIPIA, resultando na qualidade das informações do sistema atualizado.

3.10 Desafios e Superações

Comprometimento dos conselheiros tutelares na alimentação do SIPIA, resultando na qualidade das informações do sistema atualizado.

3.11. Próximos Passos

- Dar continuidade ao processo de acompanhamento do Conselho Tutelar, bem como garantir formação continuada para o mesmo.

ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.36 – MUNICÍPIO DE PORTEIRAS

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): PORTEIRAS

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): CLAUDINEIDE SANTOS SOUZA LIMA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Maria Leily Moura

Nome: : Gildenor Alves Conserva Junior

Nome: Jamille dos Santos

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Integração de Dados : Gestão de Informação do Quilombo dos Souza de Porteiras – Ceará.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: outubro/ 2023

Data de Término (se for o caso): Maio/2024

| | | | |
|---------------------------|-------------|--|----------------|
| Tempo de Execução: | Até 6 meses | <input checked="" type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | Acima de 1 ano |
|---------------------------|-------------|--|----------------|

3.3. Público-alvo

QUILOMBO DOS SOUZA – PORTEIRAS - CEARÁ

3.4. Justificativa/ Contextualização

O território do Centro de Referência da Assistência Social Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - CRAS III, do município de Porteiras, é composto por uma comunidade quilombola, denominada Quilombo dos Souza, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, que está localizada na Chapada do Araripe, zona rural do município, no sítio Vassourinha.

Motivados pela Pesquisa Povos Originários e Comunidades Tradicionais, realizada pela Secretaria Estadual de Proteção Social - SPS, do estado do Ceará, que tem o objetivo de garantir e fortalecer o acesso desse povo e comunidades ao Sistema único de Assistência Social, a Vigilância Socioassistencial de Porteiras, cumprindo o seu papel de gestão de informação, se propõe a buscar, produzir e sistematizar informações integradas da Comunidade Quilombo Dos Souza, implantando o Projeto Integração de Dados : Gestão de Informação do Quilombo dos Souza de Porteiras – Ceará.

Dessa forma, pretende-se que o Projeto possa dá a direção dos processos de trabalho, qualificando e embasando o planejamento das equipes de referências, no que diz respeito às ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios, que contemplem ações adequadas às peculiaridades e expectativas da comunidade.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Identificar o processo histórico da formação do Quilombo dos Souza;
- Evidenciar a organização sociocultural do Quilombo dos Souza;
- Identificar a oferta e acesso de serviços públicos existentes no território do Quilombo dos Souza;
- Identificar as práticas comunitárias e os elementos identitários do território do Quilombo;
- Elaborar e apresentar o Diagnóstico Socioterritorial do Quilombo dos Souza de Porteiras-Ceará

3.6 Metodologia

O projeto será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da equipe da Vigilância Socioassistencial de Porteiras-Ceará, em parceria com as secretarias municipais de Educação, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Associação Retratores da Memória de Porteiras – REMOP. No período de outubro de 2023 a Maio de 2024.

O público desde projeto será o Quilombo dos Souza, localizado nas comunidades dos sítios Vassourinha, Lagoinha e Malhada Funda do município de Porteiras-Ceará.

Para o alcance dos objetivos, será realizado na primeira fase do Projeto, o Planejamento e Levantamento dos Dados pela Vigilância Socioassistencial de Porteiras-Ceará, para construção do quadro de indicadores e variáveis com indicação das bases de dados primários e secundários. Primários: Questionário para Gestores das Secretarias de Educação e Cultura, Assistência Social, Meio Ambiente e Agricultura. Secundários: Pesquisa de Povos Originários e Comunidades Tradicionais do Estado do Ceará, IBGE, CECAD, com a proposta de conhecer sobre os serviços públicos ofertados nesse território.

Na segunda etapa, será realizada duas visitas in loco, uma na Associação REMOP e outra na Associação da Comunidade Quilombola de Souza da Chapada do Araripe, com o objetivo de levantar dados sobre a formação histórica e Cultural do Quilombo dos Souza.

Na terceira fase, será feita a Tabulação e Análise dos Dados extraídos dos questionários respondidos, sistematização dos dados coletados nas visitas in loco e pesquisa de dados oficiais, para a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial do Quilombo dos Souza.

Os instrumentais para coleta de dados, Questionários, integram o projeto, por meio do Anexo I e II.

Após a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial, a ação metodológica se dará por meio de encontro com as equipes de referência do CRAS e Comunidade Quilombo dos Souza, para apresentação do Diagnóstico Socioterritorial do Quilombo dos Souza, coordenado pela equipe da Vigilância Socioassistencial.

O projeto será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da equipe da Vigilância Socioassistencial de Porteiras-Ceará, em parceria com as secretarias municipais de Educação, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Associação Retratores da Memória de Porteiras – REMOP. No período de outubro de 2023 a Maio de 2024.

O público desde projeto será o Quilombo dos Souza, localizado nas comunidades dos sítios Vassourinha, Lagoinha e Malhada Funda do município de Porteiras-Ceará.

Para o alcance dos objetivos, será realizado na primeira fase do Projeto, o Planejamento e Levantamento dos Dados pela Vigilância Socioassistencial de Porteiras-Ceará, para construção do quadro de indicadores e variáveis com indicação das bases de dados primários e secundários. Primários: Questionário para Gestores das Secretarias de Educação e Cultura, Assistência Social, Meio Ambiente e Agricultura. Secundários: Pesquisa de Povos Originários e Comunidades Tradicionais do Estado do Ceará, IBGE, CECAD, com a proposta de conhecer sobre os serviços públicos ofertados nesse território.

Na segunda etapa, será realizada duas visitas in loco, uma na Associação REMOP e outra na Associação da Comunidade Quilombola de Souza da Chapada do Araripe, com o objetivo de levantar dados sobre a formação histórica e Cultural do Quilombo dos Souza.

Na terceira fase, será feita a Tabulação e Análise dos Dados extraídos dos questionários respondidos, sistematização dos dados coletados nas visitas in loco e pesquisa de dados oficiais, para a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial do Quilombo dos Souza.

Os instrumentais para coleta de dados, Questionários, integram o projeto, por meio do Anexo I e II.

Após o elaboração do Diagnóstico Socioterritorial, a ação metodológica se dará por meio de encontro com as equipes de referência do CRAS e Comunidade Quilombo dos Souza, para apresentação do Diagnóstico Socioterritorial do Quilombo dos Souza, coordenado pela equipe da Vigilância Socioassistencial.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde.
- Associação dos Quilombolas dos Souza da Chapada do Araripe
- Associação de Retratores da Memória de Porteiras – Casa da Memória

3.8. Insumos Necessários

- Impressão de questionários
- Convites
- transporte para as visitas
- Diagramação
- impressão do Diagnóstico Socioterritorial
- Recursos Humanos: Equipe da Vigilância Sociassistencial
- Recursos Tecnológicos: Notebook, Data Show e impressora.

3.10 Desafios e Superações

Único desafio é a distância do território, dificultando as visitas, mas que foram superados com a disponibilidade de transporte adequado.

3.11. Próximos Passos

- Atualizar o Diagnóstico Anualmente.

3.12. Informações Complementares

Muito ainda há a ser construído sobre o território do Quilombo dos Souza em Porteiras-Ceará, no entanto, a construção inicial do diagnóstico possibilitou que a equipe da Vigilância Socioassistencial pudesse na prática, exercer o seu papel

2.37 – MUNICÍPIO DE QUIXADÁ

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): QUIXADÁ

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input checked="" type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): IZAURA GOMES DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: LAÍS CARVALHO CUNHA

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Plataforma de Suporte para a Primeira Infância no SUAS

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 14/05/24

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Supervisores e Visitadores do Programa Criança Feliz; Vigilância Socioassistencial; Gestão do SUAS.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Quixadá é o maior município do Sertão Central com uma população estimada em 2019 de 87.728 habitantes, considerado município de médio porte, tem por objetivo a qualidade de vida de seus habitantes e para tanto centra esforços na execução da Políticas Públicas, sobretudo as Políticas Sociais.

Nesse âmbito, a Política de Assistência Social destaca-se por volta-se para a proteção social e defesa de direitos de seus usuários e todas que dela necessitar, bem como, a qualificação da vigilância socioassistencial e de seus trabalhadores. E como pensar na qualidade de vida da população sem antes centrar esforços no desenvolvimento infantil? Com essa atenção o Programa Criança Feliz é evidenciado na finalidade de promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, sendo uma importante iniciativa para o desenvolvimento saudável e integral das crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. A justificativa para a implementação desse programa se baseia em diversos aspectos:

- Promoção do desenvolvimento infantil: O Programa Criança Feliz visa estimular o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças, através de atividades lúdicas e educativas. Isso contribui para que as crianças alcancem seu potencial máximo de aprendizagem e se tornem adultos mais capacitados e produtivos.
- Prevenção de problemas de saúde e desenvolvimento: A intervenção precoce na infância pode prevenir uma série de problemas de saúde e desenvolvimento, como atrasos no desenvolvimento motor ou cognitivo, dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, entre outros. O Programa Criança Feliz atua de forma preventiva, identificando precocemente possíveis dificuldades e oferecendo apoio e orientação às famílias.
- Redução das desigualdades sociais: Crianças em situação de vulnerabilidade social têm maiores chances de enfrentar desigualdades no acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. O Programa Criança Feliz busca reduzir essas desigualdades, oferecendo um acompanhamento personalizado e orientações às famílias, para que as crianças tenham oportunidades iguais de desenvolvimento e aprendizagem.
- Fortalecimento dos vínculos familiares: O programa também atua no fortalecimento dos vínculos familiares, promovendo o envolvimento dos pais e cuidadores no desenvolvimento das crianças. Isso contribui para a construção de relações saudáveis e afetivas, fundamentais para o desenvolvimento emocional e social das crianças.

Em resumo, o Programa Criança Feliz se justifica pela importância de garantir o desenvolvimento saudável e integral das crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, promovendo igualdade de oportunidades, prevenção de problemas de saúde e desenvolvimento, e fortalecimento dos vínculos familiares.

Com este documento, almejamos contribuir para a formação e divulgação ampla do Programa Criança Feliz, Vigilância Socioassistencial e Gestão do SUAS de Quixadá, visando à melhoria na execução do Programa Criança Feliz e Vigilância Socioassistencial, assim como, a vida de cada criança usuária do Programa.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Apoiar as equipes de visitantes e supervisores do Programa Criança Feliz, Vigilância Socioassistencial e Gestão do SUAS na coleta, registro e análise de informações sobre as crianças e famílias atendidas, contribuindo para um acompanhamento mais eficaz e personalizado.

3.5.2. Objetivos Específicos



- Facilitar o acesso do registro e de informações relevantes sobre o Programa Criança Feliz em Quixadá; Informatizar a execução do Programa;
- Contribuir com a eficácia e eficiência da execução do Programa;
- Contribuir com o melhoramento do acompanhamento das crianças e gestantes;
- Propiciar o acompanhamento e gestão da execução do Programa de relatórios no momento em que ocorrem;
- Proporcionar a geração de relatórios informacionais do Programa, permitindo o acompanhamento de sua execução pela Vigilância Socioassistencial e Gestão do SUAS;
- Contribuir com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente com a inserção de Planejamentos, Relatórios, agendamento de visitas e Avaliação no sistema informacional;
- Formar e capacitar os profissionais envolvidos no programa, fornecendo recursos educativos e treinamentos que possam fortalecer suas habilidades e conhecimentos no atendimento às crianças e famílias;



Estimular a troca de informações e experiências entre os diferentes atores envolvidos no programa, como visitantes, supervisores, gestores e parceiros, favorecendo a integração e a colaboração em prol do desenvolvimento infantil; Avaliar o impacto do programa Criança Feliz.

3.6 Metodologia

Um projeto informacional é um conjunto de ações planejadas e estruturadas para coletar, organizar, armazenar, processar, disseminar e utilizar informações de forma eficiente e eficaz. Esses projetos têm como objetivo principal facilitar o acesso e a utilização das informações por parte dos usuários, contribuindo para a tomada de decisões mais assertivas e para o alcance dos objetivos organizacionais. No contexto do programa Criança Feliz, um projeto informacional pode ser desenvolvido para garantir que as informações necessárias para o acompanhamento e atendimento das crianças e famílias atendidas estejam disponíveis e sejam de fácil acesso. Isso pode incluir a criação de um sistema de gestão de informações, a elaboração de materiais educativos e informativos, a capacitação das equipes envolvidas no programa, entre outras ações.

Um projeto informacional bem estruturado pode contribuir para a melhoria dos serviços prestados, o fortalecimento da relação entre os profissionais e as famílias atendidas, a promoção do desenvolvimento das crianças e o monitoramento dos resultados alcançados pelo programa Criança Feliz. A implementação de um projeto informacional para o programa Criança Feliz em Quixadá é justificada pelos seguintes motivos:

- Melhoria da qualidade do atendimento: O projeto informacional pode contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento prestado às crianças, gestantes e famílias atendidas pelo programa, fornecendo informações relevantes e atualizadas sobre o desenvolvimento infantil, cuidados com a saúde, nutrição, entre outros temas.
- Fortalecimento do vínculo entre visitantes e famílias: O acesso a informações claras e precisas pode fortalecer o vínculo entre os visitantes e as famílias atendidas, facilitando a comunicação e a compreensão mútua, e favorecendo a construção de relações de confiança e respeito.
- Promoção da participação das famílias: O projeto informacional pode estimular a participação ativa das famílias no programa, fornecendo orientações e recursos que possam ajudá-las a compreender a importância do acompanhamento do desenvolvimento infantil e a se envolverem nas atividades propostas.
- Aprimoramento da gestão de informações: Um sistema de gestão de informações bem estruturado pode facilitar a coleta, o registro.

Destaca-se que o Projeto encontra-se em sua fase inicial, e encontrando-se dividido em etapas, as quais:



Etapa 1: Desenvolvimento para lançar o pré-álpha do projeto

Nesta etapa, será criado o sistema para que, tanto os visitantes como os supervisores, possam utilizar. Neste período, o tempo estimado é de 2 semanas a 4 semanas para o lançamento dessa mesma versão e também não haverá custos de servidores google.

Após a conclusão do lançamento, terá um treinamento para utilização do sistema, com 02 visitantes para teste do sistema; supervisores e técnico da vigilância socioassistencial.



Etapa 2: pré-alpha (tempo de desenvolvimento: 1 mês para a versão alpha)

O sistema terá funcionalidades básicas, como:

- Sistema de supervisor e visitador;
- Adesão de famílias – visitador envia os dados, o supervisor valida os dados;
- Plano de visitas – supervisor pode verificar cada plano de visita;
- formulários infantil, família, criança e gestante

Inicialmente, teremos 2 visitadores utilizando o sistema. O ideal é um visitador da sede e um do sertão. Os dois supervisores irão utilizar o sistema, para que possa ser visto questões de segurança; Após o período pré-alpha, poderá ser analisado outras melhorias para o Alpha.

Realizar uma reunião com os visitadores selecionados e seus supervisores para que possa ser ouvido cada um sobre sua experiência com o sistema.

Neste momento de desenvolvimento, haverá muitas instabilidades no projeto, pois, não sabemos se as funcionalidades estão de forma correta e estáveis.



Etapa 3: Alpha (1,5 mês para o desenvolvimento da versão alpha, podendo se estender caso haja necessidade)

A versão alpha terá muitas melhorias e novas funcionalidades que irão ser testadas ao longo do seu desenvolvimento, onde poderemos estar ouvindo os profissionais que atuam para que eles possam pedir novas funções e melhorias dentro do sistema.

O sistema contará com as seguintes novas funcionalidades – poderá ocorrer mudanças conforme o desenvolvimento:

Adição do usuário coordenador – root do sistema; Alertas de atualização dos formulários;

Atualizar informações do beneficiário – apenas supervisor poderá atualizar algumas informações sensíveis, o visitador poderá atualizar apenas endereço e contato do(a) cuidador(a); Calendário de visitas;

Supervisor poderá fazer edições no visitador e adicionar novos visitadores – se tudo ocorrer bem com a funcionalidades do root, poderemos adicionar uma função de o coordenador validar os visitadores e adicionar os supervisores.

Se for possível, poderemos incluir novos visitadores para fazer parte do alpha, isso vai depender do orçamento da prefeitura e da secretaria para que possa ser entregues novos tablets;

Novamente, após a finalização da versão, poderemos nos reunir para verificar o feedback de cada um que faz parte do sistema e incluir novas funcionalidades na versão seguinte;



Etapa 4: Beta (tempo indeterminado – mas é a versão mais estável até aqui)

Nesta versão, o sistema ficará mais estável, e aqui fica as funções mais sensíveis;

Aqui teremos as seguintes funcionalidades – cada funcionalidade poderá ou não ser incluída de forma imediata:

Integração com o RH;

Integração de forma 100% com a coordenadora;

Novas funcionalidades para supervisores – aqui poderá ser incluídas funções que foram pedidas na versão Alpha;

O Estado, se for necessário, poderá realizar seu monitoramento, onde a coordenadora liberará seu acesso; Planos de visitas sendo realizados nos dias de planejamento, podendo ou não, ter dias predeterminados para serem feitos, caso não seja feito nos dias certos, o visitador será notificado, não necessariamente levará falta. Notificações de eventos:

- Aqui terá as faltas, onde o visitador poderá recorrer para que seja revisada, em caso que haja falha no sistema ou por outro motivo pessoal do visitador;
- O visitador poderá enviar notificações para seu supervisor, como demandas de alguma coisa, solicitação de mudança de alguma informação do beneficiário e notificar ao técnico do sistema, descoberta de alguma falha que impede de ele prosseguir com seu trabalho;

Nesta versão, seria ideal todos os visitadores com acesso ao sistema, pois aqui será trabalhada todas as funções dentro do sistema.



Etapa5: oficial(tempo indeterminado para sua conclusão);

Diante do exposto visamos contribuir com melhoramento e a eficiência do Programa Criança Feliz, sobretudo no acompanhamento das crianças, gestante e famílias usuárias do programa, aprimorando execução deste.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Supervisores e Visitadores do Programa Criança Feliz;
- Vigilância Socioassistencial;
- Gestão do SUAS.

3.8. Insumos Necessários

- Recursos Humanos:
 - Desenvolvedor de Software;
 - Visitadores do Programa Criança Feliz;
 - Supervisores do Programa Criança Feliz;
 - Técnico da vigilância socioassistencial
 - Gestor do Suas
- Recursos Materiais:
 - Materiais de expediente;
 - 01 Computador, 02Tablet com acesso à internet via Chip Internet

3.9. Resultados Alcançados

- - Registro de visitadores, supervisores e coordenador no sistema;
 - Registro de beneficiários no sistema;
 - Registro de formulários do desenvolvimento infantil;
 - Registro de planos de visitas;
 - Relatório de quantidade de beneficiários, visitadores e planos de visitas feitos;

3.10 Desafios e Superações

- Acesso à internet, principalmente na zona rural;
- Recursos materiais;
- Adesão da equipe ao sistema.

3.11. Próximos Passos

- Ampliação do Projeto para os demais visitantes do Programa Criança Feliz; Treinamento da Equipe do Programa Criança Feliz

3.12. Informações Complementares

- O presente projeto trata-se de um projeto experimental que está em sua fase inicial.



2.38 – MUNICÍPIO DE QUIXERÉ

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): QUIXERÉ

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): Maria Eliete Fernandes Oliveira

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Aparecida de Freitas Araújo

Nome: Deborah Lizandra Brito Lima Xavier

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

Mapeamento da primeira infância nos equipamentos socioassistenciais do município de Quixeré.

3.2. Dados da Execução

| | | | | | | |
|--------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|
| Tempo de Execução: | <input checked="" type="checkbox"/> | Até 6 meses | <input type="checkbox"/> | De 6 meses a 1 ano | <input type="checkbox"/> | Acima de 1 ano |
|--------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|

3.3. Público-alvo

Crianças de 0 a 6 anos inseridas nos equipamentos socioassistenciais da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Quixeré.

3.4. Justificativa/ Contextualização

Contextualmente, a primeira infância é um período crítico de crescimento físico, cognitivo, emocional e social. As experiências vivenciadas nessa fase têm um impacto significativo no desenvolvimento futuro das crianças. Por isso, garantir que elas tenham acesso a serviços socioassistenciais de qualidade é fundamental para reduzir desigualdades precoces e promover oportunidades equitativas desde os primeiros anos de vida. Ao mapear as crianças atendidas nos equipamentos socioassistenciais, é possível identificar qual território estão inseridas e identificar quais áreas estão desassistidas com o propósito de subsidiar melhoria contínua dos serviços oferecidos, promovendo um atendimento mais eficaz e adequado às necessidades dessa faixa etária vulnerável. Essas informações são essenciais para orientar políticas públicas, alocação de recursos e intervenções direcionadas que maximizem o impacto positivo sobre o desenvolvimento infantil. Outro ponto relevante é a criação de uma base de dados atualizada e precisa, como é o caso deste estudo, que serve como ferramenta essencial para gestores públicos, pesquisadores e profissionais da área de assistência social. Esses dados não apenas informam decisões estratégicas, mas também ajudam na avaliação contínua dos programas existentes, permitindo ajustes e melhorias conforme necessário. Faz com que esses grupos se auto reconheçam orno portadores de identidades e direitos próprios.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Identificar e mapear as crianças de 0 a 6 anos ineridas nos equipamentos da Rede Socioassistencial do Município de Quixeré.

3.5.2. Objetivos Específicos



- Identificar quantitativamente o número de crianças de 0 a 6 anos atendidas por cada equipamento da rede socioassistencial;
- Localizar geograficamente e mapear os territórios onde estão concentradas as crianças de 0 a 6 anos dentro do território do município;
- Analisar a distribuição espacial das crianças para identificar áreas de maior e menor cobertura pelos equipamentos socioassistenciais.

3.6 Metodologia

- O levantamento de dados para esta pesquisa acontecerá através da construção de instrumentais próprios que serão produzidos pela Vigilância Socioassistencial do Município de Quixeré que incluem dados sobre a quantidade de crianças de 0 a 6 anos atendidas por cada Programa, Projeto e Serviço da rede socioassistencial, bem como a distribuição geográfica destas crianças dentro do território do município. Para iniciar a coleta de dados, serão realizadas reuniões com todos os equipamentos da rede socioassistencial, são estes: O CRAS Sede e Lagoinha, CREAS Regional III — Vale do Jaguaribe, Conselho Tutelar, Programa Mais Família, Programa Ceará sem fome, Cartão Mais Infância Ceará, Vale Gás Social, Programa Criança Feliz, Cadastro Único e Programa Bolsa Família, Polo de integral da Criança e do Adolescente, Assessoria Jurídica Municipal e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos. Após a coleta de dados, será desenvolvido um relatório com todas as informações obtidas e em seguida, os resultados do mapeamento serão apresentados para a rede socioassistencial para então serem debatidos e poderem subsidiar políticas públicas e aprimoramento dos serviços.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Entre os atores envolvidos nessa pesquisa estão: A vigilância socioassistencial como articuladora em todo o processo de coleta de informações, os CRAS Sede e Lagoinha, CREAS Regional III, Conselho Tutelar, Programa Mais Família, Programa Ceará sem fome, Cartão Mais Infância Ceará, Vale Gás Social, Programa Criança Feliz, Cadastro Único e Programa Bolsa Família, Polo de integral da Criança e do Adolescente, Assessoria Jurídica Municipal e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

3.8. Insumos Necessários

- Instrumental próprio para coleta de informações de todos os equipamentos da rede socioassistencial, frequências, registro de fotos computador, impressora, folha A4 e transporte.

3.9. Resultados Alcançados

Os resultados alcançados neste trabalho de Vigilância Socioassistencial, destacam-se pela sua contribuição significativa com a Política de Assistência Social e todos os seus equipamentos, pois é a partir dos dados obtidos pela Vigilância Socioassistencial, que é possível se ter o aprimoramento dos serviços e a formulação de políticas públicas voltadas para as crianças de 0 a 6 anos que são o público alvo deste estudo. A identificação quantitativa do número de 0 a 6 anos atendidas por cada equipamento da rede socioassistencial bem como o mapeamento territorial a distribuição espacial das crianças para identificação de áreas de maior e menor cobertura pelos equipamentos socioassistenciais voltados para esse público, são os objetivos principais deste trabalho e constituem os resultados alcançados deste estudo.

3.10 Desafios e Superações

- **O desafio:** Articulação e mobilização com os equipamentos da rede socioassistencial.
- **A superação:** Articulação, mobilização e entrega dos resultados esperados

3.11. Próximos Passos

- Elaboração do relatório de resultados e apresentação para a rede Socioassistencial.

3.12. Informações Complementares

A vigilância socioassistencial, trabalhará os indicadores da primeira infância, com levantamento de dados dos equipamentos da secretaria de assistência social, no resultado final apresentar os dados para avaliar e fortalecer a política da primeira infância no município.



2.39 – MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Redenção

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretariado Trabalho e Assistência Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): Lireuda Lima Pereira

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Rodrigo Pessoa da Silva Nome: Roserlanda Fernandes Bezerra Lima

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

O Projeto **RECRIAR** – Redenção Cuidando de Suas Crianças com Amor, como forma de identificação e acompanhamento das Crianças e famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará e Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 25/06/2019

Data de Término (se for o caso): Continua

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Crianças de 0 a 5 anos e 11 meses que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social, englobando os beneficiários do Cartão Mais Infância Ceará e Programa Primeira Infância no SUAS (Criança Feliz).

3.4. Justificativa/ Contextualização

O projeto criado em 2019 surgiu com a necessidade de identificar e acompanhar as famílias beneficiárias do cartão Mais Infância Ceará e Programa Primeira Infância no SUAS. Em contrapartida com o estado e os municípios, as famílias deveriam cumprir algumas ações ligadas a assistência social e saúde. Os grupos familiares precisariam ter frequência nos serviços socioassistenciais oferecidos na Rede SUAS.

Ao decorrer da aplicação do projeto, vimos a oportunidade de identificar as potencialidades dos territórios e das famílias atendidas. Além disso, analisar a adequação entre as necessidades de proteção social da população e a efetiva oferta dos serviços socioassistenciais, considerando o tipo, volume, qualidade e distribuição espacial dos mesmos.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando a família e seu território.

3.5.2. Objetivos Específicos



- Desenvolver estratégias intersetoriais visando integrar, ampliar e fortalecer ações das diversas políticas públicas voltadas para as crianças na primeira infância e suas famílias;
- Fortalecer o papel das famílias no exercício da função de cuidado e proteção de crianças na faixa etária de 0 até 6 anos de idade;
- Identificar as potencialidades dos territórios, disseminando informações e oferta dos serviços para incitar o protagonismo das famílias, na superação das vulnerabilidades sociais.

3.6 Metodologia

- Os encontros acontecerão no formato presencial a cada mês, com temáticas pré-estabelecidas. Cada grupo será direcionado por um técnico de referência que organizará, também, o grupo no aplicativo de “whatsapp”, para que possa ser implementado abordagens através de vídeos curtos e didáticos e/ou imagens que orientem as famílias sobre os temas que serão trabalhados nos encontros presenciais. Desse modo o/a técnico/a de referência terá uma maior aproximação com as famílias através do uso das tecnologias, o que possibilita uma maior interação e comunicação, principalmente com as famílias que residem em localidades mais distantes. Os encontros são realizados com as crianças e seus responsáveis familiar, inicialmente em espaços diferentes mais abordando os mesmos temas e finalizando com atividade conjunta, fortalecendo assim o vínculo familiar.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Equipes de referência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS Sede e CRAS Antônio Diogo
- Assistentes Sociais
- Psicólogos;
- Pedagogos;
- Técnica de Gestão;
- Técnico da Vigilância Socioassistencial.

3.8. Insumos Necessários

- Recursos humanos
- Espaços físicos dos CRAS
- Instrumentais
- Planilhas

3.9. Resultados Alcançados

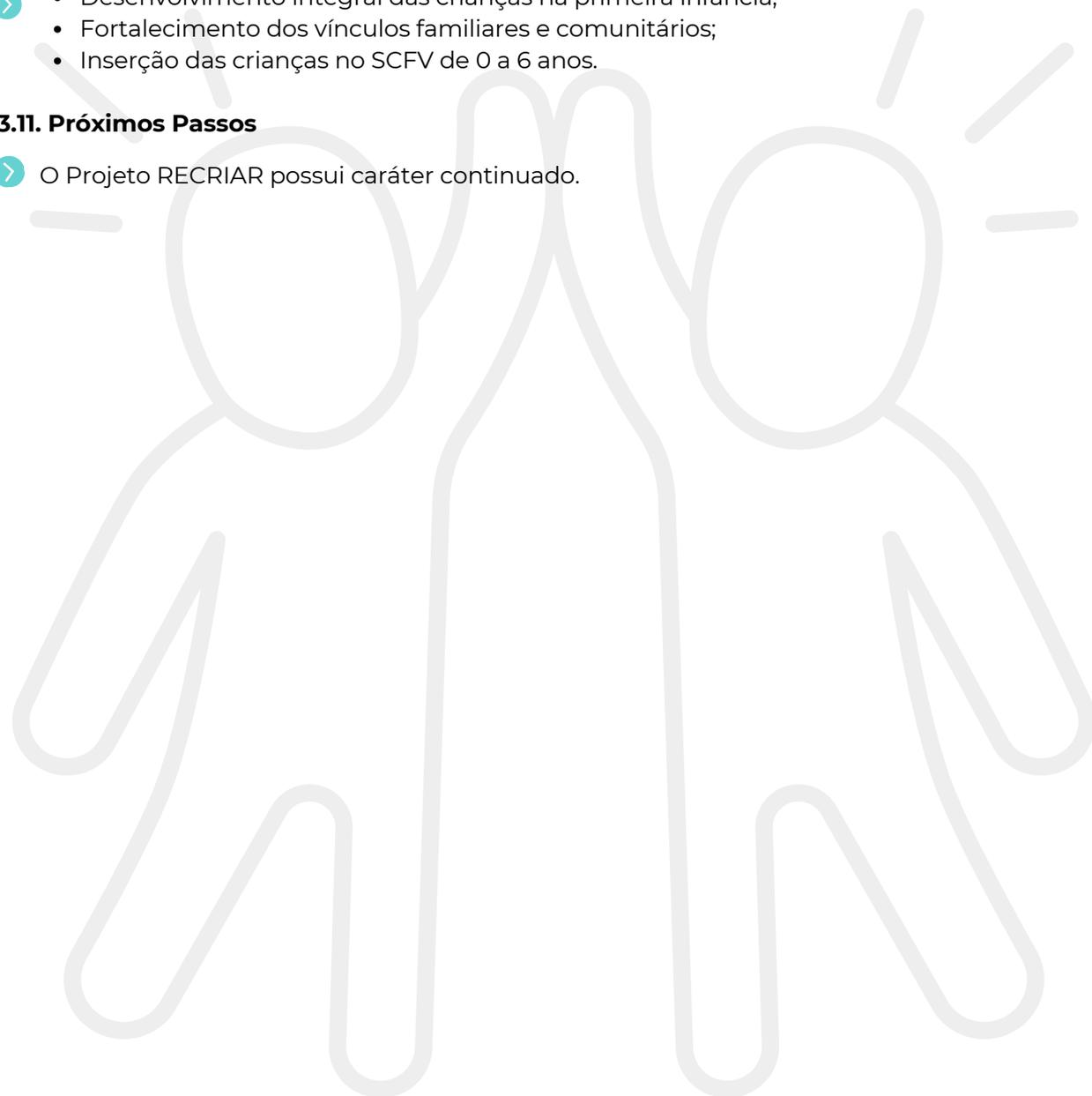
Através das estratégias desenvolvidas de potencialização dos territórios e abrangência da oferta dos serviços, conseguimos acompanhar o desenvolvimento, a superação das dificuldades, o fortalecimento de vínculos, a garantia de direitos e o protagonismo das famílias, na superação das vulnerabilidades sociais por meio da inserção nos programas e serviços.

3.10 Desafios e Superações

- Desenvolvimento integral das crianças na primeira infância;
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Inserção das crianças no SCFV de 0 a 6 anos.

3.11. Próximos Passos

- O Projeto RECRIAR possui caráter continuado.



ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.40 – MUNICÍPIO DE RERIUTABA

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): RERIUTABA

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor:

Nome Completo do(a) Gestor(a): Maria dos Prazeres Fernandes

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial)

Nome: Audrey Bertoldo Nome: Liduina Fernandes de Sousa Oliveira

Nome: Rean Tavares Estrella

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância |
|-------------------------------------|--|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

CAFÉ COM CMIC

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 09/2022

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|--|---|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input checked="" type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|--|---|

3.3. Público-alvo

Beneficiários do Cartão Mais Infância – Ceará

3.4. Justificativa/ Contextualização

O projeto é realizado no território do CRAS da sede, através de roda de conversa nas localidades da zona rural, onde é ofertado como abertura café de manhã / tarde para as famílias CMIC, posteriormente ocorre o diálogo com participação social, onde os profissionais levam informações, tiram dúvidas, escutam a comunidade e fazem intervenções com encaminhamentos e viabilização de direitos quando há necessidade.

Por meio desse momento ocorre a aproximação das famílias CMIC com os profissionais, tornando possível um acompanhamento coletivo (nas ações do projeto) e individual.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Conhecer e compreender através das rodas de conversa as necessidades das famílias CMIC.

3.5.2. Objetivos Específicos



Traças estratégias para o território de acordo com as necessidades do público-alvo, priorizando e protegendo a primeira infância.

3.6 Metodologia

- Promoção de rodas de conversa nas comunidades e sede do município com as famílias CMIC.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Gestão
- Vigilância Socioassistencial
- Psicólogos;
- Coordenação dos 2 CRAS do município
- associações comunitárias
- técnicas(os) de referência
- outras políticas públicas (saúde e educação)

3.8. Insumos Necessários

- Itens alimentícios e embalagens descartáveis para o café, computador, projeto, caixa de som, microfone, cadeiras, mesa.

3.9. Resultados Alcançados

- Estreitamento de laços com as famílias CMIC
- Acompanhamento contínuo do público-alvo
- Elaboração da Cartográfica
- Estratégias para os territórios

3.10 Desafios e Superações

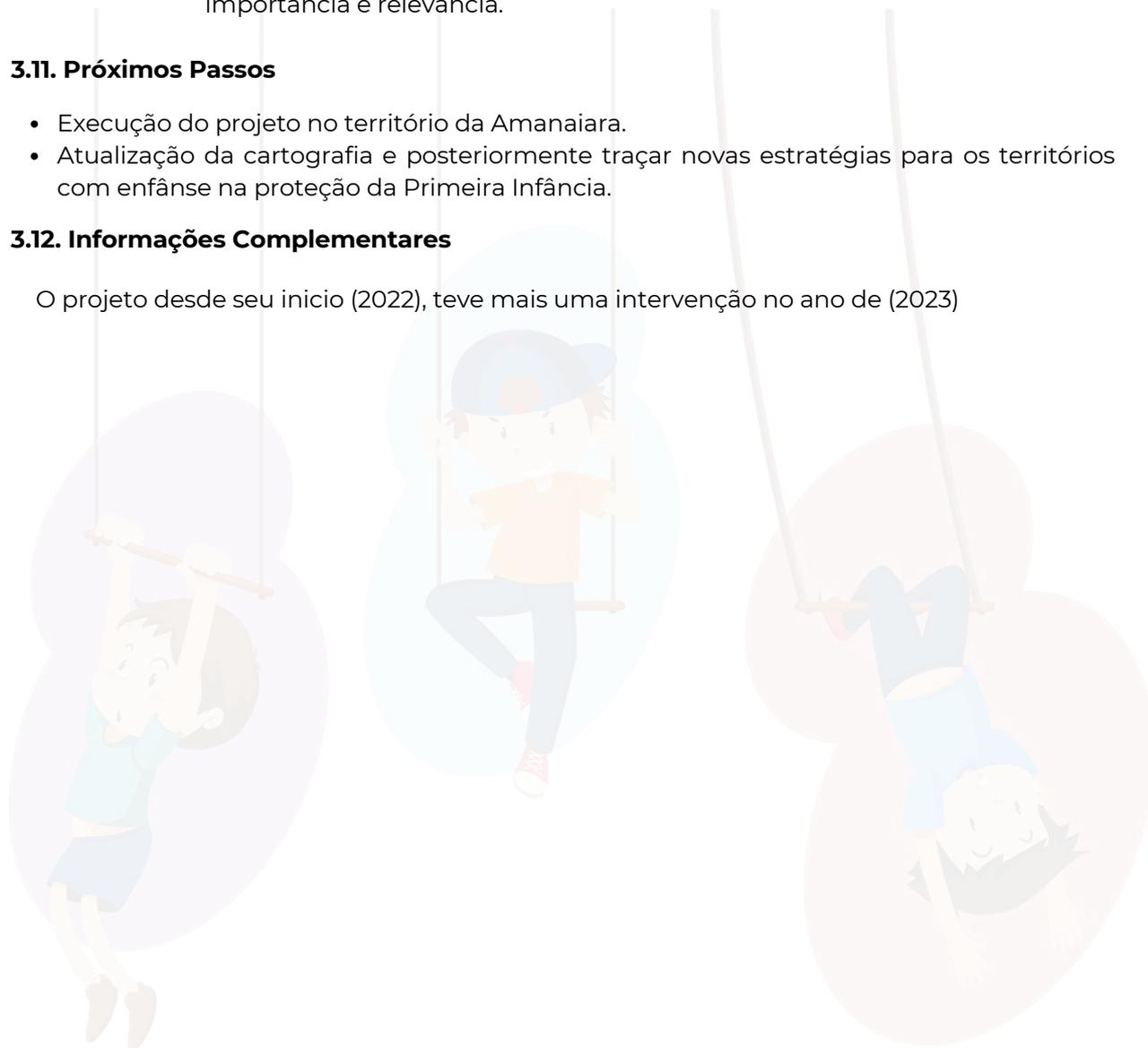
- **O desafio:** Mobilizar o público-alvo a participar das rodas de conversas do projeto Café com CMIC
- **A superação:** Efetivar parceria com a agente do CMIC para identificar, localizar e visitar os beneficiários CMIC para convidá-los a participarem no projeto, ressaltando a importância e relevância.

3.11. Próximos Passos

- Execução do projeto no território da Amanaiara.
- Atualização da cartografia e posteriormente traçar novas estratégias para os territórios com ênfase na proteção da Primeira Infância.

3.12. Informações Complementares

O projeto desde seu início (2022), teve mais uma intervenção no ano de (2023)



2.41 – MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): São Benedito

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input checked="" type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|------------|--------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

Nome Completo do(a) Gestor(a): Lucielma Rodrigues de Medeiros

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Rafaely de Sousa Lima

Nome: Miguel Victor Ribeiro Paiva

Nome: Amanda Franco da Silva

Nome: Marcos Paulo Rodrigues Silva

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

SISTEMA INFORMATIZADO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS ÀS COMUNIDADE TRADICIONAIS DE SÃO BENEDITO - CEARÁ

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 01/06/2024

| | | | |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|---------------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Usuários da política de assistência social da comunidade indígena e quilombola do município de São Benedito, que foram contemplados com benefícios eventuais concedidos pelo município.

3.4. Justificativa/ Contextualização

A implementação da nova ferramenta ao Sistema Informatizado de Benefícios Eventuais se dá pela necessidade que as equipes de gestão e vigilância socioassistencial do município encontraram de acompanhar de forma qualificada os beneficiários das comunidades tradicionais que recebem benefícios eventuais pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Afim de contribuir com os serviços e programas e projetos ofertados para essas comunidades de forma estratégica conforme as orientações estaduais e federais.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Quantificar de forma qualificada os beneficiários das comunidades tradicionais que recebem benefícios eventuais pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social de São Benedito-CE.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Identificar os beneficiários das comunidades tradicionais que recebem benefícios eventuais pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social de São Benedito-CE.
- Traçar estratégias para aprimoramento dos atendimentos às comunidades tradicionais.
- Fomentar o direcionamento de ações da gestão municipal juntamente com o acompanhamento técnico

3.6 Metodologia

- O uso desse sistema informatizado foi implantado em 2022 e inicialmente era usado apenas para armazenamento, onde todos os requerimentos de benefícios eram inseridos no programa e o mesmo servia apenas como uma base de dados. Em 2023, o sistema sofreu alterações e atualizações e foi implementado uma ferramenta exclusiva para geração de relatórios. Para criação de um relatório eficaz, foi feito um estudo com técnicos da Assistência Social e com a supervisão dos Benefícios Eventuais para que fossem levantados os dados essenciais para futuras elaborações de ações, como citado anteriormente.

Em 2024 foi identificada uma necessidade interna de aprimorar o sistema de Benefícios Eventuais para quantificar o público das Comunidades Tradicionais de nosso município, pois é de suma importância um olhar especial com este público devido sermos uma das poucas cidades da Serra da Ibiapaba com Povos Tradicionais Autodeclarados. Assim, nasceu a ideia de destacar este público dentro dos serviços de Benefícios Eventuais, pois torna-se mais uma ferramenta para enriquecer os dados além de aprimorar as ações da política de Assistência Social do Município. Também é importante destacar que todo este processo é muito eficaz para o planejamento estratégico de futuros eventos e projetos.

O software desenvolvido foi planejado para que seja de fácil manuseio pelo responsável que irá alimentá-lo e fazer uso de suas ferramentas, no caso o supervisor de Benefícios. Por este motivo, a interface gráfica do mesmo é bem concisa e destaca apenas os dados essenciais a serem cadastrados com fácil visualização. O software possui algumas ferramentas essenciais para execução dos cadastramentos, como botões para incluir ou excluir novo usuário, limpeza dos campos de dados durante o processo de cadastramento e edição de dados para usuários já cadastrados, o que evita um retrabalho caso precise modificar um usuário sem precisar excluir e inserir novamente com novos dados. Ressaltamos ainda que o programa possui uma área de consulta do banco de dados, onde é possível fazer pesquisas por nome e assim identificar algum beneficiário com todos os dados cadastrados.

A ferramenta principal do sistema desenvolvido é a geração de relatórios, pois como descrito anteriormente, as informações geradas ajudam os técnicos da Assistência Social a promover ações e planejamentos direcionados para atender demandas específicas e assim executar um trabalho mais eficaz e eficiente de modo geral quando se deseja trabalhar com determinados públicos, inclusive com os Povos Tradicionais, já que são foco neste projeto. Os dados gerados nos relatórios do sistema com subdivisões de acordo com as informações pertinentes, lembrando que todos os dados foram estudados e planejados pela a equipe da Vigilância Socioassistencial juntamente com supervisão dos Benefícios e com os técnicos que se utilizam dessa base para contribuir na gestão da Assistência Social como um todo. O software desenvolvido foi uma parceria de vários setores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município, como os Serviços SUAS, Vigilância Socioassistencial, Equipamentos CRAS e CREAS e apoio das lideranças comunitárias representantes dos indígenas e quilombolas que atuam nas Comunidades Tradicionais.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Equipe de Vigilância Socioassistencial
- Equipe do setor Serviços SUAS
- Supervisora de Benefícios Eventuais
- Técnico de Referência do CRAS Damião Jorge, específico das Comunidades Tradicionais.
- Articuladores nativos das Comunidades Tradicionais.

3.8. Insumos Necessários

- Computador com acesso à internet
- Impressora com tinta/tonner
- Papel a4

3.9. Resultados Alcançados

Dentro dos relatórios de dados gerado pelo sistema, temos o quantitativo de beneficiários atendidos que fazem parte de Comunidades Tradicionais, onde nosso sistema destaca a quantidade por cada povo tradicional identificado. Também temos o relatório específico de benefícios eventuais concedidos para os Povos Tradicionais Autodeclarados que existem em nosso Município (Indígenas e Quilombolas), onde é possível identificar o tipo de benefício e a quantidade que cada um dos povos descritos recebeu durante o ano corrente. Como a ferramenta foi implementada recentemente, ainda estamos em fase de adaptação e coleta de dados, por tanto ainda estamos processando os dados para gerar relatório para demonstrativo, especificamente desse público alvo.

3.10 Desafios e Superações

- **O desafio:** Encontramos desafios com relação ao cumprimento dos prazos estipulados, às orientações a serem feitas para equipe técnica e adaptação do formulário de requerimento de benefício eventual.

- **A superação:**

Como forma de superação, encontramos apoio da gestão da STDS para colocar o sistema em prática.

3.11. Próximos Passos

Os próximos passos dentro do desenvolvimento desse programa, serão aprimoramentos do design do sistema para facilitar o trabalho do servidor que irá realizar a alimentação de dados e também avaliar a inserção de novos campos de informações para cadastro, o que enriqueceria ainda mais nossa base de dados e consequentemente daria mais escopo aos nossos relatórios, o que favoreceria ainda mais o trabalho da Gestão, principalmente dentro do âmbito das Comunidades Tradicionais que existem em nosso território.

2.42 – MUNICÍPIO DE SOBRAL

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): Sobral

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input type="checkbox"/> | Médio Porte | <input checked="" type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIADOS DIREITOS HUMANOS E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): ANDREZZA AGUIAR COELHO

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: CESARINA TACIANA SANTOS ARAGÃO (15/04/2024 aos dias atuais)

Nome: ANA GILMAIZA TOMAZ LOURENÇO (04/12/2021 a 14/04/2024)

Nome: LUIZYLAND PEREIRA LIMA BANDEIRA - Gerente da Célula da Gestão do SUAS, desde 2021

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

TORNAR OS INVISÍVEIS, VISÍVEIS: TRABALHO SOCIAL DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA JUNTO ÀS FAMÍLIAS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 2017

Data de Término (se for o caso): aos dias atuais

| | | | |
|--------------------|--------------------------------------|---|--|
| Tempo de Execução: | <input type="checkbox"/> Até 6 meses | <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input checked="" type="checkbox"/> Acima de 1 ano |
|--------------------|--------------------------------------|---|--|

3.3. Público-alvo

Famílias residentes nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (Aracatiaçu/Fazenda Jardim (Povos Quilombolas); CRAS Dom José/Sumaré (Povos Ciganos) e CRAS Jaibaras/Fazenda Joelma e Realeza (Povos Ciganos e Povos de Terreiros).

3.4. Justificativa/ Contextualização



“Chamamos de INVISÍVEL, Tudo aquilo que não vemos Por não conseguirmos vê

Outras vezes, por não queremos vê mesmo,

E algumas vezes também por não observamos atentamente. (...)

A poesia invisível, só será revelada, quando exploramos, o que vai, por dentro da nossa invisível, e existente alma. A poesia invisível, talvez seja, tanto, ou mais bela, que a poesia visível, que fazemos.

Não há o invisível, há o desinteresse de se enxergar a poesia da vida, em todos espaços visíveis, palpáveis, e aqueles espaços ditos, invisíveis para a nossa percepção.”

(A POESIA INVISÍVEL, de Valdir Rangel)

Essa poesia nos remete que o trabalho social com Povos e Comunidades Tradicionais tem sido um desafio para a Rede de Proteção Social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), por ser um grupo cultural diferenciado, necessitando dos trabalhadores do SUAS um olhar profundo, respeitoso e de atitudes adequadas para identificar, dialogar para identificação das reais necessidades, através de uma escuta ativa de livre consentimento, na perspectiva de contribuir com a promoção e a garantia dos direitos socioassistenciais. Os Povos e Comunidades Tradicionais são detentores de especificidades culturais e possuidores de histórias peculiares, e também vivenciam situações de vulnerabilidade social, o que demandam intervenções multisetoriais de diferentes segmentos da gestão pública. Acrescentamos ainda que o Território é o lugar de pertencimento, de constituição do próprio ser e de sua produção, seja material e imaterial. Neste contexto, cabe ao Estado Tornar Visíveis, os Invisíveis pela Gestão Pública.

A interface com o SUAS e as demais políticas públicas veio se concretizando e tem se fortalecido com a constituição da Coordenadoria dos Direitos Humanos vinculada à Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social, provocando e permitindo que ambas políticas públicas planejem e atuam numa atuação conjunta de alinhamentos e processos de educação permanente.

A Política de Assistência Social acolhe os Povos e Comunidades Tradicionais a partir das diretrizes da diversidade territorial e diversidade sociocultural, garantindo a especificidade do atendimento desses povos em consonância como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituído pelo decreto nº6040 de 7/02/2007. Prezamos pela intervenção observando as especificidades das diferentes culturas e formas de organização, modo de vida, língua, religião e subsistência desses povos e comunidades.

O Decreto 6.040/2007 define que os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como: “grupo culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição”.

O citado Decreto traz alguns princípios que norteiam as intervenções da Proteção Social Básica do SUAS/CRAS, na perspectiva de alcançar os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e que pressupõe a intersetorialidade e a integralidade. Dentre os que interagem com o SUAS, destacamos que:

- a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;
- a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo e
- a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.



O Trabalho Social com Famílias de Povos e Comunidades Tradicionais no contexto da Política de Assistência Social no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social do Município de Sobral, vem se concretizando por meio da oferta de serviços socioassistenciais, com base na lógica da integralidade e integração entre os níveis de proteção social, da intra e intersectorialidade, com centralidade na família em seu território vivo.

Acrescentamos ainda, as orientações e compromissos elencados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) por meio do Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004, que elucida as obrigações do Estado para os Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Os citados documentos trazem a urgência em basilar nossas intervenções em consonância com os Princípio do SUAS. O Invisível vai se tornando Visível a partir dos Diagnósticos Socioterritorial(Territorialização) realizados pelos CRAS e pelos registros junto ao Cadastro Único, que ainda apontam uma subnotificação dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No âmbito dos CRAS, destacamos as Semanas temáticas que envolvem os Povos e Comunidades Tradicionais: Semana dos Povos Ciganos, Semana dos Povos de Terreiros, Semana da Consciência Negra, o Cortejo, entre outras.

Sobral, participou do Mapeamento realizado pelo Edital nº 014/2019, de povos de terreiros de matriz africana e implantação de projetos produtivos, que resultou no Inventário dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas do Ceará, realizado pela Associação Afro-Brasileira de Cultura Alagbà.

De acordo com os dados do Relatório de Informações Sociais, o Município de Sobral, temos 04 famílias quilombolas cadastradas no Cadastro Único, destas 02 beneficiárias pelo Bolsa Família. Das 12 famílias pertencentes a povos de terreiros, 06 recebem Bolsa Família. Em relação aos povos ciganos, são 24 famílias no Cadastro Único e apenas 07 são beneficiárias do Programa Bolsa Família. (Fonte: Folha de pagamento do MDS, junho/2024).

Frente aos desafios do autorreconhecimento/autodefinição dos Povos e Comunidades Tradicionais o contexto local nos apresenta necessidades cotidiana de ampliar mecanismos de sensibilização dos citados segmentos para se aproximar com dados reais e confiáveis, o estreitamento das relações com vista a promover acessos a Rede de Proteção Social da Rede SUAS do município de Sobral e as demais políticas públicas.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Trabalho Social para inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais dos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) garantindo o acesso aos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais da Rede de Proteção Social do SUAS do Município de Sobral, mediante tecnologias sociais customizadas que possam dar visibilidade aos “(In)visíveis”.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Identificar os Povos e Comunidades Tradicionais dos territórios de abrangência dos CRAS;
- Manter os cadastros do Cadastro Único atualizados, garantindo o autoreconhecimento;
- Ofertar Serviços da Proteção Social Básica às Famílias: PAIF e SCFV;
- Viabilizar o acesso aos programas/projetos e benefícios socioassistenciais;
- Realizar alinhamento conceitual com os profissionais que atuam na Rede de Proteção Social, junto a Formação Integrada da Proteção Social Básica.

3.6 Metodologia

- Para tornar os Invisíveis, Visíveis, iniciamos algumas ações para aproximação com os Povos e Comunidades Tradicionais. São atividades realizadas pelas Coordenadorias de Direitos Humanos e Assistência Social, além de contar com algumas parcerias.

- Participar do Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais pela Coordenadoria dos Direitos Humanos, com a finalidade de identificação para estruturar políticas públicas integradas;
- Realizar a Territorialização com a identificação dos Povos e Comunidades Tradicionais nos territórios dos CRAS;
- Mutirão do Cadastro Único para identificação do público alvo através de ações descentralizadas nos territórios de abrangência dos CRAS em articulação com a Coordenadoria dos Direitos Humanos;
- Acompanhamento de Grupos PAIF;
- Atividades de caráter não continuado;
- Atendimento descentralizados pelos CRAS: apresentar à toda comunidade os direitos, serviços e acessos possíveis para os Povos e Comunidades Tradicionais no campo da assistência social;
- Estudo de Caso conforme necessidade;
- Semana dos Povos Ciganos (no CRAS Dom José/no CRAS Jaibaras);
- Reconhecimento pelo CRAS dos Povos e Comunidades Tradicionais para participar de Editais;
- Disponibilização de Benefícios Eventuais;

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- 1.Coordenadoria dos Direitos Humanos/ Núcleo da Igualdade Racial;
- 2.Coordenadoria da Assistência Social;
- 3.Vigilância Socioassistencial/Gestão do SUAS;
- 4.Gerência dos Benefícios Sociais/Cadastro Único;
- 5.Gerência da Proteção Social Básica;
- 6.Profissionais dos CRAS;
- 7.Defesa Civil;
- 8.Secretarias Estaduais: Desenvolvimento Agrário, da Proteção Social e de Igualdade Racial;
- 9.Organizações da Sociedade Civil: Associação Afro Brasileira Alagbà;
- 10.Instituto Teias da Juventude – ITJ.
- 11.Marcos legais e normativas das políticas públicas de Direitos Humanos e da Assistência Social;
- 12.Documentos do Ministério da Justiça e Cidadania;
- 13.Base do Cadastro Único;
- 14.Caderno de atualização do cadastro único;
- 15.Prontuário SUAS :físico e eletrônico;
- 16.Redes Sociais para dar visibilidade as ações desenvolvidas;
- 17.Transporte;
- 18.Caderno de Orientações Técnicas para o Trabalho Social com Famílias e Povos e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social da Secretaria da Proteção Social do Governo do Estado do Ceará.

3.9. Resultados Alcançados

Nesta perspectiva de desenvolver ações para Povos e Comunidades Tradicionais, a SEDHAS vem formulando e aprimorando políticas públicas que garantam a proteção social a esses públicos, dentre as iniciativas, destacamos: Participação no Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais: identificação e perfil socioeconômico para incluir em programas sociais.

Oferta de Serviços dos CRAS:

- Quilombola/Fazenda Jardim: Atendimento descentralizado em conjunto com a Coordenadoria dos Direitos Humanos;
- Povos Ciganos: Grupos PAIF CRAS Sumaré;
- Povos Ciganos: Ações de caráter não continuado do CRAS Jaibaras/Fazenda Joelma e Realeza;

Identificação e levantamento das famílias: escuta das necessidades, destacando o período da pandemia, como: Álvara de funcionamento, segurança alimentar e nutricional; entre outras;

Apoio alimentar em situação de emergência: Povos de Terreiro e Povos Ciganos/Sumaré.

3.10 Desafios e Superações

- Potencializar ações para o autorreconhecimento/autodefinição dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Ampliar recursos humanos nas equipes de referência dos CRAS para atuação com Povos e Comunidades Tradicionais;
- Educação Permanente regular sobre o Trabalho Social com Povos e Comunidades Tradicionais.

3.11. Próximos Passos

Temos ciência que já demos alguns passos e conhecemos alguns caminhos para dar continuidade a caminhada da Proteção Social que venha dá respostas efetivas às necessidades sociais e humanas dessas populações, a partir de uma escuta qualificada e consentida. Pensando nisso, nossos próximos passos são:

1. Maior cobertura dos programas sociais;
2. Criar canais permanente de escuta para conhecer as realidades com agenda permanente com as lideranças;
3. Manter diagnóstico socioterritorial atualizado dos Povos e Comunidades Tradicionais realizados pelas equipes dos CRAS;
4. Mapeamento das famílias dos Povos e Comunidades Tradicionais, com monitoramento das suas vulnerabilidades e potencialidades por territórios;
5. Promover a participação nas instâncias de controle social dos Povos e Comunidades Tradicionais;
6. Apoio jurídico aos Povos e Comunidades Tradicionais objetivando a sua representatividade;
7. Fortalecer a cultura e identidade para defender direitos;

Fortalecer a articulação entre as políticas públicas de Direitos Humanos e de Assistência Social para potencializar processos de educação permanente direcionada para a Proteção Social do SUAS junto às famílias dos Povos e Comunidades Tradicionais.



ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

SEMANA DO POVO CIGANO (2024) – CADASTRO ÚNICO/ATENDIMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA/SERVIÇOS DE CORTE DE CABELO



2.43 – MUNICÍPIO DE TAMBORIL

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): TAMBORIL-ce

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input checked="" type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome Completo do(a) Gestor(a): JESSICA RAYANNE DA SILVA GOMES

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial (Se necessário, acrescentar mais linhas)

Nome: KAUANNE JORGE CEDRO

Nome: LUARA ABREU SAMPAIO

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Boas experiências em vigilância socioassistencial junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. |
|-------------------------------------|---|

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

SETAS CAMINHANTE: GARANTINDO E FORTALECENDO O ACESSO AOS POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS AO SERVIÇO INTERSETORIAL.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 11/06/2024

| | | | | | | |
|--------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|
| Tempo de Execução: | <input checked="" type="checkbox"/> | Até 6 meses | <input type="checkbox"/> | De 6 meses a 1 ano | <input type="checkbox"/> | Acima de 1 ano |
|--------------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|

3.3. Público-alvo

A saber, a Aldeia de Viração e a Comunidade de São Manoel, as quais se trata de comunidades indígenas. A primeira é localizada no Distrito de Curatis. Já a segunda, no Distrito de Açudinho. Além destas, contamos com as comunidades Quilombolas: Encantados do Bom Jardim (Sede); Associação Quilombolas da Barriguda (Sede); Lagoa das Pedras (Sede) e Torres (Carvalho).

3.4. Justificativa/ Contextualização

Os povos originários e comunidades tradicionais frequentemente enfrentam desafios diversos no que tange o acesso a serviços, comércio, assim como as próprias políticas públicas (Silva, 2018). As fontes deste problema, residem nas múltiplas expressões da questão social, assim como outros processos associados ao racismo, preconceito e outras agruras (Braga; Pedrosa, 2021).

Como exemplo destes desafios, se pode citar o acesso limitado à educação de qualidade, os serviços de saúde precários e a assistência social. Tais limitações impedem o acesso destas populações vulnerabilizadas a seus direitos, deveres e todo o processo relacionado a construção do estado de Bem-estar social Brasileiro. Nesse sentido, essa distância das políticas, fomenta ainda mais o processo de exclusão social que estas vivenciam, assim como todas as outras diatribes associadas às vulnerabilidades.

A proteção dos povos originários possui uma de extrema importância para a preservação e conservação da nossa história e diversidade sociocultural, visto que estas populações, são vulnerabilizadas historicamente, no qual as expressões da questão social as atravessam de forma paulatina e intensa. Desta forma, o projeto tem com caráter preventivo, protetivo e proativo.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- ▶ Fortalecer e ampliar a formulação e a execução de políticas públicas aos povos originários e comunidades tradicionais pertencentes ao município de Tamboril.

3.5.2. Objetivos Específicos

- Estimular o interesse pelo reconhecimento cultural
- Resgatar os vínculos culturais;
- Garantir direitos;
- Levar informações sobre os programas sociais - Ex: Cartão Mais Infância Ceará, Ceará sem fome, Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família;
- Requerimento de BPC idoso e BPC pessoa com deficiência;
- Orientar sobre os benefícios eventuais - Ex: Kit Natalidade, Aluguel Social e Urna Fúnebre;
- Emissão de Carteira do Idoso e Id Jovem;
- Atualização cadastral/Inserção;
- Emissão de declarações e Folha resumo;
- Agendamento e Emissão de RG;
- Medição da pressão e glicemia;
- Vacinação HPV dentre outras;
- Agendamento cartão do SUS;
- Orientação jurídica;
- Atendimentos Socioassistencial individualizado;
- Atendimentos Psicológicos;
- Encaminhamentos para outros serviços;
- Contribuir para a formação global e qualificada dos participantes;
- Inscrições dos programas de agricultura (+ pecuária Brasil, + genética do sertão);
- Trocas de mudas por materiais recicláveis;
- Emissão de cadastro ambiental rural.

3.6 Metodologia

- ▶ Este projeto será desenvolvido através de parcerias com equipamentos e instituições de forma intersetorial. A intersetorialidade se trata de uma forma de trabalho baseada na articulação e troca de saberes, técnicas e experiências entre setores diversos das políticas públicas, no qual os especialistas em determinada área passa a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns. Tais ações trazem ganhos para a população, bem como para a organização das políticas públicas centradas em determinados territórios (Nascimento, 2010). Dessa forma, se contará com a articulação dos seguintes atores: Equipes das Unidades Básicas de Saúde, Casa do Cidadão, Cadastro Único, Centro de Referência da Assistência Social, Centro de Referência Especializado da Assistência Social, Centro de Atenção Psicossocial Regional de Tamboril, Conselho Tutelar de Tamboril, Centro de Atenção Psicossocial de Tamboril, Secretaria de Agricultura.

O intuito de levar o serviço de toda a rede até o perfil alvo do projeto. Assim, a partir da formação de equipes, os atendimentos serão realizados de forma mensal em cada um dos territórios listados anteriormente. O processo de divulgação se dá através das rádios comunitárias, redes sociais da prefeitura (Instagram e Facebook), através dos líderes comunitários, banners e avisos em reuniões.

Para a verificação da efetividade do trabalho, serão elaborados questionários semiestruturados a serem aplicados com os usuários. Além disso, será feita a quantificação dos atendimentos realizados em cada comunidade, buscando identificar se as demandas trazidas pelos usuários foram alcançadas. Além disso, será elaborado um questionário para avaliar a satisfação dos usuários com os serviços fornecidos. Posteriormente, os dados quantitativos serão analisados através de estatísticas descritivas, com o intuito de gerar tabelas e gráficos com os resultados obtidos.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

1. Unidades Básica de Saúde dos distritos de Açudinho, Carvalho, Curatis e Sede;
2. Escolas da Rede Municipal dos distritos de Açudinho, Carvalho, Curatis e Sede;
3. Centro de Atenção Psicossocial Regional de Tamboril;
4. Centro de Referência da Assistência Social de Tamboril;
5. Centro de Referência da Assistência Social de Sucesso;
6. Centro de Referência Especializado da Assistência Social de Tamboril;
7. Cadastro Único de Tamboril;
8. Conselho Tutelar de Tamboril;
9. Centro de Atenção Psicossocial Regional Infantil de Tamboril;
10. Secretaria de Agricultura de Tamboril;
11. Secretaria de saúde de Tamboril;
12. Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

3.8. Insumos Necessários

- Local;
- Mesas, Cadeiras;
- Tendas;
- Prancheta, folhas;
- Notebook;
- Nível Superior: Assistentes Sociais, Psicólogas (os), Pedagogas (os), Advogadas (os);
- Nível Médio: Orientadores sociais; Agentes administrativos, Entrevistadores CadÚnico.

3.9. Resultados Alcançados

Aumento da cobertura de serviços das políticas públicas Tamborilenses e fomentar a cidadania nos povos originários, superando assim iniquidades e desigualdades socialmente e historicamente construídas

3.10 Desafios e Superações

O maior desafio que temos é por vezes adentrar nestas comunidades e trabalhar a conscientização de se reconhecerem dentro do cadastro único como PCT's e assim o município alcançar dados fidedignos para trabalhar as políticas públicas dentro das comunidades, sendo assim essa é uma das superações que temos alcançado com a implementação do projeto.

3.11. Próximos Passos

Dar seguimento ao projeto posto.

3.12. Informações Complementares

O projeto é novo, até a presente data ocorreu uma ação na Comunidade Quilombola - Torres, com intuito de construção de vínculo e reconhecimento das demandas para com a comunidade.



ANEXOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



2.44 – MUNICÍPIO DE URUBURETAMA

1. DADOS GERAIS

Nome do Município (sem abreviaturas): URUBURETAMA

Porte do Município (marque com um x)

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Pequeno I | <input type="checkbox"/> | Pequeno II | <input checked="" type="checkbox"/> | Médio Porte | <input type="checkbox"/> | Grande Porte | <input type="checkbox"/> | Metrópole |
|--------------------------|-----------|--------------------------|------------|-------------------------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------------------|-----------|

1.2. Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE URUBURETAMA

Nome Completo do(a) Gestor(a): MARIA RENATA MARQUES

1.3. Equipe da Vigilância Socioassistencial

Nome: Felipe Feitosa Feijão Nome: Adélia Cristina Andrade de Oliveira

Nome: Liana Maria Araújo de Sousa

2. MODALIDADE DE INSCRIÇÃO (marque com um x)

Boas experiências em vigilância socioassistencial relacionadas a Primeira Infância

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Título da Proposta

A Vigilância Socioassistencial em situações de Emergência e Primeira Infância no Município de Uruburetama- Ce.

3.2. Dados da Execução

Data de Início: 2023

Tempo de Execução: Até 6 meses De 6 meses a 1 ano Acima de 1 ano

3.3. Público-alvo

Crianças na faixa etária de 0 a 6 anos localizadas em áreas de riscos ou com maior exposição de vivências de desastre.

3.4. Justificativa/ Contextualização

A emergência climática tem afetado o desenvolvimento e violado direitos de crianças no mundo e no Brasil. Secas extremas prolongadas dificultam o acesso à água e prejudicam a alimentação, junto com as queimadas. Chuvas excessivas e outros desastres desabrigam, forçam deslocamentos, dificuldade de acesso as creches (prejudicando o desenvolvimento escolar), causam carência alimentar (ocasionando problemas de saúde), rompem com vínculos comunitários e afetam o estado emocional das crianças, em especial na primeira infância. comunidade tradicional tem modo de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se auto reconheçam orno portadores de identidades e direitos próprios.

Segundo relatório publicado em 2021 pelo Unicef, fundo criado pela ONU para promover os direitos e o bem de crianças e adolescentes em todo a mundo, passa de 2 bilhões o número de crianças e adolescentes com menos de 18 anos expostos a mais de um risco, choque ou estresse climático/ambiental, conforme o documento. O Brasil está no centro do problema. Mais de 40 milhões de crianças e adolescentes – 60% do total de brasileiros – desta faixa etária estão expostos a mais de um dos riscos analisados no estudo do Unicef.

Por estarem em um período único do seu desenvolvimento, as crianças com até 6 anos são as mais vulneráveis, tanto social como biologicamente. Com seus sistemas nervoso- cerebral e imunológico ainda em desenvolvimento, se apresentam como vítimas ideais de doenças e violências resultantes de eventos climáticos adversos. Vale ressaltar que as vulnerabilidades são maiores quanto menor for a idade das crianças, devido às diferenças no senso de percepção de risco, na capacidade motora, na utilização da visão periférica, entre outros.

Tendo em vista as fortes chuvas que acometeram o município de Uruburetama no ano de 2023, despontando como a cidade do Ceará com a maior média de chuvas:480.7 milímetros acumulados até o dia 21 de março, 71ºA a mais do que o previsto para todo o mês. Os dados são da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme). As fortes chuvas trouxeram como consequências para o município, inundações, enxurradas, deslizamentos de terra e obstrução de vias para locais de riscos e consequentemente danos humanos, materiais e ambientais. A intensidade das precipitações levou a Prefeitura a decretar situação de emergência. As emergências recentes vivenciadas no país evidenciaram a importância do papel desempenhado pela Política de Assistência Social na proteção à população afetada e assinalaram a necessidade do fortalecimento de ações estratégicas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cabendo ao setor de vigilância municipal, produzir, analisar e sistematizar informações sobre os riscos e as vulnerabilidades sociais presentes nos territórios, além do alcance aos grupos populacionais mais expostos aos riscos decorrentes de desastres, cooperando para respostas rápidas nos diferentes setores. Configurada no município de Uruburetama como uma função da Política de Assistência Social, está comprometida com a produção, análise e disseminação de informações possibilitando conhecimentos que contribuem para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política pública, assim como para a redução dos agravos em situação de emergência e fortalecendo a sua função de proteção social nas situações de pós-emergência. Ao fortalecer as ações neste campo, a Assistência Social através dos dados qualificados da Vigilância Socioassistencial, tem possibilitado exercer as funções protetivas da população em vulnerabilidade nos territórios de riscos, com públicos prioritários, em especial, crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. As ações também ampliam a capacidade de subsidiar a preparação e adaptação do SUAS para a oferta de serviços e benefícios com qualidade e atenção às demandas e necessidades geradas pelos impactos das emergências, além de nortear ações intersetoriais na etapa pós-emergência, ou seja, ações que visam estabelecer a cenário destruído pelo desastre.

Em situações de emergência, as crianças ficam mais expostas a vulnerabilidades sociais e violações de direitos, isso se deve porque em uma situação de abrigo, pessoas desconhecidas dividem os mesmos espaços, nem sempre há garantia de privacidade para cuidados pessoais, nem locais separados e seguros para famílias e crianças.

Ao mesmo tempo, o isolamento em casa, o fechamento de escolas e a fragilização dos serviços de proteção e assistência social – que estão focados na resposta emergencial – também deixam crianças e adolescentes mais expostos aos impactos das diferentes formas de violência, incluindo violência doméstica e sexual.

A partir desse cenário, a vigilância socioassistencial de Uruburetama, realizou em conjunto com a Defesa Civil, o monitoramento das áreas de riscos do município, produzindo informações qualificadas, possibilitando assim a política de assistência social municipal, ampliar a capacidade protetiva da população, em especial na primeira infância, procurando atender com qualidade e atenção às demandas e necessidades geradas pelos impactos das emergências, considerando que é o período em que a criança registra no cérebro todas as experiências que passa, demandando assim, estratégias para proporcionar um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento pleno da pessoa e o bem-estar da sociedade, com prioridade para a criança de 0 a 6 anos do município.

3.5. Objetivos

3.5.1. Objetivo Geral

- Ampliar a capacidade de subsidiar a preparação e adaptação do Sistema Único de Assistência Social municipal, para ofertar serviços e benefícios com qualidade e atenção às demandas e necessidades geradas pelos impactos das emergências, além de nortear ações intersetoriais garantindo a função protetiva das crianças na primeira infância;

3.5.2. Objetivos Específicos

- Criar um banco de dados sobre os territórios mais atingidos pela situação de emergência, com o auxílio da defesa civil, buscando incidir na adequação das ofertas e respostas rápidas para atender as demandas, em especial das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.
- Subsidiar a planejamento e as ações de busca ativa de forma territorializada nas situações de emergência, por meio da produção de informações qualificadas, para proporcionar respostas imediatas às famílias, especialmente com crianças na primeira infância.
- Ampliar o conhecimento das equipes dos serviços socioassistenciais sobre as características da população e dos territórios para melhor atender as demandas das famílias em situações de emergência, principalmente aquelas com crianças na primeira infância;
- Divulgar sistematicamente relatórios informativos do Setor de Vigilância Socioassistencial aos Conselhos Setoriais (Assistência Social, Dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comitê Municipal pela Primeira infância) para o acompanhamento dos serviços, programas e projetos voltados as crianças de 0 a 6 anos acometidas pelas situações de emergência.

3.6 Metodologia

- Tendo em vista as fortes chuvas que acometeram o município de Uruburetama no ano de 2023, despontando como a cidade do Ceará com a maior média de chuvas: 480.7 milímetros acumulados até o dia 21 de março, 71% a mais do que a previsto para todo o mês. Os dados são da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme). As fortes chuvas trouxeram como consequências para a município, inundações, enxurradas, deslizamentos de terra e obstrução de vias para locais de riscos e consequentemente danos humanos, materiais e ambientais.

Diante desse cenário setor de vigilância socioassistencial, juntamente com a equipe técnica da gestão e dos serviços da PSE e PSB e a Defesa Civil, aplicou o Formulário Nacional para registro de informações de famílias e indivíduos em situações de emergência e calamidade pública no SUAS com 456 famílias em 07 territórios mais atingidos pelas enchentes. O instrumental contemplava as seguintes informações: Identificação da Emergência; Identificação do Responsável pela Informação; Identificação da Composição Familiar; Caracterização da Família; Agravos Decorrentes da Situação de Emergência; Situação de moradia e abastecimento e Necessidades Imediatas. Ainda foram utilizadas informações do cadastro único e sistemas do ministério para subsidiar o diagnóstico, com foco no público prioritário de 0 a 6 anos. Pela complexidade do tema e do desenho metodológico à realidade do município levou à opção pela abordagem quantitativa.

Vale ressaltar que os instrumentais foram preenchidos pelos responsáveis familiares. Em seguida os dados coletados foram encaminhados para o Setor de Vigilância Socioassistencial, onde foram inseridos em uma planilha elaborada em Excel e posteriormente os dados compilados foram analisados e apresentados através de Relatório Informativo, intitulado “ A Vigilância Socioassistencial em situações de Emergência e Primeira Infância no Município de Uruburetama – Ce”, que foi apresentado pela Equipe do Setor de Vigilância Socioassistencial a Gestão do SUAS, profissionais que compõem o Sistema Único de Assistência Social e Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social e dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

3.7 Envolvidos (as) (Articulações e Participações Necessárias)

- Usuários
- Trabalhadores do SUAS
- Gestores
- Organização da Sociedade Civil
- Controle Social da Política de Assistência Social e Defesa Civil.

3.8. Insumos Necessários

Para execução do diagnóstico foi necessário:

- Formulário impressos para aplicação do Diagnóstico;
- Recursos Humanos: Equipe técnica da gestão e dos serviços da PSE e PSB e a Defesa Civil do município;
- Infraestrutura – Automóveis com combustível, material de expediente, computador com internet, impressora;
- Assessoria técnica com expertise em Vigilância Socioassistencial para subsidiar a metodologia da experiência;
- Planilha em Excel para tabulações de dados;
- Profissional com habilidade em programas específicos para produzir os boletins informativos;
- Consulta de bases do Cadastro Único, serviços socioassistenciais, programa criança feliz e dados da FUNCEME e UNICEF;
- Participação do público-alvo;

3.9. Resultados Alcançados

O Diagnóstico realizado no município de Uruburetama, por ocasião das fortes chuvas que acometeram no ano de 2023, com 453 famílias afetadas, através de formulário padrão da Secretaria Nacional de Assistência Social, uma média de 1359 pessoas, sendo 263 na faixa etária de 0 a 6 anos, público prioritário de nosso monitoramento, apontou que:

- 10% da população de Uruburetama se encontram na faixa etária de 0 a 6 anos;
- Do total de pessoas afetadas pela situação de emergência, 31% estavam na primeira infância, representando 495 crianças;
- Tendo como base o diagnóstico realizado pela equipe do setor de Vigilância foi possível identificar os territórios mais afetados na sede e na zona urbana e o total de crianças em casa um deles: Bairro de Angelim: 132 crianças; Canto Escuro: 52 crianças; Santa Luzia: 32 crianças; Rua José pires Chaves: 23 crianças; Severino: 20 crianças e Pau Alto: 05 crianças;
- No que diz respeito a caracterização das famílias afetadas pelas enchentes, identificamos que as famílias recebem os seguintes benefícios de geração de renda: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Benefício do Cartão Mais Infância Ceará. Constatamos que 81% das famílias atingidas pelas enchentes recebiam o benefício do Governo do Estado, Cartão Mais Infância Ceará (CMIC);
- Foram identificadas 14 gestantes nas áreas de risco. Todas as gestantes recebiam o Benefício do Programa Bolsa Família, 09 recebiam o benefício variável familiar e 03 eram acompanhadas pelo Programa Criança Feliz;

– No que diz respeito aos grupos populacionais Tradicionais e Específicos, apenas se autodeclararam, 29 famílias, catadores de resíduos sólidos, residentes no Bairro Angelim. Destas famílias, 10 possuíam em sua composição familiar, crianças na faixa etária de 0 a 6 anos;

– Com relação a crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, com algum tipo de deficiência, foram identificadas 43, sendo, que 29, as famílias declaram crianças com Transtorno do Espectro autista (TEA), representando 67% das deficiências;

– Ainda segundo o diagnóstico pudemos desvelar que com relação aos agravos decorrentes da situação de emergência com famílias com crianças a Primeira Infância e gestantes: O acompanhamento de 47 famílias do Programa Criança Feliz, nos territórios do Bairro de Angelim e José Pires Chaves, tiveram que adotar metodologia diferenciada, como observação do ambiente e escuta da família, para atender as demandas imediatas; As gestantes acompanhadas pelo PAIF através do CRAS de Uruburetama, tiveram as atividades coletivas paralisadas, tendo os acompanhamentos realizados de forma particularizadas; As crianças de 03 a 06 anos inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na sede e na zona rural, também tiveram suas atividades temporariamente paralisadas e as EEIF dos territórios de Pau Alto, Severino, Bananal e canto Escuro, suspenderam suas aulas, por problemas de infra-estruturas nos prédios, falta de luz e internet, impossibilitando assim, que as crianças frequentassem as aulas nesse período.

A capacidade do SUAS em produzir, analisar e sistematizar informações sobre os riscos e as vulnerabilidades sociais presentes nos territórios, além do alcance aos grupos populacionais mais expostos como no caso das crianças na Primeira Infância, aos riscos decorrentes desastres, coopera para respostas rápidas nos diferentes setores. Essa capacidade percebida como estratégia é conferida à Vigilância Socioassistencial. Dessa forma, consideramos exitosas essa experiência, ampliando o conhecimento das equipes dos serviços socioassistenciais sobre as características da população e do território, de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes, proporcionando o planejamento e a execução das ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea.

3.10 Desafios e Superações

- **O desafio:** Despreparo das equipes técnicas para atuar em situações de emergência nas áreas de risco;
- Co-financiamento Federal inexistente para potencializar as ações do setor de Vigilância Socioassistencial no município;
- Criação de banco de dados sobre os territórios mais atingidos pela situação de emergência, para atender as respostas rápidas, em especial das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos;
- Disseminação das informações e produtos do Setor de Vigilância Socioassistencial de informações que ampliem o conhecimento acerca dos riscos presentes no território que possam ocasionar eventos adversos e emergências futuras, áreas e grupos com maior exposição aos riscos, e dados que contribuam para a melhoria do desempenho e atuação nos serviços socioassistencial e políticas intersetoriais.

3.11. Próximos Passos

Para Comprovações da experiência, o município dispõe de Relatório Situacional com as informações quantificadas; Acervo Fotográfico de Intervenção e o instrumental utilizado no Diagnóstico com as famílias. Todos esses documentos comprobatórios, seguem em anexo e no e-mail, com o Formulário de Inscrição. O Setor de Vigilância também elaborou painel informativo com as informações quantificadas pelo Setor de Vigilância Socioassistencial – disponibilizados ao público no órgão gestor de Assistência Social.

BANNERS DOS MUNICÍPIOS



Prefeitura de Beberibe - CE
Secretaria de Assistência Social e Cidadania
3ª Mostra de Experiências Exitosas em
Vigilância Socioassistencial

Sistema de Informações de Vigilância Socioassistencial - SISVS

Experiência: "A importância da criação do Sistema de Informações de Vigilância Socioassistencial para o Monitoramento das Políticas Públicas na Primeira Infância do Município de Beberibe"

A CRIAÇÃO DO SISTEMA

O SISVS surgiu, em março de 2023, a partir da necessidade das equipes da rede socioassistencial de criar indicadores que reflexsem melhor o contínuo monitoramento do território e da realidade das famílias atendidas pelas CRAS e CREAS. O objetivo era fornecer uma ferramenta eficiente para a gestão e para as equipes socioassistenciais na execução de políticas de Assistência Social.

O sistema foi desenvolvido por meio de parceria entre a Secretaria de Assistência Social e Cidadania e a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Em janeiro de 2023, começaram as aulas com as equipes e, em fevereiro, o Sistema de Informações de Vigilância Socioassistencial (SISVS) foi oficialmente lançado, marcando um grande avanço para a vigilância socioassistencial municipal.

SISV EM DADOS

Em 10 meses de implantação temos:

- 10.881 cadastros de famílias atendidas no CRAS;
- 722 cadastros de famílias atendidas no CREAS;
- 1.876 registros de atendimento no CRAS;
- 352 registros de atendimento no CREAS;
- 586 solicitações de Benefícios Especiais;
- 290 notificações de Ocorrências referentes ao atendimento das Notificações Interiores e Autoproteção de 2023 e 2024.

FUNCIONALIDADES DO SISVS

O SISVS possui três funcionalidades principais:

- Cadastro das Famílias do CRAS;
- Cadastro das Famílias do CREAS;
- Ficha de Notificação Interiores e Autoproteção.

Com a implantação, a gestão municipal pode conhecer a realidade das famílias atendidas e, que permite organizar a qualidade e o acompanhamento de programas, projetos, serviços e benefícios oferecidos no âmbito da Primeira Infância, além de desenvolver o trabalho em rede no âmbito do PAIF, do PAEP e de outros serviços oferecidos para assistência social.

Um exemplo prático da importância do SISVS é a tela (DMA), onde é possível visualizar, de forma interativa, todos os atendimentos realizados por mês, identificando as famílias atendidas e suas necessidades, como: perfil das famílias, encaminhamentos realizados, benefícios concedidos e a necessidade de atenção urgente a algum programa. Também é possível acompanhar as ações realizadas com famílias beneficiárias no CRAS, Casa Bem Formada, Programa Criança Feliz, Serviço de Convivência, entre outros. É importante destacar que, a partir dessa tela, é possível gerar, de forma prática, os dados para o preenchimento do Registro Mensal de Atividades, promovendo a coleta dessas informações e reduzindo a carga de trabalho.

SISVS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

O SISVS permite monitorar o atendimento e o acompanhamento das famílias com crianças na Primeira Infância, oferecendo uma visão mais ampla para a gestão e para as equipes técnicas atuarem. Dessa forma, é possível avaliar o que já foi executado e o que ainda precisa ser implementado para garantir o direito dessas crianças de maneira eficaz. O sistema permite um foco especial nas crianças beneficiárias dos programas Criança Feliz, Criança Cidadã, Casa Bem Formada e Criança Feliz, possibilitando um acompanhamento mais detalhado do seu desenvolvimento integral. O uso interativo do SISVS é o Observatório de Violência, que, ao priorizar as crianças da Primeira Infância, permite avaliar com mais cuidado os casos que envolvem esse público. Essas ações são discutidas junto à Rede com estratégias de atuação de todas as políticas e, no âmbito da assistência social, são qualificadas no atendimento do PAIF e PAEP, incluindo novos programas, projetos, serviços e benefícios, além do acompanhamento técnico.

TELAS DO SISTEMA



LANÇAMENTO DO SISTEMA



CAPACITAÇÃO



APRESENTAÇÃO SÃO GONÇALO E RUSSAS



APRESENTAÇÃO EPS



O CICLO DE DIÁLOGOS



BANNERS DOS MUNICÍPIOS



**PREFEITURA DE
BOAVIAGEM**

**SECRETARIA DE
TRABALHO E
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E GARANTIA DE DIREITOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

OBJETIVO

- Fortalecer o vínculo na primeira infância entre o cuidador e a criança garantindo a convivência familiar e comunitária através da integralidade de direitos.
- Promover a proteção social através da intersetorialidade entre a política da assistência social e demais políticas públicas voltadas a primeira infância, como saúde e educação;
- Articular a vigilância socioassistencial com outras políticas públicas visando o conhecimento do território;

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Elaboração de diagnóstico social do Programa Primeira Infância no Suas – Criança Feliz pela vigilância socioassistencial;
- Fortalecimento da vigilância socioassistencial;
- Ampliação de serviços assistenciais e respectiva capacidade operacional e inclusão das famílias nos diferentes programas e serviços existentes no território;
- Fortalecimento da intersetorialidade através de ações estratégicas coordenadas pela vigilância socioassistencial;

METODOLOGIA

Diagnóstico social das famílias inseridas no Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz através de instrumental elaborado pela vigilância socioassistencial e articulação da vigilância com as demais políticas públicas envolvidas, dentre elas educação e saúde, visando a prevenção de riscos e superação de vulnerabilidades através da construção e do fortalecimento de vínculos. As atividades foram trimestralmente avaliadas pelo Comitê Gestor da Primeira Infância e expostas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, como forma de acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas.

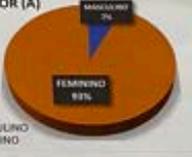
DESAFIOS E SUPERAÇÕES

Seguir cronograma de reuniões do Comitê Gestor da Primeira Infância, sendo assim ficou estabelecido que sempre ao final do terceiro trimestre aconteceria as reuniões;

Promoção de capacitações que viessem atingir os objetivos de ambos os programas que possuem como público alvo a primeira infância no município promovendo a integralidade. Realizada a capacitação sobre primeiros socorros para programas e projetos voltado a primeira infância e da escuta especializada.

DIAGNÓSTICO CRIANÇA FELIZ

CUIDADOR (A)

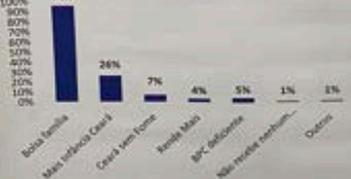


| Gênero | Porcentagem |
|-----------|-------------|
| MASCULINO | 7% |
| FEMININO | 93% |

AÇÕES INTERSETORIAIS



BENEFÍCIOS SOCIAIS



| Benefício Social | Porcentagem |
|--------------------|-------------|
| Bolsa Família | 95% |
| Mãe Infância Feliz | 26% |
| Caixa sem Nome | 7% |
| Renda Mensal | 4% |
| BPC de Idoso | 5% |
| Não recebe nenhum | 1% |
| Outros | 1% |



BANNERS DOS MUNICÍPIOS

CRUZ
PREFEITURA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E EMPREENDEDORISMO

Boas Práticas em Vigilância Socioassistencial: Cruz Garantindo Direitos para a Infância e Adolescência

1. CONTEXTO DA INICIATIVA

O município de Cruz, com o apoio do Itaú Social, realizou um diagnóstico detalhado e específico sobre as condições de vida de crianças e adolescentes, marcando um passo fundamental para a melhoria das políticas públicas locais. Reconhecendo que crianças e adolescentes representam uma parcela vulnerável da população, este diagnóstico se tornou uma ferramenta estratégica para identificar suas principais necessidades e vulnerabilidades, além de oferecer subsídios concretos para o planejamento de ações que promovam o pleno desenvolvimento infantojuvenil.

A elaboração de um diagnóstico focado nessa faixa etária foi essencial, pois permitiu:

- Identificar vulnerabilidades específicas: Crianças e adolescentes enfrentam desafios únicos, como acesso à educação, saúde, proteção social e garantia de direitos. Um diagnóstico dedicado possibilita mapear essas questões de maneira aprofundada.
- Promover políticas públicas mais assertivas: Compreender a realidade desse público permite direcionar recursos e ações de maneira eficaz, garantindo intervenções que realmente atendam as demandas prioritárias.
- Fortalecer a intersectorialidade: Um levantamento detalhado possibilita integrar áreas como saúde, educação e assistência social, criando uma rede de proteção mais robusta.

Essa iniciativa reflete o compromisso do município com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reafirmando o direito de cada criança e adolescente de viver em um ambiente seguro, acolhedor e favorável ao seu desenvolvimento integral.

2. METODOLOGIA

A construção do diagnóstico fez uma abordagem integrada, com base em dados qualitativos e quantitativos, aliados à participação ativa da comunidade e das equipes intersectoriais:

Integração de Dados Primários e Secundários

- Conselho Tutelar: Levantamento de dados sobre violações de direitos.
- Cadastro Único e IBGE: Identificação de áreas vulneráveis e perfil socioeconômico.
- Saúde, Educação e Assistência Social: Indicadores sociais analisados fornecidos por equipes técnicas locais.

Participação Comunitária

- Realização de workshops intersectoriais para validar dados e alinhar estratégias.
- Consultas a famílias e lideranças comunitárias para compreender as realidades locais.

Participação dos atores do Sistema de Garantia de Direitos

- Pesquisas com os profissionais de proteção social básica.
- Pesquisas com os profissionais da proteção social especial.
- Pesquisas com os profissionais da saúde.

Cartografia Social e Georreferenciamento

- Mapeamento de vulnerabilidades por setores consultivo utilizando ferramentas como o MCFIS e dados do Cadastro Único.
- Produção de mapas de calor para identificar as áreas mais críticas.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

Monitoramento de Indicadores-Chave

- Utilização de sistemas como SPIA e CEMARIS para registrar claramente, mapear riscos e subsidiar as políticas públicas.
- Monitoramento contínuo dos indicadores prioritários para direcionamento das ações.

Planejamento Eficaz

- O diagnóstico apresentou uma base sólida para o planejamento de ações direcionadas, garantindo que as intervenções priorizem áreas e grupos com maior necessidade. Essa abordagem estratégica garante que os esforços providenciados sejam mais precisos e impactantes.

Alocação Eficiente de Recursos

- Com os dados levantados, foi possível identificar as áreas mais críticas, permitindo a alocação de recursos financeiros e humanos de forma otimizada. Essa eficiência potencializa o impacto positivo das ações e programas implementados no município.

Monitoramento e Avaliação Contínua

- O diagnóstico criou mecanismos para o monitoramento das ações, fornecendo indicadores claros para avaliar o impacto e realizar ajustes necessários ao longo do tempo. Essa prática promove melhorias constantes na gestão e na execução das políticas públicas.

Subsídio para Políticas Públicas

- Os dados concretos foram coletados especificamente uma base essencial para a formulação de políticas públicas sustentáveis e replicáveis, beneficiando não apenas o município de Cruz, mas também útil como modelo para outras localidades com desafios semelhantes.

Ferramenta Transformadora

- Mais do que um levantamento de dados, o diagnóstico é uma ferramenta vital para orientar decisões informadas e promover mudanças estruturais. Ele destaca a necessidade de intervenções urgentes, garantindo que crianças e adolescentes tenham a oportunidade de se desenvolverem em ambientes seguros, acolhedores e inclusivos.

Secretaria de Assistência Social e Empreendedorismo – Cruz/CE
Avenida 14 de Janeiro, S/N – Centro Administrativo, Cruz/CE
(88) 9 9271-9573 | e31_sasse@cruz.ce.gov.br

BANNERS DOS MUNICÍPIOS


PREFEITURA DE HORIZONTE
 DE MÃOS DADAS COM VOCÊ
Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social

UM RETRATO SOBRE GRUPOS POPULACIONAIS TRADICIONAIS E ESPECÍFICOS DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE E O ALCANCE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SETORIAIS.

Objetivo Geral

Apresentar dados coletados e analisados na construção inicial de mapeamento sobre a existência dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos do Município de Horizonte e aspectos concernentes a eles.

Metodologia

Foi utilizada a base do CECAD, traçado perfil socioeconômico, educacional, de gênero, de acesso aos programas de transferências de rendas como PBF e BPC (PCD e Pessoa Idosa), além da referência e acompanhamento pelo SUAS, por meio dos serviços dos CRAS, produtos e serviços como CMIC, Ceará sem Fome e Vale Gás Social. Em adicional, articulamos dados sobre campos similares do E-SUS.

CECAD JUNHO DE 2024

FAMÍLIA BOLA
 FAMÍLIA BENSAL
 FAMÍLIA BENSAL CARIÓTIPO
 PESSOAS INICIAIS CARIÓTIPO

2.200
 32.988
 14.702

PESSOAS CADASTRADAS CECAD

100000
 100000
 100000

CADASTRADAS - GPYE CECAD

100000
 100000
 100000

GRUPOS POPULACIONAIS TRADICIONAIS E ESPECÍFICOS

100000
 100000
 100000

FAMÍLIA CIGANA

FAMÍLIA CIGANA
10 PESSOAS (6 FAMÍLIAS)

MÉDIA COMPLETA: 1
 SEM INSTRUÇÃO: 1
 NÃO PARENTES: 1
 PARENTES: 1
 BPC: 1
 BPC IDOSO: 1
 PERFIL BPC PER: 1
 BPC BOM: 1
 PERFIL PBF: 1

PESCADORES ARTESANAIS

PESCADORES ARTESANAIS
141 PESSOAS (51 FAMÍLIAS)

PERFIL BPC PER: 2
 PBF: 4
 SEM INSTRUÇÃO: 12
 SEM INSTRUÇÃO: 1
 PARENTES: 1
 BPC: 1
 BPC PER: 1
 PERFIL PBF: 1

COMUNIDADE DE TERREIRO

COMUNIDADE DE TERREIRO
4 PESSOAS (2 FAMÍLIAS)

MÉDIA COMPLETA: 1
 SEM INSTRUÇÃO: 1
 PARENTES: 1
 BPC: 1
 BPC PER: 1
 PERFIL PBF: 1

CECAD

4 BOMENTS CECAD
 16 TOTAL PESSOAS CECAD E B-SUS
 17 BOMENTS DE B-SUS
 10 BOMENTS DE B-SUS
 1 BOMENTE DE B-SUS

E-SUS

4 BOMENTS E-SUS
 4 TOTAL PESSOAS E-SUS E CECAD
 1 BOMENTE NO SUAS
 1 BOMENTE NO SUAS
 1 BOMENTE NO SUAS

IBGE - CECAD

2290 IBGE
 1323 CECAD
 278 PBF
 32 BPC
 6 CRAP
 6 CMIC
 20 VALE GÁS

BANNERS DOS MUNICÍPIOS

3ª MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

ICAPUI GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

MAPEAMENTO TERRITORIAL DA VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

JUSTIFICATIVA

O Mapeamento Territorializado dos riscos sociais e pessoais do município de Icapuí busca identificar as violências e violações de direitos, na Primeira Infância, existentes no município, através das notificações de casos de violência e violação de direitos, na perspectiva de planejar políticas públicas de enfrentamentos aos mesmos. Nesse sentido, a análise e sistematização dos dados das violações de direitos na Primeira Infância, permite subsidiar o planejamento das ações a serem desenvolvidas. Entendemos que conhecer as violações de direitos de uma população vulnerável é o primeiro passo para impedir que estas se repitam.

ENVOLVIDOS

- Profissionais do SUAS;
- Conselho Tutelar;
- Profissionais da Educação;
- Profissionais da Saúde;
- Promotoria de Justiça da Comarca de Icapuí;
- Polícia Civil e Polícia Militar.

RESULTADOS

Visualização da realidade do município quanto à existência de violências e violações de direitos; o monitoramento contínuo e a estimativa de demanda potencial para os serviços de ação preventiva por meio da Proteção Básica e protetiva por meio da Proteção Especial, bem como a sensibilização para a importância das denúncias. Assim como também garante articulações fortalecidas dos serviços socioassistenciais em parceria com a rede intersetorial.

OBJETIVO

Identificar os riscos sociais e pessoais na Primeira Infância existentes no município de Icapuí-Ce, através da notificação de casos de violência e violação de direitos, na perspectiva de planejar políticas públicas de enfrentamentos aos mesmos.

METODOLOGIA

```
graph TD; A[Entrega da ficha notificação de risco e recolhimento] --> B[Sistematização qualificada dos dados coletados]; B --> C[Mobilização da rede de Proteção para participação de Seminário]; C --> D[Realização do Seminário de socialização];
```

ANEXOS

| Tipificação de Risco | Notificações |
|-----------------------|--------------|
| Abandono | 1 |
| Exploração | 1 |
| Ruptura de Vínculo | 2 |
| Violência Psicológica | 3 |
| Violência Física | 4 |
| Negligência | 15 |
| Total | 26 |

BANNERS DOS MUNICÍPIOS



3ª Mostra de EXPERIÊNCIAS EXITOSAS

EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

CAFÉ & TRADIÇÃO: FAMÍLIAS, POVOS E COMUNIDADES

Introdução

A política de Assistência Social, como um campo de políticas públicas de proteção social, tem como princípios o atendimento das necessidades sociais da população a universalização dos direitos sociais a igualdade de direitos e o respeito à cidadania, autonomia e à convivência familiar e comunitária, sem discriminação de qualquer natureza, reconhecendo assim, que as discriminações étnicas e raciais são promotoras de vulnerabilidades que devem ser enfrentadas. A iniciativa surge diante da necessidade de trabalhar a valorização dos povos e comunidades tradicionais sua rica cultura e história no município de Jacaré/ CE, em específico a comunidade cigana, tendo em vista que esta população representa um total de 75 habitantes jacarenes (de acordo com dados fornecidos pelo líder da comunidade cigana - Calon) e, no entanto, ainda permanecem em lugar de invisibilidade diante dos estigmas e preconceitos que permeiam a sociedade. Estes possuem suas próprias tradições, línguas e costumes, que variam de acordo com a região, sendo de suma importância respeitar e valorizar sua identidade cultural.



Objetivo geral

Fortalecer vínculos entre CRAS e a comunidade cigana residente no território de abrangência, garantindo uma atuação satisfatória e efetiva das Políticas de Proteção Social, atendendo as demandas e necessidades sociais desta comunidade, além de atuar como intermediador na integração de políticas públicas.

Objetivos Específicos

- Valorizar e fortalecer a sistematização e produção das informações sobre os povos e comunidades tradicionais realizada pela vigilância socioassistencial do município;
- Oportunizar a participação da comunidade no planejamento das ações a serem desenvolvidas, utilizando métodos participativos de escuta visando conhecer a realidade da comunidade;
- Proporcionar espaço de valorização da cultura e assegurar a preservação dos costumes promovendo o reconhecimento da comunidade cigana no município e a inclusão social;
- Estimular a autoafirmação da população cigana no município por meio do incentivo ao protagonismo, a autonomia, e a participação social;
- Viabilizar serviços, programas e benefícios socioassistenciais, bem como informar e garantir o acesso a direitos promovendo a educação culturalmente sensível mitigando estereótipos e discriminação.

Metodologia

A metodologia aplicada teve como referência métodos específicos das ciências sociais como a dimensão investigativa, a pesquisa de campo e a pesquisa exploratória utilizando instrumentos específicos para a sistematização e consolidação das ações.

Resultados

- Construção do vínculo do CRAS e a confiança estabelecida entre a comunidade cigana e o equipamento;
- A participação da comunidade na ação desenvolvida foi um grande resultado alcançado, haja vista, que os mesmos sempre viveram diante de estigmas e preconceitos da sociedade;
- O empoderamento da própria comunidade, conseguindo resgatar e reviver a cultura da vestimenta, dança e gostos musicais.

Desafios e Superações

Os desafios permeiam pela ausência de dados no cadastro único, relatado pela própria comunidade cigana, que no ato da inscrição não é questionada se a família se identifica como pertencente a povos tradicionais, ou seja, o principal desafio foi conhecer o território, adentrar e intervir, bem como adaptar a política aos costumes e tradições vivenciadas pela comunidade. A superação foi chegar a essa comunidade, conversar e conhecer melhor seus costumes e tradições, a confiança adquirida, a visibilidade e importância ofertada a comunidade. O desenvolvimento das ações na comunidade e a participação dos mesmos.

Próximos Passos

- Analisar o Diagnóstico Socioterritorial;
- Realizar uma capacitação/ interseccional sobre os povos tradicionais e específicos com foco nos povos ciganos;
- Adotar estratégias do Serviço PAIF para atender a realidade dos povos ciganos, além, de garantir fortalecer o acesso as políticas públicas;
- Criar um grupo de dança, artesanato com as crianças, adolescentes e mulheres da comunidade, objetivando resgatar a cultura, memória e resistência deste povo;
- Incentivar a participação da comunidade cigana no controle social;
- Implantar o Conselho Municipal dos Povos e Comunidades Tradicionais - CMPC.



BANNERS DOS MUNICÍPIOS

3º MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Sistema de gestão do SUAS - SGS Maracanaú: Monitoramento dos atendimentos realizados com o povo Pitaguary

Introdução

O Sistema de Gestão do Suas - SGS Maracanaú surgiu como uma ferramenta de substituição de múltiplas planilhas e melhoria da eficiência operacional. Devido a sua capacidade de centralizar diversas informações, este sistema permite a integração de diferentes fluxos de trabalho, garantindo que todas as informações sejam armazenadas de forma organizada, acessível e atualizada em tempo real. A ferramenta SGS Maracanaú passou a ser utilizada pelo Cras Indígena em setembro de 2023 e possibilitou realizar um panorama acerca do alcance e do acesso dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais ao Suas no âmbito municipal, especificamente ao Povo Pitaguary, residente em Maracanaú, permitindo o monitoramento dos atendimentos e acompanhamentos ofertados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania aos usuários.

Objetivo

Aprimorar o processo de produção, gestão e monitoramento de informações junto ao povo Pitaguary em Maracanaú, permitindo à assistência social conhecer mais sobre esta população a que se destina, e sobre o seu efetivo alcance a este mesmo público.

Público-Alvo

Profissionais do Cras Indígena, da PSB, da Gestão do Suas, conselheiros e usuários do território Pitaguary.



Metodologia

Atendendo a uma das metas do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2022 - 2025), em 2023 foi desenvolvido o Sistema de Gestão do SUAS (SGS Maracanaú) em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Formação Tecnológica (Setec). A Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú - SASC forneceu os instrumentais utilizados pelas recepções, equipes PAIF, PAEFL, SCFV e Cadastro Único. De posse destes, a SETEC desenvolveu a plataforma, de forma que pudesse contemplar todas as Unidades de Atendimentos da Proteção Social em Maracanaú, a fim de unificar os registros de atendimento e armazenamento dos dados. Finalizada a produção do sistema, em agosto de 2023, aconteceu a primeira turma da Oficina de Introdução ao Sistema de Gestão do SUAS- SGS Maracanaú, com a participação do Cras Indígena. Após a implementação do sistema a Vigilância Socioassistencial tem acompanhado, orientado e informado aos profissionais do Cras Indígena sobre o uso do SGS Maracanaú em sua amplitude.

Resultados

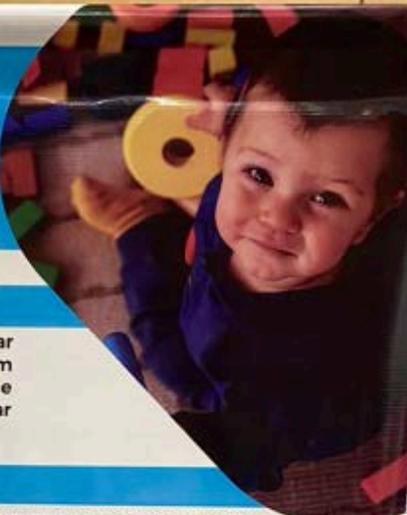
- Facilidade na verificação dos atendimentos do Povo Pitaguary; do quantitativo de famílias acompanhadas; de crianças, adolescentes e idosos inscritos no SCFV; da quantidade de famílias CMIC que receberam o cartão etc;
- Maior segurança e inovação na gestão de informação da SASC;
- Integração e compartilhamento das informações em um único banco de dados entre as unidades de atendimento PSB e PSE;
- Fortalecimento da função de Vigilância Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social no município.

Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Prefeitura de Maracanaú

BANNERS DOS MUNICÍPIOS



PROJETO
PACTO MUNICIPAL PELA
Primeira
Infância



VULNERABILIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS

O Projeto Pacto Municipal Pela 1ª Infância visa apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social com crianças na 1ª infância, oferecendo proteção social e encaminhamentos necessários para garantir o bem-estar das crianças e seus familiares.

VULNERABILIDADES MONITORADAS

1. FAMÍLIAS COM BAIXA RENDA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Objetivos: Promover confinamento e institucionalização de PCD, promover convivência familiar e comunitária, e inserir no PAIF/PAERI mensalmente.

Meta: 30% das famílias com membros PCD inseridas no PAIF/PAERI mensalmente.

Resultado Alcançado: 59% das famílias foram inseridas, com redução do isolamento social e risco de abandono institucional.

4. FAMÍLIAS COM REPERCUSSÃO NO PBF (BOLSA FAMÍLIA)

Objetivos: Inserir as famílias no PAIF/PAERI e garantir a continuidade do benefício.

Meta: 25% das famílias inseridas no PAIF para acompanhamento.

Resultado Alcançado: 12% das famílias foram acompanhadas e registradas no SICON para garantir a renda mínima.

Meta Não Atingida: Não atingiu a meta de 25%.

2. FAMÍLIAS COM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR FORA DA ESCOLA (4 A 14 ANOS)

Objetivos: Inserir as famílias no PAIF/PAERI e garantir segurança de renda do PBF.

Meta: Acompanhar 30% das famílias mensalmente.

Resultado Alcançado: 14% das famílias aumentaram o acesso aos direitos socioassistenciais.

Meta Não Atingida: Não foi possível atingir a meta de 30%.

5. FAMÍLIAS COM CADASTROS DESATUALIZADOS NO CADASTRO ÚNICO

Objetivos: Atualizar cadastros e garantir a continuidade do benefício do PBF.

Meta: 30% das famílias com cadastros atualizados mensalmente.

Resultado Alcançado: 12% das famílias tiveram seus cadastros atualizados.

Meta Não Atingida: Não atingiu a meta de 30%.

3. FAMÍLIAS COM INFRAESTRUTURA INADEQUADA (limitação e acúmulo de dígitos)

Objetivos: Inserir as famílias no PAIF e articular com a Secretaria de Obras.

Meta: Acompanhar 10% mensalmente.

Resultado Alcançado: 30% das famílias receberam proteção social, com encaminhamentos para serviços de infraestrutura.

6. GRUPO POPULACIONAL TRADICIONAL (OPT)

Objetivos: Inserir as famílias no PAIF para garantir proteção social.

Meta: 10% das famílias mensalmente em acompanhamento.

Resultado Alcançado: 7% das famílias tiveram aumento no acesso aos direitos socioassistenciais e participação em grupos do PAIF.

Meta Não Atingida: Não atingiu a meta de 10%.

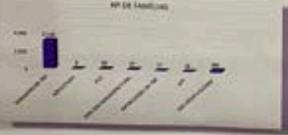
PARCERIAS ENVOLVIDAS

- Vigilância Socioassistencial
- CRAS/PAIF e CRAS/PAER
- CMAS (Comitê Municipal de Assistência Social)
- CMDCA (Comitê Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)
- Cadastro Único

- Secretaria de Educação
- Comitê pelo 1º Infância
- Comissão Municipal do Selo UNICEF
- Programa Mais Infância

CONCLUSÃO DOS RESULTADOS

O projeto alcançou importantes resultados, como a inserção de 59% das famílias com membros com deficiência em acompanhamento, e a melhoria nas condições de vida de várias famílias com problemas de infraestrutura. No entanto, algumas metas como a inserção de famílias no PAIF e a atualização de cadastros não foram totalmente atingidas, exigindo um reforço nas ações para garantir mais equidade.



PÚBLICO A SER TRABALHADO

Famílias em situação de vulnerabilidade social, segundo a PNAS, com criança na 1ª infância.

"Construindo um futuro melhor para as crianças e suas famílias em Mauriti."





BANNERS DOS MUNICÍPIOS

3ª MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

PRIMEIRA INFÂNCIA QUILOMBOLA:
um recorte das contribuições da Política
de Assistência Social de Morrinhos-CE.



OBJETIVOS:

GERAL:

Qualificar informações territorializadas para a implementação da oferta continuada dos serviços de Proteção Social Básica, reconhecendo e incluindo as crianças na Primeira Infância (0-6 anos) e seus familiares de Povos e Comunidades Tradicionais/PCT Quilombolas, como público prioritário na política de Assistência Social de Morrinhos-CE.

ESPECÍFICOS:

1. Subsidiar a equipe técnicas de referência do CRAS com informações territorializadas, para atendimento e/ou acompanhamento das famílias PCT Quilombolas no âmbito do PAIF;
2. Incentivar os pais/responsáveis familiares para inserção das crianças nos grupos do SCFV de 0-6 anos, pautado no desenvolvimento de atividades culturais e cotidianas dos Quilombos, fortalecendo os seus traços identitários;
3. Potencializar o uso da metodologia Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC) adotada pelo PIS/Criança Feliz, através da inclusão de atividades com crianças de 0 a 6 anos, focadas na diversidade étnico-racial;
4. Manter atualizado o Diagnóstico Socioterritorial/Cartografia e Diagnóstico da Primeira Infância, priorizando o monitoramento dos PCT Quilombolas.

FOCO/PÚBLICO-ALVO:

Crianças de 0-6 anos e seus familiares PCT Quilombola, residentes nos agrupamentos quilombolas de Alto Alegre, Curralinhos e Junco Manso do município de Morrinhos-CE.

CONTEXTO:

Em 2019, o IBGE reconheceu em Morrinhos territórios pertencentes ao Agrupamento Quilombola do Estado do Ceará. O CENSO de 2022 identificou 249 famílias quilombolas nas zonas rurais de Alto Alegre, Junco Manso e Curralinho, sendo insuficiente a existência de dados sobre o público prioritário com crianças de 0-6 anos.

METODOLOGIA:

- Encontros e oficinas comunitárias com os Técnicos de nível superior e médio da equipe de referência do CRAS Sede; com os Visitadores Sociais do PIS/Criança Feliz e representantes PCT's Quilombolas de Morrinhos, para exploração do tema, planejamento e execução das ações;

- Levantamento de beneficiários dos Programas e Serviços dos territórios remanescentes de Quilombos: Cadastro Único com marcação quilombolas, PAIF, PIS/PCF, CMIC, Ceará sem Fome, Cozinhas Comunitárias e outras fontes de pesquisa, contando com o apoio das lideranças quilombolas locais;

- Busca ativa das famílias nos territórios Quilombolas, para inserção nos grupos PAIF, oficinas do SCFV de 0 a 6 anos e fortalecimento do PIS/Criança Feliz, com foco nos princípios da identidade étnica e autodeclaração, preservação das tradições, manifestações culturais, formas próprias de organização social, respeito à crença e cuidados com as crianças de 0-6 anos.

RESULTADOS:

Subsidiou à Gestão e Trabalhadores do SUAS, na construção significativa de metodologias que priorizaram os PCT Quilombolas, especialmente no contexto da Primeira Infância, promovendo a manutenção e valorização da identidade quilombola para gerações futuras, criando memórias, resgate da ancestralidade, da oralidade, da estética e o pertencimento que envolve os sujeitos.

PRÓXIMOS PASSOS:

- Atualização sistemática do Diagnóstico Socioterritorial; incentivo ao fortalecimento da Rede Socioassistencial e intersetorial através de capacitações sobre PCT Quilombolas; inserção sistemática das crianças que residem nos territórios quilombolas no SCFV 0-6 anos e PIS/PCF; e bem como, manutenção dos grupos PAIF Mulheres Quilombolas.



BANNERS DOS MUNICÍPIOS

**PROJETO INTEGRAÇÃO DE DADOS:
Gestão de Informação do
Quilombo dos Souza de Porteiras – CE.**

**GOVERNO MUNICIPAL DE
PORTEIRAS
Secretaria Municipal de
Assistência Social**

JUSTIFICATIVA

A Vigilância Socioassistencial de Porteiras, cumprindo o seu papel de gestão de informação, se propõe a buscar, produzir e sistematizar informações integradas da Comunidade Quilombo Dos Souza com a implantação o Projeto Integração de Dados: Gestão de Informação do Quilombo dos Souza de Porteiras – Ceará.

O Projeto direciona os processos de trabalho, qualificando e embasando o planejamento das equipes de referências, no que diz respeito às ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios, que contemplem ações adequadas às peculiaridades e expectativas da referida comunidade.

DIAGNÓSTICO QUILOMBO DOS SOUZA

A história de formação da comunidade do Quilombo dos Souza entrelaça-se com a ocupação da Chapada do Araripe e da existência e resistência da população negra na região, que começa entre 1695 e 1696, com migração de ex-cativos vindos das cidades de Florestas e Belo Jardim do Estado de Pernambuco, para exercer sua força de Trabalho nos engenhos, colheita do cazeval e na criação bovina.

Destaca-se em sua origem, o Senhor Raimundo Valením de Souza, conhecido como Raimundo Preto, que fugiu de uma fazenda no estado de Pernambuco. O quilombo dos Souza foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e está localizado no Sítio Vassourinha, em Porteiras – CE, representando muito mais que resistência. Trata-se da presença e da insistência por existir num sistema de apagamento de culturas e memórias do povo negro da região do Cariri.

OBJETIVO GERAL

Sistematizar dados municipais, estaduais e nacionais existentes, que retratem o território vivo do Quilombo dos Souza em Porteiras – CE para a construção do Diagnóstico Socioterritorial.

**DIAGNÓSTICO
SOCIOTERRITORIAL DO
QUILOMBO DOS SOUZA DE
PORTEIRAS - CEARÁ**

**ACESSE O PROJETO
[QR CODE do Projeto]**

**ACESSE O DIAGNÓSTICO
[QR CODE do Diagnóstico]**

BANNERS DOS MUNICÍPIOS



PREFEITURA DE
QUIXADÁ

Secretaria de Assistência Social

Plataforma de Suporte para a Primeira Infância no SUAS

O Programa Criança Feliz tem como objetivo de promover o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância (0 a 6 anos) e apoiar suas famílias. A principal estratégia do programa é a visita domiciliar.

Em Quixadá o Programa Criança Feliz está pactuado para atendimento a 600 criança e/ou gestantes. Contando para tanto com um corpo profissional de 2 supervisores e 20 visitantes.

SOBRE O SISTEMA

O sistema foi concebido, principalmente, em prol de reunir dados de forma mais clara e concisa para o Programa Criança Feliz. Com o objetivo de melhorar o acompanhamento das visitas e desenvolvimento do trabalho com as crianças e gestantes do Programa. Bem como, otimizar os dados e permitir o acompanhamento destes. Citamos também a possibilidade de informatização dos Planos e Relatórios produzidos e minimizar o consumo de papel, possibilitando a sustentabilidade do Meio ambiente. Pensando nisso, a Secretária de Desenvolvimento Social de Quixadá abraçou a ideia de criar o sistema, onde, não só melhora o trabalho dos Visitadores sociais e seus supervisores, como também é uma porta de entrada para que, futuramente, possamos trabalhar juntos com outros setores do serviço público, criando um ecossistema amplo e completo! Com muitas funcionalidades – e criando mais!



EQUIPE:

Desenvolvedor de Software: João Victor
Coordenadora: Lais Carvalho Cunha
Técnica de Vigilância: Lara Cibelle Ferreira de Lima
Secretária: Izaura Gomes do Nascimento de Oliveira
Equipe Municipal do Programa Criança Feliz

O QUE O SISTEMA SOLUCIONOU?

Antes:

- Desorganização
- Menos controle de visitas feitas
- Impossibilidade de filtrar dados com precisão
- Maior custo com papel
- Menos possibilidades de filtrar dados

Agora:

- Organização de forma digital
- Controle de visitas e maior segurança do local onde os visitantes estão
- Filtragem de dados de forma mais direcionada
- Poucos erros humanos

FUNCIONALIDADES

1. Formulários totalmente digitais;
2. Geolocalização dos visitantes;
3. Agendar visita juntamente com o plano de visita;
4. Cadastro de beneficiários, onde os dados são criptografados;
5. Cadastro de visitantes pelos supervisores, sendo validado pelo(a) coordenador(a);
6. Relatórios de visitantes, individual como de forma ampla;
7. Validar visita e invalidar;
8. Mapa de onde o visitante realizou a visita
9. Dentre outras.



BANNERS DOS MUNICÍPIOS

Secretaria do
Trabalho e
Assistência Social

PREFEITURA DE
Redenção
Pequenas ações. Grandes impactos.

SECRETARIA DA
PROTEÇÃO SOCIAL

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

3ª MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

TÍTULO:

O Projeto **RECIAR** - Redenção Cuidando de Suas Crianças com Amor, como forma de identificação e acompanhamento das crianças e famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará e Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz.

PÚBLICO ALVO:

Crianças de 0 a 5 anos e 11 meses que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social, incluindo as beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará e do Programa Primeira Infância no SUAS (Criança Feliz).

OBJETIVOS:

- Promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando a família e seu território.
- Desenvolver estratégias intersetoriais para integrar, ampliar e fortalecer ações das diversas políticas públicas voltadas para as crianças na primeira infância e suas famílias.
- Fortalecer o papel das famílias no exercício da função de cuidado e proteção das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.
- Identificar as potencialidades dos territórios, disseminando informações e oferecendo serviços para fomentar o protagonismo das famílias na superação das vulnerabilidades sociais.

METODOLOGIA:

Os encontros acontecerão presencialmente uma vez por mês, com temáticas previamente definidas. Cada grupo será orientado por um técnico de referência, que também será responsável por organizar o grupo no aplicativo WhatsApp. Por meio desta plataforma, serão compartilhados vídeos curtos e didáticos e/ou imagens que orientem as famílias sobre os temas a serem abordados nos encontros presenciais. Dessa forma, o(a) técnico(a) de referência poderá estreitar o contato com as famílias, utilizando as tecnologias para promover maior interação e comunicação, especialmente com aquelas que residem em áreas mais distantes. Os encontros envolverão as crianças e seus responsáveis, inicialmente em espaços separados, mas abordando os mesmos temas, e serão encerrados com uma atividade conjunta, fortalecendo assim o vínculo familiar.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Através das estratégias desenvolvidas de potencialização dos territórios e abrangência da oferta dos serviços, conseguimos acompanhar o desenvolvimento, a superação das dificuldades, o fortalecimento de vínculos, a garantia de direitos e o protagonismo das famílias, na superação das vulnerabilidades sociais por meio da inserção nos programas e serviços.

DESAFIOS E SUPERAÇÕES:

- Desenvolvimento integral das crianças na primeira infância;
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Inserção das crianças no SCFV de 0 a 6 anos.



BANNERS DOS MUNICÍPIOS

IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTA E APRIMORAMENTO DE DADOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SÃO BENEDITO – CEARÁ

INFORMAÇÕES GERAIS

Município de São Benedito - Ceará
Pequeno Porte II
Prefeito Municipal: Saul Lima Maciel
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social:
Lutielma Rodrigues de Medeiros

Equipe da Vigilância Socioassistencial
Coordenadora da Vigilância Socioassistencial:
Rafaelly de Sousa Lima
Supervisora da Vigilância Socioassistencial:
Amanda Franco da Silva
Supervisor de Tecnologia da Informação:
Miguel Victor Ribeiro de Paiva
Supervisor do Cadastro Único:
Marcos Paulo Rodrigues Silva

Equipe do Setor SUAS
Coordenadora dos Benefícios Eventuais:
Aline Veras Cavalcante
Coordenadora da Proteção Social Básica:
Rina Paula Lopes de Medeiros

INTRODUÇÃO

O Sistema Digital de Benefícios Eventuais é uma iniciativa idealizada no ano de 2022, com objetivo específico de gerar dados quantitativos dos B.E.'s concedidos pelo nosso Município. Com o passar dos meses desde sua implementação, foram aprimoradas ferramentas para uma coleta de dados mais robusta e completa. Em 2024, a equipe da Vigilância Socioassistencial identificou a necessidade de mais uma atualização no Sistema Digital de Benefícios Eventuais, que seria mais específico para o acompanhamento das comunidades tradicionais existentes em nosso Município, com destaque nas Comunidades Indígenas e Quilombolas.

A implementação da nova ferramenta no Sistema Informatizado deu-se pela necessidade que as equipes de Gestão e Vigilância Socioassistencial do Município encontraram para acompanhar, de forma qualificada, os beneficiários das comunidades tradicionais que recebem benefícios eventuais pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, além de contribuir com os serviços, programas e projetos ofertados para estas comunidades de forma estratégica, seguindo as orientações estaduais e federais.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais
Quantificar de forma qualificada os beneficiários das comunidades tradicionais que recebem benefícios eventuais pela Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município São Benedito-CE.

Objetivos Específicos
a) Identificar os beneficiários das comunidades tradicionais que recebem benefícios eventuais pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social de São Benedito-CE.
b) Traçar estratégias para aprimoramento dos atendimentos às comunidades tradicionais.
c) Fomentar o direcionamento de ações da Gestão Municipal juntamente com o acompanhamento técnico.

SISTEMA INFORMATIZADO

O Sistema de Benefícios Eventuais é por definição um software desenvolvido pela área de Tecnologia da Informação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social de São Benedito - Ce. Este programa de computador foi criado em linguagem de programação Visual Basic e construído dentro do sistema: Visual Basic for Applications (VBA) com execução no Excel (ferramenta do pacote do Microsoft Office).

A ideia de implementação dessa ferramenta digital dentro dos serviços do SUAS, partiu da necessidade de se organizar todos os dados relativos aos procedimentos de solicitação de benefícios até a execução ou entrega de Benefícios Eventuais, já que nosso Município dispõe em torno de 9 benefícios, desde Cestas Básicas à Auxílio Funeral. Como a demanda é muito grande, pois o Setor do SUAS gerencia benefícios, conta com apenas um servidor trabalhando na organização e gerenciamento dos pedidos demandados através dos três equipamentos do Município (CRAS e CREAS), onde estes cobrem todo o nosso Município que conta com quase 48 mil habitantes de acordo com o Censo IBGE 2022.

O software desenvolvido foi planejado para que seja de fácil manuseio pelo responsável que irá alimentá-lo fazendo uso de suas ferramentas, no caso o coordenador de Benefícios. Por este motivo, a interface gráfica é bem concisa e destaca apenas os dados essenciais a serem cadastrados e pesquisados com fácil visualização, como demonstrado nas imagens abaixo.



A ferramenta principal do sistema desenvolvido é a geração de relatórios, pois como descrito anteriormente, as informações geradas auxiliam os técnicos a promover ações e planejamentos direcionados. Com a atualização do sistema, para tratar as comunidades tradicionais, os dados serão utilizados para execução de um trabalho mais eficaz e eficiente para este público.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a implementação da nova ferramenta no Sistema Informatizado de Benefícios Eventuais é de suma importância para aprimorar o acompanhamento das famílias de comunidades tradicionais em nosso Município, sendo uma estratégia para fortalecer vínculos e compreender ainda mais a realidade deste público. Desta forma, conclui-se que este projeto impacta diretamente na compreensão de território e população de povos tradicionais na promoção de garantia de direitos.



BANNERS DOS MUNICÍPIOS

3ª MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO ESTADO DO CEARÁ



APRESENTAÇÃO:
Este projeto visa garantir a universalização dos direitos sociais, assim como o acesso à cultura, assistência social, benefícios de transferência de renda, saúde e educação, além de informações que promovam o conhecimento dos direitos e deveres da comunidade. Tais ações buscam promover a autonomia, emancipação nos usuários da assistência, assim como o fomento do controle social, no qual se tem como pilar, a valorização das suas identidades históricas, contribuindo assim com o seu desenvolvimento integral. O projeto então fora intitulado Setas CaminhanTE: garantindo e fortalecendo o acesso aos povos originários e comunidades tradicionais a serviços intersetoriais. Ademais, este tem o intuito de fortalecer e ampliar a formulação e a execução de políticas públicas aos povos originários e comunidades tradicionais pertencentes ao nosso município, promovendo a inclusão e o pertencimento a comunidade.

JUSTIFICATIVA:
Os povos originários e comunidades tradicionais frequentemente enfrentam desafios diversos no que tange o acesso a serviços, comércio, assim como as próprias políticas públicas (Silva, 2018). As fontes deste problema, residem nas múltiplas expressões da questão social, assim como outros processos associados ao racismo, preconceito e outras agruras (Braga, Pedrosa, 2021). Como exemplo destes desafios, se pode citar o acesso limitado à educação de qualidade, os serviços de saúde precários e a assistência social. Tais limitações impedem o acesso destas populações vulnerabilizadas a seus direitos e todo o processo relacionado a construção do estado de Bem-estar social Brasileiro. Nesse sentido, essa distância das políticas, fomenta ainda mais o processo de exclusão social que estas vivem, assim como todas as outras diásporas associadas às vulnerabilidades. A proteção dos povos originários possui uma extrema importância para a preservação e conservação da nossa história e diversidade sociocultural, visto que estas populações, são vulnerabilizadas historicamente, no qual as expressões da questão social as atravessam de forma paulatina e intensa. Desta forma, o projeto tem com caráter preventivo, protetivo e proativo. Visando que foi identificado pela vigilância socioassistencial do município a não identificação e não assistência a grande parte desse público no nosso município.

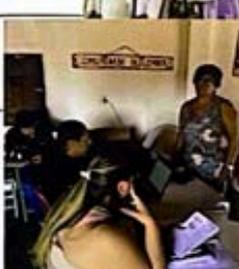
OBJETIVO GERAL:
Fortalecer e ampliar a formulação e a execução de políticas públicas aos povos originários e comunidades tradicionais pertencentes ao município de Tamboril, estimulando o interesse pelo reconhecimento cultural e resgatar os vínculos culturais trabalhando assim na garantia de direitos.

METODOLOGIA:
O projeto foi desenvolvido através de parcerias com equipamentos e instituições de forma intersetorial. A intersetorialidade se trata de uma forma de trabalho baseada na articulação troca de saberes, técnicas e experiências entre setores diversos das políticas públicas, no qual os especialistas em determinada área passa a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns. Tais ações trazem ganhos para a população, bem como para a organização das políticas públicas centradas em determinados territórios (Nascimento, 2010). O intuito de levar o serviço de toda a rede até o perfil alvo do projeto. Assim, a partir da formação de equipes, os atendimentos foram realizados de forma periódica em cada um dos territórios, o processo de divulgação se deu através das rádios comunitárias, redes sociais da prefeitura (Instagram e Facebook), através dos líderes comunitários, convites, banners e avisos em reuniões.

PLANO DE AÇÃO:
1. Articulação com a rede intersetorial, com vistas de definir as datas das ações e quais equipes estarão disponíveis; 2. Definição de qual comunidade receberá as ações; 3. Mapeamento das demandas urgentes do território através da territorialização e contato com líderes comunitários; 4. Definição de quais ações serão desenvolvidas; 5. Articulação com os líderes comunitários para a obtenção de um espaço adequado; 6. Obtenção dos recursos fixos necessários (matéria de escritório, alimentação e entre outros); 7. Definição das rotas e meios de transporte; 8. Direcionamento à comunidade; 9. Desenvolvimento das ações; 10. Coleta de dados quantitativos (quantos usuários atendidos, quais as ações etc.); 11. Análise dos dados; 12. Elaboração de relatórios.

PARCEIROS/INSTITUIÇÕES:
Secretaria de Trabalho e Assistência Social,
Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura e
Secretaria de Educação








Prefeitura de Tamboril



SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Accesse o QR CODE e assista a um vídeo especial.

